

v. 8 n. 1 abr. 2010

SENATUS

Brasília

ISSN 1678-2313

Senatus	Brasília	v. 8	n. 1	p. 1-232	abr. 2010
---------	----------	------	------	----------	-----------

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
Paulo Afonso Lustosa de Oliveira – Diretor

EDITORA DESTE FASCÍCULO
Edilenice Passos

EQUIPE DE REVISÃO
Marilúcia Chamarelli
Vera Lúcia Corrêa Nasser Silva
Jacyrá Garcia dos Anjos

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA
Edilenice Passos
Marilúcia Chamarelli

PESQUISA ICONOGRÁFICA
Edilenice Passos
Marilúcia Chamarelli
Victor Hugo Vieira Moura

PROJETO GRÁFICO
Cantídio Saliba Vieira

CONSULTORIA EM FOTOGRAFIA
Elvio Gasparotto

TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
Edilenice Passos
Vanessa Costa Feitosa

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Vera Manzóllilo (DF0615JP)

IMPRESSÃO
Secretaria Especial de Editoração e Publicações do
Senado Federal

Endereço para correspondência
Senado Federal – Secretaria de Informação e Documentação
Unidade Infrabasilar
70165-900 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3303-4382
Fax: (61) 3303-3079
e-mail: senatus@senado.gov.br

Periodicidade irregular
Tiragem deste fascículo: 4.000 exemplares

Também disponível em:
http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/revistaSENATUS/asp/AP_Apresentacao.asp

Indexado pela Base de Dados de artigos de periódicos gerenciada pelo Senado Federal.

Os conceitos emitidos nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

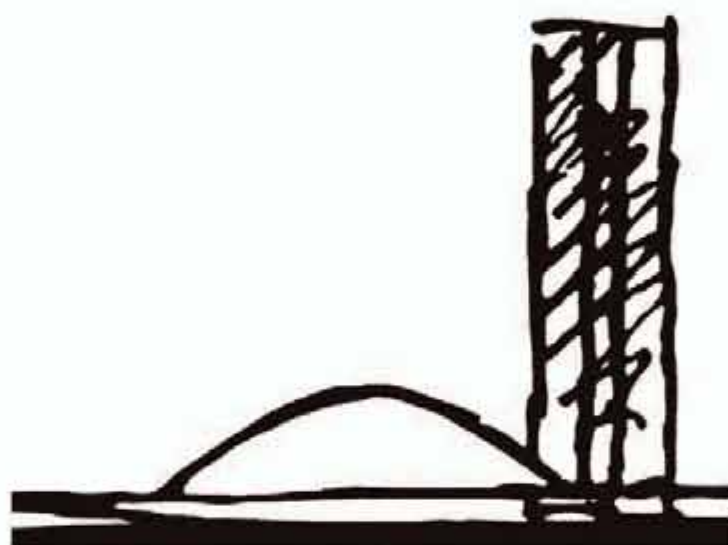
Capas: croqui de Oscar Niemeyer, fotos Arquivo Público do Distrito Federal e Acervo Senado.

Senatus : cadernos da Secretaria de Informação e Documentação / Senado Federal, Secretaria de Informação e Documentação. – vol. 1, n. 1 (dez. 2001)–. – Brasília : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2001–.

v.
Periodicidade varia.
Subtítulo suprimido a partir do vol. 2, n. 1 (dez. 2002).
ISSN 1678-2313

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Ciência da informação – Periódico. I. Brasil. Congresso. Senado Federal. Secretaria de Informação e Documentação.

CDU 3
CDD 300.5



Senado Federal

50 anos de Brasília

SENATUS



Apresentação.....	06	50 anos do Senado Federal em Brasília: fatos marcantes: 1960 a 2010.....	58
Editorial.....	08	Produção legislativa do Senado Federal em 1960.....	104
Senado e Brasília: construindo a história.....	12	Comissão do Distrito Federal.....	122
A primeira sessão legislativa em Brasília.....	38	Senadores do Distrito Federal.....	142
O Senado em Brasília: uma história de cinco décadas.....	44		



**Senado Federal: o edifício
e sua história.....156**

Os Candangos do 28.....220

**Joaquim Cardozo: a genialidade nos
bastidores.....196**

Autores.....228

Construindo Brasília.....202

Agradecimentos.....229

**Homenagem aos servidores
do Senado Federal.....212**

Siglas.....230



50 ANOS DO SENADO EM BRASÍLIA

Brasília foi, na expressão de Lucio Costa, o “Sonho arquisecular do Patriarca”. A evocação de José Bonifácio afirmava o ato geopolítico, que ultrapassava as fronteiras do momento para sonhar um destino nacional.

O gesto de Juscelino Kubitschek foi paralelo ao do Príncipe Regente D. João, deixando Lisboa e levando a sede do Reino para o Rio de Janeiro. Em ambos os casos, libertavam-se das circunstâncias que dificultavam a governabilidade. JK também fugia da velha capital, com seus problemas urbanos, políticos e militares, para o Brasil. Com a marcha para o interior esquecido do Planalto, livrava-se das ameaças institucionais.

Lucio Costa, ao projetar Brasília, seguindo as regras da arquitetura definidas sob a liderança de Le Corbusier, pensava numa sociedade bucólica e em utopias. Na mente do projetista, um pensamento comunitário, em que todos eram iguais em todas as Quadras, espaços e edifícios públicos: a simplicidade deveria construir uma maneira de governar.

Vim a Brasília pela primeira vez em 1958, há 52 anos, a convite de Israel Pinheiro, herdeiro de uma tradição que vinha de seu pai, o notável João Pinheiro. Israel, acima de qualquer suspeita, apoiado pela oposição, fora escolhido para presidente da Companhia Construtora da Nova Capital, a célebre Novacap. Era meu colega no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, comandando a temida Comissão de Finanças.

Pessoalmente mostrou-me as obras. Vi, fascinado, uma Babel: homens, caminhões e máquinas cruzando só estradas de poeira, um burburinho de máquinas, gentes,

cimento, pedras em contraste com o silêncio das árvores sofridas e contorcidas de um cerrado ainda não derrubado. Barracos, jardineiras nordestinas e no ar um cheiro de suor e poeira cobrindo a aventura da cidade que se levantava. Israel descrevia tudo com olhos de quem já estava vendo o que apenas nascia nas fundações.

Os prédios cresciam nas super-quadras. Eu lera a poética memória de Lucio Costa, a descrição “das luzes baças” que iluminariam as áreas de residência, igualando os homens e humanizando o conviver. Três homens a sonhar. Juscelino, objetivo, olhando os dividendos políticos, Lucio, o poeta-urbanista imaginando que a cidade criaria um novo cidadão, e Oscar Niemeyer, o artista-escultor das linhas belas e curvas dos monumentos. Os construtores eram sempre os mesmos: a peãozada, mão de obra da miséria, vindos das áreas rurais pobres do Nordeste e de Minas.

Um dos primeiros projetos de Niemeyer foi o do Congresso Nacional, com suas cúpulas invertidas, uma representando a Câmara dos Deputados, outra o Senado Federal.

Fui dos primeiros deputados a me mudar para Brasília. Sou um pioneiro. Éramos poucos os parlamentares que aqui morávamos, e vivemos a experiência de acompanhar a formação da cidade e as transformações pelas quais passou o Congresso, tanto institucionais quanto físicas.

Há 40 anos vim para o Senado. Instalei-me neste prédio que é, hoje, não só a sede da instituição a qual pertencço, e que presido, mas também um espaço que se incorporou à minha vida. E é a este espaço, com sua história e seus personagens, que convido os leitores a visitar.

José Sarney



Brasília completa 50 anos e será homenageada de muitas maneiras. A Revista *SENATUS* também presta sua homenagem, mas por um ângulo muito específico: comemorando os 50 anos do Senado Federal em Brasília.

A descrição da mudança do Senado para Brasília mistura-se à própria história da construção da nova Capital. Brasília nasceu devido à coragem, à garra e ao sentido de civismo daqueles que se dispuseram a fazer dar certo. A compulsória instalação da Casa no Planalto Central também precisou da coragem de seus dirigentes à época e da força e do sacrifício de seus servidores, que abandonaram uma metrópole que oferecia qualidade de vida e entretenimento para se instalarem numa cidade que pouco oferecia, mas, ao mesmo tempo, abria inúmeras possibilidades de crescimento pessoal e profissional.

Tente, caro leitor, caso não seja um deles, se colocar no lugar de inúmeros brasileiros que chegaram a uma cidade que era só terra – no dizer de uma de nossas articulistas – e poeira e vento e clima de deserto, para começar uma nova vida, longe de sua terra natal, de familiares e amigos. A maioria deles fez, do sonho, a realidade que Brasília é hoje: única, monumental, esparramada e verde, por tudo merecedora do título de Patrimônio Cultural da Humanidade. E, desta Casa, que a recém-inaugurada Brasília acolheu no imponente Palácio do Congresso Nacional, cuja arrojada arquitetura logo se transformaria num dos mais conhecidos símbolos da cidade modernista, a instância legislativa máxima de representação do federalismo brasileiro que a primeira Carta republicana – a de 1891 – lhe conferira.

Os relatos, memórias, artigos aqui apresentados registram toda essa trajetória, compondo, como uma sinfonia, essa justa homenagem, lembrando, aqui, a *Sinfonia da Alvorada*, do poeta Vinicius de Moraes.

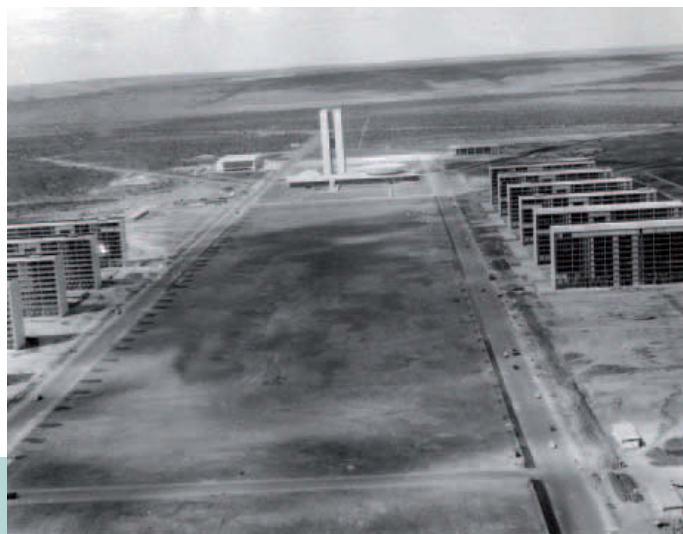
Logo no início, o jornalista da Agência Senado, Roberto Homem, responsável pelo artigo *Senado e Brasília: construindo a história*, rememora o dia da instalação do Poder Legislativo em Brasília, nos colocando como espectadores desse grande evento. As simples e, ao mesmo tempo, comovedoras palavras de João Goulart, presidente do Congresso Nacional em 1960, ao declarar instalado o Poder Legislativo, marcam o início dessa nova etapa da história da Casa. Em *flashback*, o articulista mostra diversos aspectos da construção do edifício do Palácio do Congresso Nacional, para finalizar com a sessão de instalação do Senado Federal, ocorrida no dia seguinte.

O também jornalista Manoel Vilela de Magalhães presenciou esse momento histórico e divide suas memórias em *A primeira sessão legislativa em Brasília*.

A história política nos últimos 50 anos é mostrada pelo Dr. Antonio Barbosa, professor em História Contemporânea da Universidade de Brasília (UnB) e consultor legislativo do Senado Federal, em *O Senado em Brasília: uma história de cinco décadas*. No mesmo diapasão, Edilenice Passos, mestre em Biblioteconomia e Documentação e integrante da equipe desta revista, complementa a análise em *50 anos do Senado Federal em Brasília: Fatos marcantes – 1960 a 2010*. Sua extensiva pesquisa mostra os grandes momentos da Casa, não só como co-partícipe no processo legislativo que cria o arcabouço jurídico do País, mas também por iniciativas sociais – como as publicações em Braille – e por ações que aproximam o cidadão dos parlamentares – como a criação da *TV Senado*, do *Jornal Senado* e da *Rádio Senado*. Sua pesquisa destaca também os diversos prêmios recebidos por projetos e programas desenvolvidos pelos servidores da Casa.

Em 1960, os dois mais importantes acontecimentos no cenário nacional foram a inauguração de Brasília e a eleição presidencial. Esses e outros tantos fatos, mostrados por Edilenice Passos em *Produção Legislativa do Senado Federal em 1960*, compõem o mosaico da época. Depois dessa introdução histórica, a autora compara o primeiro ano de funcionamento da Casa em Brasília com o desempenho no ano anterior, quando ainda estava instalada no Rio de Janeiro.

Desde a inauguração da nova Capital, havia a previsão para a instalação do Poder Legislativo local, mas isso não aconteceu. Na matéria *Comissão do Distrito Federal*,



Arquivo Público do Distrito Federal

Edilenice Passos explica as razões desse fato e mostra o desempenho da Comissão que tinha a incumbência de estudar e emitir parecer sobre as proposições legislativas referentes ao Distrito Federal, desde sua criação, em 1962, até 1º de janeiro de 1991, quando ocorreu a posse dos primeiros deputados distritais.

Em *Senadores do Distrito Federal*, a mesma autora aborda brevemente a história da luta pela autonomia política do DF, os fatos marcantes ocorridos nas eleições, desde 1986, quando o DF elegeu seus primeiros representantes no Congresso Nacional, até a última eleição em 2006, mostrando, ainda, ano a ano, a composição da representação do Distrito Federal.

Em *O Senado Federal: o edifício e sua história*, os arquitetos André Castro e Sidney Carvalho, servidores do Senado, nos conduzem pela história da arquitetura internacional e suas influências no trabalho de Oscar Niemeyer. Os autores explicam detalhes artísticos do Palácio Conde dos Arcos e do Palácio Monroe – as duas primeiras sedes do Senado Federal. Por fim, focalizam os aspectos arquitetônicos da construção do Palácio do Congresso Nacional, de maneira simples e clara, apresentando a concepção estética do edifício.

Lucia Bucar, servidora da Secretaria de Informação e Documentação, bacharel em Comunicação Social, com pós-graduação em Ciência Política, no artigo *Joaquim Cardozo: a genialidade nos bastidores*, faz uma justa deferência ao engenheiro calculista e poeta Joaquim Cardozo, que realizou os cálculos para a construção do Palácio do Congresso, diante da descrença de arquitetos e engenheiros brasileiros e estrangeiros, provando que é possível ir além das normas da engenharia à procura da beleza arquitetônica.

Outra figura importante para a concretização de Brasília é o arquiteto Nauro Esteves, que integrou o primeiro grupo de arquitetos que pensou no projeto de Brasília. Ele chefiou e coordenou a equipe que elaborava os projetos de Niemeyer. Niemeyer desenhava, Cardozo calculava e Nauro executava. Após a inauguração da nova Capital, ele mesmo desenhou vários edifícios na cidade. Só não teve tempo para se fazer estrela e “não se colocou debaixo das luzes, não se postou diante das câmeras”, como escreve Cristiana Mendes Garcia, mestre em Planejamento Urbano pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), que lhe presta uma justa homenagem em *Construindo Brasília*.

A participação dos servidores da Casa durante o processo de mudança para a nova Capital foi crucial. Em

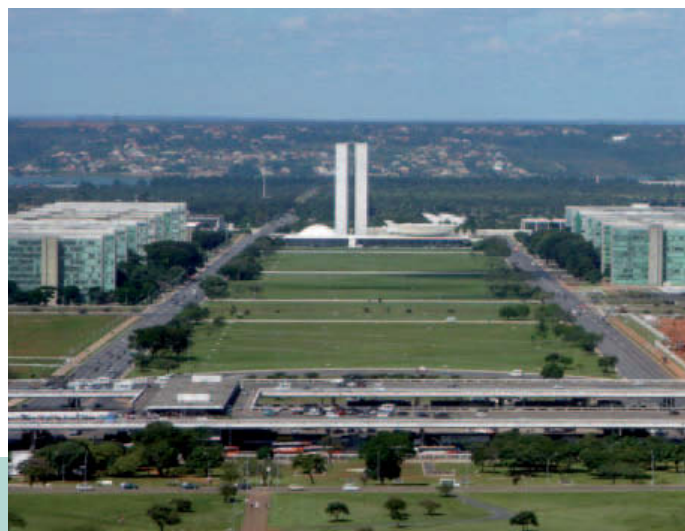
Brasília, foram responsáveis pelo acompanhamento da obra do edifício do Palácio do Congresso Nacional e das moradias dos senadores e servidores; no Rio de Janeiro, provaram ter habilidade logística, dispondo de móveis e documentos para a mudança; em Brasília, novamente mostraram competência em preparar a nova Casa Legislativa. Esses abnegados servidores, que com sacrifício de seu próprio conforto, abandonaram família e amigos no Rio de Janeiro, para cumprirem seu papel nesse momento histórico. *Homenagem aos servidores do Senado*, também assinado por Lucia Bucar, conta essa parte da história da Casa.

Por último, outro artigo de Edilenice Passos, *Os candangos do 28*, tocante homenagem aos candangos que construíram o edifício do Congresso Nacional. Aqueles que, ainda segundo Vinicius de Moares, vieram “para ficar, permanecer, vencer as solidões. E os horizontes, desbravar e criar, fundar. E erguer”.

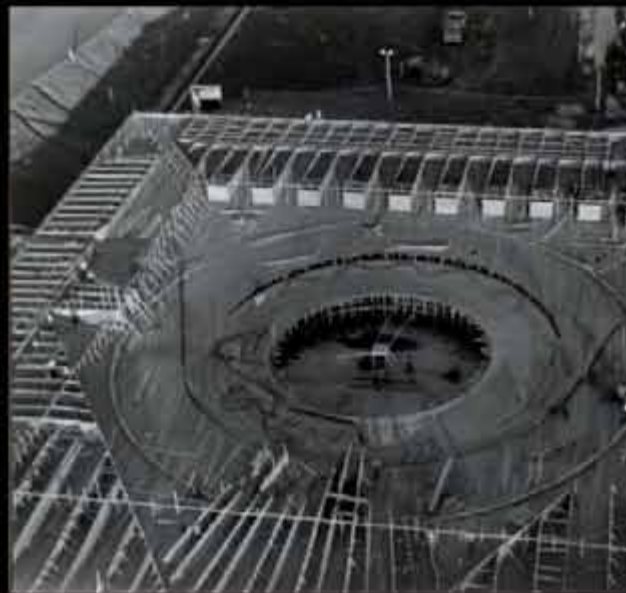
Cada edição de uma revista tem personalidade própria. Há algumas, porém, com maior carga emocional que outras, caso deste número, histórico também pelo fato de ser o 10º fascículo da *SENATUS*, resultado de um grande trabalho de pesquisa, de busca histórica, de parceria com setores da Casa, servidores e ex-servidores, e instituições externas, buscando a mesma emoção daqueles que, em 1960, presenciaram o Presidente do Senado, João Goulart, ao anunciar: “É com emoção que declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional em Brasília, a nova Capital da República”.

Esperamos que o leitor desfrute desta edição tanto quanto nós ao fazê-la. Que seu conteúdo emocione, surpreenda, faça recordar, ensine e motive.

Conselho Editorial



Mario Roberto Durán Ortiz



"No Palácio do Congresso, por exemplo, a composição se formulou em função desse critério, das conveniências da arquitetura e do urbanismo, dos volumes, dos espaços livres, da profundidade visual e das perspectivas e, especialmente, da intenção de se lhe dar um caráter de alta monumentalidade, com a simplificação de seus elementos e a adoção de formas puras e geométricas."

Oscar Niemeyer





*Deixem Brasília crescer tal como foi concebida,
como deve ser, - derramada, serena, bela e única.*

Lucio Costa



Roberto Homem

SENADO E BRASÍLIA: CONSTRUINDO A HISTÓRIA

As galerias estão totalmente tomadas por convidados e pelo povo. Sobram euforia, admiração e deslumbramento. O ar-condicionado não consegue refrigerar o ambiente lotado. A iluminação também é insuficiente e algumas lâmpadas estão apagadas. Mas quem está no Plenário - uma miniatura do seu semelhante na Assembleia Geral das Nações Unidas - não se incomoda. Sabe que é testemunha da história que está sendo escrita nesse instante em que o Poder Legislativo brasileiro troca de Casa: deixa o Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, para ocupar o Palácio do Congresso Nacional, em Brasília.

Enfim, chega o momento aguardado com tanta ansiedade. São 11 horas e 30 minutos do dia 21 de abril de 1960. O presidente do Senado e Vice-Presidente da República, **João Belchior Marques Goulart**, abre a sessão e designa uma comissão de parlamentares para conduzir o Presidente **Juscelino Kubitschek** de Oliveira até a Mesa, onde ele espera ao lado do presidente da Câmara, Paschoal **Ranieri Mazzilli**, de autoridades eclesásticas e de representantes do Judiciário, além de parlamentares. JK toma seu lugar ao lado direito de Jango, saboreando uma calorosa salva de palmas. Ele é saudado de pé pela estrondosa maioria dos que estão no Plenário e nas galerias. Os oposicionistas permanecem em silêncio.

- É com emoção que declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional em Brasília, a nova Capital da República - é de João Goulart, a frase.

Para o Brasil assistir a esse dia de festa - que completa 50 anos agora em 2010 - a história foi longa. Ela remonta a 1826, quando o Senado foi criado. Os anais da Casa abrigam, desde 1831, pronunciamentos de senadores defendendo a necessidade de o Poder Legislativo ter uma sede à altura de sua importância. Mas foi somente em 1955, pouco antes de JK comprometer-se com a construção de Brasília, que o desejo ansiado durante tanto tempo ganhou fôlego. Um concurso público para escolher a nova sede do Senado Federal foi realizado naquele ano e 17 projetos foram inscritos. O presidente da República ainda era o potiguar João Fernandes Campos **Café Filho**.

Senadores, arquitetos e engenheiros integraram a comissão julgadora que escolheu a proposta dos arquitetos **Sérgio Wladimir Bernardes** e Rolf Werner Hüther, elaborada com a colaboração do também arquiteto Nicolai Fikoff e dos engenheiros Paulo Fragoso e Gino Usiglio. Um edifício de 110 metros de altura, com 24 andares e estrutura toda metálica: esse foi o Senado idealizado por Bernardes e Hüther. A forma exterior do prédio, segundo os autores, espelharia a distribuição racional das diversas dependências que abrigariam os serviços da Casa. Dessa forma, a Presidência ficaria no topo do edifício. O Plenário não receberia luz, ruído ou ar, vindos do exterior. As galerias seriam isoladas por vidros à prova de balas. O prédio seria construído na área da Praça Paris, no centro do Rio de Janeiro.

Mas, 1955 era ano de eleição presidencial. E o então governador de Minas Gerais e candidato, Juscelino Kubitschek, marcou seu comício de abertura para Jataí, município localizado no sudoeste de Goiás. Durante esse primeiro discurso, o vendedor de seguros que estava se preparando para ser tabelião em Goiânia, Antônio Soares Neto, o Toniquinho, perguntou a JK se ele cumpriria a Constituição e transferiria a Capital do Brasil para o Planalto Central. Em cima da carroceria de um caminhão, de onde se dirigia ao povo jataiense, Juscelino disse que “com as graças e a benção de Deus” cumpriria a Constituição. A Constituição Federal de 1946 estipulava no artigo 4º de suas disposições transitórias: “a Capital da União será transferida para o Planalto Central do País”. A partir daquele compromisso assumido, Juscelino ganhou um mote para a sua campanha: a construção de Brasília.

Com Juscelino eleito e empossado no cargo de Presidente da República, o Diário Oficial da União do dia 30 de setembro de 1956 publicou o edital do “Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil”. Os principais nomes da arquitetura e do urbanismo brasileiros se inscreveram. A proposta de **Lúcio** Marçal Ferreira Ribeiro Lima **Costa** foi escolhida. Ele desenhou Brasília com o formato de um avião. **Oscar** Ribeiro de Almeida de **Niemeyer** Soares Filho, então diretor do departamento

de urbanismo e arquitetura da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), foi escolhido pelo próprio Juscelino para projetar os principais prédios de Brasília. Foi a partir do traço de Niemeyer que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal passaram a funcionar juntos. Até então, as duas Casas do Legislativo ocupavam prédios separados e distantes.

Niemeyer propôs que a Câmara e o Senado dividissem o Palácio do Congresso Nacional, mas preservando a autonomia de cada uma das Casas. O projeto original previu o compartilhamento, por exemplo, de áreas como a tipografia, a garagem, o almoxarifado, o serviço médico, as salas de estar e a biblioteca. Em 1957, o arquiteto carioca explicou que o prédio abrigaria três partes distintas: plenários, blocos administrativos e televisão. Os plenários seriam construídos em um bloco com três pavimentos de 200 por 80 metros. Eles seriam diretamente ligados ao público e à imprensa, ao bar e café, às salas de audiência, estar e recepção, à presidência, à vice-presidência, às salas de líderes e, no andar inferior, às comissões e aos auditórios.



Oscar Niemeyer e Lucio Costa

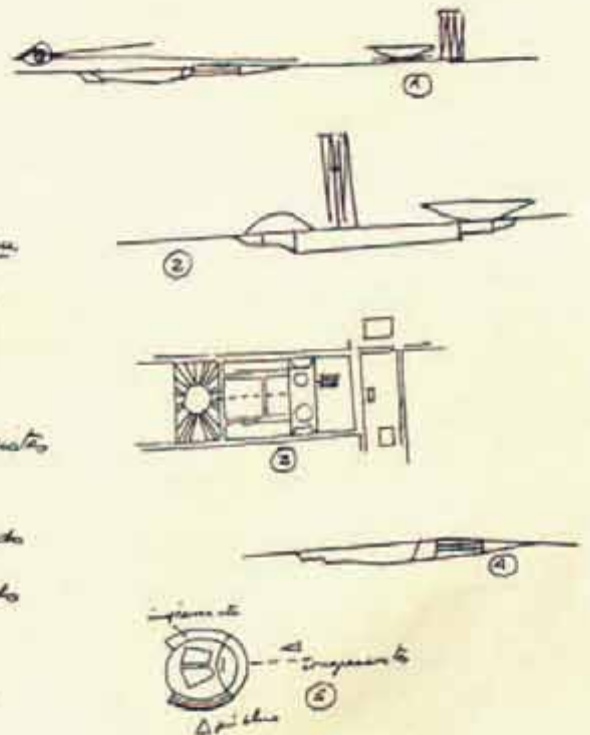
Explicação resumida:

A arquitetura segue o urbanismo nos seus volumes e espaços livres. No caso do novo planário com maiores níveis esse princípio deve ser atendido, deixando desde a plataforma rodoviária a vista livre para o Palácio do Congresso.⁽¹⁾

Dai a solução que adotamos - a única possível - com o novo planário rebasado - o teto no nível do piso monumental⁽²⁾ e a perspectiva do Congresso preservada como convém. A solução adotada é simples e funcional ligando o planário - por tapete isolante ao concreto⁽³⁾ ao estacionamento projetado⁽⁴⁾ com as entradas de congressistas e públicos devidamente independentes⁽⁵⁾.

O nível do planário será rebasado mas não enterrado como se poderia supor⁽⁶⁾. O terreno é que desce, criando à sua volta os espaços livres desejados⁽⁷⁾.

3 no fachada do planário serão as realidades e sua cobertura; uma série de vigas radiais após muitos



Em dois blocos separados de 25 pavimentos ficariam os serviços administrativos, a biblioteca, o restaurante e 600 escritórios para os congressistas. Anexo ao conjunto, foi previsto um salão de televisão onde cinco mil pessoas poderiam diariamente, sem formalidades, assistir às sessões. A capacidade dos plenários seria para 1000 pessoas, mais 200 jornalistas e 200 convidados, além de lugares para 700 deputados e 100 senadores. O objetivo de reunir as duas Casas do Congresso em um só edifício era o de aproximar deputados e senadores e, sobretudo, proporcionar uma significativa economia aos cofres públicos. Apesar dessa preocupação, o Palácio do Congresso Nacional foi a obra mais cara de Brasília, segundo a publicação *Brasília em 300 Questões* (2001). Teria custado 2,1 bilhões de cruzeiros, a moeda em vigor no ano de 1960.

Em dezembro de 1957, Oscar Niemeyer apresentou ao Presidente Juscelino a maquete da Praça dos Três Poderes. A terraplanagem da área, que implicou em um movimento de 700 mil metros cúbicos de terra, já havia sido concluída em outubro. O estaqueamento do Congresso começou no dia 04 de janeiro de 1958. Seriam necessárias 315 estacas de concreto e 62 tubulões. Para a estrutura calculava-se o consumo de 15 mil metros cúbicos de concreto armado e 2.700 toneladas de ferro. No início das obras da estrutura, o presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, visitava Brasília. Ele foi convidado por JK para lançarem juntos a pedra fundamental. Em março daquele ano, trabalharam na construção cerca de 200 operários. A Companhia Construtora Nacional - antiga Wayss & Freitag, alemã que encampou a Companhia Construtora em Cimento Armado - foi a responsável pela execução da obra.

Apagões

Em determinados períodos da construção de Brasília, a energia elétrica foi insuficiente para suportar o ritmo de trabalho, que era ininterrupto: abrangia as 24 horas do dia. Em virtude dessa carência, diversos caminhões foram alugados para, com seus faróis, iluminar os canteiros de obra à noite. O trabalho varava a madrugada. Em muitas ocasiões, antes do amanhecer, como se surgisse do nada, enquanto os martelos reverberavam a trilha sonora da cidade que estava sendo gestada, lá ao longe se ouvia uma voz cantando: “olê mulhé rendeira / olê mulhé rendá / tu me ensina a fazer renda / eu te ensino a namorá”. Em poucos instantes, um coral espontâneo de trabalhadores se formava e aquela música não apenas mexia com o sentimento de todos, como também provocava uma dosagem extra de energia. O próprio JK, com suas visitas de surpresa, também levantava a moral do grupo. Usando palavras de incentivo, dividindo o sonho da nova Capital com aquelas pessoas e as tratando pelo nome próprio, ele conseguia extrair ainda mais esforço e dedicação.

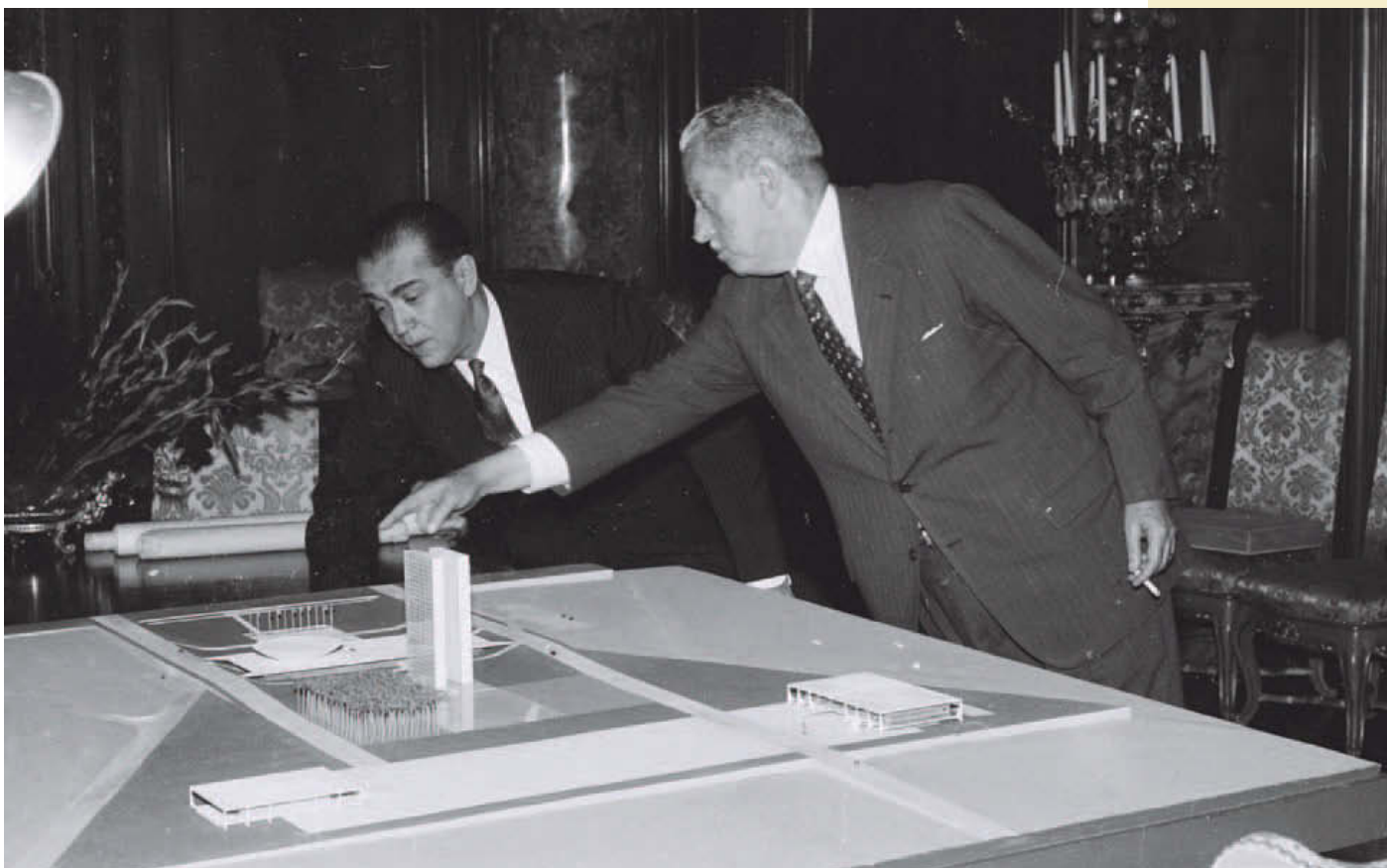
Brasília foi moldada, também, ao som de marchas e músicas alegres que ecoavam dos aparelhos de rádio dos operários. As serestas tinham seu espaço na preferência dos candangos. Essa trilha sonora acompanhou a construção do Palácio do Congresso Nacional desde o dia em que ele começou a ser erguido: 16 de março de 1958. Nessa data, parte do material básico para a estrutura já estava estocado na obra. Conforme a jornalista Yvonne R. de Miranda revelou em *Memórias de uma repórter de política* (1996), uma empresa dos Estados Unidos contratada para analisar e executar a construção dos anexos da Câmara e do Senado concluiu que, devido à altura dos prédios, teriam que ser utilizadas máquinas apropriadas para o empreendimento. E como as estradas para chegar até o local da obra não suportariam o peso de tais máquinas, a multinacional desistiu da obra. Então, Juscelino reuniu engenheiros, arquitetos e empreiteiros brasileiros e estes se responsabilizaram por fazer o trabalho recusado pelos americanos. E assim foi feito. A areia utilizada teve como origem o próprio Distrito Federal e o rio Corumbá. A pedra foi retirada de pedreiras localizadas a 15 quilômetros do canteiro de obras. Sem os arremates finais, os mais de 30 mil metros quadrados de construção foram concluídos em dezembro de 1959. Mais do que a nova Capital de um país, a construção de Brasília representou um gesto de auto-afirmação de um povo. Foi uma prova de capacidade e motivo de orgulho erguer essa cidade monumental em tão pouco tempo.

Mas nem tudo na história da construção de Brasília é motivo para comemoração. Um exemplo: os opositores ao governo JK denunciaram que, para a nova Capital ser construída, foi necessário o sacrifício até da própria vida de vários nordestinos. Eles trabalhavam sem as mínimas condições de segurança. Um dos locais mais perigosos para um operário desempenhar suas funções era o Palácio do Congresso Nacional, sobretudo as duas torres anexas. As vozes contrárias à nova Capital Federal também agouraram que esses dois prédios poderiam não ser tão seguros e não deram um tostão pelo seu futuro. Por outro lado, os construtores atestaram a confiabilidade da obra e estimaram que o volume de acidentes e o número de óbitos foram condizentes com a quantidade de trabalho. Os próprios peões, apesar dos acidentes, não se opuseram a extrapolar sua jornada de trabalho em troca da possibilidade de até dobrar o salário ao final do mês. Em *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos* (2006), o carpinteiro paraibano José Cosme Pereira contou ao autor do livro, Edson Béu, que a maioria dos acidentes ocorreu na hora da concretagem.

— A correria era maior porque o cimento não podia passar do ponto. A empreiteira chamava todos os quebra-galhos, gente que nem sabia usar um martelo. Quando o bico da laje quebrava, saía derrubando operário de andar em andar até chegar lá embaixo. Mais do que depressa,



Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Lucio Costa mostram a Juscelino Kubitschek o projeto de arquitetura da Praça dos Três Poderes.



Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro examinam a maquete da Praça dos Três Poderes.





o encarregado, sujeito responsável pela obra, jogava um pedaço de lona em cima para ninguém identificar o corpo. E a mulher, coitada, ficava lá no Norte, junto com os filhos, pensando que tinha sido abandonada pelo marido... – descreveu José Cosme.

O fato é que os anexos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal - conhecidos como “vinte e oito”, devido ao número de andares – eram temidos pelos trabalhadores. Por falta de registros oficiais, é impossível saber a quantidade de operários que caiu durante a construção das duas torres. O governo não tinha interesse em divulgar tal dado, da mesma forma que o assunto não era do agrado das empreiteiras. Um dos entrevistados por Edson Bêu para o livro *Expresso Brasília* testemunhou que entre os testes utilizados na hora da contratação dos operários que iriam trabalhar no “vinte e oito” havia o de fazer o candidato andar em cima de uma viga de cerca de 15 centímetros de largura, a dez metros do solo. Se ele conseguisse se equilibrar, ficava com o emprego.

Gustavo Sergio Lins Ribeiro também ouviu várias pessoas que trabalharam na construção dos anexos do Congresso Nacional. Ele publicou os depoimentos no livro *O capital da esperança* (2008). Operários entrevistados garantiram que vários colegas morreram na construção, devido, principalmente, à inexperiência com o trabalho em grandes alturas. Também reclamaram da falta de segurança adequada. Alguns relataram que quando os corpos caíam do “vinte e oito” eram imediatamente cobertos com lonas e retirados apressadamente do local para não criar um ambiente de comoção entre os colegas de trabalho.

Certa ocasião, a prancha elevatória que transportava material no “vinte e oito” despencou do 25º andar. Todos os 12 operários que estavam sendo transportados naquele instante ficaram feridos. Alguns deles em estado grave. Quem noticiou o fato foi o *Diário Carioca de Brasília* na sua edição de 23 de setembro de 1959. O mesmo jornal já havia anunciado uma semana antes que incêndio de pequenas proporções atingira o 15º andar quando operários deixaram ligadas algumas chaves de corrente elétrica de alta tensão. Os bombeiros debelaram o fogo prontamente, mas houve grande correria. Um operário teve ferimentos simples. No dia 07 de novembro do mesmo ano, o jornal também noticiou que a casa de máquinas do Congresso e a garagem, com 20 metros de largura, ficaram alagadas. A casa de máquinas - onde estavam os motores que impulsionariam os elevadores do Congresso, alguns já em funcionamento experimental - foi completamente danificada. Os prejuízos foram orçados em 10 milhões de cruzeiros.

Alguns imprevistos contribuíram para o atraso na conclusão da construção dos anexos do Congresso. Teria até havido sabotagem. A suspeita foi levantada pelo *Diário Carioca de Brasília*, que alertou para a possibilidade de os

constantemente cortes de energia elétrica nas obras do Congresso Nacional, que provocaram o atraso da obra, não serem acidentais. Já o jornal *Última Hora* noticiou, no dia 28 de abril de 1960, que o atraso na obra do anexo do Senado foi motivado pela morte de um dos técnicos da firma encarregada da montagem dos elevadores. O jornal contou que, devido à pressão na instalação dos restaurantes do 15º andar, optou-se por dobrar a velocidade dos elevadores. Em uma das experiências para a viabilização da alteração, o elevador despencou e esmagou o chefe do serviço. O acidente teria sido encoberto o máximo possível. Os poucos trabalhadores que tomaram conhecimento ficaram abalados emocionalmente e ameaçaram paralisar os serviços. Eles já vinham pensando em jornadas desgastantes.

Informações desse gênero Juscelino Kubitschek não publicou em seu livro autobiográfico *Por que construí Brasília*. Segundo o ex-Presidente brasileiro, a construção da Capital Federal bateu recordes como o trabalho ininterrupto durante as 24 horas do dia, mas não foi a campeã no quesito acidentes de trabalho. Ele assegurou que teriam ocorrido 944 casos simples e apenas um fatal. Em *Brasília: o enigma da esfinge, a construção e os bastidores do poder* (1996), Luís Carlos Lopes calculou que 9% dos 44 falecimentos ocorridos em Brasília no ano de 1957 foram motivados por acidentes. Em 1958, o percentual de acidentes foi de 15% das 247 mortes registradas. No ano seguinte, 1959, foram 726 falecimentos, dos quais 13% em virtude de acidentes. Em 1960, ocorreram 57 óbitos, 16% deles motivados por acidentes. Tais informações se chocam frontalmente com os números de JK.

Pacheco Fernandes

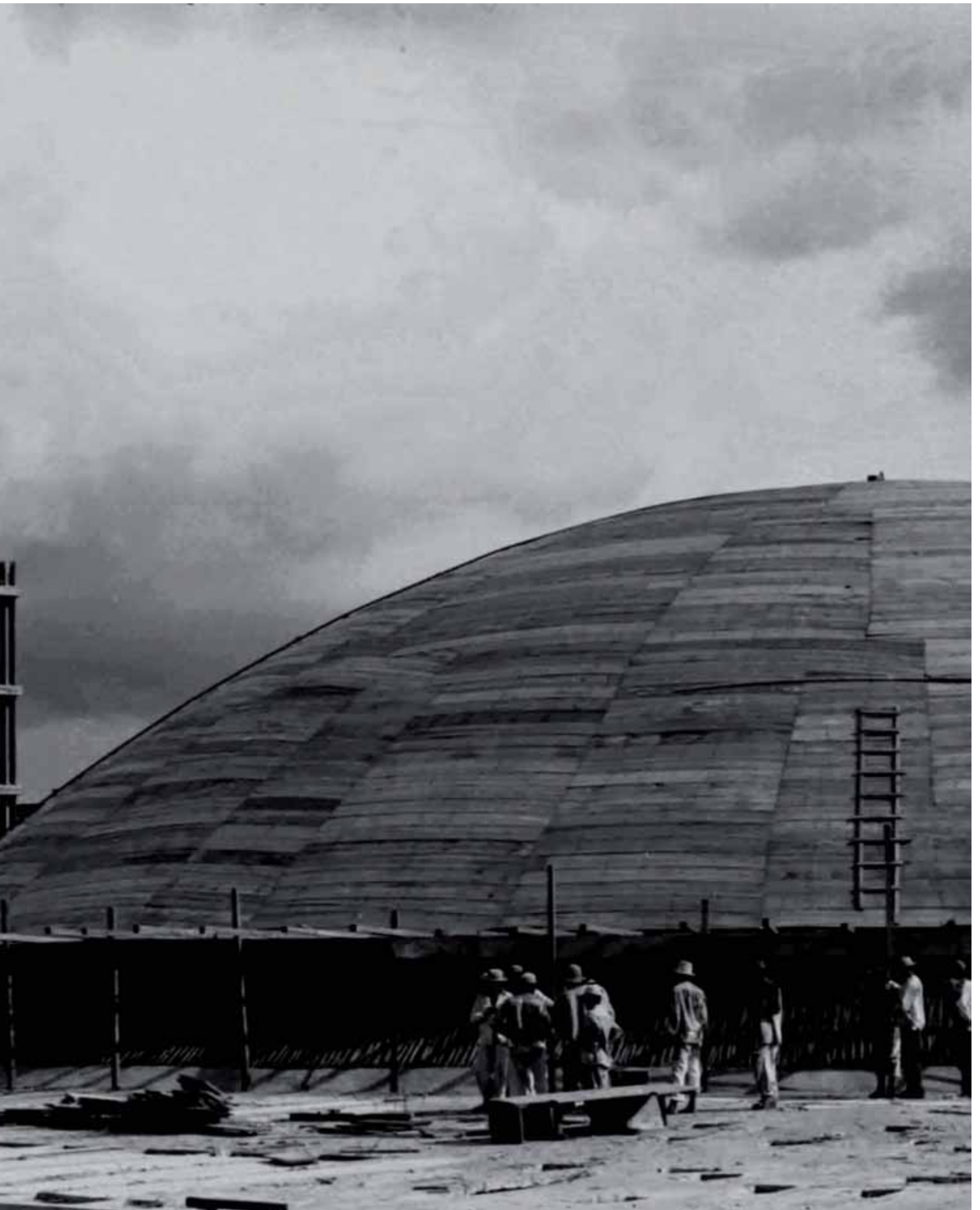
Outro episódio controverso ocorrido durante a construção de Brasília foi o caso conhecido como “o massacre da Pacheco Fernandes”. Não consta no livro de JK, mas no sábado de Carnaval de 1959, dia 07 de fevereiro, a Guarda Especial de Brasília (GEB) foi chamada ao alojamento da construtora Pacheco Fernandes para debelar uma suposta revolta dos trabalhadores. O motivo do protesto teria sido comida estragada servida aos operários. Após o confronto entre policiais e trabalhadores, o saldo foi de um morto e alguns feridos. Esta é a versão oficial. São várias as outras teses. Uma delas dá conta de que quando a GEB chegou ao alojamento, os ânimos haviam serenado e tudo estava calmo. A guarda teria interpretado aquele silêncio como uma emboscada. O acampamento era de tábuas. Quando GEB abriu fogo, as balas vararam as paredes de madeira. Dezenas teriam morrido. O jornalista Jorge Frederico de Almeida Santos possui gravações de supostas testemunhas oculares confirmando que houve uma chacina.

Com muitas mortes e acidentes ou sem tantas mortes e acidentes assim, o fato é que em pouco mais de



Construção do edifício do Congresso Nacional (31 de maio de 1958)







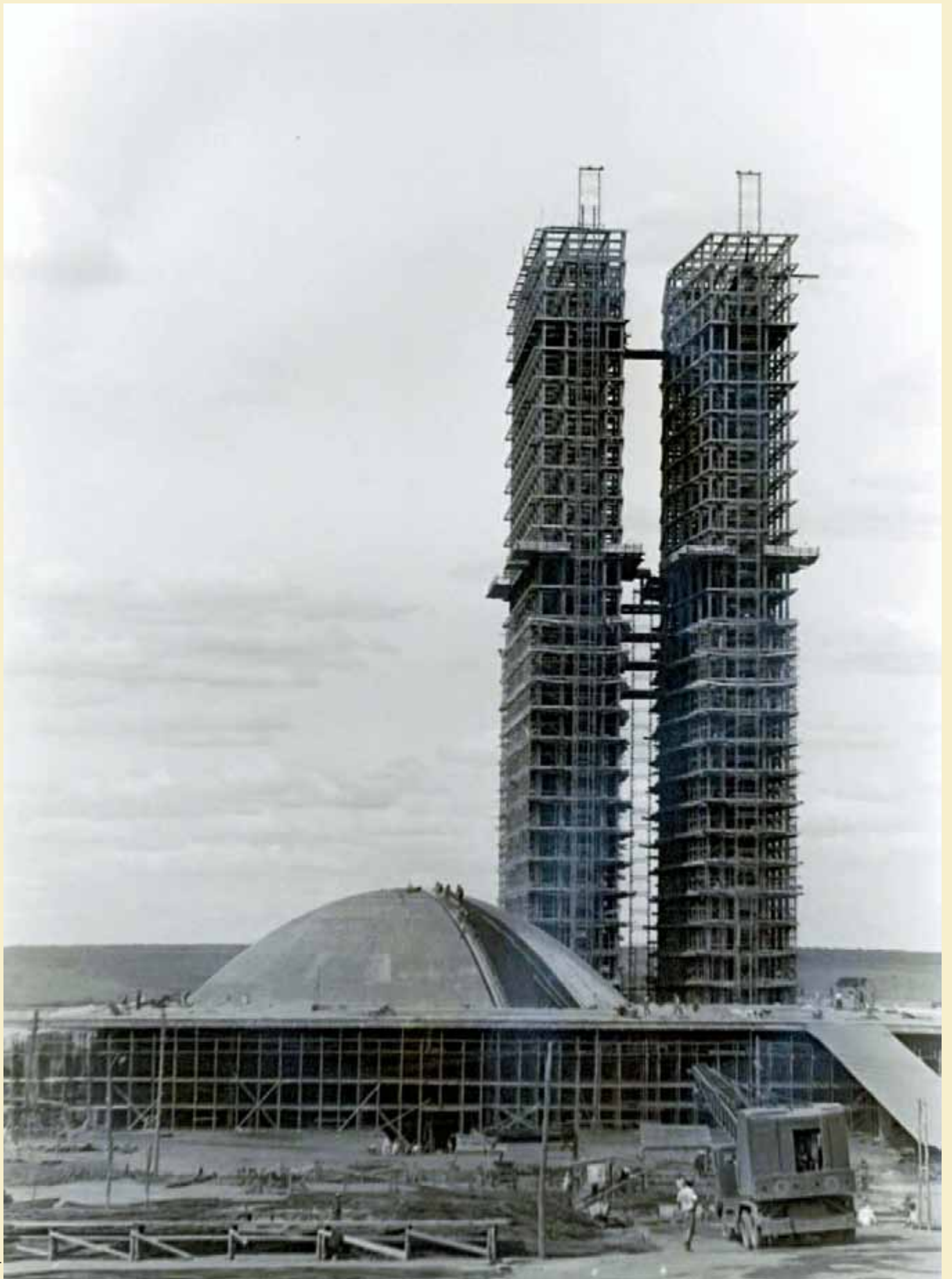


40 meses a nova Capital brasileira foi construída no meio do nada. Para que a empreitada fosse bem sucedida, os trabalhadores se revezaram em três turnos diários de oito horas cada. O fato de os moldes de madeira recheados de cimento terem cedido lugar às estruturas metálicas posteriormente revestidas de concreto, também fez com que a Capital Federal pudesse ser erguida com maior velocidade. Brasília foi a primeira cidade do País a contar com estruturas metálicas na maior parte de suas construções. No dia 13 de fevereiro de 1960, foi anunciada a conclusão do revestimento da cúpula do edifício do Senado. A área daquela cúpula é de 1.500 metros quadrados. A cúpula da Câmara dos Deputados mede quatro vezes mais: 6 mil metros quadrados.

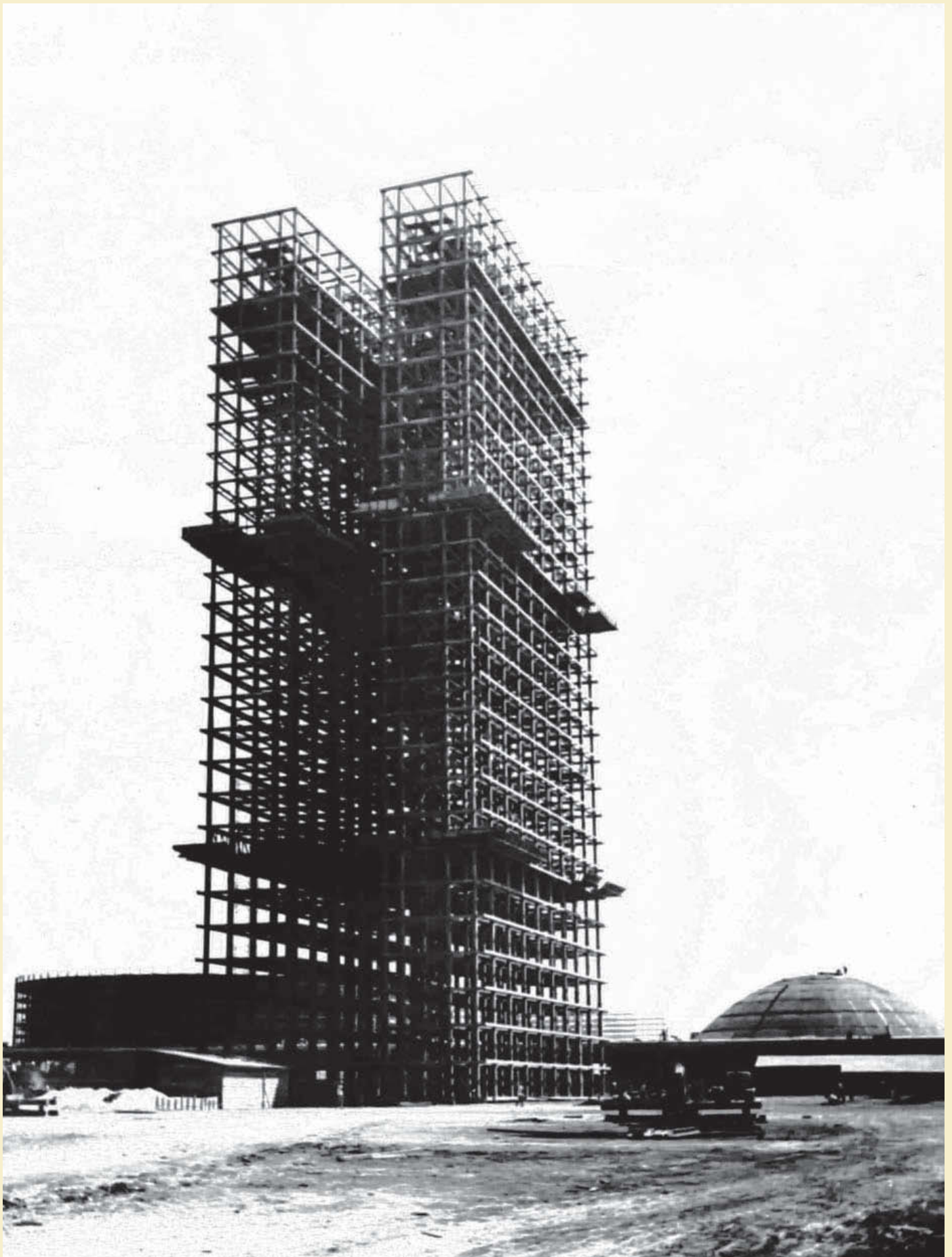
O Palácio do Congresso Nacional se completa com dois anexos: um para o Senado Federal e o outro para a Câmara dos Deputados, cada qual com 28 pavimentos. São os mais altos prédios previstos para Brasília, totalizando 29 mil metros quadrados. Eles foram construídos a partir de estruturas metálicas importadas dos Estados Unidos. No mesmo pacote, vinculado a empréstimos de US\$ 10 milhões, também foram adquiridas as estruturas metálicas dos 11 ministérios. Parte da oposição protestou contra o prédio projetado por Oscar Niemeyer. O deputado da UDN (União Democrática Nacional), Oscar Dias Corrêa, até apresentou projeto de lei autorizando o Poder Executivo a doar o Palácio do Congresso para a Prefeitura do Distrito Federal e abrir crédito especial para construir outra sede. Sua justificativa era que o edifício recém-inaugurado não era funcional. A proposição do deputado sequer foi encaminhada pela Mesa a qualquer comissão.

Até porque, o projeto de Niemeyer havia sido enviado previamente para exame e sugestões dos deputados e senadores. A princípio, nenhum parlamentar ofereceu qualquer contribuição ou reparo. No dia 25 de julho de 1957, inclusive, o próprio presidente Juscelino reuniu membros da Câmara e do Senado no Palácio das Laranjeiras. Na ocasião, ele apresentou a maquete do edifício do Palácio do Congresso Nacional. Oscar Niemeyer estava presente. Entre os senadores estavam Apolônio Jorge de Farias Salles, Filinto Müller, Antovilla Rodrigues Mourão Vieira, João de Lima Teixeira e Antonio de Freitas Cavalcanti. Também estiveram por lá os deputados Ulysses Guimarães, França Campos, Nicanor Silva, Miguel Eleusio, Marco Polo e Wilson Fadul.

Em 1958, foi criada uma comissão para estudar o projeto da nova sede do Senado em Brasília. O objetivo era “tomar conhecimento dos planos e projetos do imóvel que está sendo construído em Brasília, verificar se atendem às necessidades e conveniências do Senado, apresentar sugestões, se for o caso, e acompanhar a construção”. Os membros da comissão alegaram que, quando conheceram



Arquivo Público do Distrito Federal



o projeto, a construção do Plenário já se encontrava em adiantada fase de execução e que somente era possível modificar as divisões internas do anexo I e as dependências do prédio principal, o mesmo do Plenário, destinado aos serviços auxiliares.

- Pena é que edifício tão belo e majestoso, principalmente do ponto de vista da arquitetura escultural, não tenha sido planejado com a prévia audiência dos órgãos a que era destinado, a fim de que pudessem dizer quais as suas necessidades, antes de se entrar em fase da execução, e, portanto, a tempo de serem atendidas. Ter-se-iam, assim, evitado motivos para alterações que, em obra de tão apurada arte, dificilmente escapam ao perigo de deformar o que brotou harmoniosamente do pensamento criador do artista – estampa o Relatório da Presidência do Senado Federal, ao enumerar as atividades de 1960.

Em colaboração com os senadores da comissão, o consultor Isaac Brown analisou as plantas da obra e propôs alterações nos ambientes destinados à Presidência, Vice-Presidência, Secretaria da Mesa, Secretaria da Presidência, Taquigrafia, Comissões, Tipografia, Biblioteca, Arquivo, Almoxarifado, Diretoria de Ata e Orçamento. Também foi proposto que, diferente do projeto de Niemeyer, os serviços da Câmara e do Senado fossem inteiramente independentes. O único senador da comissão que votou contra essa tese foi o catarinense Francisco Benjamin Galloti Nascimento. Ao final da votação, ele observou: “fui vencido, mas não convencido”.

Inauguração

Três dias antes da inauguração de Brasília, os cerca de 900 jornalistas de emissoras de rádio, televisão, revistas e jornais do País e do exterior credenciados para a festa de transferência da Capital Federal queriam conhecer as dependências do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional. Os poucos autorizados à visita tiveram que retirar seus sapatos. Devido aos canteiros de obras espalhados, o chão da cidade era coberto por um tapete de barro vermelho. Os visitantes, inclusive alguns senadores, que quiseram olhar antecipadamente seu novo local de trabalho, entraram de meias para não sujar o piso na véspera da posse.

No dia da inauguração, apenas o bloco referente ao Plenário havia sido entregue. E mesmo assim, ainda com obras em execução e sem equipamentos funcionando regularmente, como o sistema de som, as campainhas, os telefones e o ar-condicionado. A mudança do Senado para sua nova sede foi um teste de resistência física e uma batalha contra o tempo. Ela se deu em dez dias. Uma comissão de servidores foi constituída para planejar e organizar a transferência. Eles prepararam, inclusive, um minucioso relatório com os nomes dos funcionários que



Arquivo Público do Distrito Federal



Inauguração de Brasília





tinham condições de se mudar para Brasília, o número de dependentes, com suas respectivas idades e até as necessidades escolares. Também foi levantado o mobiliário e os equipamentos dos gabinetes e demais dependências da Casa, dos senadores e servidores. O setor de transportes, até outubro de 1960, emitiu 1.590 passagens para Brasília, sendo 241 adquiridas de empresas de ônibus e 1.349 de avião.

Ao Setor de Habitação foi repassada a tarefa de obter apartamentos em número suficiente e condições compatíveis com as necessidades dos senadores e servidores do Senado. Somente com a interferência do primeiro-secretário, senador Cunha Mello, é que foram conseguidas 250 unidades habitacionais para os funcionários e 63 para os senadores. Porém, esse número foi insuficiente. Além do mais, o Grupo de Trabalho de Brasília (GTB), ligado ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), havia prometido entregar mobiliadas as residências dos senadores em troca do pagamento de uma taxa de uso. No dia 21 de abril de 1960, nenhum destes apartamentos estava totalmente mobiliado. Houve atraso, inclusive, na entrega das moradias. Somente no final daquele ano é que a situação pôde ser considerada satisfatória no que diz respeito a esse problema.

Quando Brasília foi inaugurada, as obras do edifício anexo do Senado registravam grande atraso. Os serviços administrativos que lá seriam acomodados tiveram que ser abrigados provisoriamente em outras dependências. Somente em setembro é que alguns andares começaram a ser liberados. A demora na conclusão das obras dificultou e, em alguns casos, impossibilitou a transferência para a nova Capital de equipamentos, serviços e servidores, que continuaram no Rio de Janeiro. A Biblioteca, por exemplo, somente no final de agosto teve o seu acervo instalado nas novas dependências.

O atraso das obras não foi o único problema registrado. Senadores reclamaram que a nova sede do Parlamento não era funcional. O arquiteto Oscar Niemeyer foi convocado para ouvir as reivindicações dos parlamentares e apresentar soluções. As reclamações iam desde o fato de os salões - todos imensos, belos e imponentes - não disporem de assentos para os visitantes até o tamanho dos gabinetes que, além de pequenos, possuíam janelas abaixo do nível da rua. Os parlamentares se recusaram a ocupar as salas dos anexos em virtude da frequente falta de energia elétrica. Com os elevadores parados, eles teriam que descer até 20 andares para chegarem ao térreo. Os tapetes dos corredores e salas do Senado foram retirados. Por conterem uma camada de espuma

separando-os do piso, eles ficaram macios demais e estavam incomodando aos mais velhos e aos que possuíam problemas de coluna.

O *Correio da Manhã* cobriu a mudança do Senado para Brasília. No dia 20 de abril de 1960, o jornal noticiou que deputados e senadores encontraram seus apartamentos sujos e inabitáveis, sem mobília e também os prédios sem elevadores, água ou energia elétrica. Alguns parlamentares resolveram dividir provisoriamente entre eles os apartamentos em melhores condições. No dia 11 de maio, o jornal estampou a manchete: “*Deputado tomou ‘no peito’ o apartamento*”. Foi o segundo suplente da bancada do PTB do Rio de Janeiro, Jonas Bahiense, o protagonista dessa história.

- Convocado para o exercício do mandato ainda na antiga Capital, obteve um apartamento em Brasília como os demais deputados, trazendo também sua família. Até aí tudo muito bem. No entanto, depois de instalado, alegando que a esposa não gostara da nova residência e preferira um apartamento vizinho (situado na quadra 108, Bloco 10, nº 504 pertencente ao IPASE), invadiu-o. O inquilino desse apartamento é o funcionário Carlos Tavares Lira, diretor de Orçamentos da Câmara, que já assinou o termo de responsabilidade pela moradia de que está sendo esbulhado. O servidor, acompanhado de sua família, deverá chegar ainda essa semana a Brasília e, até agora, apesar de ser do conhecimento geral o fato, a Mesa da Câmara não tomou qualquer providência quanto à invasão do domicílio – noticiou o *Correio da Manhã*.

Já a revista *O Cruzeiro* noticiou que o deputado Ozires Pontes, representante do Ceará, ao encontrar o seu apartamento sem a mobília que lhe havia sido prometida, desceu até a rua com um revólver, parou um caminhão que transportava uma mudança e ‘requisitou’ os móveis que estavam sendo levados para o apartamento do deputado paraense Océlio Medeiros. A revista *Veja* contou que algumas pessoas, desacostumadas com a novidade, se chocaram com as paredes envidraçadas. Um segurança teria barrado a entrada de um homem de meia idade, meio calvo, alegando que ele não se vestia adequadamente, por trajar um blusão em vez de paletó. Foi preciso alguém identificar o visitante. Só assim Oscar Niemeyer teve sua entrada liberada. A notícia é da edição especial da revista *Veja* publicada em novembro de 2009.

Dois dias antes da inauguração de Brasília, a movimentação por toda a cidade era intensa. Enquanto alguns operários prosseguiam no trabalho de conclusão das obras com cronograma atrasado, outros providenciavam a limpeza do que já estava pronto. As pessoas

que chegavam para a inauguração da cidade procuravam hospedagem. A poeira era a responsável por causar anticlímox em quem a visitava: A poeira, e a lama, quando chovia. As cúpulas da Câmara e do Senado estavam avermelhadas, cor de barro, ao invés de estamparem o branco projetado. As escadarias de mármore tiveram que ser raspadas e lavadas para tirar o encardido.



E João Goulart prossegue o seu discurso, interrompido constantemente por palmas prolongadas, até finalizá-lo da seguinte forma:

- A marcha para o Oeste, uma das grandes diretrizes traçadas pelo gênio imortal de Getúlio Vargas, sonhada pelos Inconfidentes, planejada por tantos estadistas, a tese de tantos sociólogos, hoje – mercê de Deus – se faz realidade pela ação patriótica do Senhor Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o grande construtor desta majestosa Capital, plantada no coração geográfico da nossa pátria. Senhores Congressistas, declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional na cidade de Brasília, Capital dos Estados Unidos do Brasil – encerra João Goulart, antes de passar a palavra para que Filinto Müller se pronuncie em nome do Senado Federal.

Filinto Müller destaca a colaboração que o Congresso Nacional deu à concretização do sonho de transferir para o Planalto Central a Capital do País, obedecendo ao preceito que figurava na Constituição brasileira desde 1891. Ele também enaltece o papel da população de todo o País, que se solidarizou com a iniciativa e lutou para que fosse bem sucedida. O Senador opina que de nada valeria o Brasil fortalecer sua economia e crescer como Nação se não alcançasse a meta de promover a integração dos seis milhões de quilômetros quadrados de território que integram a região central e sua população.

- É ainda essa integração, senhor Presidente Juscelino Kubitschek, que torna a obra de Brasília verdadeiramente eterna, verdadeiramente imortal, porque ela vem completar o ciclo de nosso desenvolvimento, da construção da nossa unidade nacional – declara Filinto Müller.

Instalado o Poder Legislativo na nova Capital Federal, João Goulart designa a mesma comissão que

havia acompanhado o Presidente Juscelino até a Mesa para conduzi-lo à rampa do Congresso. É difícil sair. O Salão Negro está ocupado pelo povo, que a todo custo tenta erguer JK nos braços para levá-lo até o automóvel presidencial que o aguarda do lado de fora. Para evitar a “homenagem”, em troca, Juscelino distribui centenas de autógrafos. Só assim consegue deixar o Palácio do Congresso Nacional em direção à Praça dos Três Poderes.

Referências bibliográficas

BEU, Edson. *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília : LGE, 2006.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1960.

BRASÍLIA...EM 300 QUESTÕES. Brasília :Dédalo, 2001.

DEPUTADO TOMOU “NO PEITO” O APARTAMENTO. *Correio da Manhã*, 11 maio 1960.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Porque construí Brasília*. Rio de Janeiro : Bloch, 1975.

LOPES, Luis Carlos. *Brasília: o enigma da esfinge: a construção e os bastidores do poder*. Porto Alegre: Ed. Universidade; São Leopoldo, Unisinos, 1996. p. 190, 197, 204.

MIRANDA, Yvonne R. de. *Memórias de uma repórter política*. Rio de Janeiro : Nórdica, 1996.

MUDANÇA LEMBRA PIQUENIQUE ONDE NOME FEIO E BALBÚRDIA SÃO COMUNS. *Correio da Manhã*, 20 abr. 1960.

OS CONSTANTES CORTES DE ENERGIA ELÉTRICA NAS OBRAS DO CONGRESSO VÊM OCASIONANDO SENSÍVEL ATRASO AO SEU ANDAMENTO. *Diário Carioca de Brasília*, 11 nov. 1959.

PRANCHA DESPENCOU O EDIFÍCIO DO CONGRESSO. *Diário Carioca de Brasília*, 23 set. 1959, p. 12.

RIBEIRO, Gustavo Sérgio Lins. *O capital da esperança*. Brasília : Edunb, 2008.

UM ACIDENTE RETARDOU A CONCLUSÃO DO ANEXO DO CONGRESSO. *Última Hora*, 28 abr. 1960.

DISCURSO PROFERIDO POR JOÃO GOULART, VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA E PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL, NA SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO EM BRASÍLIA

- “Senhor Presidente da República,
Eminência Reverendíssima Cardeal Manuel
Gonçalves Cerejeira,
Senhores Embaixadores em missão especial,
Senhores Ministros,

Senhores congressistas.

E com emoção que declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional em Brasília, a nova capital da República.

E com esta simples declaração, senhores senadores e senhores deputados, bem que poderíamos considerar, com o realce da síntese, num momento em que a eloquência está nos fatos e não nas palavras, cumprida a nossa missão, não fôra o imperativo de fixarmos, embora em poucos tópicos, o nosso testemunho de justiça e aprêço, que, sobretudo nesta Casa, pelo valor e responsabilidade de suas opiniões, especialmente neste ato, não devem faltar.

tão assinalados serviços ao Brasil, nunca regateou os aplausos de sua identificação com o imperativo da interiorização da Capital, para a conquista dos imensos vazios do território pátrio.

Justiça e aprêço, essencialmente, ao Povo Brasileiro, que, conduzido pelas inspirações do seu poder divinatório, soube, com estoicismo, suportar quantos sacrifícios lhe foram exigidos, a fim de que esta obra, que representará marco decisivo para a integração econômica brasileira, fôsse possível no tempo necessário.

Justiça e aprêço, porém, antes de todos, por um dever elementar que aqui se situa fora de quaisquer considerações político-partidárias e sejam quais forem as reservas pessoais dos diferentes matizes de opinião, àquele que foi nesta batalha tremenda, o idealizador e o artífice, o condutor audacioso e mesmo temerário, o permanente animador, o incedível distribuidor de fé, o primeiro responsável, em suma, pelo que estamos presenciando, com a categoria histórica que seria insanidade pretender recusar-lhe de “Criador de Brasília”, ao Senhor Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.



Acervo Arquivo do Senado



Arquivo Público do Distrito Federal

Justiça e aprêço ao Congresso Nacional, que cumprindo todos os seus deveres institucionais, mesmo no calor e no entrecorrente dos debates que constituem a beleza e a razão de ser de sua vida, não se poupou, em horas incontáveis de exaustiva atuação, para elaborar os instrumentos legais que lhe permitem, hoje, reforçado o mérito de sua decisão pelas dificuldades transitórias a que se submetem os seus integrantes e suas famílias nesta fase de adaptação e transferência, dar cumprimento à própria deliberação de efetivar a mudança na data fixada pela lei.

Justiça e aprêço aos responsáveis pela execução, em tão curto espaço de tempo, de obra tão complexa e monumental, desde aqueles que, arquitetonicamente, a conceberam ou lhe dirigiram a construção, até aos anônimos e já hoje “lendários candangos”, símbolo da pertinácia, do devotamento, da capacidade de ação, do trabalhador brasileiro, peça fundamental no destino deste grande país.

Justiça e aprêço aos que se mostraram capazes de sofrer as consequências do pioneirismo, aos que souberam compreender, aos que acreditaram, aos que tiveram aquela fé que remove montanhas, e mesmo aos que tiveram a grandeza de saber transigir, ou àqueles que fizeram de sua incredulidade um fator de estímulo aos responsáveis pelo cometimento.

Justiça e aprêço, de modo particular, à cidade maravilhosa do Rio de Janeiro, ao bravo povo carioca que, depois de tantos

E em meio a esses testemunhos de justiça e aprêço, que fiquem, também, aqui expressos os compromissos de todos nós – senhores Senadores e senhores Deputados – de fazer com que Brasília seja não apenas a bela e moderna capital de que tanto nos envidecemos, mas o instrumento principal de uma nova etapa, ainda mais dinâmica, da vida republicana, no embate sem quartel contra as injustiças sociais, contra o pauperismo, contra as distorções do subdesenvolvimento, abrindo para todos os brasileiros, num Brasil que emerge rapidamente para o primeiro plano da convivência internacional, as perspectivas de um futuro de valorização do seu papel humano, em um mundo de que desejamos de paz entre as nações.

A marcha para o Oeste, uma das grandes diretrizes traçadas pelo gênio imortal de Getúlio Vargas, sonhada pelos Inconfidentes, planejada por tantos estadistas, a tese de tantos sociólogos, hoje – mercê de Deus – se faz realidade pela ação patriótica do Senhor Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o grande construtor desta majestosa capital, plantada no coração geográfico da nossa pátria.

Senhores Congressistas, declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional na cidade de Brasília, capital dos Estados Unidos do Brasil.”

DISCURSO PROFERIDO POR FILINTO MÜLLER, VICE-PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, NA SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO EM BRASÍLIA

Excelentíssimo Sr. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira; Eminentíssimo Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira; Legado de Sua Santidade o Papa João XXIII, Gloriosamente Reinante; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Eminentes Cardeais do Brasil; Excelentíssimos Senhores Embaixadores Especiais; Excelentíssimos Senhores Governadores de Estado; Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado; Altas Autoridades; Senhores Congressistas, cabe-me a grande honra de ocupar esta Alta Tribuna para manifestar o intenso júbilo do Senado da República ao se instalar aqui, em pleno coração da Pátria, no antes deserto Planalto Central, a Nova Capital do Brasil, ou, para as nossas esperanças, a capital de um Brasil Novo.

Para a concretização do sonho mais que secular dos nossos estadistas, é bom acentuar, não faltaram em nenhum momento a compreensão e a colaboração do Congresso Nacional.

Ao assumir o Governo da República, entendeu Vossa Excelência, Senhor Presidente Juscelino Kubitschek – e entendeu acertadamente – dar imediato e cabal cumprimento ao preceito que figurava no texto da nossa Lei Maior desde 1891, segundo o qual deveria ser mudada para o Planalto Central a Capital do Brasil.

Ao ensaiar os primeiros passos para cumprir o imperativo constitucional, contou Vossa Excelência com ampla e entusiástica cooperação dos líderes das bancadas que o apoiavam e o apóiam no Congresso. E não só essas bancadas, mas a quase totalidade dos representantes do povo brasileiro no Parlamento Nacional se empenhou pela grande idéia, não regateando sua colaboração no sentido de armar o Poder Executivo de leis e recursos necessários à execução da obra gigantesca.

Sabia Vossa Excelência e sabíamos todos nós que a iniciativa exigiria um esforço imenso e imensos sacrifícios de toda ordem, mas Vossa Excelência enfrentou o problema com “audácia, energia e confiança”.

Nessa emergência, tão decisiva para os nossos destinos, não faltaram a Vossa Excelência, repito, compreensão, entusiasmo e ação decisiva do Congresso.

Também o povo brasileiro de Norte a Sul do País, através de todas as suas classes, se solidarizou com a magna iniciativa.

Todo o Brasil compreendeu o significado de Brasília. Todo o Brasil lutou por ela. Todo o Brasil pôs naquele sonho as suas esperanças.

Mas o Brasil compreendeu o significado exato de Brasília, porque vinha compreendendo e sentindo que uma nova era de progresso material começava a surgir para os nossos destinos. Era preciso marcar essa nova era com uma realização grandiosa e definitiva de sentido profundamente humano. É Brasília teve e tem esse sentido.

De fato, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, de nada valeria imprimir ao nosso País o ritmo de desenvolvimento que vem caracterizando nossa vida nestes últimos quatro anos e que já nos transformou de Nação subdesenvolvida em Nação economicamente forte; de nada valeriam os sacrifícios pedidos a todo o povo brasileiro; de nada valeriam as preocupações, as angústias, as incertezas e as esperanças dos que assumiram a responsabilidade de levar avante essa obra notável de recuperação nacional; de nada valeria tudo isso, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, porque tudo seria incompleto, se não tivéssemos a coroar esse gigantesco esforço, a meta profundamente humana de promover a integração na vida nacional de seis milhões de quilômetros quadrados (de território) que constituem o “grande vazio” da região central do País e, sobretudo, da população abandonada, esquecida, mas de indomável bravura e de inexcedível coragem, que “teimosamente”, a habita e a guarda com imenso amor pelo Brasil.

É essa integração, Senhores, que dá a Brasília o sentido generoso e humano que foi compreendido por todo o Brasil, que emocionou o Brasil, que mobilizou o Brasil para a grande realização!

É ainda essa integração, Senhor Presidente Juscelino Kubitschek que torna a obra de Brasília, verdadeiramente eterna, verdadeiramente imortal, porque ela vem completar o ciclo de nosso desenvolvimento, da construção da nossa unidade nacional.

Em poucos anos de trabalho, mas de trabalho incessante e exaustivo, de sacrifícios imensos, completa-se a obra da nossa integração que tem como marcos principais a civilização litorânea que tão grandes e tão assinalados serviços prestou à causa da unidade nacional; o bandeirismo dos Fernão Dias Paes, dos Raposo Tavares, dos Bartolomeu Dias, dos Pascoal Moreira Cabral, que ignorando

Tordesilhas vararam nossos sertões, dilataram as lindes da Pátria, abrindo caminho à ação dos Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, dos Ricardo Franco, dos Manoel Lôbo, dos Francisco Dias Velho que semearam fortins e núcleos de civilização nas nossas extremas; e agora Brasília, de onde partirá o impulso recuperador que há de suprimir desigualdades e levar o progresso aonde só havia abandono.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas:

Não vou elogiar o governante, ou o Governo que realizou esta obra grandiosa, porque as palavras de elogio, por mais altissonantes e rebuscadas que fôssem, não corresponderiam à importância, à magnitude da realização.

Limito-me a registrar nos nossos Anais aspectos e fatos que hoje nossa geração testemunha e que atestarão no futuro, para os que vierem depois de nós, toda a audácia, toda a energia, toda a confiança, que no dizer de Malraux, constituíram as virtudes fundamentais que animaram a construção da Nova Capital do Brasil.



Arquivo do Senado

Os fatos, e não simples palavras comporão na sua objetividade e com sua indestrutível presença o justo elogio dos que, vencendo tôdas as dificuldades e incompreensões plantaram neste planalto central a semente de uma nova civilização e afirmaram, ao mesmo tempo, a maturidade do Brasil no concôrto das Nações.

Senhor Presidente:

São dignas de admiração e até de inveja, afirmou Oswald Spengler as gerações que hajam tido a felicidade de testemunhar e de viver os grandes eventos que marcam as mudanças no ciclo da História.

Seriam assim, na concepção do grande filósofo dignos de inveja os homens que testemunharam ou que sofreram o martírio dos primeiros cristãos, porque participaram do surgimento de uma nova sociedade humana, alicerçada nas regras da moral de Cristo.

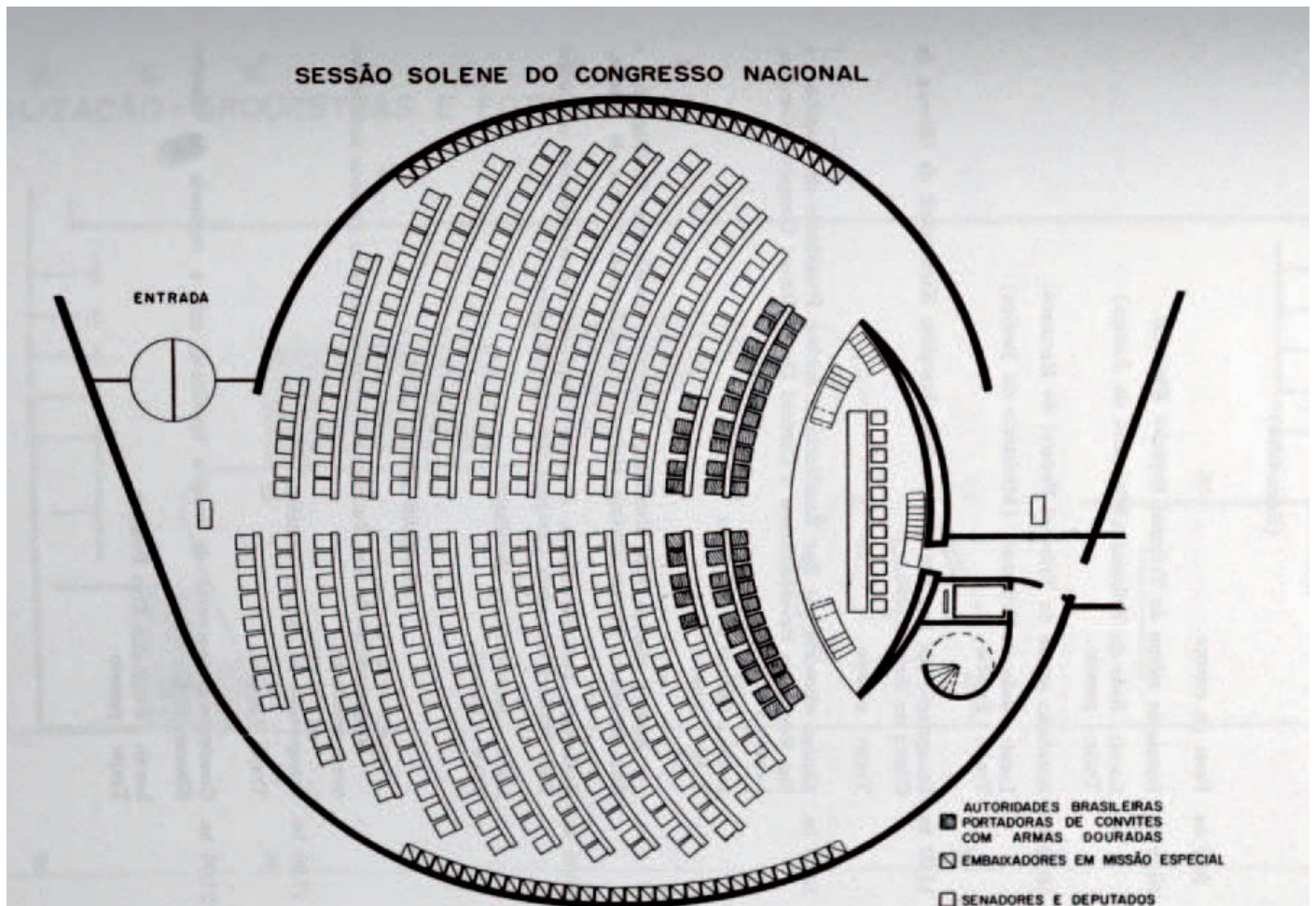
Dignos de admiração e de inveja seriam ainda os homens que viram entre incrédulos e estarecidos o aparecimento da esquadra turca "Corno de Ouro" e presenciaram a derrocada de uma civilização, ao tombar a inexpugnável Constantinopla sob o poderio dos Exércitos de Mahomet II.

Da mesma forma, seriam dignas de inveja as gerações que viveram as convulsões que sacudiram a França e toda a Europa deste 1789 até o fim da maravilhosa época do Grande Corso. E dignas de admiração e de inveja serão no futuro, a admitir-se a conceituação de Spengler, as gerações que neste século sofreram as angústias de duas grandes guerras mundiais entremeadas por uma sangrenta e profunda revolução social que ainda não

parou, que assistiram ao formidável progresso da aviação, da telecomunicação e ao domínio da energia nuclear pelo homem, que vibraram de emoção em face o lançamento de satélites; que estão cooperando na construção de uma nova sociedade mais justa e, por isso mesmo, mais humana orientada pela verdades da "Rerum Novarum" e da "Quadrágésimo Ano". Dignos de inveja e felizes os que em meio a tantos sofrimentos, podem "sentir" que são testemunhas e também atores do grande drama da evolução universal.

Senhor Presidente!

Ao meditar sôbre estes aspectos quase sempre trágicos da evolução da Humanidade o nosso pensamento é levado a considerar o que ocorre atualmente entre nós. Vemos aqui um povo imbuído de um ideal, animado por uma mística, confiante na sua própria capacidade realizadora, que se lança coeso e íntegro e audaz à conquista da própria independência econômica e à complementação da sua unidade nacional. Vitoriosos felizes, então, podemos considerar-nos, nós brasileiros, porque sem massacres, sem sangue derramado, sem perturbações de ordem social, sem destruições, sem violência, sem ódios mas com sacrifício consciente de comodidades, mas com ardor patriótico e inabalável confiança no futuro, mas com trabalho incessante, mas com audácia, energia e coragem, aceitamos o repto da História de que nos fala Toynbee e estamos construindo nestas paragens outrora desertas, abandonadas e esquecidas a Nova Civilização que o Santo sonhou, e que há de concorrer para que o Brasil seja cada vez maior e cada vez mais felizes os brasileiros.



Primeira sessão do Senado

Diferente do que estava previsto na programação oficial, no dia 21 de abril, só houve a instalação do Congresso Nacional em Brasília. As sessões previstas da Câmara e do Senado para o início dos trabalhos do Legislativo na nova Capital ficaram para depois. O argumento oficial foi que o Plenário do Senado ainda não estava concluído.

Não foi isso que publicou o *Correio da Manhã* de 22 de abril de 1960: “Golpe político tirou do programa reunião ordinária do Legislativo”, noticiou o jornal. Os enviados especiais Bernardino de Carvalho e Fábio Mendes escreveram que a decisão foi motivada pelo fato de que senadores de oposição estariam propensos a propor questões de ordem relacionadas com as péssimas acomodações reservadas aos parlamentares.

A dupla de repórteres testemunhou que os dirigentes das duas Casas, Ranieri Mazzilli e Filinto Müller, conversaram várias vezes na manhã do dia 21. Trajando fraque, cartola e colete preto, eles discutiram várias vezes supostamente sobre o adiamento das sessões.

Porém, no dia seguinte, o Senado realizou sua primeira sessão na nova Capital. Às 10h30, Filinto Müller abriu os trabalhos. Diversos senadores ocuparam a tribuna para registrar o momento histórico que foi a inauguração de Brasília. Se realmente senadores ameaçaram criticar as condições dos apartamentos, desistiram. O tom da reunião foi de euforia e festa.

Nessa sessão foi protocolado o primeiro projeto apresentado na nova Capital. A proposta do senador Atilio Vivacqua, o PLS 20/60, pretendia instituir a cooperação entre a União, as unidades federativas, os municípios, autarquias e entidades particulares para resolver problemas urbanísticos e habitacionais. Com esse objetivos a proposição criava o Fundo de Habitação e o Conselho Nacional de Urbanismo e Habitação. O projeto tramitou até o dia 06 de maio de 1964 quando, rejeitado, foi enviado ao arquivo.

A decisão mais importante tomada na primeira reunião do Senado em Brasília foi interromper o funcionamento da Casa por algumas semanas, para que pudesse haver a conclusão das obras e da mudança. O Presidente Juscelino Kubitschek não gostou da interrupção dos trabalhos, pois significava a confirmação das críticas desferidas pela oposição de que Brasília ainda não oferecia plenas condições para o funcionamento do Congresso e sequer dispunha de habitações decentes para os parlamentares.

O líder da oposição, senador João Vilasboas, não compareceu à inauguração da nova Capital e garantiu que somente viajaria para Brasília quando o apartamento que lhe fora disponibilizado estivesse em condições de ser habitado: com elevador, água, luz, gás e móveis. Vilasboas ameaçou, inclusive, não retornar do recesso no dia 1º de junho, caso não se resolvessem as questões de habitabilidade. Havia sido decidido que os senadores passariam todo o mês de maio em recesso. Porém, a Comissão Diretora determinou a reabertura da Casa no dia 10 de maio, 20 dias antes do prazo previsto para o reinício das atividades normais.

Fonte:

CARVALHO, Bernardino de; MENDES, Fábio. Golpe político tirou do programa reunião ordinária do legislativo. *Correio da Manhã*, 22 abr. 1960.

CRS 20,00 - N. 420 - RIO DE JANEIRO - 7 DE MAIO DE 1960

Manchete



Manchete, n. 420, maio 1960

BRASÍLIA ANO I

A Reportagem do Século

Senatus, Brasília, v.8, n.1, p.38-43, abr. 2010

Manoel Vilela de Magalhães

A primeira sessão legislativa em Brasília


O clima festivo de inauguração da nova Capital chegara ao final, na cidade semi-pronta, com a poeira ainda sem assentar. Poeira e vento. À época, quando vinha o vento, a poeira subia pelas alturas. A população local, os que já estavam em Brasília, que era Goiás, davam a isso o nome de *Saci*, que, na verdade, é o nosso conhecido redemoinho. Redemoinhava firme, parecendo que iria destruir tudo ou, ao menos, erguendo nos ares papeis e folhas secas.

Muitas obras por acabar na cidade nova, que diziam não ter esquinas. Mas como as há! Ministérios da Esplanada prontos, apenas alguns. O prédio do Congresso Nacional, sim, estava completo, mas ainda tinha problemas de estrutura, poucos telefones e certa precariedade na sinalização interna. Meio labiríntico, mas com esquinas a cada centena de passos. Para encanto dos servidores, parecia um sonho o funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal num mesmo prédio, tendo como divisa a cor do tapete: verde na Câmara, azul no Senado.

A administração preocupava-se com questões de logística. Numa cidade sem transporte coletivo, o problema era encontrar meio prático para levar os funcionários, de seus apartamentos, na Asa Sul ou no Cruzeiro, para a Praça dos Três Poderes. O Senado optara por uma pequena frota de microônibus e isso equivalia a ganhar a *sorte grande*: não tão altos, cabiam na entrada principal, que dava para a *chapelaria*, como era chamado (até hoje!) aquele posto, atualmente destinado a triagem eletrônica de acesso à Casa. A Câmara ficara a ver navios ou, melhor, ônibus. Um deles, grandalhão, engastalhou no teto ao tentar chegar à porta de entrada, diante do Salão Branco. A alternativa foi estacionar os ônibus ao lado da rampa.

A Sessão Solene do Congresso Nacional (sessão conjunta) realizou-se no dia 21 de abril, a data da inauguração de Brasília. Depois, ainda em abril, foi a vez da primeira sessão ordinária do Senado.

Não sei como era a rotina legislativa no Rio. Eu vinha de São Paulo e lá eram reduzidíssimas as informa-



A imprensa - nacional e estrangeira - registrou as cerimônias de inauguração da nova Capital.

A voz de Jungo Coubeert enchou a recinto: "Declara instalados os nossos trabalhos nesta cidade de Brasília, Capital da República"

A primeira reunião do Congresso na nova Capital



Uma hora antes da cerimônia já era intenso o movimento do novo palácio do Legislativo. Centenas de pessoas invadiram as galerias e quando JK entrou, irromperam em cânticos: "Juscelino! Juscelino!" O Presidente, acompanhado de uma comissão de senadores, agradeceu levantando os braços.



Manchete, n. 420, maio 1960

dos Estados Unidos do Brasil." Nas primeiras filas do plenário estavam os ministros, os governadores dos Estados e altas autoridades



Manchete, n. 420, maio 1960

A revista Manchete cobriu exaustivamente todas as solenidades de inauguração de Brasília.



ções sobre a “mecânica” de funcionamento do Legislativo, a não ser pela leitura do noticiário. Não imaginava, assim, como seria a cobertura de uma sessão, a começar pela quase nenhuma familiaridade quanto aos diferentes momentos da estrutura em plenário (expediente, ordem do dia, votação, líderes etc.) O bom é que a maioria esmagadora dos repórteres credenciados na Casa atuaram no Rio e foram transferidos com a mudança da Capital. Todos, portanto, habituados à rotina plenária, então no Palácio Tiradentes.

Novato no cenário, contei com a ajuda de muitos colegas, em especial da jornalista Leyla Rangel Castello Branco, que, além de repórter, era também servidora do Senado. De São Paulo, como eu, era também o repórter da *Folha*. Fiquei conhecendo também outros colegas, incumbidos da cobertura política, nada a ver com o registro da sessão plenária. Entre eles, Carlos Castello Branco e Fernando Lara Rezende, do *Jornal do Brasil*, Reinaldo Gonçalves Ribeiro, do extinto *Correio da Manhã*, e Marcos Faria, de *O Globo*.

A boa notícia, para mim, é claro, foi quando descobri que a *Taquigrafia* fornecia, ao Comitê de Imprensa, cópias dos pronunciamentos e os resultados das votações em plenário, quase em tempo real. Verdadeira *mão na roda* na hora de redigir o noticiário, com a seleção, para registro, dos fatos de maior relevância.

Faltavam-me dados sobre, por exemplo, a composição das bancadas, as atribuições dos líderes partidários, questões para mim estranhas, como também sobre *quorum* e outras atividades semelhantes. Nenhum demérito. Afinal, os repórteres que tinham vindo de São Paulo eram habituados a outro cenário. Os colegas do Rio ironizavam – ou brincavam – afirmando que em São Paulo nada ocorria que merecesse destaque no noticiário nacional. “As coisas importantes acontecem somente no Congresso Nacional” – diziam.

O Congresso Nacional, a partir daquele ano, *já era Brasília*, onde, então, é que as coisas importantes passariam a acontecer. E assim tem sido. Com incrível velocidade, as duas Casas Legislativas assumiram toda a força da modernidade.

Isso era 1960. No começo, uma semana antes da inauguração, o choque diante do cerrado e sua vegetação retorcida. Tudo diferente do restante do Brasil, felizmente dando força ao Legislativo e ao Brasil para a renovação de costumes e métodos.

Antonio J. Barbosa

O Senado em Brasília:

uma história de cinco décadas

Agência Brasil



A decisão política de transferir a sede do governo para o interior do País integra o contexto de profunda transformação que muda a face do Brasil a partir da Era Vargas (1930-1945) e no pós Segunda Guerra Mundial. Independentemente do juízo de valor que se faça a respeito da dispendiosa construção de uma cidade no enorme vazio do Planalto Central, o certo é que a nova Capital foi decisiva para desvelar, aos olhos dos brasileiros do litoral e das regiões Sul e Sudeste, um Brasil até então praticamente desconhecido.

Nesse sentido, Brasília também simboliza a incorporação do Norte e do Centro-Oeste ao moderno processo de desenvolvimento nacional.

A expressão “um país em movimento”, usada para definir a experiência vivida pelo Brasil na segunda metade do século passado, diz bem das profundas, rápidas e diversificadas mudanças ocorridas no País naqueles anos. A imagem de uma economia essencialmente agrária – em larga medida assentada na monocultura exportadora e em arcaicos padrões de produção e de organização social – era substituída pela crescente industrialização. A sociedade, historicamente vinculada ao universo rural, urbanizava-se com impressionante rapidez. A grande expansão da matrícula nas escolas também apontava para uma nova realidade que, certamente, contribuiria para promover alterações no próprio cenário político.



O Senado, que a recém-inaugurada Brasília acolhe no imponente Palácio do Congresso Nacional, cuja arrojada arquitetura logo se transformou num dos mais conhecidos símbolos da cidade modernista, é regido pela Constituição de 1946. Assim, ele recuperava o sentido original de instância legislativa máxima de representação do federalismo brasileiro que a primeira Carta republicana – a de 1891 – lhe conferira, sob inspiração do modelo norte-americano. Por essa razão, teria número fixo de representantes (três por estado e pelo Distrito Federal), eleitos pelo princípio majoritário para cumprir um mandato de oito anos, exatamente o dobro do que caberia aos deputados federais. Para que não pairasse dúvida acerca da absoluta igualdade entre as unidades da Federação, o Senado seria presidido pelo Vice-Presidente da República. Câmara Alta por excelência, atuava como autêntica Casa revisora, com o início do processo legislativo praticamente monopolizado pela Câmara dos Deputados.

O difícil começo

O batismo de fogo do Senado em Brasília deu-se depois de pouco mais de um ano da transferência da Capital. Empossado na Presidência da República em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros renuncia a 25 de agosto, em clara tentativa golpista. O Senado, de maioria pessedista desde 1946 – PSD que estreava na oposição –, outra coisa não faz senão tomar ciência da decisão e, ante a ausência do Vice-Presidente João Goulart, em viagem oficial à longínqua República Popular da China, empossa o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, na chefia do governo.

Os dias que se seguiram foram de intensa crise política, que por pouco não leva a Nação à guerra civil. Em um contexto de crescente radicalização ideológica, com a Revolução Cubana trazendo os ventos da Guerra



Fria para o continente americano, os três ministros militares, certamente falando em nome de amplos setores da direita brasileira, vetaram a posse de Goulart. Ante a óbvia demonstração golpista, reagiram as forças legalistas, tendo à frente o governador gaúcho Leonel Brizola.

A solução para o impasse veio, como de hábito, do Congresso Nacional. Visto por muitos como uma espécie de “golpe branco”, o parlamentarismo foi adotado como forma conciliatória e claramente provisória. Um dos principais artífices dessa saída foi o deputado pessedista mineiro Tancredo Neves, não por acaso escolhido para ser o primeiro presidente do Conselho de Ministros. A opção parlamentarista, em uma República presidencialista por excelência, não seria aceita por muito tempo. Passado o risco imediato de uma indesejável conflagração, as principais lideranças políticas do País, de Goulart a JK, de Lacerda a Magalhães Pinto, contra ela se voltaram. Antecipado, o plebiscito, em janeiro de 1963, decidiu, por esmagadora maioria, pela volta do presidencialismo.

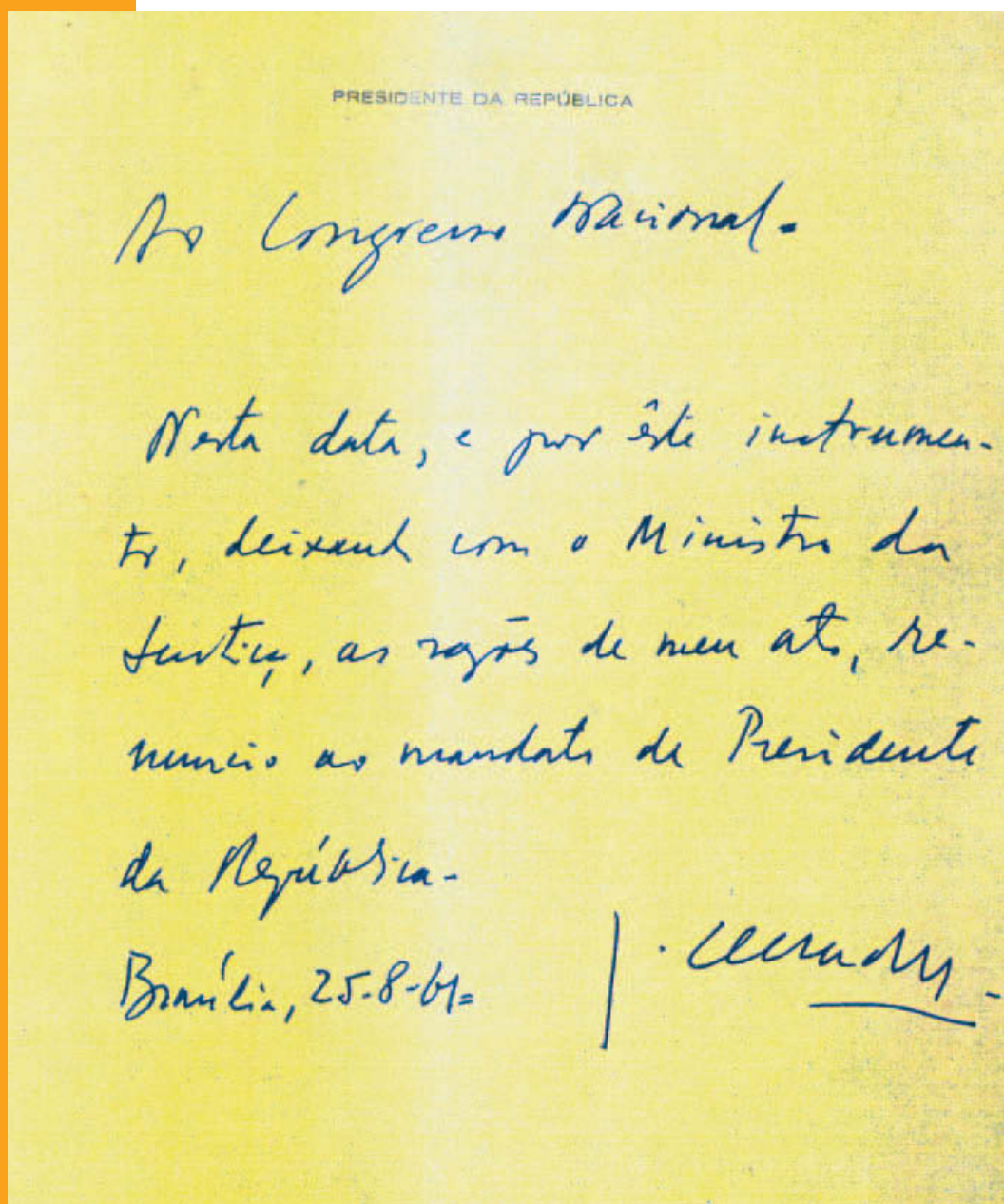
A partir das eleições legislativas de 1962, realizadas em meio a acentuada polarização ideológica, com candidatos direitistas recebendo generosos financiamentos para suas campanhas, muitos dos quais de origem norte-americana, o governo Goulart foi a crônica de uma morte anunciada. Assim, à medida que o Presidente se esforçava por implantar suas “reformas de base” e por angariar apoio popular, a oposição reagia e, no Congresso Nacional, UDN e PSD cada vez mais se identificavam na luta contra o “esquerdismo”.

No Senado, figuras como a do presidente Auro de Moura Andrade ganham extraordinária relevância. Da mesma forma que agiu para que o PSD divulgasse nota expressando sua preocupação com o quadro de crise profunda vivido pelo País (outubro de 1963), ele assumiu a iniciativa de convocar extraordinariamente o Congresso (anunciada em novembro), eliminando-se o recesso de final de ano, como forma de se precaver contra eventual golpe de Jango contra as instituições.





O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, é empossado na Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros.



Carta de renúncia de Jânio Quadros

A NAÇÃO

do janguismo e do betzolismo, bem como a evolução do PTB para a candidatura Juscelino Kubitschek.

A questão militar — A linguagem usada pelos oradores reabriu a questão crucial do papel das Forças Armadas, tal como ele é definido pela Constituição: defesa da pátria, garantia dos poderes constitucionais, "da lei e da ordem". As Forças Armadas deram cobertura, involuntária, não só à pressão reformista sobre o Congresso, como aos ataques virulentos proferidos contra um dos "poderes constitucionais".

Esse papel revela que no comando supremo das Forças Armadas só haveria, no momento, adeptos do ovinismo, e nenhuma reação dos institucionalistas, aqueles que distribuem sua lealdade pelos três poderes, negando-se a seguir a política ovinista de lealdade prioritária ao Presidente da República.

Este, em recente discurso militar, defendeu uma nova teoria e deixou claro o seu modo de pensar favorável à participação militar na política de estatização da economia progressiva.

Cisões perigosas — Nota-se que a reação democrática a essa evolução está enfraquecida pela perplexidade. O quadro militar é nebuloso e dividido, com a presença de forte corrente de esquerda em diversos comandos fundamentais.

120 mil na praça

Rio — Segundo cálculos da imprensa carioca, 120 mil pessoas assistiram na sexta-feira passada ao comício em favor das reformas de base, realizado no Rio com a presença do Presidente João Goulart. Delegações provenientes de vários Estados afluíram ao Rio para participar da manifestação, que durou quatro horas e foi realizada diante da estação da Central do Brasil.

No palanque montado pelo Exército — que destacou cerca de 3 mil soldados para o policiamento —, encontravam-se os membros do Ministério, parlamentares, líderes sindicais, os governadores Miguel Arraes, Seixas Dória e Badger Silveira.

Só ocorreu um incidente durante a manifestação, quando os archotes, empunhados por trabalhadores da Petrobrás, puseram fogo em faixas carregadas pela multidão. A correria provocada pelas chamas causou ferimentos leves em 100 pessoas e a morte da Professora Edéa Pinheiro Gomes, que foi atirada ao chão e pisada.

O discurso mais longo — uma hora e cinco minutos — foi o do Presidente Goulart. Ele anunciou a assinatura de dois decretos, o da SUPRA e o da encampação das refinarias particulares, e a próxima assinatura de um terceiro, o do tabelamento dos aluguéis.

Defendeu longamente a necessidade das reformas de base no país, e assinou: "Não me animam — e é bom que a nação me ouça — quaisquer propósitos de ordem pessoal. Os grandes beneficiários das reformas serão acima de tudo o povo brasileiro e os governos que me sucederem.

12

Divisão, talvez, mais expressiva é a da Igreja diante dos rumos do reformismo.

Quando as duas instituições sociais mais sólidas e estáveis, baseadas na hierarquia e na disciplina, apresentam — de que o conflito católico de Belo Horizonte é um sintoma alarmante —, teme-se que uma reação democrática não possa contar integralmente com apoios fundamentais. Terá de apoiar-se no próprio jogo político. Principalmente, no entender dos observadores, terá de contar com a capacidade de mobilização que revelarem os candidatos à Presidência da República.

A hora dos candidatos — A política presidencial revela no comício seu caráter antieleitoral. Ali, o pleito de 1964 nem sequer foi mencionado. Ao contrário, a ênfase sobre as reformas constitucionais e o destaque dado ao plebiscito jogaram para longe as figuras eleitorais e as próximas eleições. As afirmações relativas à elegibilidade de todos os brasileiros estavam muito mais vinculadas à idéia geral da reforma constitucional ou da eleição de uma Constituinte do que à idéia de consolidar o processo eleitoral vigente pelo seu aperfeiçoamento.

Diante do reformismo antieleitoral e plebiscitário, os candidatos estão seriamente ameaçados. Aquilo que se temia, a superposição de dois processos políticos, o plebiscitário e o eleitoral, poderá ameaçar o segundo processo.

"O Governo reafirma seus propósitos de lutar não apenas pela reforma agrária, mas pela tributária, pela eleitoral ampla, pelo direito do voto ao analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros", concluiu Goulart.

Antes do Presidente Goulart, discursaram sobre o tema das reformas líderes sindicais e estudantis, os parlamentares Sérgio Magalhães, Artur Virgílio, Mário Lima, Hélio Ramos, Doutel de Andrade e Leonel Brizola, os governadores Miguel Arraes, Seixas Dória e Badger Silveira e o Vice-governador carioca, Elói Dutra.

Assinalou o Deputado Leonel Brizola, em seu discurso, já ter ouvido do Presidente Goulart o desejo de pôr à disposição do povo o seu cargo, "desde que seja eleita uma Constituinte com

o voto dos analfabetos, dos cabos e dos sargentos".

Três, para começar

Rio — O Presidente João Goulart assinou no fim da semana passada três decretos: o de expropriação de terras, elaborado pela Superintendência da Política Agrária — SUPRA; o que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Petrobrás, todas as refinarias particulares de petróleo do país; e o que tabela o preço dos aluguéis de imóveis.

Com a assinatura do decreto de expropriação de terras elaborado pela SUPRA, não poderão mais ser apropriadas as propriedades de área superior



A esposa do Presidente ficou no palanque durante todo o tempo de seu discurso.

VISÃO, 20 DE MARÇO DE 1964

A imprensa da época acompanhou e noticiou o comício convocado por João Goulart no Rio de Janeiro (mar. 1964).

O clima político era francamente contrário à democracia. À esquerda e à direita, todos conspiravam contra ela. O cenário torna-se ainda mais pesado quando Jango convoca, para 13 de março de 1964, um grande comício a ser realizado no centro do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o Presidente age no sentido de afastar Moura Andrade da presidência do Senado. A reação do PSD foi drástica: rompe formalmente com Goulart (10 de março). Com o voto contrário do PTB, mas com o apoio de cerca de dois terços da Casa, Moura Andrade reelege-se presidente, em nítido desafio a Jango. O epílogo da crise se dá a 31 de março.

Sob o autoritarismo

Formalmente, o golpe de Estado concretizou-se na segunda sessão conjunta do Congresso Nacional. Naquele 02 de abril de 1964, os parlamentares ouviram o presidente Moura Andrade declarar, entre aplausos e protestos, a vacância da Presidência da República e investir no cargo o deputado Ranieri Mazzilli. Detalhe: Goulart ainda estava em território brasileiro, no Rio Grande do Sul.

Atos Institucionais se sucedem e alteram vivamente o processo legislativo. Câmara e Senado passam a contar com prazo exíguo para a aprovação de propostas encaminhadas pelo Executivo, que assume atribuições antes pertencentes ao Legislativo. Por ato de força, extinguem-se os partidos políticos e surgiam

a Aliança Renovadora Nacional (Arena), situacionista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Nas eleições para o Senado, em 1966, os arenistas obtiveram 57% dos votos.

Pode-se afirmar que as eleições de 1974, especialmente em relação ao Senado, transformaram-se no grande momento de inflexão do regime militar. A impressionante escalada eleitoral do MDB levou os detentores do poder, Geisel à frente, a conduzir, com rédeas curtas, o processo de distensão “lenta, gradual e segura”. Com aparentes contradições, em que medidas liberais eram seguidas de concessões à “linha dura” – os chamados “bolsões radicais, mas sinceros”, conforme definição do general Presidente –, a abertura seguia o compasso de “sístole e diástole”, como entendia Golbery do Couto e Silva.

Das 22 cadeiras em disputa para o Senado naquele ano, a oposição consentida conseguiu a façanha de conquistar 16, sem contar que um dos arenistas eleitos, o alagoano Teotônio Vilela, com sua vigorosa pregação pelas liberdades democráticas, acabou por se transferir para o MDB. Nomes pouco conhecidos nacionalmente chegam ao Senado e ajudam a escrever a nova história da Casa e do País. Seriam, entre outros, os casos de Itamar Franco (MG), Orestes Quércia (SP), Paulo Brossard (RS) e Marcos Freire (PE). A partir dessas eleições, o Senado tende a se constituir no grande palco do debate político brasileiro.



Chegada ao Congresso Nacional dos generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, eleitos Presidente e Vice-Presidente da República (1974).

A crise do autoritarismo

As eleições de 1974 permitiram dupla interpretação. De um lado, explicitam a evidente tendência oposicionista do eleitorado, sobretudo o urbano. De outro, fazem emergir o claro sinal de perigo de desmoronamento do regime. Assim, as eleições de 1976 seriam realizadas sob nova legislação, particularmente em relação à propaganda (Lei Falcão), profundamente cerceadora.

O pior viria a seguir. Em fins de março de 1977, o Congresso decide rejeitar a Proposta de Emenda Constitucional da Reforma do Poder Judiciário. A reação foi imediata: em menos de 48 horas, o Congresso Nacional entrava em recesso compulsório. Em abril, várias medidas são anunciadas pelo Governo Federal e, neste “Pacote”, constavam a suspensão temporária das atividades do Legislativo, a promulgação da Emenda da Reforma do Judiciário e, principalmente, a um só tempo, a ampliação do mandato presidencial, a transformação em indiretas das eleições estaduais e a escolha indireta de um terço do Senado (“biônicos”).

Em 1979, veio a reforma partidária. Sob a liderança de dois tradicionais adversários políticos de Minas Gerais, que também se destacariam como senadores, Tancredo Neves e Magalhães Pinto, surgia o Partido Popular (PP), de efêmera duração. Em 1980, foram restabelecidas as eleições diretas para os governos estaduais, e a totalidade do Senado voltaria a ser eleita pelo voto direto. Em 1983, a despeito da extraordinária manifestação das ruas, a Emenda Dante de Oliveira, propondo as eleições presidenciais diretas, não obteve o número de votos suficientes para ser aprovada.

Arquivo da Câmara dos Deputados



Deputado Dante de Oliveira, que apresentou emenda propondo as eleições presidenciais diretas.

Veja, n. 448, p. 20-21, abr. 1977.

Veja, n. 450, p. 20-21, abr. 1977.





Geisel na televisão: não é para punir os congressistas

OS RISCOS DO RECESSO

Ao anunciar, pela televisão, o recesso do Congresso Nacional, na noite da última sexta-feira, o presidente Ernesto Geisel talvez não tenha sido das últimas esperanças de que durante seu mandato pudessem acontecer uma vigorosa corrida de instituições políticas para a democracia plena — sob o acentado no início de seu governo, sob o inspirado rito de distúrbio, e cada vez menos cívico no mundo político, desde quando preocupações econômicas começaram a sobrepor às preocupações eminentemente institucionais. No fim da semana, com o Congresso fechado e a deci-

que o presidente pudesse concretizar a reforma do Judiciário, tecnicamente impedida na Câmara dos Deputados pelo terço de representantes ali evadidos pela oposição. Mas com ela serão decretadas outras reformas políticas que vão assegurar, para a Arena, vitórias em todos os níveis da disputa pela preferência do eleitorado. "Um ato desses, por menor que a gente admita, não deixa de ser um retrocesso", reconheceu, à porta do Superior Tribunal Militar, onde participava da cerimônia de entrega das medalhas da Ordem do Mérito Judiciário Militar, o procurador geral da República Henrique Fonseca de Araújo.

"Usarei esses poderes muito naturalmente", disse o presidente ao sair do Palácio — e, com seus argumentos, políticos, a convicção de que o mandato não durará muito mais de dez dias, quem sabe quinze. Geisel não lançou, portanto, uma condenação geral aos militares e às suas lideranças, igualmente não pôs elogios à Arena, que no momento necessário compareceu disciplinadamente para votar os textos que lhe interessam, embora com votos majoritários incluídos na Constituição. E, em favor das boas intenções e da situação presidencial, também não foram lançados dezesseis pedidos de cassação de mandatos de parlamentares oposicionistas, que Geisel, presidente, cuidou de repelir.

Gracias a isso, ganhou alento a expectativa de que pelo simples espírito de rejeição da reforma do Judiciário nenhuma punição desse tipo aconte-

O vasto saguão da Câmara em recesso

se estiveram ausentes dos cuidados com que Geisel pediu os passos que seriam dados para vencer a resistência emdeitada no Congresso. No final da tarde de quarta-feira, ao receber as lideranças que lhe levaram o resultado fielmente, fez-lhes uma longa exposição dos motivos que o levariam a decretar o recesso parlamentar e fez com que o chefe de Gabinete, Celso, general Golbery do Couto e Silva, lesse, em inglês, uma carta recebida do presidente americano Jimmy Carter.

Devidamente instruídos, os chefes de gabinete absteram-se de fazer revelações sobre o conteúdo desse documento, que o próprio governo americano prefere manter reservado, segundo informações posteriores do Hamarary. Naturalmente, Carter escreveu antes do desfecho do drama da reforma do Judiciário e é muito provável que o tenha feito assumindo as mesmas esperanças de melhoria nas relações Brasil-Estados Unidos que o correspondente de VILA em-



Camargo diante dos gravadores: o governo não está encucalado

cio Lafayette de Andrada saboreava o seu chá com bolachas de todas as variedades, na companhia do assessor Alberto Pereira da Cunha.

Primeiro passo — Foi um dia de definições, a última quinta-feira, e também de alguns embargos. No Palácio do Planalto, encerradas suas duas semanas de trabalho legislativo, o presidente Ernesto Geisel cancelou todos os compromissos marcados para a tarde, e também os do dia seguinte. Na sexta-feira ele permanecerá no Palácio da Alvorada, onde descansou do estorço feito e se dedicou a preparar o discurso a ser pronunciado nesta segunda-feira, em São Paulo, na abertura de um seminário sobre comércio exterior.

Antes de se retirar do Palácio do Planalto, no entanto, Geisel recebeu o telegrama que do outro lado da Praça dos Três Poderes lhe foi endereçado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Thompson Flores, congratulando-se pela expedição da emenda constitucional número 7, por ele sutilmente apresentada como mero "primeiro passo para a almejada reforma do Poder Judiciário". O STF, autor do diagnóstico das mazelas do Judiciário que orientou a feitura do projeto de reforma, pelo Executivo, declarava-se assim insatisfeito, e Flores acrescentaria um comentário conclusivo em seu telegrama: "Conto que a ela se hão de seguir a Lei Orgânica da Magistratura e a legislação pertinente, no sentido de sua real implantação, proporcionando, só assim, novos e modernos métodos, pronta e eficaz distribuição da justiça, ansio de todos os brasileiros". De São Paulo, o Centro Acadêmico XI de Agosto, dos alunos da Faculdade de Direito da USP, preferiu dirigir manifesto diretamente "ao povo brasileiro", para "protestar do modo mais veemente contra mais esse abuso".

No Rio de Janeiro, o flemático novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro, mostrou-se decepcionado "na forma e no conteúdo", porque a reforma "não é a que o povo brasileiro reclama". Do outro lado do mundo, finalmente, em Canberra, na Austrália, o deputado Celso Borja ocupou durante toda a semana seu lugar de diretor do Conselho da União Interparlamentar, sempre à espera de uma notícia sobre a reabertura do Legislativo, no Brasil. Borja viajou munido de algumas garantias de que o recesso não iria além da segunda-feira, dia de abertura do Conselho da União, e certamente não se sentiu confortável entre seus companheiros de diretoria — afinal, a Interparlamentar não permite a presença de delegados de países cujos parlamentos não estejam em pleno funcionamento.

No Palácio do Planalto, o assessor de Imprensa, coronel José Maria de Toledo Camargo, também teve um dia cheio. Camargo desdobrou-se em seguidos encontros com os jornalistas, nem sempre bem-humorados, durante os quais, além de garantir que o governo não sentia necessidade de oferecer explicações ou esclarecimentos sobre os atos baixados, comentou, provocado por uma pergunta, a situação de Borja: "O governo brasileiro não está encucalado nem preocupado com a opinião internacional, em Canberra ou em lugar nenhum".

Vitória arenista — As explicações, se fossem julgadas necessárias, deveriam referir-se às duas emendas constitucionais e aos oito decretos-leis baixados pelo presidente da República, com base nos poderes legislativos que lhe confere o AI-5, durante o recesso do Parlamento, por ele próprio decretado, na sexta-feira retrasada, também com base no AI-5. Eles tratam de temas complexos e diversificados, desde a duração do man-



Geisel na Vila Militar: festejando a Revolução

A imprensa nacional acompanhou a decretação do recesso compulsório do Congresso Nacional, analisou os motivos e as consequências de tal decisão.



A transição democrática

Da mesma forma que marcara a inflexão do regime militar, com a inesperada vitória oposicionista nas eleições de 1974, dez anos depois, o Senado dá o tom do encaminhamento final do regime de exceção. Em meio ao aprofundamento da divisão entre as forças situacionistas, com a vitória de Paulo Maluf na convenção do PDS que indicou o candidato oficial à sucessão presidencial indireta, as principais lideranças oposicionistas buscavam ampliar apoios para a vitória no Colégio Eleitoral.

Surgia a Frente Liberal, com dissidentes do PDS. Dela vem o nome do senador José Sarney para ser o candidato a Vice-Presidente do indicado pelo PMDB, o ex-deputado e ex-senador Tancredo Neves. A 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney eram eleitos. As imagens do Congresso Nacional, bem como do ocorrido pelo País afora, atestam o verdadeiro significado do acontecimento: uma eleição indireta com todos os ingredientes de uma eleição decidida pelo voto popular.

Em razão da enfermidade do titular, Tancredo Neves, que morreria a 21 de abril, quem toma posse e cumpre integralmente o mandato é o Vice José Sarney. Uma série de decisões tomadas naquele ano de 1985 aponta para a rápida conclusão do longo processo de abertura, recolocando o País nos trilhos da normalidade democrática.

Em sequência, vieram importantes decisões. Em maio, emenda constitucional fazia retornar a eleição presidencial direta, instituía a representação política no Distrito Federal e admitia o direito de voto aos analfabetos. Em junho, lei aprovada pelo Congresso

Nacional regulamentava o alistamento eleitoral e o acesso ao voto dos analfabetos. Em outubro, eram editadas as normas relativas à organização política no Distrito Federal. Nas eleições para o Congresso Nacional, que também exerceria as funções de Assembleia Constituinte, foi ampla a vitória do PMDB, fato que se repetiria, em 1986, com a eleição de 22 governadores filiados ao partido.

Instalados em 1º de fevereiro de 1987, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte estenderam-se até 05 de outubro de 1988, quando foi promulgada a “Constituição Cidadã”, na definição de Ulysses Guimarães. Nas primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960, realizadas em 1989, o vitorioso foi Fernando Collor de Melo. Após processo de investigação conduzido pelo Congresso Nacional, o Presidente foi afastado do cargo em 1992, assumindo a Presidência da República seu Vice, o ex-senador Itamar Franco, que concluiu o mandato.

Na nova experiência democrática brasileira, o Congresso Nacional aprovou todos os planos de estabilização econômica apresentados pelo Executivo. Além de ter criado e conduzido diversas Comissões Parlamentares de Inquérito, legislou sobre temas relevantes, entre os quais podem ser citados o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Mecenato Cultural (1991), as cotas para a representação política das mulheres (1995), as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Responsabilidade Fiscal (2000), o novo Código Civil (2002), o Estatuto do Idoso (2003), a Reforma do Judiciário (2004) e o combate à violência contra a mulher – Lei Maria da Penha (2006).

Tancredo Neves,
eleito Presidente da República, faleceu antes de tomar posse.

José Sarney,
eleito Vice-Presidente da República, tomou posse após
o falecimento de Tancredo Neves.





Sessão Solene de Instalação da Assembleia Nacional
Constituinte em 1º fev. 1987.

Arquivo da Câmara dos Deputados



Participação popular no dia da eleição de Tancredo Neves – 15 jan. 1985



50 anos do Senado Federal em Brasília

Fatos marcantes: 1960 a 2010



Acervo Senado

1960

- Em 22 de abril, foi realizada a **primeira sessão do Senado Federal em Brasília**.
- A transferência do Distrito Federal para Brasília ocorreu durante a 2ª sessão legislativa da 41ª legislatura. Os senadores eleitos pelo antigo Distrito Federal passaram a representar o Estado da Guanabara. O Senado, pela Constituição de 1946, deveria ter em sua composição 66 senadores, representando os 21 estados e o Distrito Federal. Entretanto, apesar da Constituição prever a representação para o Distrito Federal e a Emenda Constitucional nº 2, de 1961, estabelecer que o Congresso Nacional deveria fixar a data das primeiras eleições de seus representantes, essa prerrogativa nunca foi regulamentada. Portanto, existiam apenas 63 representantes dos estados no Senado Federal.
- A Constituição de 1946, vigente à época, determinava que cada unidade da Federação elegeria três representantes no Senado. Cada senador tinha apenas um suplente.
- Foram sancionadas, entre outras, a Lei nº 3.751, de 13 de abril, que estabelece a organização administrativa do Distrito Federal, e a Lei nº 3.754, de 14 de abril, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal; Lei nº 3.752 de 14 de abril (Lei Santiago Dantas), que ditou as normas para a convocação da Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara; Lei nº 3.807, de 26 de agosto, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.



1961

- A 10 de janeiro, o senador Taciano Gomes de Mello (PSD) renuncia ao mandato, por ter sido escolhido para o Tribunal de Contas do Distrito Federal. Não havia suplente a ser convocado, pois Sócrates Mardocheu Diniz, que havia sido eleito com esse propósito, havia falecido no ano anterior.
- O Tribunal Superior Eleitoral marcou eleições para 04 de junho, com o propósito de eleger outro titular e seu suplente. No pleito, o ex-presidente **Juscelino Kubitschek é eleito**.
- Em 24 de janeiro, a presidência do Senado Federal anuncia o início da divulgação radiofônica dos trabalhos do Congresso Nacional.
- Em sessão conjunta, às 10 horas e 45 minutos do dia 31 de janeiro, foram solenemente empossados perante o Congresso Nacional os srs. Jânio da Silva Quadros e João Belchior Marques Goulart, eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da República, para o período de 31 de janeiro de 1961 a igual data de 1966.
- A promulgação da Emenda Constitucional nº 3, ocorrida em 24 de maio, dispõe sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e territórios federais.
- O Presidente Jânio Quadros encaminhou, em 25 de agosto, o texto de sua renúncia.
- A Emenda Constitucional nº 4, de 02 de setembro, institui o sistema parlamentar de Governo.
- João Goulart prestou compromisso constitucional, perante o Congresso Nacional, no dia 07 de setembro. Na ocasião indicou o nome de Tancredo Neves para primeiro-ministro.
- No período, foram sancionadas, entre outras, as seguintes leis ordinárias: Lei nº 3.924, de 26 de julho, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; Lei nº 4.020, de 20 de dezembro, que considera cidade satélite o chamado Núcleo Bandeirante, no atual Distrito Federal; Lei nº 4.024, de 20 de dezembro, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.



1962

• Desde a promulgação da Constituição de 1946, foi esta a primeira vez que se elegeu presidente para o Senado Federal entre os senadores. O cargo de Vice-Presidente da República foi extinto pelo artigo 23 da Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o parlamentarismo no Brasil, pois o cargo é inexistente no parlamentarismo. Dessa forma, o cargo de presidente do Senado, que até então era ocupado pelo Vice-Presidente da República, passou a ser provido por um dos membros da própria Casa; nesta feita pelo **senador Auro de Moura Andrade**.

• Criação da Comissão do Distrito Federal, incumbida de estudar as proposições relativas ao Distrito Federal.

• O falecimento do senador Francisco Gallotti, em 16 de dezembro de 1961, deixou vaga uma das cadeiras da representação do Estado de Santa Catarina durante toda a sessão legislativa de 1962. Não havia suplente a ser convocado, pois o senador Gallotti era suplente do senador Nereu Ramos, que falecera em pleno exercício do mandato. Marcado para 03 de junho, o pleito destinado à escolha do novo titular e do seu suplente deixou de processar-se por falta de inscrição de candidatos. Assim, das 63 cadeiras representativas da composição da Casa apenas 62 tiveram ocupantes.

• Dois projetos de leis complementares à Emenda Constitucional nº 4 (Ato adicional) foram objetos de estudo nesta sessão. O primeiro, o projeto de lei complementar nº 2, de

1962, foi encaminhado à sanção pela Câmara dos Deputados e passou a constituir a primeira lei complementar ao Ato Adicional publicada sem número no Diário Oficial de 17 de julho (data da sanção). O segundo se transformou na Lei Complementar nº 2, ao Ato Adicional.

• A Lei Complementar nº 2, de 16 de setembro de 1962, ao Ato Adicional, fixa a data do plebiscito para ratificar a escolha o sistema de governo.

• Principais leis ultimadas nesta sessão legislativa: Lei nº 4.070, que eleva o território do Acre à categoria de Estado; Lei nº 4.117, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações; Lei nº 4.121, que dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada; Lei nº 4.131, que disciplina a aplicação de capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior; Lei nº 4.132, que define os casos de desapropriação por interesse social; e Lei nº 4.137, que regula a repressão ao abuso do poder econômico.

• Instalação do Salão Nobre.

• Instalação, no Plenário, do equipamento de votação eletrônica retirado do Palácio Monroe, no Rio de Janeiro.

• Aquisição de um equipamento “Multilít-Offset”, para tornar possível a execução de trabalhos de impressão que não pudessem ser feitos com a devida presteza pela impressora oficial.

• O Senado iniciou a produção de material noticioso para o programa *A Voz do Brasil*, no horário reservado ao Congresso Nacional.



1963

• A Lei nº 4.070, de 1962, elevou o Território do Acre a Estado. Sua representação no Senado, a partir de 1963, elevou o número de senadores para 66.

• O senador Argemiro de Figueiredo e outros haviam apresentado o Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1962, no qual propunham a revogação da Emenda Constitucional nº 4 (Ato Adicional) e o restabelecimento do sistema presidencial. Terminada, na noite de 22 de janeiro, a sua tramitação, foi a Emenda Constitucional, que recebeu o nº 6, solenemente promulgada em sessão conjunta convocada para as 16 horas do dia 23, tendo sido publicada no Diário do Congresso Nacional correspondente a essa sessão, ainda no mesmo dia, a fim de que entrasse imediatamente em vigor.

• O Senado Federal enfrentava, desde o Rio Janeiro, dificuldades para imprimir a tempo as suas publicações (avulsos, anais, livros, entre outros). A Imprensa Nacional não conseguia prover os trabalhos com a urgência necessária. Foram feitas tentativas de utilizar as oficinas gráficas do IBGE e até mesmo gráficas particulares, mas essas tentativas se mostraram inadequadas. Com as mudanças para o Planalto, as dificuldades nesta área se agravaram enormemente. Máquinas foram adquiridas e a Comissão Diretora mandou preparar um galpão provisório onde foram instaladas, lançando, assim, as bases para os serviços gráficos. A Comissão Diretora julgou adequado pedir ao Senado Federal autorização para organizar adequadamente os serviços gráficos. Foi, então, promulgada a Resolução nº 20, de 1963, que autorizou a Comissão Diretora a organizar os Serviços Gráficos do Senado, para atender às necessidades da Casa em matéria de trabalhos de impressão e correlatos, utilizando o equipamento existente e outros que viessem a ser adquiridos.

• Finalização de um amplo edifício, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e executado pela Companhia Construtora Nacional, para abrigar os serviços gráficos. Início das obras destinadas à usina elétrica, também projetada pelo mesmo arquiteto e confiada à mesma construtora.

• Criação do Serviço de Informação Legislativa. No futuro, se tornaria a atual Subsecretaria de Edições Técnicas, responsável pela publicação da Revista de Informação Legislativa e várias publicações.

• O Senado Federal exerceu, pela primeira vez, as novas atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 33, da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, que determinou ser necessária a aprovação do Senado Federal dos nomes escolhidos para integrarem o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

• Principais leis ultimadas nesta sessão legislativa: Lei nº 4.215, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil; Lei nº 4.266, que institui o salário-família do trabalhador.

• Em 04 de dezembro, o senador Arnon de Melo (PDC-AL), atirou contra Silvestre Péricles (PTB-AL). Os tiros disparados por Arnon erraram o alvo e mataram acidentalmente o suplente de senador José Kairala (PSD-AC). A Presidência prendeu em flagrante e entregou à Justiça os dois membros da Casa e levou a efeito os atos processuais que a Constituição e o Regimento Interno impunham. O Senado Federal aprovou, em 07 de dezembro, a Resolução nº 35 e concedeu a permissão necessária para que as autoridades judiciárias pudessem atuar no caso.



1964

- Cumprindo o disposto no artigo 2º do Ato Institucional, o Congresso Nacional reuniu-se para eleger os novos Presidente e vice-Presidente da República. O General Humberto de Alencar Castelo Branco foi escolhido para a Presidência e, para a Vice-Presidência, o deputado José Maria Alkimin.
- Durou exatamente 45 minutos a solenidade na qual o Marechal Castelo Branco tomou posse na Presidência da República, diante do Congresso Nacional, na tarde do dia 15 de abril. Na mesma ocasião, foi empossado o vice-Presidente.
- No dia 08 de junho de 1964, eram cassados o mandato e os direitos políticos do então senador por Goiás Juscelino Kubitschek de Oliveira, ex-Presidente do Brasil.
- Lançamento do primeiro fascículo da **Revista de Informação Legislativa**.
- Devido às frequentes interrupções na corrente elétrica, que acarretavam ocorrências desastrosas como a interrupção dos trabalhos do Plenário e o fato de senadores e funcionários ficarem presos nos elevadores, a Comissão Diretora optou pela instalação de usina elétrica de emergência, capaz de manter em funcionamento todos os órgãos da Casa. Sendo assim, foi autorizada a importação de quatro conjuntos de geradores dinamarqueses, sendo três de 250KVA e um de 480KVA.
- Destacam-se as seguintes leis incorporadas ao acervo legislativo do País nesta sessão legislativa: Lei nº 4.319, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Lei nº 4.504, que dispõe o Estatuto da Terra; Lei nº 4.516, que cria o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO); Lei nº 4.330, que regula o direito de greve; Lei nº 4.440, que institui o salário-educação.



Acervo Gráfica do Senado

1965

- Em 17 de fevereiro, foram inauguradas as **novas instalações do Serviço Gráfico**.
- Leis que foram produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 4.717, que regula a ação popular; Lei nº 4.729, que define o crime de sonegação fiscal; Lei nº 4.740, que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos; Lei nº 4.771, que institui o novo Código Florestal.
- A Emenda Constitucional nº 17, de 26 de novembro de 1965, regulou o veto parcial, estipulando que deveria abranger o texto do artigo, parágrafo, inciso, item, número ou alínea por inteiro. Dessa maneira, desapareceram os vetos de palavras que, em tantos casos, mutilaram textos legais.

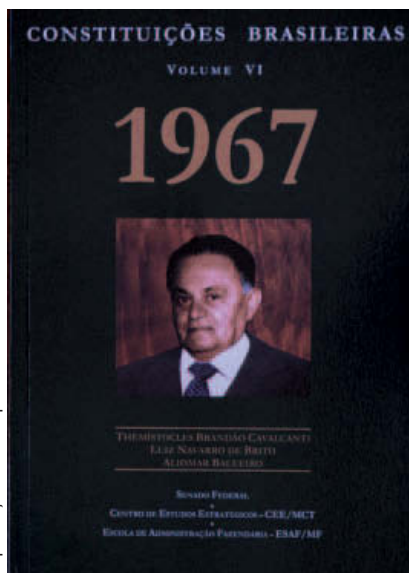


1966

- Principais leis ultimadas na sessão legislativa: Lei nº 5.027, que dispõe sobre o Código Sanitário do Distrito Federal; Lei nº 5.107, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Lei nº 5.108, que institui o Código Nacional de Trânsito.
- Novas atribuições do Senado foram introduzidas pela Lei nº 5.000, de 24 de maio e a Lei nº 5.010, de 30 de maio. A primeira, que dispõe sobre a concessão do aval do Tesouro Nacional em operação de crédito no exterior, estipulou (art. 8º, parágrafo 1º) que as operações de crédito a serem contratadas com essa finalidade, que ultrapassarem o limite fixado neste artigo, dependerão da aprovação ou ratificação do Senado Federal. A segunda organizou a Justiça Federal de primeira instância, determinou que a nomeação de juiz federal e de juiz federal substituto será precedida de assentimento do Senado Federal.
- No dia 03 de outubro, às 16 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, os membros do Congresso Nacional se reuniram para a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República. Os únicos candidatos inscritos eram o Marechal

Arthur da Costa e Silva (para Presidente) e Pedro Aleixo (para Vice-Presidente). Compareceram à sessão 51 senadores e 285 deputados, mas apenas 253 deputados e 41 senadores votaram, e todos os 294 votos foram a favor do candidato único.

- Início dos estudos para organização e implantação da Rádio Congresso. Foram tomadas diligências para a realização de estudos e projetos para o estabelecimento de convênios com os produtores de equipamentos radiofônicos, no País e no exterior.
- Substituição dos microfones, tanto da Mesa como das bancadas, para obtenção de maior funcionalidade.
- O Ato Complementar nº 23, 20 de outubro, **decreta o recesso do Congresso Nacional** a partir da data do Ato até 22 de novembro.
- O Ato Institucional nº 4, de 07 de dezembro de 1966, convoca extraordinariamente o Congresso Nacional com o objetivo de discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República.



1967

- No dia 24 de janeiro, foi promulgada a **Constituição de 1967**.
- A Constituição de 1967 determinou que o Senado Federal fosse composto por três senadores, representantes dos estados. Cada senador seria eleito com seu suplente.
- A nova Constituição estabeleceu que o Senado Federal deveria legislar pelo Distrito Federal.
- No dia 15 de março, às 10 horas e 45 minutos, realizou-se a sessão destinada à posse do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, e do Vice-Presidente, Pedro Aleixo.
- Principais leis aprovadas nesta sessão legislativa: Lei nº 5.275, que dispõe sobre o salário-mínimo de menores; Lei nº 5.316, que integra o seguro de acidentes de trabalho na previdência social; Lei nº 5.327, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.
- Na madrugada do dia 23 de agosto, os meios parlamentares foram abalados com a triste e inesperada notícia do

falecimento de **Isaac Brown**, secretário-geral da Presidência do Senado.

- Nascido em 15 de abril de 1900, no Rio de Janeiro, Isaac Brown colou grau na Faculdade Nacional de Medicina em 1931, mas, em 1926, já havia começado sua carreira pública como amanuense na Prefeitura do antigo Distrito Federal. Posteriormente, entrou por concurso público na Câmara dos Deputados. Instalada a Assembleia Constituinte, em 1946, foi nomeado secretário de sua Presidência, então exercida por Mello Vianna. Tão logo concluídos os trabalhos constituintes, foi o Dr. Isaac Brown nomeado secretário-geral da Presidência do Senado.
- Em homenagem à sua memória, o Senado não realizou a sua sessão ordinária do dia 23 de agosto, tendo dedicado a do dia seguinte à exaltação de sua personalidade. Ele foi ainda homenageado na sessão do Congresso Nacional do dia 23. No mesmo dia, a Câmara dos Deputados consignou um voto de profundo pesar pelo seu falecimento. Seu corpo foi velado no Salão Negro do Senado.



Reprodução Elvio Gasparotto

1968

- Principais leis ultimadas na sessão legislativa: Lei nº 5.443, que dispõe sobre a apresentação dos símbolos nacionais; Lei nº 5.453, que institui o sistema de sublegendas; Lei nº 5.479, que dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e parte de cadáver para finalidade terapêutica e científica; Lei nº 5.512, que autoriza a construção da Ponte Rio-Niterói; Lei nº 5.536, que dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas e cria o Conselho Superior de Censura; Lei nº 5.537, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP).
- Pela primeira vez, desde a promulgação da Constituição de 1967, o Senado Federal teve oportunidade de tomar conhecimento e decidir sobre a proposta do Presidente da República, relativamente à proibição e limitação temporária de emissão e lançamento de obrigações, de qualquer natureza, dos estados e municípios (art. 69, parágrafo 1º, "C", da Constituição Federal). Assim sendo, o Senado Federal editou a Resolução nº 58, de 1968.
- Em 13 de dezembro, entra em vigor o **Ato Institucional nº 5**, que deu poderes excepcionais ao Presidente da República e suspendeu várias garantias constitucionais.
- O Poder Executivo baixou o Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro, que decretou o recesso do Congresso Nacional, a partir da data do Ato.

1969

- Em 17 de outubro, foi **outorgada a Emenda Constitucional nº 1**, modificando praticamente toda a Constituição de 1967 e mantendo o AI-5.
- Não houve eleição da Mesa do Senado, pois o Ato Complementar nº 48, de 24 de fevereiro, prorrogou, enquanto durasse o recesso parlamentar, o mandato das Comissões ou Mesas Diretoras do Senado Federal, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais.
- O Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, prorrogou novamente o mandato da Mesa Diretora, dessa vez até o dia 31 de março de 1970.
- O recesso foi suspenso em 22 de outubro de 1969, por intermédio do Ato Complementar nº 72, de 15 de outubro.
- Cinco senadores (Aarão Steinbruch, João Abrahão, Arthur Virgílio, Mário Martins e Pedro Ludovico) tiveram seus mandatos cassados, na forma do artigo 4 do Ato Institucional nº 5. Seus lugares ficaram vagos até a eleição seguinte, conforme o disposto no parágrafo único do referido artigo. Dessa forma, durante os anos de 1969 a 1970, existiam no Senado 61 representantes dos estados.
- Foi declarado vago, por intermédio do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro, o cargo de Presidente da República,



em virtude da enfermidade que acometeu o Presidente Costa e Silva. Da mesma forma, foi declarado vago o cargo de Vice-Presidente da República. O mesmo ato determinou que a eleição para os dois cargos fosse realizada no dia 25 de outubro, pelos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e com votação nominal. Para procederem à eleição reuniram-se, no dia 25 de outubro, às 15 horas, as duas Casas do Congresso Nacional. Com a presença de 368 congressistas, o candidato Emílio Garrastazu Médici recebeu 293 votos e houve 75 abstenções. Foi proclamado eleito Vice-Presidente, em virtude da eleição do Presidente da República, o Almirante de Esquadra Augusto Hamann Rademaker Grünewald.

- A cerimônia de posse do Presidente e Vice-Presidente da República aconteceu no dia 30 de outubro.
- Também no dia 30 de outubro entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro, que veio a reformar profundamente a Constituição de 1967.
- A produção legislativa, devido ao recesso, limitou-se a 11 leis, uma lei complementar e uma emenda constitucional. Em contraposição, o Poder Executivo baixou 665 decretos-leis.

1970

- Início das obras de construção do Anexo II do Senado Federal.
- Ampliação das instalações do Serviço Gráfico.
- Foram sancionadas, entre outras, a Lei nº 5.648, que cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial; a Resolução do Senado nº 93, que dá nova redação do **Regimento Interno do Senado Federal**; a Resolução do Congresso nº 1, que promulga o regimento comum do Congresso Nacional.



Acervo do Senado

1971

- As principais leis produzidas na sessão legislativa: Lei nº 5.682, de 21 de julho, que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos; Lei nº 5.692, de 11 de agosto, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus; Lei nº 5.726, de 29 de outubro, que dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica; Lei nº 5.727, de 04 de novembro, que dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974; Lei nº 5.765, de 18 de dezembro, que aprova alterações na ortografia da língua portuguesa; Lei nº 5.772, de 21 de dezembro, que institui o Código da Propriedade Industrial.

1972

- A Emenda Constitucional nº 3, de 1972, alterou o período de funcionamento do Congresso Nacional, que começou a reunir-se de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 05 de dezembro.
- Foi implantada a reestruturação administrativa da Casa, elaborada por um grupo de trabalho, liderado pelo primeiro-secretário, senador Ney Braga.
- **Criação do Departamento de Informação**, que no futuro se transformaria na Secretaria de Informação e Documentação (SIDOC), responsável pela publicação da Revista **SENATUS**.
- Criação do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen).
- Na sessão legislativa, destacam-se as seguintes leis: Lei nº 5.829, que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN); Lei nº 5.851, que institui a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Lei nº 5.859, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.



1973

- O presidente do Senado Federal, **senador Filinto Müller**, morreu no dia do seu aniversário, 11 de julho, em um acidente aéreo em Paris, junto com sua esposa e neto. Devido ao seu falecimento, ficou vaga a presidência da Casa e, para preenchê-la, foi escolhido o senador Paulo Torres. Com a ascensão do senador Paulo Torres à presidência da Casa, o senador Antônio Carlos foi eleito para ocupar a 1ª vice-presidência.
- O Plenário foi completamente reformulado, com base em projeto encomendado ao arquiteto Oscar Niemeyer. As bancadas dos senadores e a mesa diretora passaram por reformas, bem como todo o sistema de som, de acústica e iluminação. Foram substituídos os microfones das bancadas e instalado um sistema de votação eletrônico acoplado a um computador. As operações de separação, contagem e soma de votos podiam ser realizadas em 60 segundos. As poltronas têm novo estilo. Por trás da mesa diretora, foi criado um painel aluminizado com cristal fumê. Niemeyer diz que em tudo pretende manter o equilíbrio entre beleza plástica e sobriedade, como convém à Câmara Alta.
- Instalação de um estúdio de gravação no Anexo II para atendimento aos senadores, no tocante às gravações de programas e reportagens, especialmente ao horário da *Voz do Brasil* durante o recesso parlamentar.
- Foram instalados seis auditórios para reuniões das comissões permanentes. Todos são equipados com cabine com todos os recursos necessários à sonorização, gravação, etc.
- Criação, pela Secretaria de Informação do Senado Federal, do Sistema de Informação Jurídica (SIJUR). Era um empreendimento sem similar no País. Consistia no tratamento das informações jurídicas (legislação, jurisprudência e doutrina) para uso por computadores. A Subsecretaria de Análise desenvolveu a base de dados NJUR, para o controle e a recuperação da legislação federal de hierarquia superior e a Subsecretaria de Biblioteca criou as bases de dados BIBR e PERI, com o intuito de controlar e recuperar as informações contidas nos livros e periódicos, respectivamente.
- Entre as leis produzidas no período destacam-se: Lei nº 5.869, de 11 de janeiro que institui o Código de Processo Civil; Lei nº 5.889, de 08 de junho, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; Lei nº 5.966, de 11 de dezembro, que institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial; Lei nº 5.988, de 14 de dezembro, que regula os direitos autorais; Lei nº 6.001, de 19 de dezembro, que dispõe sobre o Estatuto do Índio; Lei nº 6.015, de 31 de dezembro, que dispõe sobre os registros públicos.



1974

- Reunião, em 15 de janeiro, do Colégio Eleitoral, sob a direção da Mesa do Senado Federal, destinada a proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente da República. O Colégio Eleitoral era composto por integrantes do Congresso Nacional e de delegados escolhidos pelas assembleias legislativas estaduais. Compareceram 499 membros, dos quais 375 eram parlamentares e 124 representantes e delegados dos Legislativos estaduais. Dos votos apurados, 400 foram dados aos candidatos Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, 76 aos candidatos Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Foram registradas 21 abstenções.

- Das 181 leis ordinárias produzidas na sessão legislativa, salientam-se: Lei nº 6.036, de 1º de maio, que dispõe sobre a criação, na Presidência da República, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de Planejamento, e sobre o desdobramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social; Lei nº 6.050, de 24 de maio, que dispõe sobre a fluoretação da água em sistemas de abastecimento quando existir estação de tratamento; Lei nº 6.086, de 15 de julho, que dispõe sobre o salário-mínimo dos menores; Lei nº 6.088, de 16 de julho, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São

Francisco (CODEVASF); Lei nº 6.091, de 15 de agosto, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais; Lei nº 6.093, de 29 de agosto, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND); Lei nº 6.118, de 09 de outubro, que dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento Social; Lei nº 6.136, de 07 de novembro, que inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social; Lei nº 6.168, de 09 de dezembro, que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS); Lei nº 6.179, de 11 de dezembro que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos; Lei nº 6.194, de 19 de dezembro, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

- Entre as leis complementares, destaca-se a Lei Complementar nº 20, de 1º de julho, que dispôs sobre a **fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara**.

- O Senado, em 18 de setembro, aprova a indicação do almirante Faria Lima como governador do futuro estado do Rio de Janeiro.



1975

- Em 17 de abril, é instalada uma comissão especial incumbida de julgar se houve ou não falta de decoro parlamentar no episódio que envolveu o senador Wilson Campos, acusado de exigir propina para interceder junto ao Banco do Estado de Pernambuco na concessão de um aval, incidente que ficou conhecido como “Caso Moreno”. Em 15 de junho, a comissão opina pelo arquivamento do caso. No dia 29 do mesmo mês, o Plenário da Casa absolve o senador.
- O Presidente da República, em 1º de julho, com apoio no Ato Institucional nº 5, cassou o mandato do senador Wilson Campos, da representação do Estado de Pernambuco. Portanto, durante os anos de 1975 a 1978, o Senado tinha em sua composição 65 senadores.
- Durante a 45ª legislatura (1975-1978) ocorreram alterações na representação em virtude das disposições constantes dos artigos 8 e 28 da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, que unificou os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a partir de 15 de março de 1975. Os senadores que representavam esses dois estados passaram a integrar a representação do novo estado que ficou, assim, com número duplo na composição da Casa, isto é, com seis senadores: quatro com mandatos a terminar em

31 de janeiro de 1979 e dois eleitos a 15 de novembro de 1974, com mandato de oito anos.

- Em outubro, o Senado Federal aprovou o **Acordo Nuclear Brasil-Alemanha Ocidental**.
- Durante a sessão legislativa foram realizadas 222 sessões plenárias, sendo 156 ordinárias, 64 extraordinárias e duas especiais. No período, foram produzidas 120 leis ordinárias, com destaque para: Lei nº 6.218, de 07 de julho, que estabelece área de atuação da Sudene; Lei nº 6.229, de 17 de julho, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Saúde; Lei nº 6.236, de 18 de setembro, que determina providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral; Lei nº 6.251, de 08 de outubro, que institui normas gerais sobre desportos; Lei nº 6.292, de 15 de dezembro, que dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Lei nº 6.301, de 15 de dezembro, que institui política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS); Lei nº 6.310, de 15 de dezembro, que autoriza a instituição da Fundação Projeto Rondon.



1976

- Foi comemorado o sesquicentenário do Senado Federal, com extensa programação que incluiu exposições, ciclos de palestras, lançamento de fascículo especial da Revista de Informação Legislativa, cunhagem da medalha comemorativa e a organização do *Seminário sobre Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político*.
- Conclusão da obra do Anexo II, na gestão do presidente Magalhães Pinto.
- O cientista **Albert Sabin** visitou o Serviço Médico do Senado, com a intenção de conhecer o *Dicionário de Textos Médicos*, desenvolvido por aquele setor.
- Foram realizadas 234 sessões plenárias, sendo 156 ordinárias, 74 extraordinárias e quatro especiais. Foram produzidas, entre outras, as normas: Lei nº 6.354, de 02 de setembro, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol; Lei nº 6.385, de 07 de dezembro, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro, que dispõe sobre as sociedades por ações.
- Foi aprovada, também, a Lei nº 6.339, de 1º de julho, conhecida com a Lei Falcão, que restringiu a propaganda eleitoral por rádio e televisão.

1977

- O **Estado do Mato Grosso do Sul** foi criado pela Lei Complementar nº 31, de 1977.
- Em agosto de 1977, foi organizado um movimento oposicionista no Congresso Nacional em favor de uma Assembleia Constituinte. A campanha pela Constituinte foi oficialmente aberta com discursos dos líderes do MDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, Freitas Nobre e Franco Montoro.
- Por ato do Presidente da República, fundado no Ato Institucional nº 5, de 13 de setembro de 1968, foi decretado o recesso do Congresso Nacional no período de 1º a 15 de abril de 1977.
- Na produção legislativa do ano, sobressaem as seguintes normas: Lei nº 6.435, de 15 de julho, que dispõe sobre as entidades de previdência privada; Lei nº 6.439, de 1º de setembro, que institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social; Lei nº 6.453, de 17 de outubro, que dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares; Lei nº 6.463, de 09 de novembro, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas a prestação; Lei nº 6.515, de 26 de dezembro, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos.
- Neste ano, foram aprovadas duas importantes emendas à Constituição: a Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril, que criou os “senadores biônicos”, eleitos pelo voto do Colégio Eleitoral; e a Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho, conhecida como a Emenda do Divórcio.

1978

- O Estado do Rio de Janeiro elegeu mais dois senadores (Amaral Peixoto e Nelson Carneiro), somando-se aos dois representantes desse estado eleitos a 15 de novembro de 1974. Isso explica o fato dessa legislatura iniciar seus trabalhos com 67 senadores. Esse número permaneceu durante toda a 46ª legislatura (1979-1982).

- Em sessão realizada às 9 horas do dia 15 de outubro de 1978, e presidida pela Mesa do Senado Federal, o Colégio Eleitoral, integrado pelos membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e pelos delegados das assembleias legislativas, deliberou sobre a eleição do Presidente da República, registrando, a votação, o seguinte resultado: General-de-Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo, 355 votos; General-de-Exército Euler Bentes Monteiro, 226 votos.

- O senador Teotônio Vilela, juntamente com o ex-vice-governador da Guanabara, Rafael de Almeida Magalhães, lançou, em abril, o *Projeto Brasil*, documento em que pregava, entre outras medidas, a extinção do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e das medidas punitivas por ele propiciadas; e defendia as eleições diretas para a Presidência da República

e para os governos estaduais, a volta do pluripartidarismo, a liberdade de organização sindical, a anistia política e a abolição de qualquer censura à Imprensa.

- Neste ano legislativo destacam-se as normas: Lei nº 6.534, de 26 de maio, que dispõe sobre a escolha e o registro, pelos partidos políticos, de candidatos às eleições de 1978, para governadores e vice-governadores, senadores e deputados federais e estaduais; Lei nº 6.538, de 22 de junho, que dispõe sobre os Serviços Postais; Lei nº 6.550, de 05 de julho, que estabelece diretrizes para a classificação de cargos, empregos e funções do Serviço Civil dos Territórios Federais; Lei nº 6.560, de 18 de setembro, que dispõe sobre a incidência de Imposto Único Sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos nos óleos lubrificantes de origem vegetal, automotivos e industriais; Lei nº 6.620, de 17 de dezembro, que define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento.

- A Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro, revogou o AI-5.



1979

• Tomaram posse, no dia 15 de março, perante o Congresso Nacional, **João Baptista de Oliveira Figueiredo** e Antonio Aureliano Chaves de Mendonça nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente.

• Destacam-se as seguintes leis incorporadas ao acervo legislativo do País nesta sessão legislativa: Lei nº 6.649, de 16 de maio, que regula a locação predial urbana; Lei nº 6.662, de 25 de junho, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; Lei nº 6.683, de 28 de agosto, que concede anistia; Lei nº 6.697, de 10 de outubro, que institui o Código de Menores; Lei nº 6.698, de 15 de outubro, que dispõe sobre o reajuste do aluguel nas locações residenciais; Lei nº 6.728, de 22 de novembro, que institui a obrigatoriedade de declaração de bens para o exercício de cargos ou funções em empresas públicas ou assemelhadas; Lei nº 6.728, de 22 de novembro, que institui a obrigatoriedade de declaração

de bens para o exercício de cargos ou funções em empresas públicas ou assemelhadas; Lei nº 6.733, de 04 de dezembro, que dispõe sobre a nomeação dos dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União; Lei nº 6.739, de 05 de dezembro, que dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais; Lei nº 6.750, de 10 de dezembro, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios; Lei nº 6.765, de 18 de dezembro, que altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, permitindo que o empregado optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) utilize sua conta vinculada para pagamento de prestações da casa própria; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; Lei nº 6.767, de 20 de dezembro, que modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 que, em seu artigo 2º, extinguiu os partidos políticos existentes.



1982

- Neste ano, foram realizadas 190 sessões plenárias: 140 ordinárias, 48 extraordinárias e duas especiais.
- Foram produzidas, entre outras, as seguintes normas: Lei nº 6.989, de 05 de maio, que dispõe sobre filiação partidária em caso de incorporação de partidos políticos; Lei nº 7.004, de 24 de junho, que institui o Programa de Previdência Social aos Estudantes; Lei nº 7.019, de 31 de agosto, que altera o Código de Processo Civil, para simplificar o processo de homologação judicial da partilha amigável e da partilha de bens de pequeno valor; Lei nº 7.070, de 20 de dezembro, que dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos portadores da “Síndrome da talidomida”.

1983

- O Território de **Rondônia** foi elevado a Estado, pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981. Seus representantes tomaram posse em 1983, aumentando o número de senadores para 69.
- Foram realizadas 232 sessões plenárias, 157 ordinárias, 70 extraordinárias e cinco especiais.
- A emenda do senador Murilo Badaró (PDS-MG) alterando a Lei das Inelegibilidades, contida no pacote eleitoral, foi aprovada após mais de 20 horas de sessão ininterrupta – uma das mais longas da história do Senado Federal. A emenda era composta por nove artigos que estendiam os benefícios da anistia aos cassados e restringiam a inelegibilidade aos condenados cuja pena mencionasse explicitamente sua condição de inelegíveis.
- Na produção legislativa do ano, sobressaem as seguintes normas: Lei nº 7.106, de 28 de junho, que define os crimes de responsabilidade do governador do Distrito Federal, dos governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos secretários; Lei nº 7.136, de 27 de outubro, que dispõe sobre a eleição para prefeito e vice-prefeito em municípios que forem descaracterizados como de interesse da segurança nacional; Lei nº 7.170, de 14 de dezembro, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento.

1984

- O Senado Federal fez realizar 258 sessões plenárias: 153 ordinárias, 103 extraordinárias e duas especiais.
- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 7.210, de 11 de julho, que institui a Lei de Execução Penal; Lei nº 7.232, de 29 de outubro, que dispõe sobre a Política Nacional de Informática; Lei nº 7.244, de 07 de novembro, que dispõe sobre a criação e o funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas; Lei nº 7.273, de 10 de dezembro, que dispõe sobre a Busca e Salvamento de Vida Humana em Perigo no Mar, nos Portos e nas Vias Navegáveis Interiores; Lei nº 7.295, de 19 de dezembro, que dispõe sobre o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e da administração indireta.



1985

• Na produção legislativa do ano, destaque para: Lei nº 7.347, de 24 de julho, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO); Lei nº 7.357, de 02 de setembro, que dispõe sobre o cheque; Lei nº 7.365, de 13 de setembro, que dispõe sobre a fabricação de detergentes não-biodegradáveis; Lei nº 7.405, de 12 de novembro, que torna obrigatória a colocação do “**Símbolo Internacional de Acesso**” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência; Lei nº 7.418, de 16 de dezembro, que institui o Vale-Transporte; Lei nº 7.431, de 17 de dezembro, que institui no Distrito Federal o imposto sobre a propriedade de veículos automotores; Lei nº 7.437, de 20 de dezembro, que inclui, entre as contravenções penais, a prática de atos

resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 03 de julho de 1951 (Lei Afonso Arinos); Lei nº 7.444, de 20 de dezembro, que dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado.

- A Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro, determina que os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.
- Organização do Seminário *O Legislativo e o Orçamento*.
- Criação da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), por meio da Resolução do Senado nº 22, deste ano; e da Comissão de Fiscalização e Controle, criada por intermédio da Resolução do Senado nº 8, deste ano.



1986

- O Senado Federal fez realizar 371 sessões plenárias: 133 ordinárias, 237 extraordinárias e uma especial.
- Para subsidiar os trabalhos dos constituintes, a Subsecretaria de Edições Técnicas fez publicar: *Constituição Federal e Constituições Estaduais*, em quatro volumes; *Constituição do Brasil e Constituições estrangeiras*, em três volumes; *Anteprojeto constitucional: quadro comparativo*; *Constituição da República Federativa do Brasil: quadro comparativo*; *Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil*; *Constituições do Brasil*; *Constituições estrangeiras*, em quatro volumes.
- Implantação da Central de Videoteipe do Senado Federal.
- Organização – com a co-participação da Câmara dos Deputados – do *II Encontro Nacional de Diretores de Legislativos* e do *I Encontro de Servidores de Legislativos*.
- Desenvolvimento do **Projeto de biografia dos senadores do Império e da República**, visando consolidar e sistematizar as informações básicas sobre cerca de mil senadores brasileiros, visto que grande parte das suas biografias só poderiam ser encontradas de forma dispersa em várias publicações.
- Promoção de estudos para a estruturação de um programa articulado de visitação do Senado Federal.
- Na sessão legislativa, destacam-se as seguintes leis: Lei n  7.463, de 17 de abril, que dispõe sobre o I Plano Nacional de Informática e Automação (PLANIN); Lei n  7.492, de 16 de junho, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional; Lei n  7.508, de 04 de julho, que institui normas para a propaganda eleitoral; Lei n  7.565, de 19 de dezembro, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeron tica.



1987

- A Emenda Constitucional nº 25, de 1985, alterou novamente a composição do Senado, retornando ao Distrito Federal a prerrogativa de eleger representantes ao Senado Federal. Portanto, o Senado passou a ter 72 senadores.
- O PRODASEN desenvolve um Sistema de Apoio à Assembleia Constituinte (SAIC), que armazenou e controlou as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros.
- **Jornal da Constituinte**, veículo de comunicação escrita, com circulação nacional, para divulgação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, com tiragem de 100.000 exemplares.
- No âmbito do Programa de apoio informático à Assembleia Nacional Constituinte, o Prodasen implantou a base de dados com todas as constituições brasileiras e grande número de constituições estrangeiras.
- A Assembleia Constituinte foi instalada em 1º de fevereiro. No dia seguinte, o deputado Ulisses Guimarães é eleito seu presidente.
- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 7.644, de 18 de dezembro, que dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social; Lei nº 7.646, de 18 de dezembro, que dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computador e sua comercialização no País.
- Apesar do número limitado de sessões, em consequência do funcionamento prioritário da Assembleia Nacional Constituinte, o Senado Federal conseguiu os seguintes dados de desempenho: realizou 95 sessões; 50 projetos foram enviados à sanção presidencial; 11 projetos foram enviados à Câmara dos Deputados para revisão ou apreciação de emendas; 452 projetos promulgados; apreciação de 43 mensagens do Presidente da República; convocação de dois ministros de Estado.
- A Resolução do Senado nº 1, de 1987, cujo projeto tramitou em regime de urgência, estabeleceu as normas para o funcionamento da Casa durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte.



1988

- O Senado Federal assina convênio com o Ministério da Cultura, visando a preservação da memória do patrimônio artístico da Casa.
- Para atender às necessidades dos Constituintes, o Centro Gráfico do Senado imprimiu os diários da **Assembleia Nacional Constituinte** e seus suplementos, milhares de sugestões e emendas avulsas, dezenas de projetos de resolução e de anteprojetos das subcomissões e comissões temáticas, dezenas de milhares de emendas oferecidas aos anteprojetos, dezenas de relatórios, pareceres e substitutivos, além do projeto da Comissão de Sistematização e milhares de emendas oferecidas a ele.
- **A nova Constituição brasileira** é promulgada no dia 05 de outubro.
- Até a promulgação da Constituição, e conseqüente dissolução da Assembleia Nacional Constituinte, o Senado Federal funcionou em regime de sessões extraordinárias

não coincidentes com os trabalhos de elaboração da nova Constituição. Mesmo assim, cumpriu seu papel, pois aprovou 174 projetos de resolução; apreciou mensagens presidenciais referentes à nomeação de autoridades; deliberou sobre 77 projetos de lei e 15 projetos de decreto legislativo com tramitação iniciada na Câmara dos Deputados; tiveram, ainda, iniciadas as tramitações de 106 projetos de lei de iniciativa de senadores.

- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 7.649, de 25 de janeiro, que estabelece a obrigatoriedade do cadastramento dos doadores de sangue, bem como a realização de exames laboratoriais no sangue coletado, visando prevenir a propagação de doenças; Lei nº 7.685, de 02 de dezembro, que dispõe sobre o registro provisório para o estrangeiro em situação ilegal em território nacional; Lei nº 7.689, de 15 de dezembro, que institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.



1989

• O número de senadores aumentou para 75, conforme o disposto no artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, que determinou a criação do Estado de Tocantins e, conseqüentemente, a eleição de três senadores para representar o estado. Os primeiros senadores tocantinenses foram: Moysés Abrão Neto, Antonio Luiz Maia e Carlos Patrocínio, todos filiados ao Partido Democrata Cristão (PDC).

• A Constituição de 1988 estabeleceu nova concepção no processo de elaboração das leis, inteiramente diverso da prevalente no período anterior. Foi aprovado, então, o novo Regimento Interno do Senado Federal, a Resolução nº 18, de 1989, espelhando, no processo legislativo, a nova ordem constitucional estabelecida.

• O Congresso Nacional despendeu um esforço inédito na apreciação de medidas provisórias, que exige decisão rápida. Desde a promulgação da Constituição, o Presidente da República editou 127 medidas provisórias, uma a cada três dias úteis.

• Pela primeira vez, o Senado Federal manifestou-se sobre a indicação do procurador-geral da República, do presidente e do diretor do Banco Central.

• Criação da Central de Vídeo do Senado Federal.

• **Restauração dos móveis do antigo plenário do Senado Federal**, no tempo em que funcionava no Palácio Monroe.

• Na sessão legislativa destacam-se as seguintes normas: Lei nº 7.716, de 05 de janeiro, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; Lei nº 7.740, de 16 de março, que cria a Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia; Lei nº 7.773, de 08 de junho, que dispõe sobre a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República; Lei nº 7.788, de 03 de julho, que dispõe sobre a política salarial; Lei nº 7.797, de 10 de julho, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente; Lei nº 7.802, de 11 de julho, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins; Lei nº 7.839, de 12 de outubro, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Lei nº 7.913, de 07 de dezembro, que dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários; Lei nº 7.927, de 14 de dezembro, que cria o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Lei nº 7.960, de 21 de dezembro, que dispõe sobre prisão temporária.



1990

- O presidente do Senado Federal, senador Nelson Carneiro, exerceu a Presidência da República no período de 28 de fevereiro a 1º de março, devido à viagem do Presidente da República ao Uruguai e ao impedimento do presidente da Câmara dos Deputados para assumir o cargo.

- A Secretaria de Informação e Documentação, por intermédio do grupo de tradutores, providenciou a tradução da Constituição de 1988, a pedido da Presidência da Casa.

- Na produção legislativa do ano, destaque para: Lei nº 8.002, de 14 de março, que dispõe sobre a repressão de infrações atentatórias contra os direitos do consumidor; Lei nº 8.009, de 29 de março, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família; Lei nº 8.031, de 12 de abril, que cria o Programa Nacional de Desestatização; Lei nº 8.069, de 13 de julho, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 8.073, de 30 de julho, que estabelece a Política Nacional de Salários; Lei nº 8.078, de 11 de setembro, que dispõe sobre a proteção do consumidor; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; Lei nº 8.114, de 12 de dezembro, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social; Lei nº 8.137, de 27 de dezembro, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e as relações de consumo.

- No dia 15 de março, **Fernando Collor de Mello** tomou posse, no Congresso Nacional, como Presidente da República.



1991

- Foram realizadas mais de 220 sessões plenárias, 700 proposições legislativas foram apreciadas e houve, ainda, a instalação da **Comissão Parlamentar do Mercosul**.

- Na produção legislativa do ano, sobressaem as seguintes normas: Lei nº 8.158, de 08 de janeiro, que institui normas para a defesa da concorrência; Lei nº 8.159, de 08 de janeiro, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; Lei nº 8.176, de 08 de fevereiro, que define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis; Lei nº 8.184, de 10 de maio, que dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos; Lei nº 8.212, de 24 de julho, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio; Lei nº 8.213, de 24 de julho, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; Lei nº 8.242, de 12 de outubro, que cria o Conselho Nacional dos

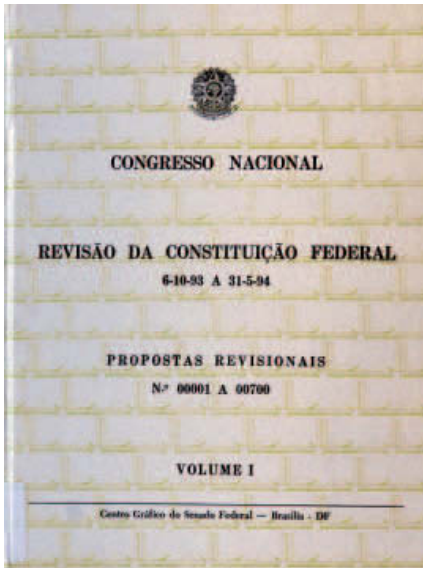
Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Lei nº 8.244, de 16 de outubro, que dispõe sobre o II Plano Nacional de Informática e Automação (PLANIN); Lei nº 8.250, de 24 de outubro, que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização; Lei nº 8.315, de 23 de dezembro, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Lei nº 8.389, de 30 de dezembro, que institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal; Lei nº 8.390, de 30 de dezembro, que dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais; Lei nº 8.394, de 30 de dezembro, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos Presidentes da República.



1992

- Em virtude de denúncias formuladas pelo irmão do Presidente da República, Pedro Collor de Mello, sobre as atividades de Paulo Cesar Cavalcanti Farias, foi criada no Congresso Nacional, por meio do Requerimento nº 52, de 1992-CN, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tendo com primeiro signatário o senador Humberto Lucena e subscrito por mais 35 senadores e 179 deputados. O relatório desta CPMI desencadeou o processo de *impeachment* do Presidente Fernando Collor.

- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 8.397, de 06 de janeiro, que institui medida cautelar fiscal; Lei nº 8.429, de 02 de junho, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; Lei nº 8.436, de 25 de junho, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes; Lei nº 8.472, de 14 de outubro, que dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal; Lei nº 8.489, de 18 de novembro, que dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos; Lei nº 8.501, de 30 de novembro, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas; Lei nº 8.560, de 29 de dezembro, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento.



1993

- Instalação da CPI do Orçamento, que investigou os parlamentares responsáveis pela elaboração do Orçamento da União, que propunham emendas ao orçamento com fins de enriquecimento ilícito. A CPMI desvendou um esquema de desvio de dinheiro público dividido em duas frentes. Em uma, parlamentares faziam emendas remetendo dinheiro para entidades filantrópicas ligadas a parentes e “laranjas”. Na outra, faziam-se acordos com empreiteiras para incluir verbas para grandes obras em troca de comissões. Dezoito deputados integrantes da Comissão foram citados no relatório final da CPI. Seis acabaram cassados, oito absolvidos e quatro preferiram renunciar ao mandato para fugir da punição e da inelegibilidade, entre eles o deputado baiano João Alves, apontado como mentor das fraudes.
- Instalação e início dos trabalhos de **revisão da Constituição Federal**, que continuou no ano de 1994.
- Com a renúncia do Presidente Fernando Collor, em 29 de dezembro de 1992, acuado por um processo de *impeachment*, que o Senado aprovaria no dia seguinte, o Vice-Presidente da República, Itamar Franco, foi empossado, formalmente, pelo Congresso Nacional, em razão da vacância do cargo de Presidente da República, em sessão

conjunta do Congresso Nacional, presidida pelo senador Mauro Benevides.

- Criação da Corregedoria do Senado com as seguintes atribuições: promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito do Senado Federal; dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa da Casa; supervisão da proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar, e fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado, envolvendo senadores.
- Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.
- Ampliação do espaço físico da Biblioteca do Senado, oferecendo melhores condições aos usuários.
- Assinatura de convênio com o Ministério da Educação para publicação, por intermédio do Centro Gráfico, de vinte importantes obras de autores brasileiros, para distribuição nas bibliotecas e escolas públicas, atendendo a uma iniciativa dos senadores Darcy Ribeiro, José Sarney e João Calmon.
- Os senadores passaram a ter acesso, por meio de microcomputadores, ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 8.617, de 04 de janeiro, que dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros; Lei nº 8.624, de 04 de fevereiro, que dispõe sobre o plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo e regulamenta o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 2; Lei nº 8.641, de 31 de março, que estabelece normas de contribuição ao INSS dos clubes de futebol, parcelamento dos débitos; Lei nº 8.642, de 31 de março, que dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA); Lei nº 8.646, de 07 de abril, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional; Lei nº 8.677, de 13 de julho, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social; Lei nº 8.706, de 14 de setembro, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte (SEST) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); Lei nº 8.716, de 11 de outubro, que dispõe sobre a garantia do salário mínimo; Lei nº 8.723, de 28 de outubro, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; Lei nº 8.764, de 20 de dezembro, que cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes.

1994

- Nesta sessão legislativa ocorreu a continuação dos trabalhos de revisão da Constituição Federal que, iniciados em outubro de 1993, vieram a ser encerrados em 31 de maio de 1994. Ao final do trabalho, foram promulgadas seis emendas constitucionais de revisão.
- O Senado Federal deliberou sobre as mais diversas matérias; foram produzidas 131 leis ordinárias, e sobressaem as seguintes: Lei nº 8.842, de 04 de janeiro, que dispõe sobre a política nacional do idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso; Lei nº 8.847, de 28 de janeiro, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); Lei nº 8.851, de 31 de janeiro, que institui o Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Planvasf); Lei nº 8.955, de 15 de dezembro, que dispõe sobre o contrato de franquia empresarial (*franchising*); Lei nº 8.971, de 29 de dezembro, que regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.



1995

- Criação da TV Senado, por intermédio da Resolução do Senado nº 24, de 1995.
- Alteração da denominação do *Diário do Congresso Nacional*, seções I e II. O *Diário do Senado*, então, sob novo nome, passa a ser uma publicação independente.
- Lançamento do primeiro fascículo do *Jornal do Senado*, órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal.
- Criação do Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização do Senado Federal, que contou com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas.
- A internet passou a ser utilizada pelo Senado Federal em caráter experimental.
- Lançamento da primeira edição do *CD-Rom* de legislação brasileira - desenvolvido pela Subsecretaria de Informações, em conjunto com o PRODASEN -, reunindo 114.672 normas jurídicas de hierarquia superior, publicadas de 1946 até junho de 1995.
- Início do projeto *Conheça o Senado*: visita guiada de grupos de áreas específicas (estudantes, militares, profissionais liberais, turistas, entre outros).
- Inauguração da *Ala dos Estados*, localizado no corredor que liga o Anexo I ao Anexo II do Senado. O espaço se destina a exposições de artes, históricas ou cívicas.
- O Senado Federal votou 652 matérias, das quais 373

transformaram-se em emendas constitucionais, leis, decretos legislativos ou resoluções. Dentre as leis ordinárias, destaque para: Lei nº 9.010, de 29 de março, que dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase; Lei nº 9.012, de 30 de março, que proíbe as instituições federais de crédito de conceder empréstimos, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o FGTS; Lei nº 9.029, de 13 de abril, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho; Lei nº 9.055, de 1º de junho, que disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim; Lei nº 9.069, de 29 de junho, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL; Lei nº 9.079, de 14 de julho, que altera dispositivos do Código de Processo Civil, com a adoção da ação monitória; Lei nº 9.099, de 26 de setembro, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais; Lei nº 9.138, de 29 de novembro, que dispõe sobre o crédito rural.



1996

- Criação da **Rádio Senado**, por intermédio da Resolução do Senado nº 60, de 1996.
- Início do serviço *Fala Cidadão*, por intermédio do telefone 0800-61221, que permite o contato direto da Casa com os cidadãos. Com esse serviço, o Senado Federal pode colher *feedback* imediato do trabalho dos senadores, pois são levantadas críticas, sugestões e comentários sobre a atuação dos parlamentares.
- Modernização do programa radiofônico *Jornal do Senado*, veiculado na *Voz do Brasil*, e disponibilizado seu *script*, no mesmo dia, para os gabinetes, por meio da rede de micro-computadores da Casa.
- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 9.294, de 15 de julho, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal; Lei nº 9.307, de 23 de setembro, que dispõe sobre a arbitragem; Lei nº 9.313, de 13 de novembro, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes

de AIDS; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Lei nº 9.424, de 24 de dezembro, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.

- Neste ano, foram promulgadas importantes emendas à Constituição: a décima trouxe modificações ao Fundo Social de Emergência, inclusive alterando sua denominação para Fundo de Estabilização Fiscal; a de número 11 permitiu a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concedeu autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica; a 14ª instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).



1997

- Inauguração da exposição permanente *O Senado brasileiro do Império à República*, no Túnel do Tempo, no Senado Federal.
- Em 17 de novembro é lançado o **Programa Interlegis** do Senado Federal – A Comunidade Virtual do Poder Legislativo, que tem entre seus objetivos modernizar e interligar os vários níveis do Legislativo, permitindo maior transparência e interação desse Poder com a sociedade.
- O Senado Federal fez realizar 191 sessões plenárias, sendo 109 sessões deliberativas ordinárias, seis deliberativas extraordinárias, 73 não-deliberativas e três especiais.
- Neste ano legislativo destacam-se as normas: Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento; Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro, que institui o Sistema Nacional de Armas (SINARM), estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes; Lei nº 9.455, de 07 de abril, que define os crimes de tortura; Lei nº 9.477, de 24 de julho, que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual; Lei nº 9.494, de 10 de setembro, que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; Lei nº 9.503, de 23 de setembro, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; Lei nº 9.507, de 12 de novembro, que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*.



Roberto Homem

1998

- Lançamento de *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, coleção de CD-Rom com o áudio, na íntegra, de uma seleção de pronunciamentos, feitos por parlamentares de relevância político-parlamentar, sobre temas que se caracterizaram como marco da história brasileira.
- O Serviço de **Publicações em Braille**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, fez do Senado Federal uma instituição pioneira na edição e divulgação de uma coleção de publicações em linguagem específica para deficientes visuais.
- Os trabalhos publicados em Braille já somam 34 títulos da legislação federal, incluindo a Constituição Brasileira, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Doação de Órgãos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- Destacam-se as seguintes leis incorporadas ao acervo legislativo do País nesta sessão legislativa: Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro, que dispõe sobre as sanções penais e

administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro, que dispõe sobre o serviço voluntário; Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País; Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais; Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária; Lei nº 9.614, de 05 de março, que altera a Lei n. 7565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese de destruição de aeronave; Lei nº 9.678, de 03 de julho, que institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior; Lei nº 9.703, de 17 de novembro, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais; Lei nº 9.710, de 19 de novembro, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

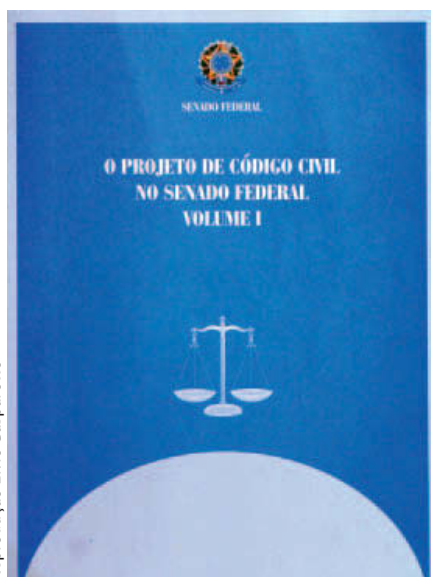


1999

- O Senado Federal apreciou 619 matérias no ano de 1999, aprovando 500 e determinando o arquivamento de 119. Foram realizadas 182 sessões plenárias, das quais 114 foram deliberativas. Também instalou as Comissões Parlamentares de Inquérito para apurar irregularidades e crimes nos sistemas judiciário e financeiro, respectivamente.
- Das dez propostas de emenda à Constituição, apreciadas pelo Senado neste ano, quatro foram promulgadas: a extinção da figura do juiz classista; a manutenção da CPMF com nova alíquota de cobrança; a alteração da competência do STF e do STJ em matéria de *habeas-corpus*; e a criação do Ministério da Defesa.
- No âmbito das Comissões, foram realizadas 241 reuniões, além de 20 reuniões de subcomissões; as sete Comissões Permanentes deliberaram sobre 374 matérias, algumas terminativamente, outras, enviadas à apreciação do Plenário da Casa. Esses órgãos técnicos ainda realizaram 65 audiências públicas, destinadas a um estudo mais aprofundado sobre os temas em debate.
- Na produção legislativa do ano, sobressaem as seguintes normas: Lei nº 9.782, de 26 de janeiro, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro, que re-

gula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; Lei nº 9.797, de 06 de maio, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer; Lei nº 9.799, de 26 de maio, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho; Lei nº 9.800, de 26 de maio, que permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais; Lei nº 9.808, de 20 de julho, que define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional; Lei nº 9.818, de 23 de agosto, que cria o Fundo de Garantia à Exportação (FGE); Lei nº 9.832, de 14 de setembro, que proíbe o uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados; Lei nº 9.883, de 07 de dezembro, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a **Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)**.

- O programa *Visite o Senado*, da Subsecretaria de Relações Públicas, recebe o prêmio *Idéias em Relações Públicas*, na categoria *Imagem Pública Institucional*.



2000

- O Senado aprovou o **Projeto do Código Civil**, que já tramitava desde 1984 na Casa, e o remeteu à Câmara dos Deputados. Destacam-se as promulgações da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, criando o Fundo de Combate à Pobreza e da Emenda Constitucional nº 35, de 2000, que regulamenta a imunidade parlamentar.
- Em 28 de junho, foi promulgada a Resolução nº 51, de 2000, decretando a perda de mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), da representação do Distrito Federal, nos termos do art. 55, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, I, da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal.
- O Senado Federal fez realizar 175 sessões plenárias e oito reuniões, tendo realizado a primeira sessão em 21 de fevereiro de 2000, sendo: 93 sessões deliberativas ordinárias, seis deliberativas extraordinárias, 74 não-deliberativas e duas especiais.
- Principais leis ultimadas nesta sessão legislativa: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Lei nº 9.991, de 24 de julho, que

dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica; Lei nº 9.993, de 21 de julho, que destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia; Lei nº 9.994, de 21 de julho, que institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial; Lei nº 10.001, de 04 de setembro, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito; Lei nº 10.101, de 19 de dezembro, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa; Lei nº 10.168, de 29 de dezembro, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação.



2001

- Criação da **Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS)**, por meio da Resolução nº 1, de 15 de janeiro.
- Inauguração da sede do Programa Interlegis.
- Algumas das leis que foram produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro, que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal (Refis); Lei nº 10.216, de 06 de abril, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental; Lei nº 10.219, de 11 de abril, que cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - “Bolsa Escola”; Lei nº 10.295, de 17 de outubro, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia; Lei nº 10.300, de 31 de outubro, que proíbe o emprego, o desenvolvimento, a fabricação, a comercialização, a importação, a exportação, a aquisição, a estocagem, a retenção ou a transferência, direta ou indiretamente, de minas terrestres antipessoal; Lei nº 10.359, de 27 de dezembro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada.
- Lançamento da revista **SENATUS**.

2002

- Em 06 de março, foi publicado, no *Diário do Senado Federal*, página 1498, o Ato nº 1/2002, da Mesa do Senado Federal, declarando a perda de mandato do senador Fernando Matusalém, da representação do Estado de Rondônia, com base no art. 55, V, e § 3º da Constituição Federal.
- A TV Senado recebe o prêmio de melhor televisão, na categoria utilidade pública, concedido pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA).
- Principais leis ultimadas nesta sessão legislativa: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro, que institui o Código Civil; Lei nº 10.436, de 24 de abril, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras); Lei nº 10.558, de 13 de novembro, que cria o Programa Diversidade na Universidade; Lei nº 10.608, de 20 de dezembro, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo; Lei nº 10.612, de 23 de dezembro, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à aquisição de veículos automotores movidos a álcool etílico hidratado carburante; Lei nº 10.633, de 27 de dezembro, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.



2003

- O Senado Federal participou da criação da TV Brasil Internacional e deu início ao processo de implementação de sinal aberto da TV Senado.

- Neste ano, quatro iniciativas do Senado Federal foram premiadas: o sítio do **Senado recebe o prêmio iBest 2003**; a Subsecretaria de Relações Públicas é agraciada com dois prêmios concedidos pelo Conselho Regional de Relações Públicas de São Paulo; o Senado Federal torna-se destaque nacional da Feira do Livro.

- O Senado Federal realizou neste ano 209 sessões, das quais 121 foram deliberativas, enviando à sanção presidencial 58 projetos de lei e encaminhando à Câmara dos Deputados 112 projetos. Examinou todas as 55 medidas provisórias que lhe foram submetidas. Aprovou 990 matérias de competência exclusiva ou privativa, como concessões de telecomunicações, acordos internacionais e operações de crédito.

- Em 11 de dezembro, foi aprovada, com 51 votos favoráveis e 24 contrários, a reforma da Previdência. No dia 16, um sábado, o Senado aprovou a chamada PEC paralela, para reaver alguns direitos dos servidores públicos.

- Foram discutidos projetos em defesa da pessoa portadora de deficiências e de cotas para o acesso de negros à universidade e ao emprego público. O Parlamento tomou a iniciativa de enfrentar um dos aspectos mais dramáticos da violência, as armas de fogo. Foi promovida a criação de uma

comissão especial conjunta de senadores e deputados para examinar o controle do porte e da venda de armas e munição e, em pouco mais de três meses, foi aprovado o Estatuto do Desarmamento.

- Na produção legislativa do ano, sobressaem as seguintes normas: Lei nº 10.638, de 06 de janeiro, que institui o Programa Permanente de Combate à Seca (PROSECA); Lei nº 10.650, de 16 de abril, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama; Lei nº 10.651, de 16 de abril, que dispõe sobre o controle do uso da talidomida; Lei nº 10.679, de 23 de maio, que dispõe sobre a atuação de advogado durante depoimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito; Lei nº 10.689, de 13 de junho, que cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA); Lei nº 10.741, de 1º de outubro, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso; Lei nº 10.753, de 30 de outubro, que institui a Política Nacional do Livro; Lei nº 10.778, de 24 de novembro, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados; Lei nº 10.779, de 25 de novembro, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.



2004

- O Senado Federal recebe o prêmio *O Sul-Nacional e os Livros*, na categoria Destaque Nacional, em reconhecimento às personalidades e instituições que obtiveram destaque no desenvolvimento editorial e literário.

- O Programa Interlegis realizou o *I Censo do Legislativo*, com a intenção de fazer uma radiografia da situação das Casas Legislativas. Os recenseadores entrevistaram 12.495 pessoas para obter informações sobre a infra-estrutura física e tecnológica das Casas, os recursos humanos e a capacidade financeira, e os parlamentares, a migração partidária e a produção legislativa, levando em conta o grau de organização e transparência do processo legislativo.

- Em 17 de novembro, foi aprovada, depois de 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, a reforma do Judiciário, com relatório do senador José Jorge (PFL-PE).

- Depois de 11 anos de tramitação, a Câmara dos Deputados aprova, em 14 de dezembro, o substitutivo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) à nova Lei de Falências.

- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 10.835, de 08 de janeiro, que institui a renda básica de cidadania; Lei nº 10.836, de 09 de janeiro, que cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003; Lei nº 10.861, de 14 de abril, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); Lei nº 10.891, de 09 de julho, que institui a Bolsa-Atleta; Lei nº 10.978, de 07 de dezembro, que cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq); Lei nº 11.079, de 30 de dezembro, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.



2005

- Em 13 de dezembro, é declarada, por intermédio do Ato da Mesa nº 1, de 2005, a perda do mandato de senador João Capiberibe (PSB-AM), em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do art. 55 da Constituição Federal.

- Durante a 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, o Senado Federal fez realizar 225 sessões, sendo a primeira em 16 de fevereiro de 2005 e, a última, em 15 de dezembro de 2005. As deliberações legislativas do Senado estiveram sobrestadas por medidas provisórias, nos termos do art. 62, § 6º da Constituição Federal, em 66 das sessões plenárias deliberativas realizadas, sendo que, em 53 destas, deixou de haver deliberação sobre qualquer matéria legislativa.

- Na produção legislativa do ano, destacam-se, entre outras: Lei nº 11.097, de 13 de janeiro, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária; Lei nº 11.124, de 16 de junho, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS; Lei nº 11.128, de 28 de junho, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI); Lei nº 11.129, de 30 de junho, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude; Lei nº 11.182, de 27 de setembro, que cria a **Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)**.



2006

- O sistema de informações *Siga Brasil*, que apresenta dados sobre o Orçamento da União por meio da internet, é agraciado com o Prêmio Brasil de Tecnologia da Informação. O sistema foi desenvolvido pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, em parceria com a Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen).
- O Senado Federal fez realizar 42 sessões. As deliberações legislativas estiveram sobrestadas por medidas provisórias, nos termos do art. 62, § 6º da Constituição Federal, em sete das sessões plenárias deliberativas realizadas, sendo que, em quatro destas, deixou de haver deliberação sobre qualquer matéria legislativa.
- Ao final do ano legislativo, foram produzidas 178 leis ordinárias, com destaque para: Lei nº 11.300, de 10 de maio, que dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação

de contas das despesas com campanhas eleitorais; Lei nº 11.340, de 07 de agosto, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; Lei nº 11.341, de 07 de agosto, que altera o parágrafo único do art. 541 do Código de Processo Civil - Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial; Lei nº 11.343, de 23 de agosto, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes; Lei nº 11.419, de 19 de dezembro, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.



2007

- Em 04 de dezembro, o senador Renan Calheiros renuncia à presidência do Senado Federal. No dia 12 do mesmo mês, é realizada sessão plenária, deliberativa extraordinária, com o objetivo de eleger e dar posse ao presidente do Senado Federal para o período remanescente do biênio 2007/2008. Apresentou-se candidatura única à presidência do Senado Federal: a do Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB- RN). Após votação secreta, o candidato único foi proclamado eleito com 68 votos.

- O programa *O Desafio da água*, da TV Senado, fica em segundo lugar na categoria Televisão, da 5ª Edição do Prêmio Docol/Ministério do Meio Ambiente de Jornalismo.

- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 11.441, de 04 de janeiro, que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separa-

ção consensual e divórcio consensual por via administrativa; Lei nº 11.491, de 20 de junho, que institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FIFGTS); Lei nº 11.494, de 20 de junho, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); Lei nº 11.516, de 28 de agosto, que dispõe sobre a criação do **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade** - Instituto Chico Mendes; Lei nº 11.520, de 18 de setembro, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios; Lei nº 11.530, de 24 de outubro, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI); Lei nº 11.551, de 19 de novembro, que institui o Programa Disque Idoso.



2008

- Lançamento da publicação *História do Senado Brasileiro*, de suas origens até o presente momento, com textos, imagens e áudio.

- Criação, por intermédio do Requerimento nº 227, de 2008, de iniciativa do senador Renato Casagrande, da *Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal*. Tomam parte do grupo os juristas Antonio Corrêa (juiz federal); Antônio Magalhães Gomes Filho, advogado e professor; Eugenio Pacelli (procurador regional da República); Fabiano Augusto Martins Silveira (consultor legislativo do Senado); Félix Valois Coelho Júnior (advogado); Hamilton Carvalho (ministro do Superior Tribunal de Justiça); Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (advogado e professor); Sandro Torres Avelar (delegado federal e presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – ADPF); e Tito

de Souza Amaral (promotor de Justiça). O Ministro Hamilton Carvalho e o Dr. Eugênio Pacelli foram designados coordenador e relator, respectivamente.

- O Senado Federal fez realizar 251 sessões. Em 2008, dois terços das sessões deliberativas do Senado não puderam cumprir sua finalidade, em decorrência do sobrestamento das decisões de Plenário, especialmente devido à edição de medidas provisórias.

- O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, devolveu ao Poder Executivo a Medida Provisória 446, de 2008, conhecida com a MP das Filantrópicas, pois não preenchia os requisitos de admissibilidade. Foi a primeira vez, desde 1989, que o Senado devolveu uma MP ao governo.

- Em 2008, havia 996 vetos a 159 matérias pendentes de deliberação. Foram realizadas duas sessões para analisar vetos depois de mais de dois anos sem reuniões para de-

liberar sobre as sanções do Presidente que rejeitaram ou suprimiram partes de projetos aprovados pelo Congresso. Naquelas sessões 171 vetos foram votados e mantidos.

- O *corpus* legislativo teve importantes acréscimos neste ano: Lei nº 11.671, de 08 de maio, que dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima; Lei nº 11.705, de 19 de junho, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor; Lei nº 11.767, de 07 de agosto, que altera o art. 7º da Lei nº 8.906, de 04 de julho

de 1994, para dispor sobre o direito à inviolabilidade do local e instrumentos de trabalho do advogado, bem como de sua correspondência; Lei nº 11.698, de 13 de junho, que altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada; Lei nº 11.770, de 09 de setembro, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal; Lei nº 11.785, de 22 de setembro, que altera o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor (CDC), para definir tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão; Lei nº 11.804, de 05 de novembro, que disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido; Lei nº 11.887, de 24 de dezembro, que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB), dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações.



2009

- De acordo com a Secretaria Geral da Mesa, a Casa aprovou um total de 2.364 matérias ao longo do ano. Estas matérias representam um aumento de quase 88% em relação à produção legislativa do ano anterior: em 2008, o Senado aprovou 1.258 propostas.

- Lançamento do **Portal LexML Brasil**, iniciativa do Senado Federal e da Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControl). No primeiro ano de execução, foi o vencedor na modalidade “melhor iniciativa do ano”, do Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública. O portal também foi laureado com o “Prêmio Francisco Romeu Landi”, como destaque do ano, oferecido pelo Comitê Gestor da Internet.

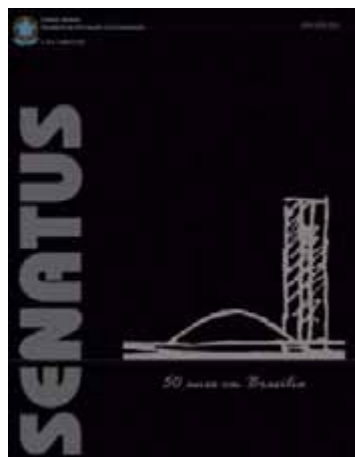
- Instituição da Comissão de Juristas encarregada de elaborar Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil, criada pelo Ato nº 379, de 30 de setembro, do presidente do Senado Federal, tendo como membros: Luiz Fux (presidente), Teresa Arruda Alvim Wambier (relatora), Adroaldo Furtado Fabrício, Benedito Cerezo Pereira Filho, Bruno Dantas, Elpídio Donizetti Nunes, Humberto Theodoro Júnior, Jansen Fialho de Almeida, José Miguel Garcia Medina, José Roberto dos Santos Bedaque, Marcus Vinicius Furtado Coelho, Paulo Cesar Pinheiro Carneiro.

- O senador Expedito Junior teve o seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder

econômico e compra de votos. A cassação foi ratificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

- Em 2009, os parlamentares analisaram vetos a projetos, totalizando 1.038 textos integrais, artigos ou outros dispositivos recusados pelo presidente.

- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 11.904, de 14 de janeiro, que institui o Estatuto de Museus; Lei nº 11.903, de 14 de janeiro, que dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados; Lei nº 12.010, de 03 de agosto, que dispõe sobre adoção; Lei nº 12.015, de 07 de agosto, que altera o Código Penal, com o objetivo de tornar mais severas as punições aos crimes de estupro e pedofilia; Lei nº 12.016, de 07 de agosto, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo; Lei nº 12.034, de 29 de setembro, que altera a Lei dos Partidos Políticos, que define a propaganda eleitoral na internet; Lei nº 12.114, de 09 de dezembro, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997; Lei nº 12.127, de 17 de dezembro, que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos; Lei nº 12.153, de 22 de dezembro, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Mu-



nicípios; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

2010

- A Comissão Representativa do Congresso Nacional (CRCN) aprovou, em votações simbólicas, em 25 de janeiro, o projeto de decreto legislativo (PDS-CRCN 01/10) que autoriza o envio de mais 1.300 militares brasileiros ao Haiti: 900 militares serão enviados imediatamente e outros 400 ficarão de prontidão em território nacional. As tropas vão se somar a outros 1.300 militares que já se encontram naquele país, vitimado por um devastador terremoto em 12 de janeiro. A matéria segue para promulgação.
- Comemoração dos 50 anos de instalação do Poder Legislativo em Brasília.
- Edição especial da revista **SENATUS**.

Fontes de pesquisa: Relatório da Presidência do Senado Federal (1960-2009), Relatório da Primeira-Secretaria do Senado Federal (1985-2001), Almanaque Abril, jornais e revistas.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL EM 1960

1 FATOS MARCANTES DO ANO DE 1960

A mudança da Capital do País não era o único assunto que monopolizava a imprensa e o mundo político em 1960: a campanha presidencial que escolheria o primeiro presidente a tomar posse na nova Capital ocupava as mentes e páginas de jornais. No plano econômico, o foco era a “inflação ascendente, que, em 1959, encostara na casa dos 40% ao ano” (PILAGALLO, 2004, p. 14).

O Congresso Nacional iniciou, em 18 de janeiro, a sessão legislativa extraordinária que se estendeu até 25 de fevereiro. Na agenda de projetos importantes que justificaram a convocação constavam o projeto de diretrizes e bases da educação, o do estatuto político do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o do estatuto jurídico de Brasília que ainda não tinha organização administrativa e judiciária, e do próprio funcionamento do Poder Legislativo no ano de transferência da Capital.

No dia 23 de janeiro, partia de Belém (PA), a Coluna Norte da Caravana da Integração Nacional. A cara-

vana era dirigida por Walter Bouhid, superintendente do Plano de Valorização Econômica na Amazônia, e pelo coronel Lino Teixeira, subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Durante oito dias, 51 veículos, dentre jipes, caminhões e ônibus de fabricação nacional, percorreram 2.200km, no meio da selva, por uma rodovia que ainda não estava aberta ao público. A caravana, que teve a chuva como pior inimigo, tinha significado especial para Juscelino Kubitschek, pois ele queria provar que o dinheiro usado para abrir a rodovia não tinha sido gasto em vão.

No final de janeiro, o Brasil perdeu um grande estadista, com o falecimento do embaixador Oswaldo Aranha. Sua morte foi sentida no País e no mundo. O Presidente da República decretou luto oficial, determinando que fosse enterrado com honras de chefe de Estado. “Recorda-se que foi Oswaldo Aranha quem, com sete batidas de martelo na presidência da Assembleia Geral da ONU, anunciou a criação do novo Estado de Israel, em 1949” (MORRE..., 1960, p. 18).



Sob uma grossa chuva, no dia 2 de fevereiro, Juscelino Kubitschek desce do helicóptero presidencial às 10 horas e 30 minutos, e se une à Caravana da Integração Nacional que chegava a Brasília procedente do norte, sul, leste e oeste do País. De pé, numa Romi-Isetta com capota arriada, Juscelino, durante 20 minutos, passa em revista centenas de veículos de fabricação nacional. Uma multidão, entre tombos e escorregões na lama, disputa um



autógrafo ou um aperto de mão do Presidente. Espocam foguetes e o povo canta o Peixe Vivo. JK recebe, então, dos diretores da Mercedes-Benz do Brasil, uma bandeira nacional, que empunha durante o resto do cortejo. Às 12 horas e 30 minutos, o arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes, celebra uma missa de ação de graças ao lado da catedral em construção. Em seguida, o Presidente oferece um churrasco aos “caravaneiros” no Palácio do Planalto. Ali, declara que “pela primeira vez [foi efetivada] a ligação transbrasiliana, de Porto Alegre a Belém, do Rio de Janeiro a Cuiabá. No primeiro caso, são 4.750km; no segundo, 2.300km de rodovias, que, pela primeira vez, permitem a ligação por terra entre pontos opostos de nosso país” (A CARAVANA..., 1980. v. 4, p. 287).

Em 11 de fevereiro, o Marechal Henrique Lott, então ministro da Guerra, deixou o cargo em cumprimento

de exigências legais, desincompatibilizando-se para concorrer às eleições para Presidente da República, em outubro de 1960.

Em meados de fevereiro, o Presidente Juscelino Kubitschek recolheu-se em absoluto repouso, por ter-se fadigado após falar mais de três horas numa cadeia de emissora de rádio e televisão.

O presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Dwight Eisenhower, visitou o Presidente Juscelino Kubitschek em Brasília, no dia 23 de fevereiro de 1960. A visita foi um passo importante para as nossas relações com os Estados Unidos. O Brasil tinha duas principais reivindicações: 1) obter dos órgãos financiadores americanos créditos para a Petrobras, provavelmente do Eximbank; 2) firmar novo acordo de compra de farinha de trigo americana (O novo acordo é importante para o Brasil porque a safra



O Presidente Dwight Eisenhower, quando recebia a chave de Brasília.

de trigo nacional ficou muito reduzida devido às condições climáticas, e o saldo exportável de trigo argentino e uruguaio também era reduzido). Para os Estados Unidos, além do reforço dos laços de amizade e boa vontade, a viagem de Eisenhower teve dois propósitos específicos: 1) sondar o comportamento dos países visitados diante de uma possível evolução mais grave dos acontecimentos em Havana; e 2) avaliar a posição do Brasil – e também da Argentina e do Chile – face ao novo capítulo da guerra fria (IKE..., 1960, p. 20-21).

Na tarde do dia 24 de fevereiro, um avião Douglas, da Companhia Real, chocou-se, no Rio de Janeiro, com um quadrimotor da Marinha dos Estados Unidos. A bordo, estavam os músicos do Batalhão Naval americano, que iriam abrilhantar a visita de seu presidente naquele país. No acidente, pereceram 23 brasileiros e 44 americanos. Entre os brasileiros, encontravam-se Sílvio Bastos Tavares, ex-deputado pelo Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados, e Murilo de Oliveira, filho do deputado João Cleofas, de tradicional família pernambucana.

A sessão extraordinária chega a seu fim, em 25 de fevereiro. Foi considerada pela imprensa como uma sessão melancólica e pífia, que não justificou a despesa feita com a convocação: não foi votado o projeto da lei de diretrizes e bases da educação, nem o estatuto do Estado da Guanabara. O presidente da Casa, senador Cunha Mello, refuta essa avaliação apressada:

Aos que acompanham de olhar distraído e com malícia o que se passa no âmbito do Congresso, poderá suscitar reparos o cotejo entre a agenda que serviu de justificativa ao ato convocatório – no qual, aliás, é oportuno consignar não ter tido interferência o Senado – e a lista de matérias estudadas, dado o fato de não ter sido ultimada a elaboração das leis ali mencionadas.

Manda a justiça, porém, se ressalte a relevância e a complexidade das matérias objetivadas nas que se achavam em estudo nesta Casa: a da previdência social; a que regula o direito de greve; a reclassificação dos funcionários públicos civis da União.

.....
Não foi possível, infelizmente, ultimar os estudos, mas seria injusto disso se querer tirar motivo de falta de atenção dos que compõem esta Casa para tão relevantes matérias, quando a complexidade delas explica e justifica o tempo consumido nesse trabalho.

.....
Não foi, porém, improficuo o tempo no Senado de 18 de janeiro até hoje. Conseguimos dotar o Senado de uma lei interna disciplinadora do funcionamento dos seus serviços auxiliares e reguladora dos di-

reitos e deveres dos seus funcionários, lacuna que se fazia sentir no campo da economia interna da Casa, havia numerosos anos.

Nesse período, ainda medidas de excepcional importância na esfera administrativa, foram tomadas como preparação da transferência do Senado para a nova Capital da República, merecendo destaque especial resoluções já propostas pela Comissão Diretora à consideração da Casa e em adiantado estudo nas comissões que sobre ela devem opinar (MELLO, 1960, p. 1488-1489).

Em 29 de fevereiro, num dos terremotos mais mortais do século, perecem mais de 10 mil pessoas na cidade marroquina de Agadir.

A Constituição de 1946, em vigor em 1960, estabelecia que a sessão legislativa ordinária tinha início em 15 de março, prolongando-se até 15 de dezembro. Conforme determinações do regimento interno da Casa, a sessão legislativa deveria ser precedida por sessões preparatórias, com quorum mínimo de 16 senadores, para eleger o Vice-Presidente da Casa, pois a Constituição preconizava que a presidência era exercida pelo vice-presidente da República.

Sendo assim, no dia 10 de março, com a presença de 50 senadores, procede-se à eleição e o senador Filinto Müller é eleito com 45 votos. Outra sessão preparatória é convocada para o dia seguinte, com o intuito de eleger os secretários e seus suplentes.

Os analistas políticos já previam a vitória certa de Filinto Müller, mas havia uma dúvida em relação à primeira-secretaria. O PTB vinha mantendo, desde 1955, esse posto, de alta importância administrativa, porque contava com um senador a mais que a UDN (União Democrática Nacional). O critério da proporcionalidade garantia aos trabalhistas a primeira-secretaria. Entretanto, a saída de Zacharias de Assunção do PTB e posterior ingresso na UDN, podia fazer com que os udenistas quisessem reivindicar o cargo. Por outro lado, se o senador Guido Mondin (RS), como ocorreu em 1959, integrasse a bancada do PTB, para efeito da eleição da Mesa, os trabalhistas poderiam continuar com a primeira-secretaria. (MESA..., 1960, p. 13)

A composição da Mesa do Senado, na 2ª sessão legislativa, da 41ª legislatura ficou assim constituída:

PRESIDENTE: JOÃO Belchior Marques GOULART (PTB-RS)

Vice-Presidente: FILINTO MÜLLER (PSD-MT)

1º Secretário: Leopoldo Tavares CUNHA MELLO (PTB-AM)

2º Secretário: Antônio de FREITAS CAVALCANTI (UDN-AL)

3º Secretário: GILBERTO MARINHO (PSD-GB)

4º Secretário: Antônio de NOVAES FILHO (PL-PE)

Suplentes:

1º MATHIAS OLYMPIO de Melo (PTB-PI)

2º HERIBALDO Dantas VIEIRA (UDN-SE)

Mesa Diretora do Senado Federal em 1960



JOÃO GOULART
Presidente



FILINTO MÜLLER
Vice-Presidente



CUNHA MELLO
1º Secretário



FREITAS CAVALCANTI
2º Secretário



GILBERTO MARINHO
3º Secretário



NOVAES FILHO
4º Secretário



MATHIAS OLYMPIO
1º Suplente



HERIBALDO VIEIRA
2º Suplente

Fotos: Arquivo do Senado

Em solenidade presidida pelo titular da presidência do Senado Federal, João Goulart, instalou-se a sessão legislativa no dia 15 de março, sendo prestadas, na oportunidade, ao Poder Legislativo, as devidas honras militares. Estiveram presentes altas autoridades do País, dentre as quais cabe registrar o ministro Frederico de Barros Barreto, presidente do Supremo Tribunal Federal, Dom Jaime de Barros Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, ministros de Estado e numerosos chefes de missões diplomáticas acreditadas junto ao governo brasileiro. O chefe do Gabinete Civil, da Presidência da República, ministro José Sette Câmara Filho, fez a entrega da mensagem anual, em que o presidente da República presta contas da obra administrativa levada a efeito pelo seu governo no exercício anterior e do seu programa de realizações para o ano em curso (BRASIL. SENADO..., 1960, p. 2).

A bancada da UDN, após reunião, emitiu nota manifestando a disposição de não embarçar a instalação da nova Capital. Isto é, desistiu, oficialmente, de obstruir a votação dos projetos sobre a organização administrativa e judiciária do novo Distrito Federal, mas com a esperança de que o Executivo outorgasse ao Legislativo um canal de radiotransmissão.

Em Cabo Canaveral, nos Estados Unidos, no dia 11 de março, foi lançado o Pioneer V, em perseguição aos russos que detinham a primazia da conquista do espaço, desde o Sputnik. Entre outros dados, deverá fornecer informações relativas às “correntes do espaço” que não dependem dos corpos celestes e que, tal como as correntes marítimas, parecem deslizar pelo espaço (PIONEER..., 1960, p. 19).



As chuvas de março inundam o Nordeste. Os aviões da FAB levam mantimentos e remédios destinados às vítimas das enchentes na Bahia. As cidades sergipanas à margem do São Francisco foram atingidas pelo brusco transbordamento do rio. Em Pernambuco, onde choveu seis dias sem interrupção, oito pessoas perderam a vida e 150 casas ruíram (NORDESTE..., 1960, p. 20).

A Delegação da Polônia visitou o Senado, em 18 de março, em retribuição a visita feita aquele país, em 1956, por congressistas brasileiros. A missão comercial polonesa, chefiada por Oskar Lange, serviu para esclarecer divergências existentes sobre o prazo da vigência do acordo polonês-brasileiro. Aquele governo pretendia que tal acordo tivesse a vigência de cinco anos. A visita também foi útil porque permitiu que os estrangeiros tomassem conhecimento do ritmo da industrialização paulista. (A VISITA..., 1960, p. 52).

A barragem do Açude Orós (CE), projetada e construída pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), e ainda em fase de construção, sucumbiu às chuvas de março e inundou diversas cidades. Exatamente às 10 horas do dia 26 de março, um terrível estrondo foi ouvido a grande distância. As águas destruíram tudo que encontravam pela frente: povoações, cultivo e criações, deixando para trás a miséria e o desespero. Calcula-se que trezentas mil pessoas foram vítimas da catástrofe. O Presidente Juscelino Kubitschek esteve no local para verificar os estragos causados pelo acidente.

Jânio Quadros, candidato nas eleições presidenciais, em 03 de outubro, foi recebido por Fidel Castro, em Havana, com honras de chefe de Estado. Nesta viagem, o candidato fez uma parada para visitar o Açude Orós (CE).

O Governo quis transferir a Rádio Ministério da Educação para o Congresso Nacional, visando a transmissão dos debates parlamentares de Brasília para o resto do País, mas a medida foi impugnada pela família de Roquete Pinto. A Rádio Ministério da Educação, fundada por Roquete Pinto, nasceu em 1923, com o nome de Rádio Sociedade. Mais tarde, o fundador doou todo o patrimônio da empresa ao Ministério da Educação e exigiu apenas que a rádio prosseguisse em seus objetivos de difusão cultural, sem irradiar anúncios, debates religiosos ou políticos (IMPASSE..., 1960, p. 19).

O Congresso Nacional ultimou votação da organização judiciária e administrativa do novo Distrito Federal, em Brasília. Foram sancionadas a Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, que estabelece a organização administrativa do Distrito Federal, a Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal, e a Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960 (Lei Santiago Dantas), que ditou as normas para a convocação da Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara.

Desarmamento da AL

SANTIAGO DO CHILE — Enrique Ortuzar, Ministro interino das Relações Exteriores do Chile, declarou que 14 países já aderiram à doutrina antiarmamentista apresentada pelo seu país: Estados Unidos, Brasil, Argentina, Peru, Uruguai, México, Venezuela, Equador, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Haiti, Nicarágua e República Dominicana. Outras nações definirão sua posição dentro em breve.

De outro lado, German Vergara Donoso, Ministro das Relações Exteriores do Chile, licenciado do posto, declarou no Rio (por onde passou, a caminho da Europa, para tratamento de saúde) que a limitação de armamentos na América Latina, sugerida pelo seu Governo, tem como objetivo não o desarmamento total, mas sim o equilíbrio de forças.

Entretimentos, Roy Rubottom, Subsecretário de Estado Encarregado dos Assuntos Interamericanos, disse que os EUA encaravam a possibilidade da criação de uma Força Interamericana de Defesa, no quadro da Organização dos Estados Americanos.

Manuel Tello, Chanceler mexicano, rejeitou essa sugestão, considerando tal Força "custosa e inútil".

Jânio esteve em Cuba

HAVANA E CARACAS — Jânio Quadros, candidato opositorista nas eleições presidenciais do Brasil de 3 de outubro próximo, foi recebido por Fidel Castro em Havana com honras de chefe de Estado. Passou quatro dias em Cuba, onde todos os jornais ressaltaram o significado da visita, exal-

tando a iniciativa de Jânio no sentido de romper a barreira erguida em torno de Fidel Castro.

Em conferência com Fidel na Embaixada do Brasil, Jânio expressou seu apoio à Conferência dos Países Subdesenvolvidos, encarecendo porém a necessidade de preliminarmente Cuba apoiar a OPA.

Após visitar o Presidente Dorticos, Jânio disse que, se eleito Presidente, promoverá uma reforma agrária semelhante à cubana.

Sábado, Jânio chegou a Caracas, acompanhado de esposa, filha e uma numerosa comitiva que o acompanhara a Cuba. Recebido pelo Presidente Rómulo Bettancourt, manteve contato com diversos líderes políticos da Venezuela.

Mac causou celeuma

GETTYSBURG — Macmillan e Eisenhower conversaram em Camp David sobre a proibição das experiências atômicas. Na declaração conjunta publicada pelos dois estadistas, foi oferecida à União Soviética uma "moratória voluntária" de curta duração em relação às provas nucleares subterrâneas de baixa potência, desde que a URSS firme um tratado definitivo proibindo as demais experiências atômicas. Os dois estadistas concordaram também em acelerar as negociações sobre um certo número de questões que deverão ser incluídas em um contrato de proibição das experiências de alta intensidade. No caso de ser assinado um tratado, um programa de pesquisas científicas seria elaborado com a URSS, para estudar as possíveis medidas de fiscalização das explosões subterrâneas de pequena intensidade.



Macmillan e Eisenhower em Camp David

A declaração conjunta Eisenhower-Macmillan foi apresentada à conferência sobre a interdição das provas nucleares, reunida em Genebra. O chefe da delegação soviética àquela conferência, Tsarapkin, afirmou que estudará o texto da declaração, acrescentando que, "com boa vontade de ambas as partes, poderíamos firmar um tratado em um prazo de 30 dias."

Assim, parece que o caminho para assinatura de um tratado de interdição das provas nucleares foi aberto e os últimos obstáculos podem ser superados na conferência de cúpula a realizar-se em maio próximo em Paris.

Entretanto, durante a visita de Macmillan aos EUA, o fato que ocasionou maior celeuma foi a publicação, pelo *Washington Post*, da seguinte declaração atribuída ao Premier britânico: "Se a França e a Alemanha continuarem seguindo o caminho que conduz à unificação da Europa Ocidental, a Grã-Bretanha será forçada, mais cedo ou mais tarde, a colocar-se à frente de uma "aliança periférica" dirigida contra essas potências." De acordo com aquele jornal, Macmillan teria terminado sua entrevista referindo-se ao "antecedente" histórico da aliança da Grã-Bretanha e da Rússia, durante as guerras napoleônicas. Todavia, prestando contas ao Parlamento britânico de suas recentes conversações com Eisenhower, Macmillan assegurou não ter feito as declarações que lhe foram atribuídas por aquele jornal.



Eles falam da conferência da fome, OPA, reforma agrária e outros assuntos

VISÃO, 8 DE ABRIL DE 1960

A imprensa - nacional e estrangeira - divulgou amplamente a visita de Jânio Quadros a Cuba.

A cidade do Rio de Janeiro é homenageada na sessão do dia 14 de abril, a última realizada naquela cidade. Discursaram Gilberto Marinho, Afonso Arinos, Guido Mondin, Caiado de Castro, Argemiro de Figueiredo, Coimbra Bueno. Em seu discurso Afonso Arinos ressalta:

Em primeiro lugar, esta cidade que hoje se transforma em Estado, é uma das expressões mais genuínas e mais altas da nossa cultura; em segundo, sua colaboração em todos os episódios culminantes da história do País é admirável e decisiva. Na luta contra a agressão estrangeira, no combate pela abolição, na sustentação dos princípios da liberdade democrática; em todos os momentos e em todos os episódios em que a alma nacional se apresentou com o ímpeto de sua pujança, em que a inteligência brasileira luziu no esplendor de sua forma, encontramos, sempre, o testemunho da presença do Rio de Janeiro, do atual Estado da Guanabara (ARINOS, 1960, p. 977-978).

É realizada a 40ª sessão do ano legislativo. É também a última sessão legislativa realizada no Palácio Monroe, sede do Senado Federal na cidade no Rio de Janeiro. Precisamente, às 17 horas e 50 minutos, o senador Filinto Müller, que estava presidindo a sessão, pronuncia o seguinte discurso:

Não poderia a Mesa ficar estranha às manifestações, que se acabam de registrar, de aprêço desta Casa pela cidade do Rio de Janeiro, ora transformada em Estado federado.

Aqui funcionou o Poder Legislativo, desde que se instalou no Brasil, apenas nascíamos para a vida de Nação soberana.

Aqui se constituiu a sua tradição mais que secular, aqui se escreveu a sua história, em que há páginas de grande beleza e de raro fulgor.

Não pode o Congresso Nacional esquecer esta maravilhosa cidade nem o seu nobre e valoroso povo, sempre tão sensível às inspirações e aos movimentos para o bem do Brasil.

O Senado, em especial, não pode esquecer esta cidade e esta gente. Uma e outra assistiram e estimularam os seus grandes momentos.

Não pode o Senado esquecer, por igual, os majestosos e tradicionais edifícios em que teve sede: – primeiro, o velho solar dos Condes dos Arcos, tão sóbrio, tão acolhedor, tão respeitável, tão glorioso na sua vetustez; depois o Palácio Monroe, apenas cinquentenário, o que é juventude na vida dos monumentos, já tendo, entretanto, no seu acervo histórico fatos inesquecíveis. Um e outro recordam figuras que foram culminâncias na vida política nacional.

Nestes salões, quase diríamos, tão amigos, ainda se sente a presença daqueles que por aqui passaram, uns nos antecedendo, outros convivendo co-

nosco, todos dignos do nosso respeito e da nossa saudade, pelo que foram e pelo que fizeram.

Esta a última vez que o Senado aqui se reúne.

Alguns dias mais e o cenário que assistirá à sua atividade e inspirará as suas diretrizes, será o Planalto Central, de onde o pensamento do legislador deverá espaiar-se por todo o território nacional.

Será, sem dúvida, uma fase, de feição inteiramente nova, que se abrirá na vida das instituições, conseqüentemente, na desta Casa.

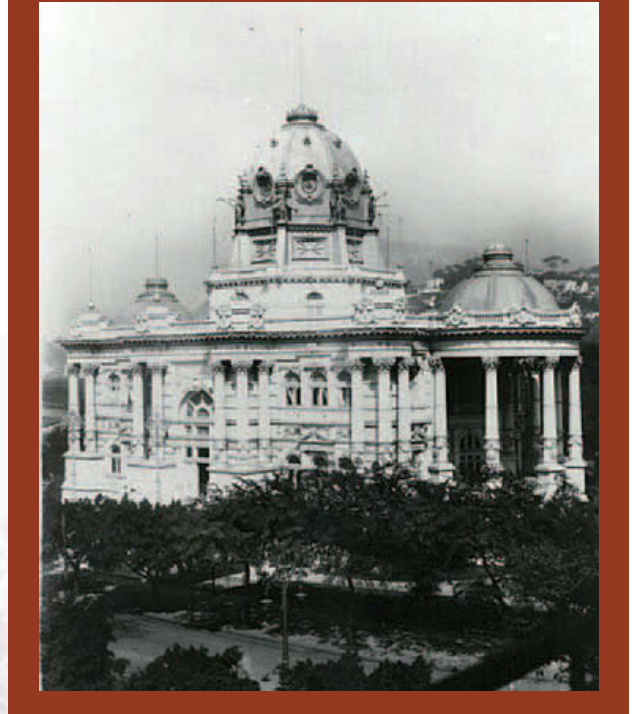
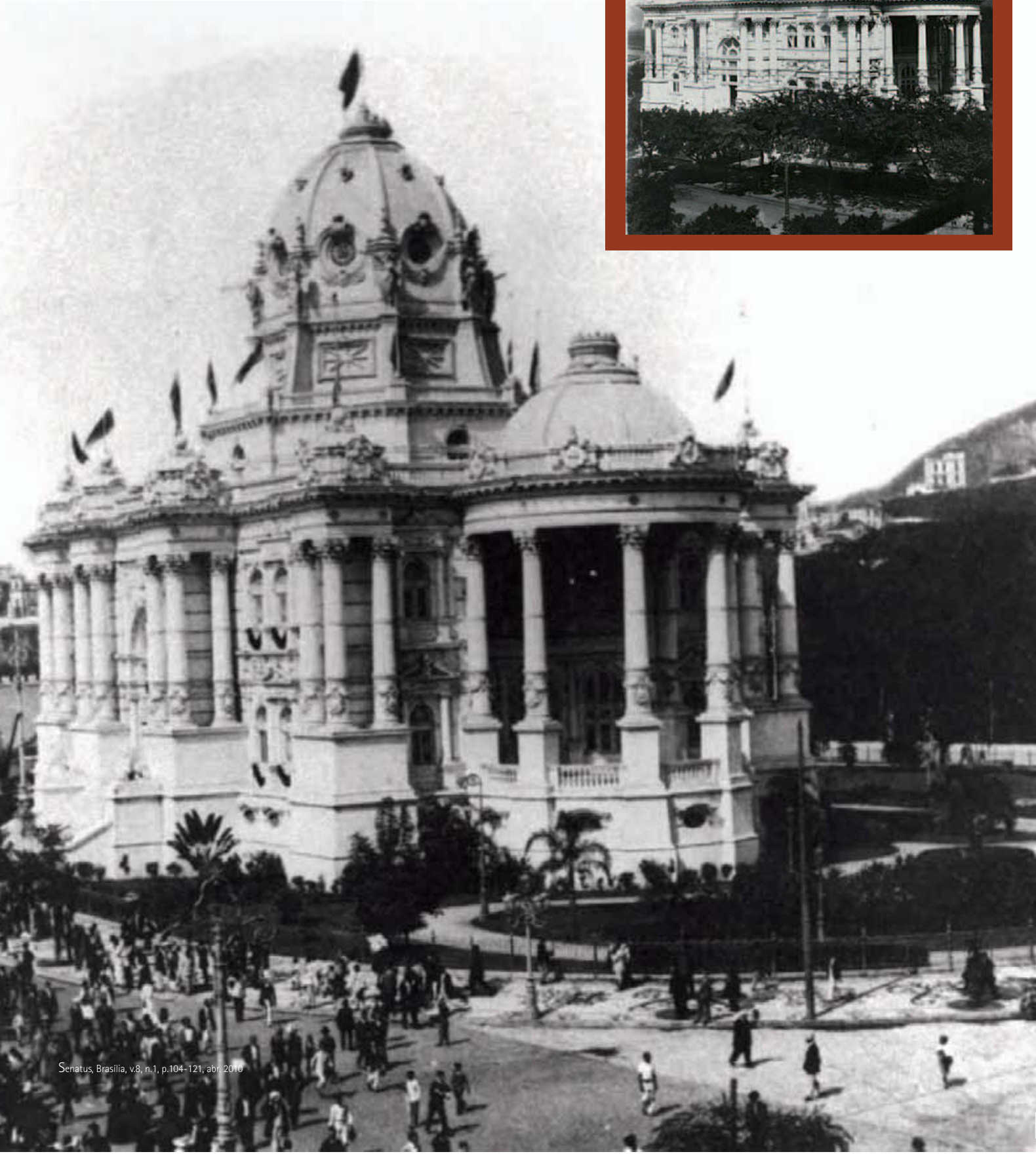
Dias gloriosos, esperamos, hão de assinalá-la. A Nação os aguarda confiante e os membros do Senado da República não faltarão a essa confiança.

Está encerrada a sessão.

Arquivo da Câmara dos Deputados



Palácio Monroe, Rio de Janeiro



Em abril, precisamente no dia 16, a Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, completou cinco anos de atividade, com capacidade original para processar 45 mil barris diários de petróleo bruto. Em 1960, a refinaria operava no nível de 94.500 barris diários de óleo cru. Nas suas proximidades funcionam algumas importantes indústrias petroquímicas que empregam a matérias-primas fornecidas pela refinaria.

Na manhã do dia 21 de abril de 1960, em sessão solene, sob a presidência de João Goulart, e contando com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek, é instalado o Poder Legislativo em Brasília. “A sessão conjunta da Câmara e do Senado, para a instalação dos trabalhos do Congresso Nacional em Brasília, foi uma verdadeira consagração para o presidente Juscelino Kubitschek. Quando o chefe da Nação entrou no plenário, acompanhado da comissão de senadores e deputados previamente designada para recebê-lo, foi acolhido com uma estrondosa ovação, a que ficaram alheios apenas alguns poucos deputados da Oposição” (INSTALADOS..., 1960).

No dia seguinte ao da inauguração da nova Capital, 22 de abril, às 10 horas e 30 minutos, o Senado levou a efeito sua primeira sessão em Brasília, sob a presidência do senador Filinto Müller. Vários senadores ocuparam a tribuna para registrar o acontecimento. A primeira proposição de autoria de senador, apresentada em Brasília, foi o PLS 20, de 1960, de autoria do senador Attílio Vivacqua, que pretendia instituir a cooperação entre a União, as unidades federativas, os municípios, as autarquias e entidades particulares, para solução dos problemas urbanísticos e habitacionais, e que cria o Fundo de Habitação e o Conselho Nacional de Urbanismo e Habitação. O Senado deliberou e decidiu por um recesso, até junho, a fim de que se completasse a mudança do seu equipamento para Brasília, o que ainda não tinha sido possível.

O ministro José Sette Câmara, chefe da Casa Civil da Presidência da República, foi escolhido governador provisório da Guanabara, até a posse do governador eleito no sufrágio de 03 de outubro, com mandato de cinco anos. O Senado Federal referendou, em sessão secreta realizada em 14 de abril, o nome escolhido.

Com a transferência da Capital para Brasília, Juscelino Kubitschek decidiu transformar o solar do Barão de Nova Friburgo – o Palácio do Catete – em Museu da República. Coube a Josué Montello a tarefa de organizar o novo museu. E a Georges Simoni, arquiteto de interiores, a responsabilidade do planejamento artístico.

O Diretório Nacional da UDN, antecipando-se aos demais partidos, instala-se solenemente em Brasília, no dia 22 de abril, em reunião marcada numa das dependências do Palácio do Congresso.

No dia 25 de abril, foram sancionadas as primeiras oito leis em Brasília; a primeira a ser numerada foi a Lei nº 3.757, que “Retifica a Lei nº 3.487, de 10 de dezembro de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959”.

A semana que se seguiu imediatamente à instalação da nova Capital em Brasília ficou marcada por advertências, denúncias e comentários de esvaziamento das candidaturas de Lott e Jânio à sucessão de JK. O que ficou evidente nesta primeira semana foi a impossibilidade de funcionamento regular dos ministérios. JK cobrou a presença de todos em Brasília, reclamando contra quem havia viajado. Dos ministros, o único que havia previamente postergado sua mudança definitiva fora o Marechal Denys, ministro da Guerra.

O primeiro prefeito de Brasília, Israel Pinheiro, assinou o termo de compromisso no salão nobre do Palácio do Planalto, em 07 de maio.

Em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, assinada em Brasília, o Presidente Juscelino encaminhou o projeto de lei instituindo a Fundação Universidade de Brasília. Para constituir o patrimônio inicial da Universidade, o projeto estabelecia, entre outras providências, a doação à instituição de 12 superquadras urbanas em Brasília.

Com uma sessão que durou exatamente 60 minutos, presidida pelo Sr. Filinto Müller, o Senado, reabriu, em 10 de maio, seus trabalhos em Brasília. Achavam-se presentes 36 senadores. Depois da leitura da ata, feita pelo Sr. Novais Filho, o senador Gilberto Marinho fez a comunicação do expediente da sessão, que se encontrava sobre a mesa. Foram apresentados quatro projetos de lei, dois projetos de resolução e dois requerimentos. Parte da sessão foi dedicada à memória do deputado Jader Medeiros, que havia falecido recentemente.

Embora a Mesa da Câmara tenha proibido reuniões no Palácio Tiradentes, muitos deputados comparecem ali quase diariamente para discutir os últimos acontecimentos da política nacional, ou simplesmente para bater papo (AINDA BATEM..., 1960, p. 19).

Quase um mês após a mudança para Brasília, em 19 de maio, o Senado viu-se enlutado com o falecimento do senador João de Lima Guimarães, representante do Estado de Minas Gerais. Além das homenagens na sessão do dia do seu falecimento, o Senado consagrou à sua memória toda a sessão do dia 24 de maio, quando discursaram os senadores Paulo Fender, Gaspar Veloso, Heribaldo Vieira e Jorge Maynard. Não houve suplente a convocar, pois o senador Lima Guimarães sucedera, como suplente, ao senador Carlos Alberto Lúcio Bittencourt, falecido em 09 de setembro de 1955.

A Presidência do Senado, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 52, da Constituição

Acervo Senado



Sette Câmara
Governador
provisório da
Guanabara

Arquivo Público do Distrito Federal



Israel Pinheiro
primeiro prefeito
de Brasília



Arquivo da Câmara dos Deputados

Mesmo após a inauguração de Brasília, os deputados federais continuaram a comparecer quase diariamente no Palácio Tiradentes.

de 1946, comunicou o Tribunal Superior Eleitoral sobre a vacância; foi, então, marcada para 03 de outubro a eleição do novo senador por Minas Gerais e seu respectivo suplente. Saíram vencedores, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, Camilo Nogueira da Gama e Castelar Modesto Guimarães, esse último como suplente.

Cidades chilenas foram arrasadas por grande terremoto ocorrido em 22 de maio que atingiu todo centro-sul do País, registrando 9,5 pontos na escala Richter. Cerca de quatro mil pessoas perderam a vida por causa da catástrofe. “Repercutiu dolorosamente no seio do Senado o sofrimento do nobre povo chileno ante o terremoto que infelicitou o seu país, tendo sido intérprete dos sentimentos desta Casa, na sessão de 25 de maio, o senador Gaspar Veloso” (BRASIL. Senado. Relatório..., 1960, p. 19).

O embaixador brasileiro em Washington, Walter Moreira Salles, reiniciou, em meados de maio, o diálogo com o FMI, que concede um empréstimo imediato de 47.700.000 dólares ao Brasil. Em 1959, JK rompeu com o FMI, por não aceitar as exigências feitas para a concessão de financiamentos. Essas exigências, segundo ele, poderiam inviabilizar a construção de Brasília e a execução do Plano de Metas.

Profundo impacto teve no Senado a morte, em 06 de junho, após longa e cruel enfermidade, do Dr. Alberto Pasqualini, que durante oito anos (de 1951 a 1959) aqui representou o Rio Grande do Sul. Em sessão especial, sua memória foi reverenciada por intermédio de emocionados discursos “com que lhe evocaram a personalidade marcante, as virtudes pessoais e cívicas e o papel que lhe coube desempenhar no seu Estado e no País” (BRASIL. Senado. Relatório..., 1960, p. 16).



Arquivo do Senado

Alberto Pasqualini

O secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, designou o escritor e jornalista Hernane Tavares de Sá para subsecretário, com a função de chefiar o Departamento de Informações Públicas da organização mundial. Foi a primeira vez, desde a fundação da ONU, que um cargo dessa categoria era ocupado por um brasileiro.

O Irã foi o primeiro governo estrangeiro a instituir sua representação diplomática na nova Capital. A sede provisória, uma edificação de madeira, foi construída nos fundos da área reservada para a construção definitiva. Ao se dirigirem para a inauguração, as autoridades diplomáticas tiveram dificuldade em encontrar o local. Vestidos de fraque e cartola, caminharam algum tempo em meio à mata, o que deu à cerimônia uma nota pitoresca.

O conjunto industrial da Willys Overland do Brasil, em São Bernardo do Campo (SP), está quase completo, com 6.200 empregados e mais de 40 mil acionistas, sendo que 51% das ações com direito de voto pertence a brasileiros. No decorrer de 1960, a empresa tinha a pretensão de produzir 40 mil veículos: 16 mil jipes, 8.500 rurais, 9.500 Dauphines e seis mil Aero Willys. Os dois últimos eram os produtos mais recentes da fábrica.

Os Ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia são criados, por intermédio da Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960.

Foi inaugurada, na primeira quinzena de julho, a nova pista do Aeroporto Internacional do Galeão, destinada a operações com aviões a jato. A nova pista passou a ser utilizada no dia 03 agosto, quando as obras laterais foram concluídas. O primeiro avião a jato a utilizá-la foi o Boeing Intercontinental da Pan American World Airways, que naquele dia inaugurou a linha Rio – Nova Iorque.

De 04 a 11 de agosto, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a Presidência da República, devido à viagem do Presidente Juscelino Kubitschek a Portugal. O Vice-Presidente, João Goulart, estava impedido de assumir por ser candidato à reeleição.

O Senado Federal, exercendo sua competência privativa, procedeu, no dia 24 de agosto, à aprovação dos primeiros membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal; dentre os nomes constava o de Taciano Gomes de Melo, senador goiano desde 1957, abrindo uma vaga na representação do estado. Analistas políticos viram nesse episódio uma manobra para garantir o futuro político do Presidente Juscelino Kubitschek: o Senado Federal.

A Câmara dos Deputados aprovou, no final de agosto, o projeto que ratifica o Acordo do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), mantendo a alíquota de 80% para o vidro e excluindo o arame farpado. O acordo era vital para economia do País.

O Presidente Juscelino Kubitschek sancionou a nova Lei da Previdência Social, Lei nº 3.807, de 26 de agos-

to de 1960. A cerimônia foi assistida pelo Vice-Presidente João Goulart, pelo ministro do Trabalho, João Batista Ramos e por cerca de 400 líderes sindicais.

Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir visitaram o Brasil, acompanhados do amigo Jorge Amado. Os visitantes estiveram em Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Minas Gerais.

Nas Olimpíadas, ocorridas em Roma, os belos cenários dos Jogos marcaram a primeira edição olímpica com transmissão mundial pela televisão. A rede inglesa Eurovision transmitiu 93 horas e 40 minutos de programação. Cerca de 100 canais exibiram imagens para a Europa, ao vivo, para 18 países. Foi também a primeira vez que uma Olimpíada foi retransmitida para os Estados Unidos. A rede ABC pagou 400 mil dólares pelos direitos, mas as imagens chegavam com atraso, já que as fitas de vídeo eram enviadas de Roma para Nova York por avião. O Brasil ficou em 39º lugar, ganhou duas medalhas de bronze: no basquete e na natação. Na ocasião, Adhemar Ferreira da Silva despediu-se do atletismo.

Em cerimônia presidida pelo governador Carvalho Pinto, de São Paulo, foi assinalado solenemente o

início das obras preliminares que visavam a construção da grande usina hidrelétrica de Urubupungá, no alto rio Paraná, entre São Paulo e Mato Grosso (URUBUPUNGÁ..., 1960, p. 27).

Com o início do funcionamento, no mês de setembro, do oitavo forno da Companhia Siderúrgica Nacional, a capacidade de produção de Volta Redonda atingiu 1.300.000 toneladas de lingotes por ano. Desta forma, sua produção, que era de 666.000 toneladas, em 1955, praticamente duplicou no último quinquênio (CSN..., 1960, p. 28).

O governo brasileiro comprou um computador UNIVAC 1105 (Universal Automatic Computer) para apurar o censo. Pela primeira vez, um computador desse tipo foi vendido para fora dos Estados Unidos, e sua aquisição dependeu de autorização especial de organismos americanos de segurança. Com um peso total de 40 toneladas, suas instalações ocupavam uma área de 350 metros quadrados. Chegou a bordo de quatro aviões e foi instalado nas dependências do IBGE na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro (VAI..., 1960, p. 36).

Reunido com dirigentes sindicais, em setembro, o Presidente Juscelino Kubitschek manifestou-se favorá-



Os escritores e filósofos franceses, Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, na praia de Copacabana, Rio de Janeiro (21 set. 1960).



Computador Univac utilizado no censo de 1960

vel à revisão dos valores do salário mínimo. Os dirigentes sindicais pediam um salário mínimo de 12 mil cruzeiros, mas após conversa com JK concordaram com 10 mil cruzeiros.

A paridade de vencimentos entre funcionários civis e militares da União foi solicitada pelo Presidente Juscelino em projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional. O aumento a ser concedido aos funcionários civis é de 40%. O projeto também estabeleceu que nenhum funcionário público teria vencimentos superiores aos ministros de Estado, fixados em 105 mil cruzeiros mensais.

Com a edição do Decreto nº 49.119-A, de 15 de outubro, entraram em vigor os novos níveis de salário mínimo. O decreto tinha vigência de três anos, sendo que o Estado da Guanabara recebeu o mais alto nível - 9.600 cruzeiros - e Teresina (PI) recebeu o menor - 4.000 cruzeiros. Em Brasília, o salário mínimo foi fixado em 6.240 cruzeiros.

A TV Tupi contratou, por dois anos, o produtor Manoel da Nóbrega e a dupla Ronald Golias-Carlos Alberto, a fim de apresentar o programa Praça da Alegria. Pelo contrato, Nóbrega e os comediantes receberam um milhão e duzentos mil cruzeiros por mês ou 10 mil cruzeiros por minuto (MILIONÁRIOS..., 1960, p. 19).

Na eleição de 03 de outubro, o eleitorado era composto por 15.543.332 eleitores; compareceram às urnas 12.586.354. Os resultados mostraram o esperado: a vitória de Jânio Quadros, que saiu vitorioso com 5.636.623 votos (48% dos votos válidos), contra 3.846.825 (32%) dados ao marechal Lott e 2.195.709 (20%) dados a Adhemar de Barros. Paralelamente às eleições presidenciais, realizaram-se eleições para a renovação do mandato de governadores de dez estados e a escolha do primeiro governador do novo Estado da Guanabara: Carlos Lacerda (UDN) recebeu 357.153 votos e derrotou Sérgio Magalhães (PTB). A grande surpresa foi a vitória, em Minas Gerais, de Magalhães Pinto sobre Tancredo Neves.

Na eleição presidencial, realizada em 08 de novembro, nos Estados Unidos, o senador John Kennedy venceu, por pequena margem, Richard Nixon e Harry F. Byrd Kennedy e foi eleito para suceder Dwight Eisenhower, que terminava seu segundo mandato.

A “greve da paridade” começou no dia 14 de novembro: os setores de transportes marítimos e ferroviários reivindicavam paridade com os salários dos militares. A paralisação só terminou com a intervenção militar, uma semana depois. No final do mês de novembro, foi aprovada a Lei da Paridade.

Faleceu, em 29 de novembro, aos 74 anos, o senador Octavio Mangabeira. O corpo foi velado na Academia Brasileira de Letras e, na manhã seguinte, foi embarcado para Salvador, onde foi enterrado com honras de chefe

de Estado. Tribuno empolgante, político intransigente na defesa de seus ideais, Mangabeira tinha verdadeira devoção por Rui Barbosa (MORREU..., 1960, p. 24).

A morte de Mangabeira teve no Senado – “cenário que recolheu as últimas fulgurações de uma nobre vida totalmente consagrada ao serviço da Pátria e das instituições democráticas – a mais profunda repercussão, fixada nos Anais através de belíssimas e comovidas orações” (BRASIL. Senado. Relatório..., 1960, p. 15).

Na tarde de 05 de dezembro, Carlos Lacerda recebeu seu diploma e prestou juramento constitucional como primeiro governador da Guanabara, em cerimônia realizada no Palácio Tiradentes. Depois, se dirigiu ao Palácio da Guanabara, onde recebeu do embaixador Sette Câmara, ex-governador provisório, cargo para o qual foi eleito em 03 de outubro.

O superintendente da SUDENE, Celso Furtado, esteve em Brasília para tentar agilizar a tramitação do Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste, pois a legislação que criou a SUDENE determina que os recursos atribuídos ao órgão deviam ser aplicados de acordo com plano plurianual previamente aprovado pelo Congresso Nacional. O Plano Diretor prevê a aplicação de 48 bilhões de cruzeiros, durante cinco anos, em diversos setores econômicos, segundo um quadro de prioridades para Estado nordestino.

Ao final da sessão legislativa ordinária, o Congresso Nacional foi convocado, em sessão extraordinária, por iniciativa de membros da Câmara dos Deputados, para a apreciação de matérias relevantes e, de modo especial, dos projetos que dispunham sobre: direito de greve, diretrizes e bases da educação nacional, lei da organização sindical, lei de radiodifusão e das telecomunicações, reforma agrária, reforma eleitoral, conceituação de empresa nacional,



Acervo Arquivo do Senado

Octavio Mangabeira

limitação da remessa de lucros para exterior, proibição da exportação do manganês, proibição de depósitos nos bancos estrangeiros e plano diretor da SUDENE.

2 FUNCIONAMENTO DO SENADO FEDERAL DURANTE O ANO DE 1960

Foram realizadas 192 sessões, dentre as quais há que discriminar que foram 132 ordinárias e 62 extraordinárias.

No Regimento Interno do Senado constava a existência de dez comissões permanentes, em 1960: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Educação e Cultura, Comissão de Economia, Comissão de Finanças, Comissão de Legislação Social, Comissão de Redação, Comissão de Relações Exteriores, Comissão de Saúde Pública, Comissão de Serviço Público Civil e Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

No final do ano, por intermédio da Resolução 45, de 14 de dezembro de 1960, foi criada a Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca, com sete membros. “Trata-se, em verdade, do restabelecimento, com atribuições mais restritas, da Comissão de Agricultura instituída pelo Regimento de 1946 e transformada pelo de 1952 na Comissão de Economia, cuja competência se reduziu em favor do novo órgão” (BRASIL. Senado. Relatório..., 1960, p. 4). A nova comissão passou a funcionar efetivamente no ano seguinte quando foram eleitos os seus membros.

As comissões permanentes tiveram 146 reuniões. Foram apresentados 55 projetos de resolução e outros 369 estiveram em estudo. O trabalho das comissões resultou em 549 pareceres e 7.239 emendas formuladas.

Foram registrados, pela Taquigrafia, 1.130 discursos, sendo que os senadores Moura Andrade (84), Gilberto Marinho (77) e Mem de Sá (63) se sobressaem pela quantidade de discursos proferidos durante o ano.

Durante todo o ano de 1960, analistas políticos questionaram a capacidade do Poder Legislativo funcionar plenamente em Brasília, considerando que a mudança de todos os serviços não havia sido realizada em sua plenitude. Também questionavam a falta de quorum nas sessões. Entretanto, o quadro a seguir mostra que, numericamente, o trabalho legislativo realizado pelo Senado Federal no seu primeiro ano em Brasília, apesar de todas as dificuldades, não se distanciou muito daquilo que se costumava produzir no Rio de Janeiro. Deve-se ainda considerar que foi ano eleitoral, quando historicamente a produção legislativa é menor.

Quadro 1 - Atividade legislativa comparada: 1959 e 1960

Atividade	1959	1960
Projetos de lei do Senado - Da sessão em referência		
Apresentados	35	36
Aprovados	9	1
Rejeitados	1	2
Retirados	1	---
Projetos de lei do Senado - De sessões anteriores		
Aprovados	6	10
Rejeitados	26	2
Retirados	2	---
Projetos de lei da Câmara - Da sessão em referência		
Recebidos	174	104
Aprovados	101	77
Emendados	7	5
Projetos de lei da Câmara - De sessões anteriores		
Aprovados	54	65
Rejeitados	13	4
Emendados	23	16
Projetos de decreto legislativo - Da sessão em referência		
Apresentados	3	3
Recebidos	26	7
Aprovados	15	5
Emendados	2	---
Projetos de decreto legislativo - De sessões anteriores		
Aprovados	8	8
Rejeitados	4	---
Emendados	1	1
Pareceres	970	549
Requerimentos	493	544
Projetos de resolução - Da sessão em referência		
Apresentados	19	58
Aprovados	19	33
Retirados	---	---
Projetos de resolução - De sessões anteriores		
Aprovados	0	2
Retirados	21	1

Fonte: BRASIL. Senado. Relatório..., 1960, p. 99-100

A participação do Senado na elaboração orçamentária se revelou por intermédio da apresentação de 5.594 emendas, sendo que 1.621 foram aprovadas pela Câmara dos Deputados, 1.443 foram aprovadas em parte e 2.530 foram rejeitadas.

O Relatório do Presidente do Senado, acerca dos trabalhos legislativos ocorridos na sessão legislativa ordinária de 1960, informa que 141 projetos foram encaminhados pelo Poder Legislativo ao Presidente da República. O Chefe do Poder Executivo sancionou 127 projetos de leis, decidiu-se pelo veto total de duas proposições e pela sanção com veto parcial em 12 outros. Portanto, no ano de 1960, segundo o Relatório da Presidência, foram produzidas 139 leis ordinárias durante a sessão ordinária. Entretanto, a base de dados mantida pelo Senado Federal acusa a existência de 148 leis produzidas em 1960, pois considera as leis produzidas durante a sessão legislativa extraordinária.

Dos 14 vetos presidenciais, o Congresso Nacional manifestou-se sobre dez, pois quatro foram recebidos quando não havia tempo necessário para sua apreciação.

Para o período legislativo seguinte ficaram os vetos de quatro proposições, incluindo o veto ao projeto de lei orçamentária. “Pela terceira vez no regime republicano o veto presidencial incidiu sobre o projeto de lei orçamentária, tendo os casos anteriores ocorrido em relação aos orçamentos para 1922 (Presidente Epitácio Pessoa) e para 1958 (Presidente Juscelino Kubitschek)” (BRASIL. Senado. Relatório..., 1960, p. 47).

A aprovação de autoridades, competência privativa do Senado Federal, foi exercida em relação à escolha dos chefes de missões diplomáticas do Brasil junto a governos estrangeiros, de ministro do Supremo Tribunal Federal, de ministro do Tribunal Federal de Recursos, de membros do Conselho Nacional de Economia, de procurador-geral da República e, especialmente, para a aprovação do governador provisório do Estado da Guanabara, do prefeito do Distrito Federal

(Brasília) e de membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Cabia ao Senado Federal, ainda como competência privativa, “por força da Lei Orgânica do antigo Distrito Federal (Lei nº 217, de 15 de janeiro de 1948), conhecer dos vetos do Chefe do Executivo, da antiga sede do governo da República, a projetos de leis votados pela Câmara Legislativa local. No período em que, nesta sessão legislativa, ainda teve vigência aquele dispositivo (de 13 de março a 13 de abril) nenhum veto foi submetido a esta Casa” (BRASIL. Senado. Relatório..., 1960, p. 55).

A Constituição de 1946 incumbia ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou decreto declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. A Casa exerceu esses poderes por oito vezes, sendo que apenas uma vez foi em relação a lei federal.

3 À GUIZA DE CONCLUSÃO

A mudança do Senado para Brasília começou em abril de 1960, mas foi se concretizar muitos meses depois. O edifício, construído em tempo recorde, apresentava deficiências que precisavam ser corrigidas: o plenário tinha problemas de acústica, os microfones nem sempre funcionavam a contento, entre outros. A dinâmica do trabalho legislativo teve que se adaptar ao novo espaço físico. Isso sem mencionar os fatores externos, como as freqüentes quedas de energia que dificultavam a utilização do anexo I.

Postas as dificuldades com que lutou e ainda luta o Senado, como o Congresso em geral, para o bom desempenho de seu papel constitucional no novo cenário que se lhe reservou no Planalto Central na República; mencionadas as deficiências que se ressentia e ainda se ressentia a nova Capital; acentuado o sacrifício que, para muitos, representou a brusca transplantação que sofreram; passados em revista os aspectos negativos da obra realizada – tan-

tas vezes denunciados da tribuna de ambas as Casas, nos oito meses transcorridos desde o 21 de abril (...) (BRASIL. Senado. Relatório..., 1960, p. 100).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o Senado conseguiu cumprir seu papel aprovando as matérias necessárias ao funcionamento do novo Estado da Guanabara, do novo Distrito Federal e outras tantas que estavam tramitando nas duas Casas. Conseguiu dar andamento em outras matérias que, por sua complexidade, necessitavam de maiores debates. Analisou os vetos presidenciais e a escolha de autoridades. As comissões permanentes aprovaram as matérias de sua competência. O serviço administrativo – Ata, Arquivo, Assessoria, Biblioteca, Contabilidade, Expediente, Pessoal, Publicações, Taquigrafia – funcionou a contento, realizando suas tarefas costumeiras.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINDA BATEM O PONTO. *Visão*, São Paulo, v. 16, n. 19, p. 19, maio 1960
- ARINOS, Afonso. Homenagem à cidade do Rio de Janeiro. *Anais do Senado*, v. 7, p. 975-980, abr. 1960.
- BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1960.
- A CARAVANA DA INTEGRAÇÃO NACIONAL PERCORRE 7000KM. *Nosso século*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- CSN PRODUZ MAIS AÇO. *Visão*, São Paulo, v. 17, n. 11, p. 27, set. 1960.
- CUBATÃO: 100 mil barris diários. *Visão*, São Paulo, v. 16, n.6, p. 32, fev. 1960.
- EM VÉSPERA DE MUDANÇA. *Visão*, São Paulo, v. 16, n. 12, p. 15, fev. 1960.
- IKE VISITA UM PAÍS QUE SABE O QUE QUER. *Visão*, São Paulo, v. 16, n. 8, p. 20-23, fev. 1960.
- IMPASSE RADIOFÔNICO. *Visão*, São Paulo, v. 16, n. 15, p. 19, abr. 1960.
- INSTALADOS EM SESSÃO CONJUNTA, OS ÓRGÃOS DO PODER LEGISLATIVO. *Folha de São Paulo*, 21 abr. 1960.
- MELLO, Cunha. Encerramento da sessão legislativa iniciada em 18 de janeiro. *Anais do Senado*, v. 4, p. 1488-1489, fev. 1960.
- MESA DO SENADO. *Visão*, São Paulo, v. 16, n. 8, p. 13, fev. 1960.
- MILIONÁRIOS NA TV. *Visão*, São Paulo, v. 17, n. 19, p. 19, nov. 1960.
- MORRE UM ESTADISTA. *Visão*, São Paulo, v. 16, n. 6, p. 5, fev. 1960.
- MORREU UM BRAVO. *Visão*, São Paulo, v. 17, n. 24, p. 21, dez. 1960.
- MÜLLER, Filinto. Encerramento dos trabalhos legislativos na cidade do Rio de Janeiro. *Anais do Senado*, v. 7, p. 1006-1007, abr. 1960.
- NA ARRANCADA BELÉM-BRASÍLIA, A CHUVA FOI A PIOR INIMIGA. *Visão*, São Paulo, v. 16, n. 8, p. 42-44, fev. 1960.
- NORDESTE INUNDADO. *Visão*, São Paulo, v. 16, n. 12, p. 20, fev. 1960.
- PILAGALLO, Oscar. *A história do Brasil no século 20: 1960-1980*. São Paulo: Publifolha, 2004. (Folha Explica).
- PIONEER RUMO AO SOL. *Visão*, São Paulo, v. 16, n. 12, p. 19, fev. 1960.
- URUBUPUNGÁ EM OBRAS. *Visão*, São Paulo, v. 17, n. 11, p. 36, set. 1960.
- VAI APRESSAR O RECENSEAMENTO. *Visão*, São Paulo, v. 17, n. 11, p. 27, set. 1960.
- A VISITA DA MISSÃO COMERCIAL POLONESA. *Visão*, São Paulo, v. 16, n. 12, p. 52-53, fev. 1960.



Arquivo Público do Distrito Federal

Edilenice Passos

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

A Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, que dispôs sobre a organização judiciária do Distrito Federal, determinou que o Poder Legislativo local fosse exercido pela Câmara do Distrito Federal, composta de 20 vereadores, eleitos pelo povo, por ocasião das eleições para o Congresso Nacional. As primeiras eleições deveriam ter sido marcadas para o dia 3 de outubro de 1962; enquanto a Câmara não fosse instalada, o Congresso Nacional legislaria sobre os assuntos de interesse do Distrito Federal.

Da mesma forma, a Emenda Constitucional nº 3, de 24 de maio de 1961, que dispôs sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e territórios

federais, estabeleceu que o Distrito Federal fosse administrado por um prefeito, nomeado pelo Presidente da República com aprovação do Senado Federal, e teria Câmara eleita pelo povo, com as funções que a lei federal lhe atribuisse. Além disso, determinou que competia ao Congresso Nacional fixar a data das primeiras eleições de representantes do Distrito Federal ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e à Câmara do Distrito Federal, exercendo, até que esta se instalasse, a função legislativa em todos os assuntos da competência do Distrito Federal.

Entretanto, as eleições não foram marcadas e o Congresso Nacional ficou responsável por legislar pelo

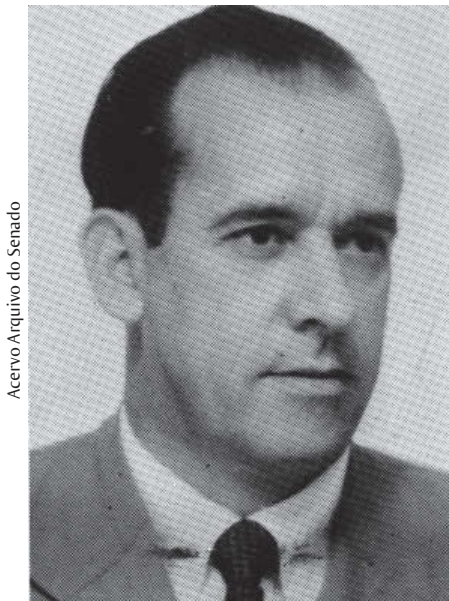
Distrito Federal. O Congresso Nacional precisou buscar soluções visando cumprir sua responsabilidade de legislar pelo Distrito Federal.

A Câmara dos Deputados foi a primeira a modificar o seu regimento interno, por intermédio da Resolução nº 63, de 22 de novembro de 1961, e a criar uma comissão permanente sob a denominação de Comissão do Distrito Federal com a atribuição de “opinar sobre as proposições relativas à organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e a qualquer assunto relacionado exclusivamente com o Distrito Federal, inclusive orçamento, criação e modificação de tributos locais, criação e organização de serviços subordinados à Prefeitura do Distrito Federal e prestação de contas do respectivo Prefeito”.

No Senado Federal, a Comissão do Distrito Federal foi criada pela Resolução nº 17, de 1962, resultante da iniciativa do senador Lino de Mattos, que apresentou o Projeto de Resolução nº 9, de 1962. Esta comissão permanente possuía sete membros e tinha a incumbência de estudar e emitir parecer sobre as proposições legislativas referentes ao Distrito Federal.

O primeiro presidente da Comissão, senador Lino de Mattos, ao se despedir do cargo, conta que, ao ser instalada, seus membros pouco tinham o que fazer.

É verdade que o Congresso Nacional, enquanto não se elegia a Câmara de Vereadores, legislava para Brasília. Mas, ao Senado cabia, na prática, assentir nas proposições aprovadas pela Câmara dos Deputados. (MATTOS, 1970, p. 28)



Acervo Arquivo do Senado

Senador Lino de Mattos
Propôs a criação da Comissão do Distrito Federal, sendo seu primeiro presidente

A Constituição de 1967, por sua vez, determinou que fosse competência privativa do Senado Federal discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, sobre os serviços públicos e o pessoal da Administração do Distrito Federal.

Para a realização de suas novas competências, sua composição foi alterada, por meio da Resolução nº 88, de 1967, que elevou o número de membros de sete para onze.

A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, manteve as competências anteriores e acrescentou que o Senado Federal deveria legislar para o Distrito Federal e nele exercer a fiscalização financeira e orçamentária, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas. Mas, na verdade, o Senado Federal ficava “via de regra, na dependência do recebimento de proposições que fossem enviadas ao Senado por iniciativa do senhor Presidente da República” (GONÇALVES, 1977, p. 13).

A despeito do interesse dos presidentes da Comissão do Distrito Federal em conhecer os problemas e necessidades da sociedade brasiliense, chegando a promover ciclos de debates, a Comissão sofreu críticas por seus membros serem representantes de outras unidades da Federação e estarem mais preocupados em resolver os problemas de seus eleitores, e, acima de tudo, por ser órgão homologador de atos governamentais sem grandes debates.

Uma dessas críticas originou-se de pronunciamento do deputado Raul Brunini, em outubro de 1968, que comentou sobre irregularidades na administração de Brasília e sobre o fato da Comissão estar se revelando omissa. Em resposta, o senador Adalberto Sena, membro da Comissão à época, além de enumerar 19 requerimentos de informações ao Sr. Wadjô Gomide, prefeito do Distrito Federal, assim se expressou:

(...) a Comissão do Distrito Federal não é órgão de fiscalização ambulante. Não pode estar a todo momento verificando essa ou aquela irregularidade ocorrida na Prefeitura do Distrito Federal, para se dirigir ao Sr. Prefeito como se estivesse no exercício de fiscalização permanente daquela autoridade.

De fato a Comissão do Distrito Federal (...) já está cogitando de convidar os srs. secretários da Prefeitura a comparecerem ao Senado, para, em reuniões previamente marcadas debater os problemas e ouvir observações ou mesmo reclamações dos srs. senadores sobre tais assuntos (SENA, 1968).

Em 1969, a Comissão do Distrito Federal recebeu o presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH) que esclareceu sobre o programa de trabalho e os planos financeiros para a capital do País. E, para tomar pleno conhecimento do problema habitacional da cidade, a



A Comissão do Distrito Federal fez esforços para conhecer os problemas que afetavam os habitantes da cidade.



O problema das invasões, o atendimento precário dos hospitais, a mendicância e o menor abandonado, a inobservância aos planos arquitetônicos da cidade e a falta de vagas na rede escolar, dentre outros tantos, foram objeto de preocupação da Comissão do Distrito Federal.

Comissão pôde ouvir ainda o presidente da Caixa Econômica Federal do Distrito Federal. A Comissão também se empenhou em obter razões sobre o pequeno número de estradas asfaltadas em Brasília, conhecer a análise do leite vendido na cidade, e teve a oportunidade de conseguir informações sobre vários assuntos: as cidades-satélites, o atendimento precário dos hospitais, a mendicância e o menor abandonado, a inobservância aos planos arquitetônicos da cidade e a falta de vagas na rede escolar, dentre outros tantos (MATTOS, 1970, p. 29).

Outra demonstração de que a Comissão do Distrito Federal queria inteirar-se das dificuldades locais foi a realização do “Seminário de estudos dos problemas urbanos de Brasília”, organizado pelo senador Cattete Pinheiro, em 1974, que contou, inclusive, com a presença de Lucio Costa. O senador e o urbanista trocaram cartas, nas quais Lúcio Costa expõe seu pensamento e entendimento sobre a concepção da cidade e seu posterior desenvolvimento.

O seminário, realizado no plenário do Senado Federal, teve cinco conferências com os temas: considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília; o Governo e a comunidade do Distrito Federal; humanização das cidades; formação de recursos humanos para o planejamento urbano; e Brasília: uma realidade urbanística e administrativa do País. Teve, ainda, três painéis: Brasília: confronto entre o planejamento urbano original e a realidade de hoje: perspectivas para o futuro; Brasília: institucionalização do planejamento urbano como processo e adequação do Plano-Piloto à realidade em evolução; e Brasília: problemas sociais e econômicos da cidade no confronto com suas funções básicas.

Um dos membros da Comissão, o senador Lázaro Barbosa, em 1975, rebatendo as críticas de um jornal local sobre a inoperância do órgão, disse que, se a Comissão não era mais atuante, isto não se devia ao fato de os senadores estarem mais preocupados com seus estados de origem ou de não terem sensibilidade com os problemas da cidade, mas que lhes faltava infra-estrutura:

(...) a Comissão do Distrito Federal deveria contar com um corpo de assessores especializados em cada problema da Cidade de Brasília e que, além disso, dispusesse o Senado da República de condições legais mais eficientes para exercer este controle (BARBOSA, 1975).

Ao assumir a presidência da Comissão, em maio de 1977, o senador Wilson Gonçalves prometeu maior proximidade dos membros da Comissão com as autoridades do governo local.

“Para isto, pretende a Comissão realizar, durante o período do meu mandato presidencial, uma série de palestras e debates com autoridades do



Acervo do Senado / Relatório da Presidência 1974

Presidente da Comissão do Distrito Federal, senador Cattete Pinheiro (de costas), urbanista Lucio Costa, presidente do Senado, senador Paulo Torres, governador do Distrito Federal, Elmo Serejo Farias, vice-presidente da Comissão do Distrito Federal, e senador Ruy Carneiro (ao fundo), na instalação do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília - agosto de 1974

GDF e com pessoas ilustres e de notória dedicação aos interesses desta unidade federativa, com o objetivo de conhecer mais de perto a realidade dos diversos serviços que compõem o complexo administrativo do Distrito Federal, desde que, para tanto, obtenhamos a aquiescência das referidas autoridades.” (GONÇALVES, 1977, p. 13)

Apesar dos grandes planos do presidente, em setembro de 1977, o vice-presidente da Comissão, senador Itamar Franco, por se encontrar “desesperançado com a atuação do Legislativo, principalmente quanto à fiscalização dos atos do Executivo” (FRANCO 1977, p. 5027), solicitou sua substituição. O senador tomou essa atitude ao ver derrotada sua proposição para que a Comissão visitasse os hospitais do Distrito Federal para averiguar a qualidade dos serviços prestados, mas negou que o aspecto emocional o tenha levado a se desligar da Comissão; o que buscava, era definir a competência da Comissão do Distrito Federal. Enumerou, ainda, as várias tentativas, quase sempre infrutíferas, para convocar autoridades do

I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília



Arquivo do Senado

O senador Cattete Pinheiro, presidente da Comissão do Distrito Federal, entrega ao governador do Distrito Federal, Dr. Elmo Serejo Farias, na sessão de encerramento, um exemplar impresso dos Anais do Seminário, contendo as conferências, exposições e debates das duas primeiras semanas de trabalho.

Governo brasileiro. Seu gesto teve sucesso, pois houve uma profunda discussão sobre as competências das comissões permanentes e da função fiscalizadora do Poder Legislativo. O então presidente da Comissão do Distrito Federal, senador Wilson Gonçalves, assim se expressou sobre o assunto:

Tenho ouvido, de anos a esta parte, a afirmação de que a Comissão do Distrito Federal é uma espécie de Câmara Legislativa do Distrito Federal. Não há maior engano que este. O órgão legislativo do Distrito Federal é o Senado Federal e a Comissão do Distrito Federal é uma comissão igual às outras comissões do Senado. Basta ler o Regimento Interno: é uma comissão permanente como outra qualquer, competindo-lhe dar parecer e tomar aquelas medidas que competem às outras comissões nas suas respectivas atribuições. (...) Quem legisla para o Distrito Federal é o Senado da República, quem tem poderes para decidir realmente é o Senado (FRANCO 1977, p. 5028).

O senador Itamar Franco viria novamente, em 1980, mostrar sua insatisfação com o desempenho da Comissão do Distrito Federal, quando em entrevista indagou:

Como teremos condições de discutir os problemas de Brasília se somos forasteiros? Se não os conhecemos em profundidade? Além disso, como poderia um senador ocupar a tribuna para debater questões como calçamento, água, luz, esgoto, policiamento de Brasília? (FABRE, 1980, p. 18).

O então presidente da Comissão, senador Lázaro Barbosa, também afirmou que a Comissão não cumpria seu papel constitucional por falta de condições, pois “esse órgão é composto de senadores de Goiás, Minas Gerais, Ceará, Acre, etc. altamente absorvidos pelos problemas de seus Estados, e não lhes é possível acompanhar os problemas sociais de Brasília, que são gravíssimos” (FABRE, 1980, p. 18).

Tanto o senador Itamar Franco, quanto o senador Lázaro Barbosa, advogavam a necessidade de representação política para o Distrito Federal.

O desempenho da Comissão sofreria novas críticas em 1982: “Há mais de um ano – ou mais precisamente, há um ano, três meses e 15 dias – nenhum problema cuja solução interessa à população brasileira é motivo de análise por parte da Comissão do Distrito Federal no Senado” (ANA LEYLA, 1982).

A Comissão teria novo alento com a posse do senador Alexandre Costa, em 1983, que prometeu: “ninguém mais haverá de se queixar que a Comissão do Distrito Federal não existe” (SENADOR..., 1983). O senador prometeu convidar tanto autoridades do Governo brasi-

liense quanto representantes da indústria, do comércio e da comunidade para debates em plenário.

A primeira decisão da Comissão foi delegar a um de seus membros, o senador Passos Porto, a “incumbência de elaborar projeto de resolução visando aumentar o seu número de integrantes, a fim de que possa assumir representatividade no Senado e funcionar como mini- assembleia no Congresso Nacional, acompanhando a problemática brasileira e a geopolítica local” (MINIASSEMBLÉIA..., 1983).

O projeto de resolução, segundo o autor, poderia ser um embrião para a instituição da representação política para Brasília (COMISSÃO..., 1983). De acordo com a proposição, a Comissão deveria acompanhar o desenvolvimento urbano e rural do Distrito Federal; fiscalizar a legislação aplicada ao Distrito Federal; ouvir as autoridades e a população local, constituindo para isto seis subcomissões: de transportes; das cidades satélites; das áreas rural e geoeconômica de Brasília; de arquitetura e urbanismo; de educação; de cultura, lazer e esportes; de justiça, segurança e assistência social.

Segundo o autor da proposição, seu objetivo era servir Brasília e provocar debates:

Acredito que o presente projeto de resolução irá suscitar debates e é preciso, a fim de que novas sugestões sejam incorporadas e que, finalmente, ocupe-se o espaço político que Brasília criou através de seu povo e dos seus órgãos representativos. O que não é admissível é continuar como está. Aí, iremos todos contra o futuro democrático de Brasília. (PORTO, 1983, p. 4)

A situação, no entanto, permaneceu inalterada, uma vez que a proposição legislativa ficou três anos aguardando ser incluída na ordem do dia, até ser finalmente arquivada em 1987.

Outra proposta era a realização de um grande seminário que debateria todos os problemas da cidade quando seriam ouvidos segmentos representativos da comunidade.

Apesar do entusiasmo dos senadores-membros da Comissão, que queriam “transformar a Comissão numa espécie de plenário popular permanente, frente ao qual tanto o Governo Federal quanto o GDF se curvariam para receber alguns bafejos de democracia” (EMERICH, 1983, p. 28), estes ficaram limitados pelo regimento da Comissão que não permite nenhuma ação executiva.

Segundo Alexandre Costa, é pura ilusão as pessoas imaginarem que a Comissão tem condições de ser uma alternativa eficaz a um sistema de representação política. A começar, segundo determina o próprio regimento do Senado, a Comissão nada mais pode fazer além de opinar sobre matérias



Eugênio Novaes/CB/D.A.Press

Da esquerda para a direita, o ex-prefeito do Distrito Federal, Wadjo da Costa Gomide, o governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, o presidente do Senado, Humberto Lucena (sentado) e o senador Roberto Pompeu de Souza, durante a promulgação da resolução que confere ao Senado Federal competência para legislar para o Distrito Federal, no Salão Nobre do Senado.

financeiras e de relatar possíveis vetos do presidente da República a projetos de lei pertinentes ao Distrito Federal (SENADOR..., 1983a).

O senador Alexandre Costa teve grandes projetos, dentre os quais a instalação do metrô de superfície, com tarifas baratas e que fosse capaz de atender satisfatoriamente a população de baixa renda e a implantação de uma universidade federal para atender os estudantes de Taguatinga e Ceilândia. Essa universidade poderia ser uma extensão da própria UnB (SENADOR..., 1983a).

Outra tentativa substancial de fiscalizar as ações do Governo brasiliense ocorreu em 1987, com a constituição de uma subcomissão, no âmbito da Comissão do Distrito Federal, para investigar as circunstâncias e condições da Concorrência nº 1, de 1987, realizada pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília (CAESB), para a contratação das obras de despoluição do Lago Paranoá. Foi uma iniciativa do senador Pompeu de Souza, que presidiu a subcomissão e que teve ainda como relator o senador Maurício Corrêa. Ao final de suas reuniões e investigações, a subcomissão recomendou que o seu relatório fosse encaminhado ao Ministério Público para apuração de responsabilidades e apresentou projeto de resolução revogando a Concorrência Internacional nº 1/1987-CAESB.

Todos os outros presidentes que assumiram a Comissão do Distrito Federal fizeram as mesmas promessas: ser o elo entre a população e o Governo local, e promover ciclos de debates sobre os principais problemas da cidade. Contudo, viram-se limitados pelo regimento interno da Casa.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Distrito Federal passou a ter autonomia política, seus cidadãos poderiam eleger seus representantes para o Senado Federal, Câmara dos Deputados e Câmara Legislativa. Entretanto, a competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal, até sua instalação, foi exercida pelo Senado Federal. Da mesma forma, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal, enquanto não fosse instalada a Câmara Legislativa, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, foi exercida pelo Senado Federal.

Para tanto, o Senado Federal promulgou a Resolução nº 157, de 1º de novembro de 1988, e estabeleceu as normas para exercer as competências de Câmara Legislativa do Distrito Federal, na forma da Comissão do Distrito Federal, composta por 21 senadores. Caberia ao Senado:

I - aprovar, previamente, por voto secreto, em sessão secreta, após arguição pública perante a Comissão do Distrito Federal, a escolha do governador do Distrito Federal, indicado pelo Pre-

sidente da República e dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, indicados pelo governador;

II - processar e julgar o governador e o vice-governador do Distrito Federal nos crimes de responsabilidade e os seus secretários nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

III - autorizar o governador e o vice-governador a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a 15 dias;

IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar;

V - fixar, para cada exercício financeiro, a remuneração do governador, do vice-governador e dos secretários do Distrito Federal;

VI - julgar as contas prestadas, anualmente, pelo governador do Distrito Federal e apreciar relatórios sobre a execução de planos de sua administração;

VII - sustar os atos normativos do Poder Executivo do Distrito Federal que exorbitem do poder regulamentar;

VIII - fiscalizar e controlar, através da Comissão do Distrito Federal, os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, e, ainda, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal, com auxílio do respectivo Tribunal de Contas;

IX - convocar secretário do Governo do Distrito Federal para prestar, em plenário, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada;

X - requerer informações aos secretários do Governo do Distrito Federal, importando crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias ou o fornecimento de informações inverídicas.

A iniciativa das leis de interesse do Distrito Federal caberia a qualquer membro do Senado Federal e ao governador. Aos deputados federais eleitos por Brasília e com assento na Câmara dos Deputados seria facultado encaminhar à Mesa do Senado Federal anteprojeto de lei de interesse do Distrito Federal.

Durante a existência da Comissão do Distrito Federal, nesse novo formato, foram apresentados 178 projetos de lei, sendo 13 em 1988, 97 no ano seguinte e 68 no último ano. O Poder Executivo do Distrito Federal foi autor da maioria das proposições.

Quadro 1: Autores dos projetos de lei para o Distrito Federal

Autores	1988	1989	1990	Total
Executivo do DF	12	70	58	140
Tribunal de Contas do DF	1	2	1	4
Executivo Federal		2	1	3
Senadores		9	6	15
Deputados		13	2	15
Comissão do Distrito Federal		1		1
Total	13	97	68	178

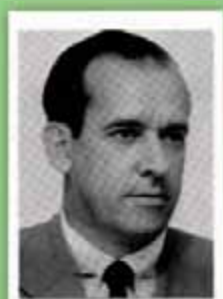
É interessante notar que cabia a qualquer membro do Senado Federal a iniciativa das leis para o Distrito Federal, mas apenas um senador que não representava o Distrito Federal apresentou projeto de lei. Trata-se do senador Áureo Mello, do Amazonas, que propôs matéria para regulamentar o tratamento acústico em casas de diversões que funcionassem com música ao vivo ou eletrônica no Distrito Federal.

Dos 178 projetos de lei apresentados, 137 transformaram-se em lei do Distrito Federal. O Poder Executivo do Distrito Federal foi autor de 89% dos projetos de leis que foram transformados em leis.

Quadro 2: Autores dos projetos de lei que foram transformados em lei

Autores	Projetos apresentados	Projetos transformados em lei
Executivo do DF	140	123
Tribunal de Contas do DF	4	4
Executivo Federal	3	2
Senadores	15	1
Deputados	15	6
Comissão do Distrito Federal	1	1
Total	178	137

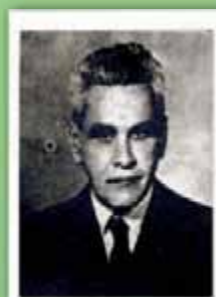
Presidentes da Comissão do Distrito Federal: 1962 / 1990



Lino de Matos
1962, 1963 e 1969



Aurélio Vianna
1964 e 1965



Silvestre Péricles
1966



João Abrahão
1967 e 1968



Dinarte Mariz
1970



Cattete Pinheiro
1971, 1972, 1973 e 1974



Heitor Dias
1975 e 1976



Wilson Gonçalves
1977 e 1978



Jessé Freire
1979



Lazaro Barbosa
1980



Lourival Baptista
1981 e 1982



Alexandre Costa
1983 e 1984



Mauro Borges
1985 e 1986



Humberto Lucena
1986



Meira Filho
1987 e 1988



Mauro Benevides
1989 e 1990

Posse dos Deputados Distritais



Isaac Amorim / Acervo CLDF

Posse dos primeiros deputados distritais, no dia 1º de janeiro de 1991, no auditório Petrônio Portella, no Senado Federal

O senador Nelson Carneiro, presidente do Senado em 1989, assim descreveu as atividades da Comissão do Distrito Federal:

Pela primeira vez, o Senado teve em relação ao Distrito Federal competência legislativa plena, não apenas discutindo e votando matérias oriundas do Poder Executivo local, como também tendo a iniciativa das leis sobre todos os aspectos da organização administrativa da Capital da República. Até mesmo os deputados de Brasília puderam iniciar a legislação através de anteprojeto de lei encaminhados à Comissão do Distrito Federal. A eles foi vedado apenas votar as proposições, podendo, porém, participar das atividades políticas envolvidas.

Essa competência, que se extinguirá com a instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, após a eleição dos deputados distritais, ao final deste ano, como previsto na Constituição, foi exercida em sua plenitude, nos aspectos políticos, econômicos e sociais. Foram tomadas importantes decisões em variada gama de assunto, como política ambiental, alienação de imóveis, parcelamentos urbanos, trânsito, educação, saúde, política salarial, código tributário, entre outros. Nunca a sociedade brasiliense teve tanta participação, através de seus representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, na administração do Distrito Federal (BRASIL. Senado, 1989).

O Senado Federal, por meio da Resolução nº 49, de 23 de novembro de 1990, estabeleceu as normas para a instalação da Câmara Legislativa. A posse ocorreu perante a Mesa do Senado, em sessão preparatória realizada no dia 1º de janeiro de 1991. A sessão ocorreu no auditório Petrônio Portella e a Mesa era composta pelos senadores Nelson Carneiro (Presidente), Mendes Canale (1º Secretário) e Pompeu de Souza (3º Secretário). Após declarar aberta a sessão, o presidente convidou, para fazer parte da Mesa, as seguintes autoridades: o Cardeal Dom José Freire Falcão; o governador do Distrito Federal, Sr. Wanderley Vallim; o governador eleito do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz e o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, desembargador Valtênio Mendes Cardoso.

O senador Mauro Benevides, então presidente da Comissão do Distrito Federal, ao discursar, disse com propriedade que:

A partir de hoje, o Senado Federal vê concluída a sua tarefa de inquestionável magnitude relacionada com a vida legislativa de Brasília, transferindo tão imensa responsabilidade à Assembléia Distrital, cujos integrantes se investem num mandato popular, conferido soberanamente pelo eleitorado da Capital da República, na manifestação das urnas de 3 de outubro passado.

Foram empossados os primeiros 24 deputados distritais: Agnelo Queiroz, Aroldo Satake, Benício Tava-

res, Carlos Alberto Lima Torres, Edimar Pirineus Cardoso, Eurípedes Camargo, Fernando Gomes Naves, Francisco Claudio Monteiro, Geraldo Magela Pereira, Gilson Davi Araújo Barbosa, Jorge Cauhy Júnior, José Edmar de Castro Cordeiro, José Ornellas de Sousa Filho, Lúcia Helena de Carvalho, Manoel Paulo Andrade Neto, Maria de Lourdes Abadia, Maurílio Silva, Padre Jonas Vettoraci, Pedro Celso, Peniel Pacheco, Rose Mary Araújo de Miranda, Salviano Antônio Guimarães Borges, Tadeu Roriz de Araújo e Wasny Nakle de Roure.

Por fim, o senador Nelson Carneiro decretou – “Está encerrada a missão do Senado Federal” – e convidou o deputado distrital José Ornellas – o mais idoso – para assumir a presidência da sessão. Este, imediatamente, convocou os primeiros deputados distritais para a primeira sessão solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realizar-se no mesmo dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANA LEYLA. Comissão do DF: Cidade não atrai atenção de senadores. *Jornal de Brasília*, 15 abr. 1982.
- BARBOSA, Lázaro. Necessidade de se dotar a Comissão do Distrito Federal dos meios necessários para que possa, com eficiência, legislar para o Distrito Federal. *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, 29 maio 1975. p. 2212-2214.
- BRASIL. Senado. Comissão do Distrito Federal. *Despoluição do Lago Paranoá*. Relator: Senador Maurício Corrêa. Brasília, Senado Federal, 1988. 50p.
- BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: referente aos trabalhos da 3ª sessão legislativa ordinária da 48ª legislatura. Brasília: Secretaria-Geral da Mesa, 1989.
- COMISSÃO DO DF SERIA AMPLIADA. *Última Hora*, 06 abr. 1983.
- EMERICH, Davi. Comissão do DF: idéias e fiasco. *Correio Braziliense*, 27 nov. 1983. p. 28.
- FABRE, Afonso. A Comissão do DF, na verdade, não existe. *Correio Braziliense*, 30 mar. 1980. p. 18.
- FRANCO, Itamar. Definição específica das funções da Comissão do Distrito Federal, objetivando uma melhor fiscalização dos atos do governo do Distrito Federal. Renúncia do orador como membro deste órgão. *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, 27 set. 1977. p. 5027-5031.
- GONÇALVES, Wilson. O que a Comissão do DF pode fazer por Brasília. Entrevista a Rachid Rachid. *Jornal de Brasília*, p. 13, 15 maio 1977.
- MATTOS, Lino. Despedida da presidência da Comissão do Distrito Federal do Senado. *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, 02 abr. 1970. p. 28-31.
- MINIASSEMBLÉIA, SOLUÇÃO PARA O DF. *Correio Braziliense*, 23 mar. 1983.
- PORTO, Passos. *Projeto de resolução nº 34*, 1983. Brasília: 1983. 4p.
- SENA, Adalberto. Considerações sobre o comentário formulado pelo deputado Raul Brunini quanto a omissão da Comissão do Distrito Federal do Congresso a respeito de irregularidades que vinham ocorrendo na administração de Brasília. *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, 29 out. 1968. p. 5161-5162.
- SENADOR PROMETE COMISSÃO ATUANTE. *Correio Braziliense*, 09 mar. 1983.
- SENADOR SÓ VÊ UMA SAÍDA COM ELEIÇÕES. *Correio Braziliense*, 27 nov. 1983a.
- VASCONCELOS, Adirson. *Efemérides: as grandes datas de Brasília e JK*. Brasília: Thesaurus, 2009. 1164p.

Correspondência entre o senador Cattete Pinheiro e Lucio Costa

CARTA DIRIGIDA AO SENADOR CATTETE
PINHEIRO PELO DR. LUCIO COSTA,
EM 21 DE JUNHO DE 1971

Prezado Senador Cattete Pinheiro,
Agradeço-lhe as bondosas pala-
vras ao formular o convite-apelo no sen-
tido do meu comparecimento perante a
Comissão que preside. Mas, data vênia,
não pretendo rever Brasília.

Concebi a cidade, concepção que
se corporificou num plano, acompanhado
de esquemas gráficos e de uma memória
descritiva. Tem a data de 10-3-57.

A cidade tomou pé, cresceu.
Embora ainda inconclusa, já tem vida
própria e relativa autonomia.

Ocorre porém que, em matéria
de urbanismo, só há uma certeza. Seja
por incompreensão, seja devido à inter-
ferência de novas implicações, válidas ou
fictícias – as coisas nunca se passam exa-
tamente como foram idealizadas.

No caso de Brasília esse desvirtu-
amento começou no próprio nascedouro.

Assim, por exemplo, do ponto
de vista social a característica funda-
mental do plano era permitir em cada
área de vizinhança, constituída por qua-
tro superquadras, a convivência de pes-
soas de padrões econômicos diferen-
tes, e isto sem mútuo constrangimento
porquanto cada quadra teria apenas
moradores de um determinado padrão.
Diluídas assim as diferenças do status
econômico ao longo de todo o Eixo
Rodoviário-Residencial, a cidade não fi-
caria estratificada em áreas rigidamente
diferenciadas, e se teria demonstrado,
na prática, como resolver, no regime
capitalista, o problema social da coexis-
tência urbana das classes.

A preocupação – ilusória – de
tornar o empreendimento autofinanciá-
vel, e a visceral descrença na viabilidade
de qualquer solução que encarasse de
frente o problema social, sempre visu-
almente relegado para os bastidores
urbanos, levou, porém, as autoridades
a adotar o critério da venda prévia das
projeções dos blocos residenciais das
superquadras, e a não obrigar, naquelas
cedidas aos Institutos, o respeito àquilo
que o plano determinava, impedindo por
tanto, de saída, qualquer liberdade de
inovação de caráter econômico-social e
desperdiçando a oportunidade única de
transformar a capital do País numa cida-
de verdadeiramente modelo.

Evidentemente a solução pro-
posta não teria tido o dom de resolver
todos os problemas de habitação econô-
mica da cidade, uma vez que a proporção
da população de poder aquisitivo irreal é,
no Brasil, o que sabemos. Mas teria per-
mitido que a totalidade dos funcionários
e a maioria dos comerciantes morassem
na cidade que foi feita para eles, e não
nas pseudo cidades-satélites.

Esses núcleos habitacionais,
criados inicialmente apenas para resolver
o problema premente das favelas concen-
tradas em torno dos canteiros das firmas
construtoras, pois a mão-de-obra nunca
vinha desacompanhada, transformaram-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Prezado Senador Cattete Pinheiro,

Agradeço-lhe as bondosas palavras ao formular o
convite-apelo no sentido do meu comparecimento perante a
Comissão que preside. Mas, data vênia, não pretendo re-
ver Brasília.

Concebi a cidade, concepção que se corporificou num plano, aco-
mpanhado de esquemas gráficos e de uma memória descritiva.

... ia tem vi-

Reclamo, igualmente, as seguintes providências relaciona-
das com a ambientação paisagística da cidade e reitera-
damente solicitadas das administrações anteriores:

5- a criação de viveiros de plantas nativas, plantas benja-
minas e outras árvores de copa densa e pesadas, para
o plantio intensivo das faixas de contorno arborizadas.
Para este fim nos super-quadras (a importância atribuí-
da a estes grandes quadriláteros verdes, resulta de que
deixar de contribuir para o resguardo das quadras, e das garen-
tes, por sua massa e dimensão, a integração do eixo
residencial no eixo monumental).

6- o plantio dos grandes bosques arborizados no plano
de cada lado do Eixo Monumental acima do Praça Mun-
icipal; estes dois maciços arborizados são fundamentais pa-
ra a definição paisagística da cidade;

7- substituição dos núcleos pinheirais plantados nos proxi-
midades da Praça do Três Poderes, por densos conjuntos
dos novos pinheirais do Paranal - arborizados - cujo verde
escuro terá bom contraste com o marrom branco das
edificações;

8- o plantio de agrupamentos irregulares de palmeiras em
determinados pontos do perímetro do Sítio Plano do Ministério
do tempo das vias marginais e dispostos de modo a não
prejudicar a vista do Congresso.

Com as muitas escusas, extensivas aos
demais membros da Comissão, subscrevo-me
respeitosamente,

Lucio Costa

21/6/71.

se, em pouco tempo, amparados pela demagogia, em “cidades” sorvedouros de verbas destinadas a uma rede onerosa de infra-estrutura, em detrimento do chamado Plano Piloto, ou seja, da cidade propriamente dita.

Invertia-se, portanto, a ordem natural das coisas. As condições do concurso estabeleciam que a cidade deveria ser planejada para uma população de cerca de 500.000 habitantes; atingido este limite, ela se desdobraria em cidades satélites devidamente planejadas. O arcabouço da cidade, que ainda é um arquipélago urbano, continua vazio, e as pseudo satélites cresceram estimuladas por essa balda retrógrada segundo a qual o trabalhador deve é mesmo morar longe. O desperdício e o sacrifício do transporte oneroso e desconfortável, num e outro sentido, as filas, tudo faz parte do programa, tudo isto é “planejado”.

A instalação de empreendimentos industriais e agrícolas em áreas apropriadas situadas além desses núcleos satélites, de efeito portanto centrífugo, tal como atual administração vem cogitando, parece-me iniciativa acertada, pois, criando novos pólos de atração, contribuiria para fazer reverter o sentido centrípeto da atual vinculação.

Na administração passada ou na anterior, já não concordo, consultado sobre o aproveitamento de uma grande área urbana para a construção de habitações econômicas, sugeri planejamento racional para 100.000 pessoas, com apartamentos decentes (50m²), escolas, áreas verdes para recreio, centros sociais e de comércio; mas os responsáveis pela NOVACAP entenderam não ser possível financiamento nesses termos pelo BNH, cujos padrões são outros. Ora, tratando-se da capital do País, entendo que o Governo tem o direito de impor o padrão que lhe convém, ou seja, mantido o princípio da correção monetária, exigir prazo de amortização e juros compatíveis com a finalidade social do empreendimento.

O problema, no fundo, é que em nosso País o trabalhador, em termos de planejamento, ainda é considerado “subpeão”. Tanto assim que já se tem admitido a conveniência da criação de estações rodoviárias nos extremos do Eixo Rodoviário-Residencial, onde se faria baldeação para a rede urbana. Semelhante medida seria nova deturpação do plano original que tem como outra característica precisamente trazer o sistema rodoviário – a estrada, portanto – até o coração da cidade em vez de o deter na periferia nos moldes urbanos usuais, pois o que deve prevalecer é a comodidade do usuário.

Nesse sentido já foi também apresentado, há muitos anos, projeto de melhor aproveitamento da estação rodoviária, com sobreloja para administração e serviços, passarelas para pedestre e nova plataforma de embarque a fim de permitir o entrosamento ali dos três tráfegos distintos da cidade, o metropolitano, o regional e o interurbano. E convém lembrar a este propósito que na maioria das cidades civilizadas a manutenção de serviço

municipal de ônibus é impecável. Tem-se a impressão de carros sempre novos, o pessoal bem uniformizado e cortês. Em Brasília, quando me servi de um ônibus da rede local, fiquei chocado com a má conservação e o típico desmazelo suburbano. Não se diga que a administração pública é necessariamente incapaz. Não é verdade. Tudo depende do responsável pelo serviço. A CTC do Rio, quando foi criada, era perfeita; decaiu depois da encampação imoral da Light. A Polícia Militar do antigo DF não inspirava a menor confiança. Quando o General Ururahy assumiu o comando da Corporação, em pouco tempo, tudo se transformou; os soldados adquiriram dignidade profissional, pareciam outros homens – no porte, no modo de caminhar, de interpelar –, renovados por dentro e por fora. Foi a época dos “Cosme e Damião”.

Ainda com relação ao tráfego, o plano definiu dois sistemas viários distintos, um de vias livres privativas dos automóveis e ônibus, outro misto, sinalizado, e paralelo a este, mas disposto nos flancos das áreas edificadas. Somente acima da Plataforma Rodoviária o sistema seria comum. As vias rebaixadas que passam aos fundos dos Ministérios e a Via W-3, p. ex., fazem parte desse 2º sistema. Isto foi, porém, ao que parece, “ignorado”, muito embora a recomendação fosse sempre reiterada nas sucessivas mudanças de administração.

Cada ala do Eixo Rodoviário-Residencial deveria estar articulada às vias locais, paralelas, em três pontos, a fim de permitir o necessário entrosamento do sistema. Com uma única exceção, tal não se fez. A pista central continua praticamente isolada e vazia, resultando daí sobrecarga nas vias locais e principalmente na Via W-3, tanto mais assim porquanto não existindo ainda o centro da cidade, que agora vai aos poucos surgindo ao longo da Plataforma Rodoviária, o comércio e a atividade urbana concentraram-se indevidamente ali, atribuindo-se, em conseqüência, a essa via secundária uma valorização e falsa importância que deverá perder na medida em que a atividade urbana principal se deslocar e o verdadeiro centro da cidade se impuser.

Portanto, o que importa não é criar “facilidades” complementares para o tráfego na W-3, com prejuízo do sossego das quadras residenciais, mas, pelo contrário, criar maiores entraves, a começar pela sinalização prevista, e isto no duplo propósito de permitir travessia regular segura aos pedestres, o que é fundamental – tanto mais que as chamadas grandes áreas, com as escolas particulares, estão do outro lado da Via –, e de conter ainda mais o tráfego na hora do afluxo, ou de frear-lhe o ímpeto nas horas mortas, e de assim induzir aos apressados e àqueles que, mão tendo nada que fazer ali, se servem dela por hábito, como simples passagem para pontos distantes, ao uso do eixo rodoviário – o que resultará mais rápido apesar da volta maior.

Antes de encerrar estas considerações, gostaria de lembrar que sempre me repugnou, por imprópria,

a expressão “avenida” aplicada às vias de Brasília. Via livre, Via Parque, Via das Nações, Via W3. Até mesmo no caso das duas vias principais da cidade, ou seja, os eixos ortogonais que a definem, quem estranhar a expressão Eixo que para nós, urbanistas e arquitetos, é familiar, poderá dizer simplesmente – Via Monumental ou Via Rodoviário-Residencial. Assim, p. ex., a Esplanada dos Ministérios é parte integrante do Eixo ou da Via Monumental, e nunca da “Avenida Monumental”. A volta à expressão latina sempre me pareceu, no caso, mais adequada e mais bela.

Assim pois, resumindo, aconselharia a essa Comissão reclamar do Governo do DF, as seguintes providências:

- 1º as ligações previstas da pista central do Eixo Rodoviário-Residencial com as pistas locais do mesmo eixo;
- 2º a sinalização sincronizada da Via W-3, não só prevista no plano, como estudada há muitos anos (modelo de poste inclusive);
- 3º estímulo e facilidades visando apressar a criação do Centro Social, Comercial e de Diversões ao longo da Plataforma Rodoviária (o projeto, já aprovado, do primeiro bloco de frente para a Esplanada, no Setor Sul, não foi avante; conviria que alguém retomasse o empreendimento);
- 4º legislação apropriada para as superquadras internas ainda não edificadas, a fim de só permitir ali a construção de apartamentos de padrão econômico.

Reclamar, igualmente, as seguintes providências relacionadas com a ambientação paisagística da cidade e reiteradamente solicitadas das administrações anteriores;

- 5º a criação de viveiros de fícus religiosa, fícus benjamina e outras árvores de copa densa e pesada, para o plantio intensivo das faixas de contorno previstas para este fim nas superquadras (a importância atribuída a esses grandes quadriláteros verdes resulta de que além de contribuir para o resguardo das quadras, eles garantem, por sua massa e dimensão, a integração da escala residencial na escala monumental);

- 6º o plantio dos grandes bosques assinalados no plano de cada lado do Eixo Monumental acima da Praça Municipal; estes dois maciços arborizados são fundamentais para a definição paisagística da cidade;

- 7º substituição dos ridículos pinheirinhos plantados nas proximidades da Praça dos Três Poderes, por densos conjuntos dos nossos pinheiros do Paraná – araucárias – cujo verde escuro fará belo contraste com o mármore branco das edificações;

- 8º o plantio de agrupamentos irregulares de paineiras em determinados pontos do gramado da Esplanada dos Ministérios, ao longo das vias marginais e dispostos de modo a não prejudicar a vista do Congresso.

Com as minhas escusas, extensivas aos demais membros da Comissão, subscrevo-me, respeitosamente.

LUCIO COSTA
21-6-71

SERVICO PUBLICO FEDERAL

Prezado Senador Cattete Pinheiro,

Atendendo à sua generosa solicitação, motivada por uma reportagem do jornal "O Povo", de Fortaleza, remeto-lhe cópia do texto encaminhado à Academia do Mundo Latino por ocasião da cerimônia realizada nos Salões de Caen, do Instituto de França - sobre Brasília que, com um das críticas...

As considerações feitas à vista de Pierre Vago, sênior.

SERVICO PUBLICO FEDERAL

Cabalitar e aqueles que mesclaram de espaços maiores ocuparam mais de um bloco, articulados ao rez do chão. Além, para mostrar como são aleatórios os critérios de programação, lembre-se que a rede bancária foi criada, num prazo de meses, a expensas de espaços terrenos que foram dos Quilombos.

59-60, quando eu, e sinto-me muito, exerci

antes presenciei o auto-estágio e o "que apareceu"

onde o visto, de in- Salvo

Em conclusão, não foi sentido dizer-se que o homem foi deixado no planejamento de Brasília. Os moradores mais antigos reclamam a que o turista não recebe, - a cidade possui um estilo de vida diferente, mais saudável e mais sereno. Brasília pode - e deve - ser criticada, mas é uma cidade que se precisa, que já tem vida. Não se pode destruí-la impunemente.

As senhoras Vaz e Tschirwan cabia primeiro informar-se sobre a memória descritiva do plano-piloto; apontar o que ali se diz com o que foi feito; constatar as discrepâncias e lacunas; debater o assunto com o autor, - para, então sim, criticar com embasamento de caso.

Em contraste com essa atitude deliberadamente hostil, o velho conhecido de Brasília, Israel Pinheiro - personalidade que aprendi a admirar e prestar diante o acidentado período de implantação da cidade - nasceu de que a posição do crescimento da cidade a despeito a concepção original, procurou-me, poucos dias após de uma reunião, decididamente autorizada pelo Conselho, a fim de solicitar a indicação de elevação de minha comissão a serem criadas para proceder a um balanço da situação urbanística actual e planejar (com o meu orientamento) a expansão do centro urbano e a ocupação coerente das áreas disponíveis no chamado "Plano-piloto", de modo a impedir o seu esparçamento na direção dos núcleos satélites. Tendo eu visto a articulação destes com o desenvolvimento ordenado e vital de regiões

Em este embasamento que me senti no dever de prestar ao Ilustre Presidente da Comissão de DF, no Senado Federal.

Muito atentamente,
Lucio Costa
Rio, 27-VI-73.

Arquivo Cattete Pinheiro Filho

CARTA DIRIGIDA AO SENADOR CATTETE PINHEIRO PELO DR. LUCIO COSTA, EM 27 DE JUNHO DE 1973

Prezado Senador Cattete Pinheiro, Atendendo à sua generosa solicitação, motivada por uma reportagem do jornal "O Povo", de Fortaleza, remeto-lhe cópia do texto encaminhado à Academia do Mundo Latino por ocasião da cerimônia realizada nos Salões de Caen, do Instituto de França, e no qual incluí considerações sobre Brasília que, conquanto conhecidas, revelam-se ainda atuais à vista das críticas à concepção da cidade feitas à imprensa pelo Sr. Pierre Vago, o mesmo que, no passado, menosprezou a obra de Le Corbusier.

Na verdade essa atitude negativa e preconcebida data de 1959-60, quando se realizou uma promoção prematura e infeliz da nova capital, e sinto-me em parte culpado por esse desencontro porque, contrário à iniciativa, excusei-me de participar dela.

Reconheço o desacerto dessa minha atitude, porquanto os participantes prevenidos contra Brasília, desconhecendo-lhe o plano, mal-informados dos antecedentes e das circunstâncias, não perceberam o sentido da concepção e o alcance do empreendimento. E vejo agora que, no caso em apreço e apesar das sucessivas visitas, os tais preconceitos, de início ainda meio vagos, cristalizaram-se.

Já cansei de explicar que Brasília foi um caso à parte, singular, onde o urbanista teve de proceder de forma oposta à usual. Neste sentido, como a liberdade de transcrever aqui estas palavras que serviram de introdução às recomendações feitas, em 1971, à Municipalidade de Salvador por solicitação do seu digno Prefeito Dr. Clariston Andrade.

"Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança,
Todo o Mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades."

"Salvo casos excepcionais, quando o planejamento parte da estaca zero e se processa sob o signo de uma vontade toda poderosa, capaz de impor limites de prazo fatais à implantação de um arcabouço de cidade -, nos demais casos, quando se trata de planejar o futuro de um organismo urbano vivo, cujas raízes mergulham na História e na Ecologia, não se deve querer abarcar o espaço e o tempo com o estabelecimento, a priori, de estruturas por demais rígidas, destinadas a conter um corpo que se há de conformar e crescer sob a ação de condicionantes variáveis, algumas imprevisíveis.

Não se deve pretender engaiolar o futuro. O que importa é a fixação

de uns tantos critérios fundamentais, decorrentes de certas idéias e intenções que se revelarão, em termos de realidade urbanística, através da escolha de determinados partidos de implantação.

Assim, quando os tempos mudarem e a vontade for outra, as proposições originais poderão sempre ser repensadas e atualizadas sem quebra – talvez – daquelas proposições fundamentais que, até certo ponto, servirão para balizar a futura configuração da cidade.”

Tratava-se, com efeito, no caso de Brasília, de uma capital a ser construída num prazo exíguo, mas já na escala do Brasil definitivo. De um ato de vontade que, embora pessoal, estava na medida da vontade coletiva. Um ato de posse.

Como pretender-se então que, em tais condições, a cidade devesse surgir pouco a pouco, aos arrancos, à mercê do capricho e da iniciativa de cada um, como se tratasse de uma cidade qualquer?

Isto, e a regularidade e ordenação do seu traçado, não impedem que a construção de Brasília tenha sido um ato eminentemente democrático no mais alto sentido. O próprio nome atribuído à sua praça magna é testemunho disto.

O crítico parece confundir democracia com desarrumação, com desordem. Ora, para quem convive com a desordem total, a desordem institucionalizada, das nossas velhas metrópoles, pareceu conveniente incutir, no nascedouro, serenidade e ordenação urbana à nova capital. Aquela mesma serenidade, aquela ordonnance que era o charme de Paris, e agora se vai aos poucos destruindo. O tal período de 15 anos, referido pelo crítico, não é válido quando se trata de uma capital. Os seus elementos básicos e certos princípios devem manter-se íntegros. Ela deve infundir sentido de permanência.

Não vejo porque a Praça da Concórdia, p. ex., deva ser periodicamente considerada “inatural e insatisfatória”.

As limitações impostas no caso de Brasília são, na verdade, mínimas, conquanto fundamentais. Assim, nas superquadras restringem-se à obrigatoriedade dos pilotis e ao gabarito de seis pavimentos, ficando, portanto, as crianças que brincam ao alcance da voz, o que contribui para humanizar essas áreas residenciais apesar do vulto das edificações, cuja configuração e dimensões não foram impostas pelo plano; se uns tantos partidos de implantação se repetem, isto resulta simplesmente do comodismo e de falta de imaginação dos organismos ou empresas responsáveis. Aliás, não vejo inconveniente numa relativa uniformidade urbana. No passado sempre foi assim. O que ainda falta, e me exaspera, são as cortinas verdes compostas por árvores de copa pesada, previstas para dar aconchego e definir espacialmente cada quadra. É

fácil imaginar como o aspecto da cidade seria diferente se esses enquadramentos vegetais já existissem justapostos em extensão e profundidade ao longo de todo o eixo-rodoviário-residencial.

As calçadas foram apenas recuadas da borda das pistas para estas faixas arborizadas que lhe são paralelas ou perpendiculares, garantindo-se, de espaço em espaço, contato com elas para o embarque e desembarque de passageiros.

A criação dessas áreas de vizinhança onde o automóvel convive com o pedestre, que dispõe da referida periferia arborizada, contígua ao comércio local, para o seu uso exclusivo, não mereceu a atenção do crítico que reputa a concepção da cidade anacrônica porque pretendeu facilitar a circulação dos veículos, quando anacrônica é atitude dos que, sem dispensar-lhes o uso, pretendem afastar os carros dos outros. Anacrônicas são as soluções sistemáticas que confinam os automóveis fora de um alcance razoável, como se o pedestre não fosse, afinal, cada vez mais, apenas, o passageiro ou motorista que apeou.

O que importa – fora das áreas centrais onde estacionamento acessível, em subsolo ou em altura, se impõe – é a criação de áreas de convivência, e a “superquadra” é um exemplo disto.

Os gramados não contribuem unicamente, como um passe-partout, para a serenidade ambiente, são os tapetes da cidade e, como tais, devem ser pisados; sempre o entendi assim. Quando certas áreas se apresentem gastas, bastará isolá-las por algum tempo; e as trilhas eventuais deverão ser mantidas pois indicam a necessidade de um caminho ali. Mas as extensas áreas gramadas têm, de fato, um valor simbólico, e o crítico, que conheceu Brasília quando coberta de barro e poeira de ponta a ponta, deveria ter tido a sensibilidade de perceber o que isto representou de esforço às sucessivas administrações.

Quanto ao centro de convergência da cidade – o seu core – ainda está em construção. Tudo dependerá da maneira como venha a ser ocupado; as lojas térreas ao longo da plataforma rodoviária deveriam destinar-se principalmente a cafés, lanchonetes e restaurantes, com mesas na calçada, em contato direto com duas praças privadas de pedestres, cuja existência os brasilienses talvez até ignorem, embora o projeto pormenorizado de uma delas, fronteira ao pavilhão do Touring, date de 1963.

Finalmente, com respeito à uniformidade arquitetônica dos edifícios destinados aos ministérios, excetuados os do Exterior e da Justiça, ela é – além de bela – simples decorrência do fato de já então se pretender, como agora, que a máquina administrativa deveria construir-

se como um todo articulado e orgânico, e não como um ajuntamento de setores autônomos. Tanto mais que, à vista dos programas, constatou-se que as necessidades eram comuns e equivalentes, não se justificando assim individualizá-los, como prima-donas, mas encará-los como um coro subordinado a uma regência comum. Os ministérios menores poderiam coabitar e aqueles que necessitassem de espaço maior ocupariam mais de um bloco, articulados ao rés-do-chão. Aliás, para mostrar como são aleatórias estas questões de programa, lembre-se que a rede bancária liquidou, num passe de mágica, a exigência de espaços térreos gigantescos, no Ministério da Fazenda, para abrigar as deprimentes filas à boca dos guichets.

Em conclusão, não faz sentido dizer-se que o homem foi esquecido no planejamento de Brasília. Os moradores mais antigos reconhecem o que o turista não percebe –, a cidade propicia um estilo de vida diferente, mais saudável e mais sereno.

Brasília pode – e deve – ser criticada, mas é uma cidade que se preza, que já tem brio. Não se pode destrata-la impunemente.

Aos Senhores Vago e Tochtermann cabia primeiro informar-se sobre a memória descritiva do plano-piloto; confrontar o que ali se diz com o que foi feito; constatar as discrepâncias e lacunas; debater o assunto com o autor –, para, então sim, criticar com conhecimento de causas.

Em contraste com essa atitude deliberadamente hostil, o velho construtor de Brasília, Israel Pinheiro – personalidade que aprendi a admirar e respeitar durante o acidentado período da implantação da cidade –, receoso de que a pressão do crescimento lhe viesse a desfigurar a concepção original, procurou-me, poucos dias antes da sua morte, devidamente autorizado pelo Conselho, a fim de solicitar a indicação de elementos da minha confiança a serem contratados para proceder a um balanço da situação urbanística atual e planejar (com o meu assessoramento, na qualidade de urbanista da cidade ainda vinculada à NOVA-CAP) a expansão do centro urbano e a ocupação coerente das áreas disponíveis no chamado “Plano-Piloto”, de modo a impedir o seu espraiamento na direção dos núcleos-satélites, tendo em vista a articulação destes com o desenvolvimento ordenado e global da região.

São estes esclarecimentos que me sinto na obrigação de prestar ao ilustre Presidente da Comissão do DF no Senado Federal.

Muito atentiosamente,

Lucio Costa
Rio, 27-6-73

C. S. E. planejamento urbano Ltda.

Mário Ilha Costa, arquiteto
Eduardo Sobral, economista

Prezado Senador Catete Pinheiro,

A Linha estava deficiente; ouvi mal.
Pareceu-me tratar-se da quarta-feira próxima e não de hoje.
Se assim for, permita-me este adendo.

Muitos críticos têm estranhado a localização do Congresso, do Executivo e do Supremo num extremo da cidade e não no seu centro, na forma usual como seria de esperar-se.

É de essa particularidade da arquitetura urbana da capital sempre teve no meu espírito um sentido simbólico, ou seja, o de pôr os Três poderes ao alcance directo do Brasil sofrido, figurado, no caso, pelo cerrado agreste circunvizinho da praça triangular, de intencional apuro teórico.

Além, quando redigia os esclarecimentos em seu poder, pensei acrescentar em seguimento ao 4º pr. da 2ª pg. que se termina com esta frase: "O próprio nome atribuído à sua praça magna é testemunho disto", o seguinte: "Praça onde os Três Poderes como que se oferecem ao povo na palma da mão do braço estendido da Esplanada dos Ministérios".

Mas o teor algo romântico da imagem me conteve.
Deixo agora ao seu critério incluí-la no texto a mão.

Sugiro-lhe ainda a supressão do palatín "commum" na antepenúltima linha do período final da 3ª pg., ficando apenas "eram equivalentes", isto porque, logo em seguida, na última linha, figura a expressão "regencia commum".

Não repare estas miudezas e aceite os meus renovados agradecimentos,

Mário Ilha Costa 8/III/73.

A. Quanto ao texto da AML peço-lhe encarecidamente não proceder a qualquer tradução, mas tão somente archivar-o para eventual consulta de algum interessado.

de.

Leblon

Prezado Senador Catete Pinheiro,
A linha estava deficiente; ouvi mal.

Pareceu-me tratar-se de quarta-feira próxima e não de hoje.

Se assim for, permita-me este adendo.

Muitos críticos têm estranhado a localização do Congresso, do Executivo e do Supremo num extremo da cidade e não no seu centro, na forma usual como seria de esperar-se.

É que essa particularidade do arcabouço urbano da capital sempre teve no meu espírito um sentido simbólico, ou seja, o de pôr os três poderes ao alcance directo do Brasil sofrido, figurado, no caso, pelo cerrado agreste circunvizinho da praça triangular, de intencional apuro teórico.

Assim, quando redigia os esclarecimentos em seu poder, pensei acrescentar em seguimento ao 4º pr. da 2ª pg. que se termina com esta frase: "O próprio nome atribuído à sua praça magna é testemunho disto", o seguinte: "Praça onde os Três Poderes como que se oferecem ao povo na palma da mão do braço estendido da Esplanada dos Ministérios".

Mas o teor algo romântico da imagem me conteve. Deixo agora ao seu critério incluí-la no texto a mão.

Sugiro-lhe ainda a supressão da palavra "commum" na antepenúltima linha do período final da 3ª pg., ficando apenas "eram equivalentes", isto porque, logo em seguida, na última linha, figura a expressão "regencia commum".

Não repare estas miudezas e aceite os meus renovados agradecimentos,

Lucio Costa
8/III/73

PS. quanto ao texto da AML peço-lhe encarecidamente não proceder a qualquer tradução, mas tão somente archivar-o para eventual consulta de algum interessado.
LC.

Prezado Senador Cattete Pinheiro,

Ao renovar-lhe, e à Comissão que preside, os meus agradecimentos, desejo precisar alguns pontos que reputo fundamentais e gostaria fossem consignados, juntamente com os textos das duas cartas que lhe tenho me permitido dirigir-lhe, no relatório final desse oportuno Seminário.

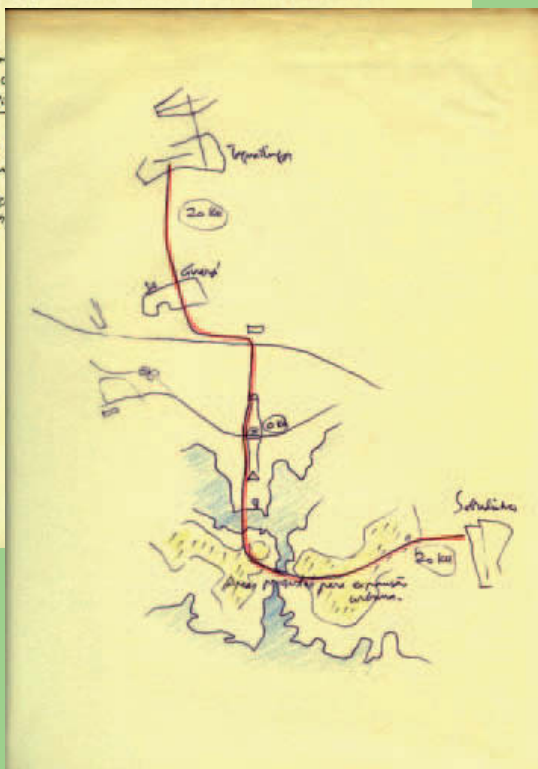
Preliminarmente, conforme o original, não se trata, no meu entender, de uma carta de

Nesta ocasião, não se trata, no meu entender, de uma carta de

Nesta ocasião, não se trata, no meu entender, de uma carta de

nesta, imbuído de uma certa dignidade e melhora de intenção, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a determinação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto planejado o desejável carácter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. Certeza planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e apossável, capaz de tornar-se, com o tempo, além do centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lucidos e sensíveis do país.

Bra
de c
santi
O
San
De
set



Acervo Cattete Pinheiro Filho

CARTA DO DR. LUCIO COSTA AO SENADOR CATTETE PINHEIRO REAFIRMANDO PONTOS FUNDAMENTAIS DO PLANO-PILOTO DE BRASÍLIA, EM 19 DE AGOSTO DE 1974

Prezado Senador Cattete Pinheiro;

Ao renovar-lhe, e à Comissão que preside, os meus agradecimentos, desejo precisar alguns pontos que reputo fundamentais e gostaria fossem consignados, juntamente com os textos das duas cartas que há tempos me permiti dirigir-lhe, no relatório final desse oportuno Seminário.

Preliminarmente, conforme assinalei, não se trata, no meu entender, de "reformular" o plano original de Brasília, e sim, antes de mais nada, de assimilar-lhe as intenções e de constatar o que ainda está faltando a fim de completá-lo.

Nesse processo de aferição e confronto das proposições contidas no Plano-Piloto com o estágio atual da cidade, importa verificar as deficiências iniciais e as deformações ocorridas, procedendo-se desde logo às correções necessárias e só depois disto feito é que caberia, então, partir para novas formulações objetivando uma expansão articulada e coerente que não lhe deturpe a feição peculiar, e que impeça a sua fusão com os núcleos satélites cuja implantação antecipada deveu-se a circunstâncias por demais conhecidas decorrentes da própria realidade do País ainda em fase de desenvolvimento não integrado.

Neste sentido é urgente estabelecer como preceito, digamos, "constitucional", o não prolongamento suburbano ao longo das vias que conduzem a esses núcleos periféricos, propiciando-se por todos os modos a instalação ali de atividades agrícolas. Não se diga que tais terras são impróprias: as projetadas fazendas-modelos, logo transformadas em sítios para residência de autoridades governamentais, e as chamadas mansões, são prova do contrário. Ao passo que as atividades industriais, compatíveis com a vizinhança da Capital, deverão instalar-se além das áreas urbanas satélites, conquanto próximas a fim de aproveitar-lhes a mão-de-obra ociosa e de assim liberá-las da exclusiva dependência metropolitana.

Considero da maior importância para o futuro de Brasília esse princípio das duas envoltórias.

Quanto à futura expansão das áreas residenciais da cidade propriamente dita, parece de fato conveniente, tal como já o declarei, o aproveitamento das terras que ficarão contidas entre o grande lago resultante da projetada Barragem de São Bartolomeu e o lago atual. Mas a ponte que fará a ligação desses bairros novos com a matriz – ou seja, o

chamado Plano-Piloto, não poderá estar no prolongamento do eixo monumental. Assim, a eventual instalação de transporte coletivo rápido – possivelmente o monotrilho – deverá passar na ilharga sul da Esplanada, acima das passarelas de ligação com as extensões dos minitórios já programadas, prolongando-se até Sobradinho e Taguatinga.

Isto a médio ou longo prazo.

A curto prazo, ou seja, na atual administração, cabe acabar a cidade como foi planejada, atendidas a correções e conveniências que a experiência impõe, a começar pela efetiva implantação do centro urbano – o seu “core” – que, apesar de mal iniciado, ainda é perfeitamente realizável.

Além da grande concentração de escritórios para toda sorte de atividades, em parte já construídos, é indispensável dar outro tratamento e atribuir destinação diferente ao pavimento térreo dos edifícios com frente para a plataforma, onde se deverão instalar livrarias, casas de moda, agências de viagens, restaurantes e cafés com mesas ao ar livre, já que estarão protegidas do sol da tarde, de preferência acavando a calçada ao nível das sobre-lojas, de onde poderão desfrutar a bela vista da Esplanada.

As vielas e piazzetas, em escala veneziana, com butiques entremeadas aos cinemas e teatros, do conjunto sul, atualmente bloqueadas e inacabadas são também perfeitamente recuperáveis, tal como as lojas dos prédios em construção do conjunto norte, devendo-se alternar áreas populares e descontraídas com áreas sofisticadas para atender a uma gama maior da população. A intensificação dos anúncios luminosos; a construção das duas pequenas praças (sobre a plataforma rodoviária³), uma em frente ao Touring, outra em frente ao Teatro, com bancos, espelhos d’água e repuxos; a melhor arborização dos quatro estacionamentos laterais sobre terreno firme; a construção das passarelas de ligação da Plataforma com os setores comerciais contíguos, – tudo isto contribuirá para que essa área passe a ser efetivamente ponto de encontro e convergência, ou seja, o coração da cidade, tanto mais vivo porquanto vizinho da movimentada estação rodoviária,

constituindo-se assim no traço urbano de união da população do chamado Plano-Piloto com as populações que residem nas áreas periféricas.

Nesse mesmo sentido de dar satisfação aos moradores das redondezas de Brasília, chocou-me o fato deles não terem acesso à obra do Lago. Proponho pois a criação de uma espécie de clube campestre popular, com ancoradouro, grandes alpendrados e espaços de recreio devidamente arborizados, na área da lagoinha onde se pretendeu construir a residência oficial do vice-presidente, projeto este felizmente abandonado.

Pelo que me foi possível perceber, os anseios de reformulação antecipada da proposição urbanística de Brasília partem principalmente de dois setores que visando embora a objetivos opostos, paradoxalmente se encontram.

Refiro-me aos empreendedores imobiliários interessados em adensar a cidade com o recurso habitual do aumento dos gabaritos; e aos arquitetos e urbanistas que reputando “ultrapassados” os princípios que informaram a concepção da Nova Capital e sua intrínseca disciplina arquitetônica, gostariam também de romper o princípio dos gabaritos preestabelecidos, gostariam de jogar com alturas diferentes nas superquadras, aspirando fazer de Brasília uma cidade de feição mais caprichosa, concentrada e dinâmica, ao gosto das experiências agora em voga pelo mundo, – gostariam, em suma, que a cidade não fosse o que é, e sim outra coisa.

Daí a falsa opção deste dilema: “Brasília, cidade velha ou Brasília, cidade viva”. Falsa porque, mantidos determinados parâmetros urbanísticos, as restrições impostas não são de molde a impedir as novas formulações arquitetônicas, tal como vem ocorrendo em toda parte na cidade. Nas próprias quadras, respeitada a ATE (área total edificada), respeitado o gabarito (6 pavimentos) e o princípio de deixar o térreo vazado (pilotis), a disposição e conformação dos conjuntos de apartamentos e respectivas áreas de comércio pode ser a mais variada. Se repetem a mesma implantação é talvez por comodismo dos responsáveis e falta de inventiva, embora essa uniformidade

sóbria e impessoal me agrade, mormente quando os blocos são maiores e com apoios mais afastados.

Quando à preservação do partido horizontal no eixo simbólico da cidade, inclusive nas edificações que confrontam a plataforma rodoviária, em deliberado contraste com as massas altas que de um lado e de outro as flanqueiam, partido adotado precisamente para valorizar a beleza indelével da arquitetura ali presente, isto é de fato intocável. Permita-me transcrever aqui este trecho da memória descritiva que todos conhecem, mas que alguns tendem a esquecer. “Brasília deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbis*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de intenção, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido de expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do País”.

Tudo isto ainda é possível.

Brasília nunca será uma cidade “velha”, e sim, depois de completada e com o correr dos anos, uma cidade antiga, o que é diferente, antiga mas perenemente viva.

O Brasil é grande, não faltarão aos novos arquitetos e urbanistas oportunidades de criar novas cidades.

Deixem Brasília crescer tal como foi concebida, como deve ser, - derramada, serena, bela e única.

Respeitosamente,

Lucio Costa
19-8-74

Prezado Senhor Cattete Pinheiro,

Arrasado por estranha grippe, só agora sinto-me em condições de poder responder à sua carta de 4 corrente, acompanhada das edições do Correio Brasiliense.

Apear do louvável propósito manifestado de apreço e fidelidade às minhas idéias, os textos estão saturados de segundas intenções de sentido político cujo alcance me escapa e que conduzem a maliciosas deformações visando deliberadamente criar clima de confusão.

Assim, p. ex., apenas admiti como viável a sugestão que me foi apresentada no início da actual administração objectivando, como decorrência da criação do novo lago, a implantação de uma futura area urbana, aproveitando a ocasião para advertir que qualquer ligação de massa só poderia ser feita lateralmente e não pelo eixo da Esplanada, e que conviria estendel-a a Sobradinho num sentido e Taguatinga no outro.

Como também não posso deixar de aceitar como valida a actual intenção de se articular por via férrea - com o aproveitamento parcial do leito existente - o conjunto de áreas satélites localizadas a oeste.

Por outro lado, eventuais construções próximas ao Hospital Militar, se isto lhes convém, não significam de forma alguma ligação suburbana com Taguatinga, uma vez que se situam na vertente interna da cidade. Apenas entendendo que o gabarito de taes edificações não deveria ultrapassar os 6 pavimentos exigidos para as Suprequadras.

O normal seria, evidentemente, a construção primeiro da Ala Norte, e se de alguma coisa a Comissão é passivel de critica, talvez seja precisamente de ainda não haver legislado no sentido de forçar a UnB e os Institutos e outras Instituições na posse de quadras inteiras a construir dentro de um determinado prazo sob pena de tornar sem efeito os convênios por ventura existentes.

Estou com muita pena do Governador.

Atenciosamente

Lucio Costa

SERVICIO PÚBLICO FEDERAL

Prezado Senhor Cattete Pinheiro

Arrasado por estranha grippe, só agora sinto-me em condições de poder responder à sua carta de 4 corrente, acompanhada das edições do Correio Brasiliense.

Apear do louvável propósito manifestado de apreço e fidelidade às minhas idéias, os textos estão saturados de segundas intenções de sentido político cujo alcance me escapa e que conduzem a maliciosas deformações visando deliberadamente criar clima de confusão.

Assim, p. ex., apenas admiti como viável a sugestão que me foi apresentada no início da actual administração objectivando, como decorrência da criação do novo lago, a implantação de uma futura area urbana, aproveitando a ocasião para advertir que qualquer ligação de massa só poderia ser feita lateralmente e não pelo eixo da Esplanada, e que conviria estendel-a a Sobradinho num sentido e a Taguatinga no outro.

Como também não posso deixar de aceitar como valida a actual intenção de se articular por via férrea - com o aproveitamento parcial do leito existente - o conjunto de áreas satélites localizadas a oeste.

Por outro lado, eventuais construções próximas ao Hospital Militar, se isto lhes convém, não significam de forma alguma ligação suburbana com Taguatinga, uma vez que se situam na vertente interna da cidade. Apenas entendendo que o gabarito de taes edificações não deveria ultrapassar os 6 pavimentos exigidos para as Suprequadras.

O normal seria, evidentemente, a construção primeiro da Ala Norte, e se de alguma coisa a Comissão é passivel de critica, talvez seja precisamente de ainda não haver legislado no sentido de forçar a UnB e os Institutos e outras Instituições na posse de quadras inteiras a construir dentro de um determinado prazo sob pena de tornar sem efeito os convênios por ventura existentes.

Estou com muita pena do Governador.

Atenciosamente
Lucio Costa

Edilenice Passos

SENADORES DO



Apuração dos votos

DISTRITO FEDERAL



Centro de Memória/SEBIB/TRE-DF

A representação política da Capital da República é uma tradição que veio desde a época do Império e esteve consagrada em todas as constituições liberais brasileiras, a partir de 1891. O direito à cidadania dos moradores do Distrito Federal foi suprimido somente por duas constituições distintas – a do Estado Novo de Vargas, em 1937, e, em 1967, quando era Presidente o marechal Castello Branco (DIREITO..., 1984).

Sete meses após a inauguração de Brasília, o deputado paulista Paulo Lauro apresentou projeto de lei propondo a realização de eleições, em março de 1961, “para preencher o claro de sete deputados e três senadores, de acordo com o que determina os parágrafos primeiros dos artigos 58 e 60 da Constituição Federal”. Em sua justificativa, o deputado esclarece:

O povo heróico que construiu Brasília, bem como o que para aqui convergiu, vindo de todos os recantos da Nação, encontra-se até hoje sem representação política nas Casas do Congresso Nacional.

O presente projeto legislativo tem por finalidade determinar a convocação de eleições federais para eleger os deputados e senadores, os legítimos representantes deste bravo povo nas altas Casas do Parlamento Nacional. (PAULO LAURO, 1960, p. 8966)

Em 1961, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 3, modificando a Constituição de 1946, concedendo à população brasiliense o direito de ter representantes na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e na Câmara do Distrito Federal. “Mas pela própria ‘fragilidade’ da cidade nascente, o assunto não passou do trâmite burocrático do Legislativo e a data das eleições nunca chegou a ser fixada” (TORÍBIO, 1986b). Até que a Constituição de 1967 determinou que fosse competência privativa do Senado Federal discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, so-

Título eleitoral nº 1. O eleitor informou como endereço a Praça dos Três Poderes e votou nas duas primeiras eleições que aconteceram no Distrito Federal: a eleição presidencial (1960) e o plebiscito (1963).

bre serviços públicos e sobre pessoal da administração do Distrito Federal.

Com o decorrer dos anos, dezenas de proposições legislativas tiveram o mesmo objetivo, eleger os representantes do Distrito Federal. Ora propunham a eleição apenas para os deputados e senadores, ora sugeriam que se elessem deputados federais, senadores, governador e deputados distritais.

O direito de Brasília votar e ter representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal veio no bojo de um projeto que originalmente estabelecia apenas eleições diretas nos municípios considerados estâncias hidrominerais.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 2, de 1984, de autoria do deputado Navarro Vieira Filho, e subscrita por mais 176 deputados e 24 senadores, lembrava, em sua justificativa, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelecia que “Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos”.

O sufrágio significa também a participação do indivíduo na vida do Estado, demonstra não só o seu interesse pelos destinos da sociedade política a que pertence, como é ainda concretização do seu direito a se fazer ouvir, a influir no Governo, a emitir opinião sobre assuntos que lhe concernem diretamente (VIEIRA FILHO, 1984).

A PEC nº 2, de 1984, recebeu uma única emenda, de autoria do deputado Albérico Cordeiro e outros, que modificava o parágrafo 3º do artigo 39 e permitia ao Distrito Federal ser representado por

quatro deputados. Não havia qualquer menção à eleição de senadores.

A Comissão Mista destinada a fazer alterações na legislação eleitoral e partidária, cujo relator era o deputado João Gilberto, partiu da PEC nº 2, de 1984, e acrescentou eleições nas capitais e nos municípios considerados áreas de segurança nacional e ainda fixou eleições no Distrito Federal: oito deputados e três senadores que cada unidade da Federação tinha direito. Esse trabalho da Comissão Mista viria a se tornar o Parecer-CN nº 8, de 1985, que apresentava o substitutivo para a matéria. Ao final da tramitação, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, estabelecendo, em seu artigo 3º, que a primeira representação do Distrito Federal à Câmara dos Deputados seria de oito deputados e, para o Senado, seriam eleitos três senadores, sendo que os dois mais votados teriam mandato de oito anos e, o terceiro, mandato de quatro anos.

As primeiras eleições no Distrito Federal

A primeira eleição realizada em Brasília ocorreu no dia 03 de outubro de 1960. Destinava-se à escolha do presidente da República. Dos 23.618 eleitores registrados na cidade, 21.842 votaram. Em Brasília, o candidato do PSD, marechal Henrique Lott, recebeu 10.444 votos, contra 7.518 dados a Jânio Quadros.

No plebiscito para escolher o sistema de governo que seria implantado no País, realizado em 06 de janeiro de 1963, Brasília contava com 48.637 eleitores, e sendo que 89,37% deles votou a favor do presidencialismo (TORÍBIO, 1986b).

Prot. 10 TÍTULO ELEITORAL



BRASÍLIA 00001 *(000000)*

CIRCUNSCRIÇÃO

D. F. *14ª*

MUNICÍPIO DO DISTRITO ZONA

NOME Luiz Gonzaga de Oliveira
Cruzêta -

25-11-1937 Rio Grande do Norte solteiro
 DATA DO NASCIMENTO NATURALIDADE ESTADO CIVIL

José Quirino de Oliveira e Benedita Pereira Martins
 FILIAÇÃO

sapateiro Praca dos Três Poderes, D.F.-Brasília.
 PROFISSÃO RESIDÊNCIA

VOTA NA 1ª 1ª SEÇÃO

Luiz Gonzaga de Oliveira
 ASSINATURA DO ELEITOR

EM 20. JUNHO 1960 JUZ ELEITORAL

F. S. E. - TÍTULO MOD. 4

REVISADO - 17.04.80 *VOTUI*

Em <u>3</u> / <u>10</u> / 19 <u>60</u>	Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em <u>6</u> / <u>1</u> / 19 <u>63</u>	Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....
<i>Carlos Estevão</i> RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE

Eleição de 1986

Com a aproximação das primeiras eleições dos representantes do Distrito Federal para o Congresso Nacional, o Tribunal Regional Eleitoral realizou um recadastramento eleitoral e identificou a existência de 728.401 eleitores na Capital da República, sendo que 68.838 (9%) eram brasilienses.

“Vinte e dois partidos políticos preencheram os requisitos legais para participar do pleito de 15 de novembro de 1986. Realizadas as convenções partidárias para escolha de candidatos, concorreram 68 postulantes para o Senado Federal e 172 para a Câmara dos Deputados” (ELEIÇÕES..., 2007).

As regras eleitorais para o Senado brasileiro, em 1986, eram as da sublegenda, “que operava da seguinte maneira: a) cada partido apresentava até três candidatos por vaga em disputa (sublegenda); b) o partido que obtivesse mais votos no total (no caso de o partido apresentar mais de um nome por sublegenda somavam-se os votos dos candidatos) elegia um senador; c) o candidato mais votado no interior da legenda era eleito. Em 1986, como havia duas vagas para serem preenchidas cada partido pôde apresentar duas sublegendas com até três candidatos cada uma” (NICOLAU, 1998, p. 89).

Foram eleitos os primeiros parlamentares do Distrito Federal. No Senado Federal, os cidadãos de Brasília seriam representados por João Assis Meira Filho (230.351 votos), Maurício José Corrêa (197.637 votos) e Roberto Pompeu de Sousa Brasil (154.257 votos).

Meira Filho nasceu em Taperoá (PB). Radialista e jornalista, foi locutor da *Voz do Brasil*. Chegou ao Distrito Federal em 1958 e, posteriormente, foi sócio-fundador do Clube dos Pioneiros de Brasília. “Foi ele quem transmitiu, ao vivo, pela televisão, a solenidade de inauguração de Brasília, em 1960. Ele foi um dos fundadores e primeiro apresentador de programas de auditório na Rádio Nacional de Brasília” (ARAÚJO, 2008, p. 3).

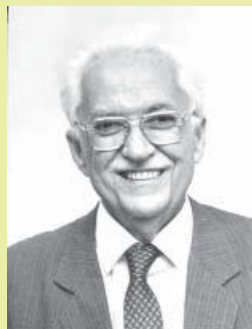
Mineiro de São João do Manhuaçu, Maurício Corrêa é advogado, foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Distrito Federal, no período de 1979 a 1986. Exerceu a vice-presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal durante o biênio 1991/1992.

O jornalista Pompeu de Sousa, nascido em Redenção (CE), foi considerado um dos maiores renovadores da história do jornalismo brasileiro. Juntamente com Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro foi um dos fundadores da Universidade de Brasília (UnB). Teve destacada atuação na Associação Brasileira de Jornalismo.

Quando o senador Maurício Corrêa se licenciou, a fim de assumir o cargo de ministro de Estado da Justiça, foi substituído pelo jornalista e advogado Pedro Teixeira. “Na condição de repórter do *Correio da Manhã*, Pedro Teixeira veio a Brasília fazer reportagens sobre a inauguração da nova Capital. Gostou e ficou, passando à condição de jornalista político” (PEDRO..., 1994). Foi funcionário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Titular do 4º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.



Meira Filho



Pompeu de Sousa



Maurício Corrêa



Pedro Teixeira



Cerimônia de diplomação dos três primeiros senadores do Distrito Federal: Meira Filho, Maurício Corrêa e Pompeu de Sousa

Eleição de 1990

Em 1990, o Distrito Federal realiza a segunda eleição direta para a Câmara de Deputados e o Senado Federal, e a primeira para eleger o seu governador.

As regras eleitorais mudaram, não havia mais a sublegenda, “cada partido passou a apresentar o mesmo número de candidatos do que as vagas em disputa” (NICOLAU, 1998, p. 89).

Em eleições realizadas em 03 de outubro de 1990, para a renovação de 1/3 dos senadores, participaram 776.639 eleitores. Concorrendo com outros cinco candidatos, Valmir Campelo foi eleito para ocupar a vaga de Pompeu de Sousa e obteve 286.716 votos.

Valmir Campelo nasceu em Crateús (CE). Formado em jornalismo, administrou as cidades satélites Brazlândia (1971-1973), Gama (1974-1981) e Taguatinga (1981-1985). Na primeira eleição do Distrito Federal, em 1986, elegeu-se deputado federal.

Quando Valmir Campelo renunciou, para assumir o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, foi substituído por Leonel Paiva. O novo senador nasceu em Uberaba (MG), foi secretário de Trabalho do governo Joaquim Roriz, administrou as cidades satélites Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo e Candangolândia. Foi, ainda, diretor da Fundação de Serviço Social do Distrito Federal.

Eleição de 1994

Em 1994, Brasília realiza sua primeira eleição geral, podendo eleger representantes para os cargos de Presidente da República, governador, deputado federal, senador e deputado distrital. O eleitorado apto a votar, no Distrito Federal, era composto por 1.062.247 eleitores.

Dez candidatos pleitearam as duas vagas para o Senado Federal, sendo que, pela primeira vez uma mulher, Márcia Kubitschek, também se candidatou. Lauro Campos (352.464 votos) e José Roberto Arruda (301.194 votos) foram eleitos.

Lauro Campos, mineiro de Belo Horizonte, formado em Direito, com pós-graduação em economia, em Roma, e um estágio na Universidade de Sussex, Inglaterra, foi professor universitário, com extensa vida acadêmica e foi autor de vários livros.

José Roberto Arruda, nascido em Itajubá (MG), é formado em engenharia elétrica, com pós-graduação em administração pública e especialização em engenharia de segurança, na Espanha. Foi diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) (1979-1982), diretor da Companhia Energética de Brasília (1985-1990), secretário de Estado da Secretaria de Serviços Públicos do Governo do Distrito Federal (1986-1987) e secretário de Estado da Secretaria de Obras do Governo do Distrito Federal (1991-1994).



Acervo Arquivo do Senado

Valmir Campelo



Acervo Arquivo do Senado

Leonel Paiva



Acervo Arquivo do Senado

Lauro Campos



Márcia Kalume / Agência Senado

Ulisses Riedel de Resende

O senador Lauro Campos faleceu em 13 de janeiro de 2003, a poucos dias de completar seu mandato. Seu primeiro suplente, Ulisses Riedel, completou o mandato. Advogado trabalhista, Riedel fundou, em 1983, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), entidade que monitora a atuação dos parlamentares.

Em virtude da renúncia do senador José Roberto Arruda, assumiu a vaga seu primeiro suplente, o empresário Lindberg Cury. Nascido em Anápolis (GO), “pioneiro no Distrito Federal, ele é o registro vivo do benefício que a nova Capital trouxe ao interior do País, pois começou a vida empresarial trazendo gêneros alimentícios de Anápolis para os canteiros de obras das construtoras”. (DE LA FUENTE, 2001)

Eleição de 1998

Ano de eleições gerais para Presidente da República, governadores, senadores (no caso, um por estado e para o Distrito Federal), deputados federais, estaduais e distritais. “No primeiro turno das eleições, em 04 de outubro de 1998, o cadastro de eleitores totalizava 106.101.067 cidadãos pertencentes a 307.730 seções de 2.854 zonas eleitorais espalhadas no Brasil e no exterior” (SILVA, 2002, p. 35). No Distrito Federal estavam alistados 1.267.949, sendo que 1.071.508 votaram. Foi a segunda experiência brasileira na utilização do voto informatizado. “Do total de eleitores aptos a votar em 04 de outubro 57,59% poderiam votar eletronicamente” (SILVA, 2002).



Centro de Memória/SEBIB/TRE-DF



Luiz Estevão



Valmir Amaral

Acervo Arquivo do Senado

Acervo Arquivo do Senado



José Roberto Arruda



Lindberg Cury

Acervo Arquivo do Senado

Acervo Arquivo do Senado

Mais uma vez, na disputa por uma vaga no Senado Federal estava uma mulher; desta vez, Arlete Sampaio. Mais outros cinco candidatos esperavam vencer a corrida para Câmara Alta, sendo eleito Luiz Estevão de Oliveira Neto, com 460.947 votos.

Luiz Estevão nasceu no Rio de Janeiro (RJ). Empresário, foi eleito deputado distrital em 1994, e exerceu a vice-presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no período de 1997 a 1998.

Quando o titular teve seu mandato cassado, assumiu a vaga Valmir Amaral, seu primeiro suplente. Nascido na cidade de Patos de Minas, formou-se em economia em 1984. É diretor-presidente do Grupo Amaral, composto por várias empresas de transporte coletivo, locadora de carros e concessionária de veículos. (VALMIR..., 2007).



Acervo Arquivo do Senado

Cristovam Buarque



Acervo Arquivo do Senado

Paulo Octavio

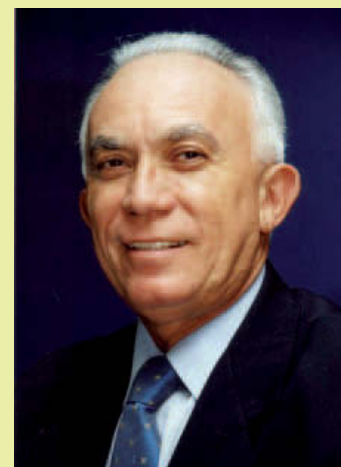


Acervo Arquivo do Senado

Eurípedes Camargo



Roosevelt Pinheiro/Agência Senado



Acervo Arquivo do Senado

Adelmir Santana

Eleição de 2002

Nas eleições gerais de 2002, estiveram em disputa 1.654 cargos, compreendendo o de Presidente da República, governador, senador (dois por unidade da Federação), deputado federal e deputado estadual e distrital, para os quais foram registradas 18.880 candidaturas (BRASIL. Tribunal..., p. 17).

A eleição foi realizada em 06 de outubro de 2002. O Distrito Federal contava com 1.518.437 eleitores aptos a votar.

Para disputar as duas vagas de senador pelo Distrito Federal concorreram 14 pessoas. Foram eleitos Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque (680.715 votos) e Paulo Octavio Alves Pereira (553.707 votos).

A posse de todos os senadores eleitos, inclusive dos representantes do Distrito Federal, ocorreu no dia 02 de fevereiro de 2003. A reunião foi presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e o senador eleito Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi convidado a prestar o compro-

misso regimental. Dos 54 senadores empossados, dois retornaram aos cargos no Poder Executivo: Marina Silva (PT-AC), no cargo de ministra do Meio Ambiente, e Cristovam Buarque (PT-DF), no cargo de ministro da Educação (SENADORES ELEITOS..., 2003).

Cristovam Buarque é natural de Recife (PE). Doutor em economia pela Sorbonne (França) e professor da Universidade de Brasília (UnB), exerceu o governo do Distrito Federal pelo PT entre 1995 e 1998. O projeto Bolsa-Escola, implementado em seu governo, foi premiado no Brasil e no exterior. Autor de vários livros, presidiu o Conselho da Universidade para a Paz da ONU, criou a ONG Missão Criança e participou da Comissão Presidencial para a Alimentação, dirigida pelo falecido sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (OS SENADORES..., 2002).

Paulo Octávio Alves Pereira nasceu em Lavras (MG), é empresário da construção civil, foi deputado federal pelo antigo PRN, entre 1991 e 1995, voltando à Câmara

ra dos Deputados em 1999, pelo PFL. No Distrito Federal, exerceu a função de presidente do diretório do PFL (OS SENADORES..., 2002).

Com o licenciamento do senador Cristovam Buarque, Eurípedes Camargo, seu primeiro suplente, assumiu a vaga. Eurípedes foi eleito deputado distrital em 1990 e no governo de Cristovam Buarque foi secretário-adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Social, em que coordenou o orçamento participativo (EURÍPEDES..., 2003).

Para assumir o mandato de vice-governador do Distrito Federal, o senador Paulo Octávio renuncia ao mandato senatorial. No seu lugar, assume Adelmir Santana.

Nascido em Nova Lorque, no Maranhão, Adelmir Santana veio para Brasília em 1964. Na Capital Federal, formou-se em administração de empresas pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB), foi servidor e, em 1971, deixou o serviço público para trabalhar em laboratórios multinacionais com filiais em Brasília. Atuou na indústria farmacêutica e, em 1986, ingressou, empresarialmente, no comércio farmacêutico. Exerce papel de liderança nos setores de Comércio e Serviços.

Eleição de 2006

Concorrendo com outros oito candidatos, Joaquim Domingos Roriz foi eleito para o Senado com 657.217 votos, ou 51,83% dos votos válidos.

Joaquim Roriz nasceu em Luziânia (GO), em 1936. É pecuarista e governou o Distrito Federal pela primeira vez entre 1988 e 1990, por indicação do então presidente da República, José Sarney. Iniciou sua carreira política como vereador em Luziânia, em 1962. Em 1978, elegeu-se deputado estadual e, em 1982, assumiu mandato na Câmara dos Deputados. Em 1986, foi eleito vice-governador de Goiás e acumulou a função com a de prefeito nomeado de Goiânia. Em 1990, ganhou em primeiro turno a primeira eleição direta para governador do Distrito Federal. Elegeu-se novamente em outubro de 1998 e foi reeleito para o cargo em 2002 (NOVO..., 2007).

Quando Roriz renunciou, assumiu a vaga seu primeiro suplente, Gim Argello. Nascido em São Vicente (SP), Argello ingressou na vida política há 23 anos, participando da fundação do então PFL do Distrito Federal. Foi eleito deputado distrital em 1998, sendo reeleito em 2002. Ocupou a presidência da Câmara Legislativa, entre 2001 e 2002, e a vice-presidência, nos períodos 1999/2000 e 2003/2004. Em março de 2005, filiou-se ao PTB e tornou-se presidente regional da legenda. No mesmo mês, assumiu a Secretaria do Trabalho do governo Joaquim Roriz (SUPLENTE..., 2007).

Senadores do Distrito Federal

Durante sua curta história de autonomia política, o Distrito Federal teve 18 senadores, sendo dez titulares

e oito suplentes. Foi representado por sete mineiros, três goianos, dois cearenses, dois paulistas, um maranhense, um paraibano, um pernambucano e um carioca, das mais variadas profissões: doutores em economia e ciências jurídicas, publicitário, radialista, serralheiro, administrador, pecuarista e vários empresários.

O trabalho do parlamentar compreende, entre outras atividades, a participação em comissões permanentes e parlamentares de inquérito, o trabalho em plenário e a apresentação de proposições legislativas. Dessas atividades, talvez a mais visível e mais marcante para o eleitor seja a propositura de projetos. Essa é, também, a mais fácil de ser quantificada. No caso dos parlamentares do Distrito Federal, em conjunto, foram apresentadas 972 proposições legislativas, sendo que 51% foram projetos de leis. Destes, 14 foram transformados em leis federais e um em lei distrital.



Arquivo do Senado

Joaquim Roriz



Jonas Pereira/Agência Senado

Gim Argello

Relação dos Senadores do Distrito Federal: 1987 a 2010

1987 – 48ª Legislatura

1ª Sessão legislativa ordinária
Meira Filho (PMDB)
Maurício Corrêa (PDT)
Pompeu de Sousa (PMDB)

1988 – 48ª Legislatura

2ª Sessão legislativa ordinária
Meira Filho (PMDB)
Maurício Corrêa (PDT)
Pompeu de Sousa (PMDB)

1989 – 48ª Legislatura

3ª Sessão legislativa ordinária
Meira Filho (PMDB)
Maurício Corrêa (PDT)
Pompeu de Sousa (PSDB)

1990 – 48ª Legislatura

4ª Sessão legislativa ordinária
Meira Filho (PMDB)
Maurício Corrêa (PDT)
Pompeu de Sousa (PSDB)

1991 – 49ª Legislatura

1ª Sessão legislativa ordinária
Meira Filho (PFL)
Maurício Corrêa (PDT)
Valmir Campelo (PTB)

1992 – 49ª Legislatura

2ª Sessão legislativa ordinária
Meira Filho (PFL)
Maurício Corrêa (PDT)
Afasta-se do exercício do mandato em 5/10/1992, a fim de assumir o cargo de Ministro de Estado da Justiça, tendo o primeiro suplente, Pedro Teixeira, assumido o exercício do mandato em 6/10/1992, filiando-se a bancada do Partido Democrático Trabalhista (PDT).
Valmir Campelo (PTB)
Pedro Teixeira (PDT)

1993 – 49ª Legislatura

3ª Sessão legislativa ordinária
Meira Filho (PFL/PP)
Valmir Campelo (PTB)
Pedro Teixeira (PDT/PP)

1994 – 49ª Legislatura

4ª Sessão legislativa ordinária
Meira Filho (PP)
Valmir Campelo (PTB)

Pedro Teixeira (PP)

Em 31/3/1994, reassume as funções o titular Senador Maurício Corrêa, integrando a bancada do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB).

Maurício Corrêa (PSDB)

1995 – 50ª Legislatura

1ª Sessão legislativa ordinária
Valmir Campelo (PTB)
Lauro Campos (PT)
José Roberto Arruda (PP/PSDB)

1996 – 50ª Legislatura

2ª Sessão legislativa ordinária
Valmir Campelo (PTB)
Lauro Campos (PT)
José Roberto Arruda (PSDB)

1997 – 50ª Legislatura

3ª Sessão legislativa ordinária
Valmir Campelo (PTB)
Renunciou ao mandato em 12/11/1997 para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. E em 13/11/1997, tomou posse e assumiu a representação do Distrito Federal o seu primeiro suplente, o Sr. Ildeu Leonel Oliveira de Paiva, adotando o nome parlamentar de Leonel Paiva, integrando a bancada do Partido da Frente Liberal (PFL).
Lauro Campos (PT)
José Roberto Arruda (PSDB)
Leonel Paiva (PFL)

1998 – 50ª Legislatura

4ª Sessão legislativa ordinária
Lauro Campos (PT)
José Roberto Arruda (PSDB)
Leonel Paiva (PFL)

1999 – 51ª Legislatura

1ª Sessão legislativa ordinária
José Roberto Arruda (PSDB)
Lauro Campos (PT)
Luiz Estevão (PMDB)

2000 – 51ª Legislatura

2ª Sessão legislativa ordinária
José Roberto Arruda (PSDB)
Lauro Campos (PT)
Luiz Estevão (PMDB)
Em 28/6/2000, foi promulgada a Resolução nº 51/2000, decretando a perda de mandato do Senador. Em 1º/8/2000, tomou posse o seu 1º Suplente, o Sr. Valmir Antônio Amaral, adotando o nome parlamentar de Valmir Amaral e integrando a bancada do PMDB
Valmir Amaral (PMDB)

2001 – 51ª Legislatura**3ª Sessão legislativa ordinária**

José Roberto Arruda (PSDB)

Em virtude da renúncia do Senador José Roberto Arruda, em 24/5/2001, tomou posse, em 29/5/2001, o seu 1º Suplente, Sr. Lindberg Aziz Cury, adotando o nome parlamentar de Lindberg Cury, integrando a bancada do Partido da Frente Liberal – PFL.

Lindberg Cury (PFL)

Lauro Campos (PT)

Valmir Amaral (PMDB)

2002 – 51ª Legislatura**4ª Sessão legislativa ordinária**

Lindberg Cury (PFL)

Lauro Campos (PDT)

O Senador Lauro Campos faleceu em 13 de janeiro de 2003, a poucos dias de completar seu mandato. Seu primeiro suplente, Ulisses Riedel de Resende, assumiu no período de 15 a 31 de janeiro de 2003.

Valmir Amaral (PMDB)

Ulisses Riedel de Resende (PSB)

2003 – 52ª Legislatura**1ª Sessão legislativa ordinária**

Valmir Amaral (PMDB)

Eurípedes Camargo (PT)

O Senador Eurípedes Camargo tomou posse no Gabinete da Presidência em 05/02/2003 (DSF de 27/02/2003, página 02688), em substituição ao Senador Cristovam Buarque, que comunicou seu afastamento do exercício do mandato de Senador da República para assumir o cargo de Ministro de Estado da Educação em 3.2.2003 (DSF 19/2.2003, pág. 00598).

Paulo Octávio (PFL)

2004 – 52ª Legislatura**2ª Sessão legislativa ordinária**

Valmir Amaral (PMDB)

O Senador Valmir Amaral ocupa, desde 01/08/2000, vaga deixada pelo ex-Senador Luiz Estevão, que teve a perda de mandato decretada pela Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Paulo Octávio (PFL).

Cristovam Buarque (PT)

Em 27/01/2004 é lida comunicação do Senador Cristovam Buarque, da mesma data, que retorna ao exercício do mandato de Senador da República, filiado ao PT. (DSF de 28/01/2004, p.01371). Deixa, portanto, o exercício do mandato parlamentar, o Senador Eurípedes Camargo, primeiro suplente.

2005 – 52ª Legislatura**3ª Sessão legislativa ordinária**

Valmir Amaral (PMDB)

Cristovam Buarque (PT)

Paulo Octávio (PFL)

2006 – 52ª Legislatura**4ª Sessão legislativa ordinária**

Valmir Amaral (PTB)

Cristovam Buarque (PDT)

Paulo Octávio (PFL)

31/12/2006: Representante do Distrito Federal, integrante da bancada do PFL, o Senador Paulo Octávio renuncia ao mandato de Senador da República, para assumir o mandato de Vice-Governador do Distrito Federal (DSF de 04/01/2007, p. 4).

2007 – 53ª Legislatura**1ª Sessão legislativa ordinária**

Joaquim Roriz (PMDB)

Em 04/07/2007: Representante do Distrito Federal, integrante da bancada do PMDB, o Senador Joaquim Roriz comunica sua renúncia ao mandato de Senador da República (DSF de 05/07/2007, p. 22377).

Gim Argello (PTB)

Em 17/07/2007: Presta compromisso, assume a titularidade e o exercício do mandato de Senador pelo Distrito Federal o 1º Suplente do Senador Joaquim Roriz, sr. Jorge Afonso Argello. Na oportunidade, informa seu nome parlamentar, Gim Argello, e comunica que integrará a bancada do PTB (DSF de 18/07/2007, p. 25223).

Cristovam Buarque (PDT)

Adelmir Santana (PFL/DEM)

Em 03/01/2007: Presta compromisso, assume o exercício e a titularidade do mandato pelo Distrito Federal o sr. Adelmir Araújo Santana, 1º Suplente do Senador Paulo Octávio, em virtude da renúncia deste para assumir o cargo de Vice-Governador do Distrito Federal. Na oportunidade, informa seu nome parlamentar, Adelmir Santana, e comunica que integrará a bancada do PFL (DSF de 04/01/2007, p. 26 a 28).

2008 – 53ª Legislatura**2ª Sessão legislativa ordinária**

Adelmir Santana (DEM)

Cristovam Buarque (PDT)

Gim Argello (PTB)

2009 – 53ª Legislatura**3ª Sessão legislativa ordinária**

Adelmir Santana (DEM)

Cristovam Buarque (PDT)

Gim Argello (PTB)

2010 – 53ª Legislatura**4ª Sessão legislativa ordinária**

Adelmir Santana (DEM)

Cristovam Buarque (PDT)

Gim Argello (PTB)

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Lívio di. Um homem que amou Brasília. *Tribuna do Brasil*, 9 jun. 2008.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1986.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1987.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1988.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1989.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1991.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1992.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1993.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1994.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1995.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1996.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1997.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1998.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 1999. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/1999/>.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 2000. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2000/>.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 2001. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2001/>.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 2002. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2002/>.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 2003. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2003/>.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 2ª

- Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 2004. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2004/>.
- BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 2005. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2005/>.
- BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 2006. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2006/>.
- BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2007/>.
- BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*: Senado Federal e Congresso Nacional. Referente aos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Brasília : Senado Federal, 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2008/>.
- BRASIL. Senado. *Senadores*: dados biográficos : quinquagésima primeira legislatura, 1999-2003. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1999.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Relatório das eleições 2002*. Brasília : TSE, 2003. 274 p. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/1999/>.
- DE LA FUENTE, Rogério. Mandato em defesa dos pequenos empresários. *Gazeta Mercantil*, 6 jun. 2001.
- DIREITO AMPARA TESE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: jurista desmonta argumentos contrários ao voto no DF. *Correio Braziliense*, 10 jun. 1984. Caderno Cidade.
- DISTRITO FEDERAL. Tribunal Regional Eleitoral. *Eleições para o Senado e Câmara dos Deputados no Distrito Federal*: 1986. Brasília: Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, 1988.
- ELEIÇÕES GERAIS DE 1998: um grande desafio. Brasília, TRE, 1999.
- ELEIÇÕES 1986: Atividades do TREF em 1986. Brasília : Tribunal Regional Eleitoral, 2007. Disponível em: <http://www.tre-df.jus.br/default/eleicoes/elei_1986.jsp>.
- EURÍPEDES CAMARGO ANUNCIA AS METAS DO SEU GOVERNO. *Jornal do Senado*, 11 mar. 2003.
- OS SENADORES ELEITOS : Centro-Oeste. *Jornal do Senado*, 8 out. 2002.
- PAULO LAURO. Projeto n. 2.467, 1960 : dispõe sobre a realização de eleições federais, em Brasília, em março de 1961. *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 6 dez. 1960. p. 8966-8967.
- NICOLAU, Jairo Marconi (org.). *Dados eleitorais do Brasil: 1982-1996*. Rio de Janeiro : IUPERJ, 1998.
- NOVO SENADO: Distrito Federal. *Jornal do Senado*, 1 fev. 2007.
- PEDRO TEIXEIRA É HOMENAGEADO. *Jornal de Brasília*, 18 mar. 1994.
- RUBSTEM, Daniela. Leonel Paiva assume como senador, bate em Cristovam e poupa Roriz. *Jornal de Brasília*, 26 out. 1997.
- SENADORES ELEITOS EM OUTUBRO TOMAM POSSE. *Jornal do Senado*, 03 fev. 2003.
- SILVA, Mônica Corrêa. *Voto eletrônico: é mais seguro votar assim?* Florianópolis : Insular, 2002.
- SUPLENTE, Gim Argello ocupa vaga. *Jornal do Senado*, 5 jul. 2007.
- TORÍBIO, Lúcia. Os únicos votos. *Jornal de Brasília*, 15 nov. 1986a. Suplemento especial.
- TORÍBIO, Lúcia. Vitória de uma luta de 26 anos. *Jornal de Brasília*, 15 nov. 1986b. Suplemento especial.
- ULISSES RIEDEL DEVE ASSUMIR VAGA NO SENADO. *Jornal do Senado*, 15 jan. 2003.
- VALMIR AMARAL: mandato até 2007. *Jornal do Senado*, 1 fev. 2003.
- VIEIRA FILHO, Navarro. *Proposta de emenda à Constituição nº 2, de 1984*. Brasília: 1984.



André Castro
Sidney Carvalho

Senado Federal – O Edifício e Sua História

“Como tantas atividades humanas, a arquitetura exige coragem e compromisso histórico com a sociedade e o conhecimento, para ser útil e livre na sua invenção.”
Joaquim Guedes

1 Introdução

Ao completar seus cinquenta anos, o Palácio do Congresso Nacional, projetado e construído em um período ímpar da história brasileira, convida a reflexões acerca de sua arquitetura, de seus precedentes e de seu futuro.

Nesse sentido, objetivamos com este texto fazer uma análise do Palácio do Congresso Nacional. Para tanto, acreditamos ser necessário abordar o que chamaremos de história arquitetônica do Senado, compreendendo: (1) os edifícios que foram sede desta Casa legislativa antes da transferência de suas atividades para o Planalto Central; (2) o processo de concepção do edifício do Palácio do Congresso Nacional; (3) seus projetos e sua obra; e (4) suas características atuais, apontando para perspectivas de futuro, tanto no que se refere a seu funcionamento quanto sua conservação.

Antes da transferência de suas atividades para o Planalto Central, o Senado teve duas sedes no Rio de Janeiro, como abordado mais adiante: O Palácio Conde dos Arcos, edifício junto ao Campo de Sant'Ana, utilizado pelo Senado de 1826 até 1925; e o Palácio Monroe, edifício eclético junto ao Passeio Público, onde o Senado manteve suas atividades até sua transferência definitiva para o Planalto Central.

O projeto do edifício do Palácio do Congresso Nacional deu-se em meio a um período conturbado no cenário arquitetônico internacional. Em uma fase de revisão dos preceitos estabelecidos pelos pioneiros do Movimento Moderno, Oscar Niemeyer se posiciona de maneira singular nos projetos dos edifícios de Brasília, que representam uma ruptura tanto no panorama da arquitetura mundial, como na carreira do arquiteto em particular. Seu processo de concepção, analisado mais adiante, reflete essa tomada de posição, afirmativa e prospectiva, que aponta caminhos para arquitetura brasileira desde então.

O edifício, tal como foi inaugurado, repousa sobre caracteres marcantes em sua volumetria externa e memoráveis nas suas soluções arquitetônicas interiores. Consolida diversos elementos já esboçados pelo arquiteto em obras anteriores e, como veremos posteriormente, tem características pouco conhecidas pelos atuais usuários, dadas as diversas alterações recebidas ao longo das últimas quatro décadas.

O Senado Federal é, na atualidade, muito diferente daquele que para Brasília se mudou em 1960. O Palácio do Congresso Nacional carrega em si essas transformações. Por fim, analisaremos a situação atual do Palácio e das áreas utilizadas pelo Senado Federal, bem como as vicissitudes resultantes das disposições do tombamento aprovado pelo IPHAN, buscando compreender o significado do tombamento de um edifício construído em meados do século XX.

2 O Senado no Rio de Janeiro

2.1 O Palácio Conde dos Arcos

A primeira sede do Senado, ainda na época imperial, foi erguida em 1819 para a residência do Conde dos Arcos, que havia sido o 15º e último Vice-Rei do Brasil, governante a quem coube receber a família real portuguesa no Brasil. Apesar da perda do título de Vice-Rei, pela transferência da sede da Coroa Portuguesa para o Rio de Janeiro, Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, político habilidoso e influente, manteve seu prestígio na corte de Dom João VI, tendo sido nomeado Ministro da Marinha e Ultramar pelo Regente.

Assim, ao lado de um acanhado sobrado já construído no terreno localizado no Campo de Sant'Ana, foi construída uma edificação condizente com a autoridade e relevância do Conde para a Coroa. Para sua construção foram chamados José Antônio Trindade e Luís de Macedo, pedreiro e carpinteiro, respectivamente, trazidos especialmente da Bahia para o serviço, uma vez que o Conde havia



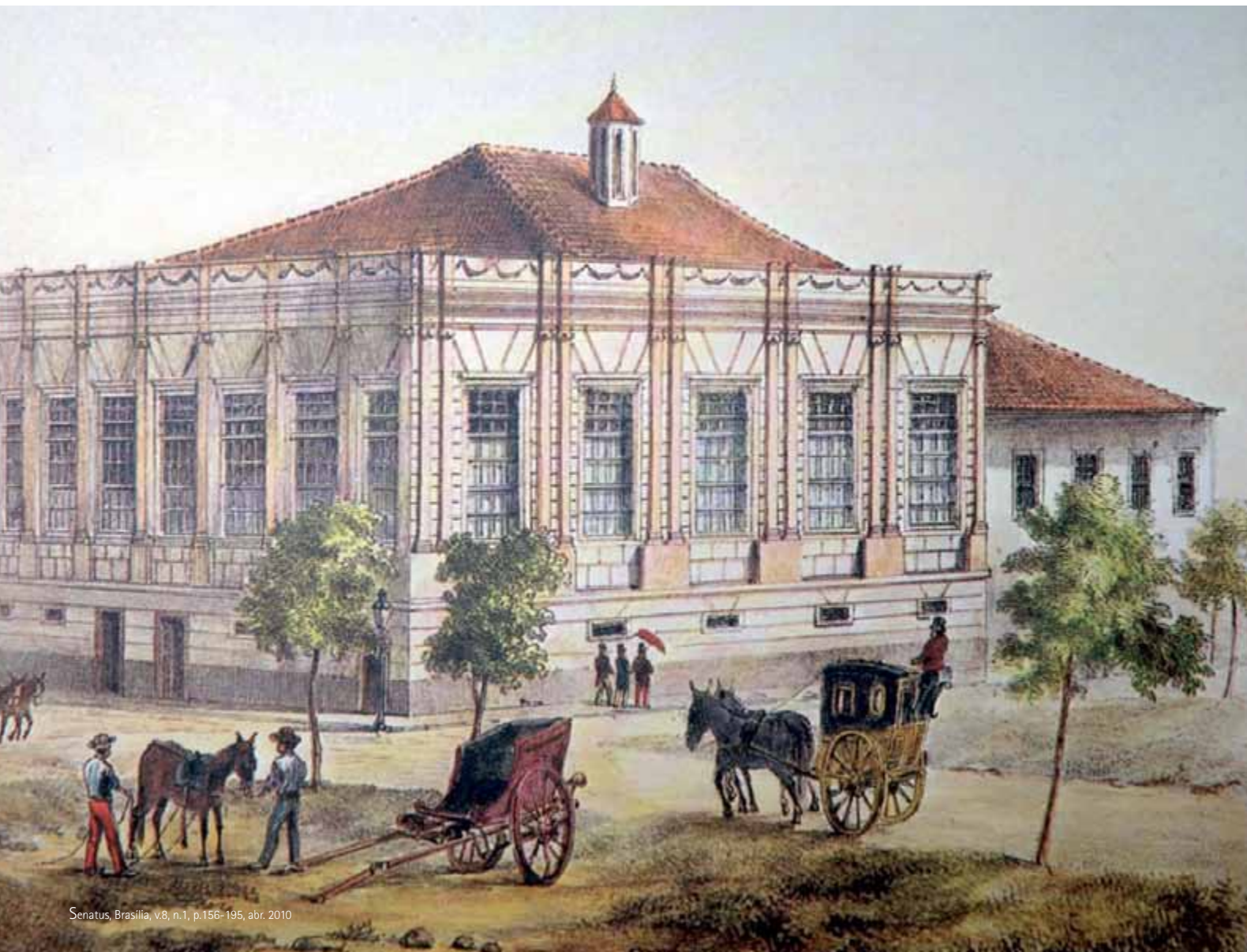
P. G. Bertichem

sido também governador daquela província. O edifício se apresentava como uma construção sólida e destacada dos seus vizinhos, de dois pavimentos, com amplos salões e tetos altíssimos. O piso inferior servia para alojar a criada-gem e o superior, com maior pé-direito, alojava o conde e sua família. Era uma construção aparentemente sólida e confortável. Destaca-se, ainda, sua semelhança com o solar que o mesmo nobre possuía em Salvador.

Em 1824, o edifício foi adquirido pelo Imperador Dom Pedro I para instalação do Senado, época em que o imóvel estava abandonado, uma vez que o Conde dos Arcos havia sido deposto do cargo de ministro em 1821 pelo então Príncipe Regente. Assim, o antigo Solar foi reformado e adaptado para receber a Casa Legislativa do Brasil independente, tarefa para a qual foi designado o arquiteto oficial do Império, Pedro Alexandre Cravoé¹. O edifício foi alterado, interna e externamente, transformando-se o grande salão em plenário, os quartos em gabinetes e o pavimento inferior nas dependências da Secretaria do Senado.

Suas feições remetiam à arquitetura colonial brasileira caracterizada, sobretudo, pela utilização da linguagem européia do barroco e do rococó, mas adaptado e construído conforme as condicionantes da época da Colônia, principalmente o isolamento com relação às metrópoles e a utilização de mão-de-obra local. A marcante liberdade do barroco na utilização dos elementos renascentistas levava à introdução de maior movimento nas fachadas com a utilização de curvas, principalmente com a adição de volutas nos frontões, de aberturas de formas inusitadas nas fachadas, e de uma busca pela verticalidade na volumetria exterior.

No entanto, ao ser reformado e remodelado para abrigar o Senado Imperial, em 1824, o arquiteto utilizou-se das referências neoclássicas introduzidas no Brasil com a vinda da família Real e da Missão Artística Francesa em 1816 que, a partir de então, servia de vocabulário arquitetônico praticamente único para os principais edifícios públicos do Rio de Janeiro.



Surgido na Europa no século XVIII, o neoclássico caracterizava-se pela releitura da arquitetura da antiguidade grega e romana, com bastante rigidez formal em oposição aos estilos barroco e rococó, vigentes até então, e que se caracterizavam por uma liberdade e certo experimentalismo com relação às regras clássicas de composição. Era a arquitetura da razão, simbolizando o progresso científico e intelectual do iluminismo. Para tanto, os arquitetos voltaram a utilizar formas regulares, geométricas, simétricas, volumes bastante maciços e sóbrios, e elementos como pórticos, colunas clássicas, frontões, entablamentos inspirados nos templos gregos e romanos. Por outro lado, se apropriaram de técnicas construtivas modernas para a época.

O neoclássico, neste momento, dava ares de modernidade, simbolizando o progresso e a nova condição do Brasil de sede administrativa do Reino Unido de Portugal e Algarve. Com a independência, em 1822, este estilo continuou sendo dominante, caracterizando-se como a tendência da arquitetura no Brasil Imperial. Importante exemplo do neoclássico do início do Império é o Palácio Imperial de Petrópolis, projeto do Major Frederico Koeller, de 1849. Assim como a sede do Senado, era caracterizado pela simplicidade na sua forma e pelo ritmo bastante rígido na fachada, assemelhando-se bastante ao edifício do Campo de Sant'Ana.

Vale ressaltar que, em praticamente todas as nações latino-americanas surgidas a partir da primeira década de 1800 com os movimentos de independência, o neoclássico veio representar a ruptura com o passado colonial e o desejo de modernização e inserção no cenário mundial desses novos países. A catedral de Buenos Aires, construída neste período, é um importante exemplar dessa arquitetura, bastante sóbria, severa e, sobretudo, racional, ainda que representando o poder religioso.

Remodelado e atualizado o edifício, foi realizada a primeira sessão do Senado, em 1826. Sua história como sede da Casa Legislativa no Império, entretanto, foi marcada pelo descontentamento dos parlamentares com as instalações, por sucessivas reformas paliativas e mudanças temporárias. Estes fatos foram reforçando ao longo dos anos os anseios por transferência definitiva da Casa para outro edifício, o que de fato aconteceu apenas no Brasil já republicano.

Enquanto o Senado continuava no Palácio Conde dos Arcos, mantendo-se inalterado o edifício em seus aspectos principais, o Rio de Janeiro passava por uma época de importantes mudanças urbanas, crescendo como cidade e adquirindo feições europeizadas em sua arquitetura pela disseminação do neoclássico e, posteriormente, do eclétismo. A cidade colonial já havia se tornado capital de uma nação, o que atraiu para ela os recursos provenientes, num primeiro momento, da mineração de ouro e, depois, da exportação de café.

Neste contexto, a Praça da Aclamação – denominação do Campo de Sant'Ana desde 1822 – passou por transformações significativas que alteraram, e de certa forma enobreceram, sua paisagem. Foram construídos edifícios importantes como a Gare D. Pedro I (1843), primeira estação ferroviária urbana do Brasil, a Casa da Moeda (1863), atual Arquivo Nacional, entre outros. Além disso, em 1880 a praça foi completamente reformulada, criando-se o chamado Parque da Aclamação, com projeto do paisagista francês Glaziou e de Francisco José Fialho. A praça então passou a ter uma aparência inspirada nos grandes parques parisienses, como o Bois de Boulogne, com um traçado sinuoso, canteiros irregulares e a inserção de elementos que imitavam a natureza, como grutas, lagos, cascatas (GLAZIOU, 2009), emulando a natureza de maneira romântica. As reformas propostas por Glaziou se enquadram num período chamado pela historiografia do paisagismo brasileiro como “eclético”, pois misturavam elementos da tradição paisagística britânica (ex.: Hide Park em Londres), com seus recantos e paisagens pitorescas, com a tradição paisagística francesa, com eixos estruturadores (ex.: Jardins do Palácio Real, Versalhes) (MACEDO, 1999).

Desta forma, o edifício entrou na época republicana respondendo a suas funções institucionais, mas já não fazendo frente, entretanto, em porte e estilo, aos edifícios vizinhos, nem à praça – agora denominada Praça da República – que já havia sido remodelada nove anos antes com uma linguagem e uma proposta bastante mais atuais que o Palácio Conde dos Arcos.

Assim, apesar da alteração importante no marco político do País, com a proclamação da República, não foi possível ao Senado construir uma nova sede, como era o anseio dos seus membros. Restou-lhe, portanto, realizar uma nova remodelação do edifício, buscando adaptá-lo à nova realidade, sobretudo esteticamente, uma vez que o neoclássico havia criado uma forte identidade com a fase imperial do Brasil. Com isso, era preciso que as instituições da República, ao se libertarem da estética do regime anterior, simbolizassem, pela sua arquitetura, a nova ordem. Essa reforma, entretanto, veio a cabo apenas vinte anos depois da proclamação, em 1909.

O edifício foi ampliado e suas fachadas foram totalmente remodeladas com base no eclétismo, corrente arquitetônica que era marcada pela convivência e justaposição de estéticas inspiradas em diversos estilos do passado. Na virada do século, esta era a representação mais contemporânea da arquitetura, que já estava totalmente incorporada pelas classes dominantes, o que fez com que a sede do Senado Federal se adaptasse esteticamente à nova ordem política do Brasil.

Essa arquitetura, também chamada de *Beaux-arts*², caracterizava-se pela liberdade na adoção do estilo ao qual



Palácio do Conde dos Arcos, sede do Senado em 1922,
antes de ser desativada

o edifício faria referência – clássico, renascentista, gótico, pitoresco, etc. – de forma a melhor representar sua função. Nesse sentido, os edifícios públicos costumavam ser concebidos a partir das referências clássicas, adicionando-se, no entanto, elementos decorativos e quebrando a rigidez formal, diferenciando-se, nestes dois aspectos, do neoclássico. Mais a frente, discorreremos com maior profundidade sobre o ecletismo, uma vez que o Palácio Monroe, próxima sede do Senado, era um exemplar típico desta arquitetura.

Assim, criou-se um grande frontispício marcando a entrada do edifício, coroado com um frontão onde figuravam o símbolo da República e a inscrição “Senado Federal”. As grandes janelas em arco pleno também contribuíam para a marcação do acesso principal, diferenciando-se das demais que eram retangulares. Tornou-se, enfim, mais monumental, respondendo às demandas simbólicas da instituição como um dos pilares da República nascente. Da sobriedade inicial, à imponência de agora, o edifício passa a se destacar em relação à Praça da República (anteriormente Campo de Sant’Ana) e com relação aos demais imóveis. Além disso, foi construída uma praça semicircular em frente à entrada principal, que veio a valorizar ainda mais a sede do Senado.

Em 1925, a sede do Senado Federal deixa de ser o antigo Palácio Conde dos Arcos para transferir-se ao Palácio Monroe. Hoje, novamente remodelado, com nova configuração de fachadas, abriga a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ao longo de sua existência, o Palácio Conde dos Arcos, por suas sucessivas reformas, buscou atualizar-se nos estilos vigentes para cada época. De uma arquitetura supostamente colonial – uma vez que não temos imagens ou descrições detalhadas – na época em que servia de residência para o Conde, passou pelo neoclássico da época imperial e, por fim, incorporou o eclético da 1ª República.

A história do edifício, portanto, reflete todo o marco social, econômico e político no qual ele estava inserido. A arquitetura cumpre o papel de representação da instituição, de materialização no contexto urbano, e de estabelecimento de relacionamento direto e imediato com a sociedade.

Isso explica todas as remodelações pelas quais passou o edifício no sentido de fazer com que o mesmo representasse, de forma mais fidedigna, tanto o momento histórico, numa visão mais ampla, quanto os anseios específicos da instituição. Reforça, também, os constantes pleitos pela construção de uma sede definitiva para o Senado, o que veio ocorrer somente com a edificação do Palácio do Congresso, em Brasília, quase um século e meio depois da criação da instituição.

2.2 Palácio Monroe

2.2.1 Notas sobre o ecletismo na arquitetura

Antes de abordar o edifício em si, cabe fazer uma digressão sobre o momento histórico, artístico e cultural em que foi concebido. O século XIX testemunhou transformações sem paralelo na história da humanidade.

No plano econômico, os níveis de produção nas diversas áreas aumentaram exponencialmente, com uma progressiva integração dos mercados mundiais e um processo de divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, o Brasil, independente após 1822, coloca-se como país agroexportador, produzindo matérias-primas de origem agropecuária para outros países. Por outro lado, consome produtos industrializados, de maior valor agregado.

No plano político, os países da Europa Central (nomeadamente Grã-Bretanha, França e depois Alemanha e Itália), seguidos posteriormente pelos EUA e Japão, desenvolvem uma postura imperialista em relação aos outros países do mundo. Exercem, portanto, um predomínio militar e político, que se traduz em dominação econômica. O mundo, grosseiramente falando, é dividido em zonas de influência de cada um desses países, que as controlam para acumulação de capital em suas fronteiras. Para tanto, é comum a edição de acordos bilaterais de importação-exportação que facilitam o intercâmbio comercial entre determinados países, criando uma situação de interdependência.

No plano artístico, as reorganizações sociais decorrentes da expansão industrial, que posteriormente ficou conhecida como 2ª Revolução Industrial (quando os processos desenvolvidos passaram a ser adotados em toda a Europa Central e em parte dos EUA e Japão), transformavam a forma de produzir e consumir a arte. As aglomerações urbanas, crescendo para a dotação de mão-de-obra operária para as fábricas, terminam por criar pressões nas cidades, que determinam novas áreas necessárias para a população urbana.

Nesse momento, nos países da Europa Central, são criados ou consolidados equipamentos urbanos para atendimento às necessidades do proletariado em expansão: escolas públicas, parques públicos, bibliotecas, museus, etc.

Essas transformações implicam numa mudança geral nas sensibilidades, tanto dos consumidores e financiadores das obras de arte quanto da população em geral. Impõem aos artistas mudanças nas formas de interação com o público que não passariam mais, simplesmente, pelas citações às formas clássicas derivadas do estudo da Antiguidade greco-romana.

O estudo histórico das diversas civilizações da Antiguidade e da Idade Média crescia, naquele momento. O conhecimento dos registros deixados por essas sociedades, como ruínas, palácios, templos, objetos de decoração e uso diário, permite relativizar a importância da cultura

clássica greco-romana, na medida em que esta também fica mais conhecida. Por outro lado, são transcendidas as homogeneizações estruturadas no Renascimento e consolidadas no Classicismo a respeito da Antiguidade Clássica, com o conhecimento histórico e científico de seus artefatos ganhando precedência em relação às inferências e suposições.

A compreensão da história passa por uma evolução notável, com o estudo aprofundado das civilizações do passado e suas organizações sociais. Cresce, concomitantemente, o interesse da burguesia em ascensão na Europa Central pelos símbolos dessa história pregressa. Assim, os estilos arquitetônicos de cada época passam a ser vistos como fontes nas quais se pode beber de forma mais ou menos aleatória, sem a necessidade de uma coerência com as citações utilizadas. Desta maneira, são criados, por exemplo, palácios e outras obras de vulto com colunas com capitéis de diversas ordens (jônica, coríntia, dórica), coisa impensável no decorrer do classicismo, ou são criados palácios de arquitetura “egípcia”, misturada com arquitetura “persa”, etc.



Palazzo Pazzi, Florença (Itália)

Panteão da Pátria, Paris (França)





Palácio Monroe, Rio de Janeiro



Liverpool Street Station,
Londres (Grã-Bretanha)

Existe também uma explicação tecnológica para a emergência do ecletismo como forma de pensar a arquitetura (BENEVOLO, 2001). Com o surgimento de outras disciplinas de apoio à construção, assim como com a utilização de novos materiais, diferentes problemas se colocam ao desenvolvimento da arquitetura. Se, de um lado, programas de arquitetura nunca antes construídos, como bibliotecas públicas e estações de trens são empreendidos por governos e agentes privados, são propostos, de outro lado, o uso de materiais como o aço, inicialmente, e o concreto, retira o embasamento material das propostas arquitetônicas do classicismo. Obras que anteriormente eram feitas em pedra, e por isso tinham determinadas proporções, bem como limitações de vãos de iluminação e ventilação, altura, etc., passam a ser feitas em aço, ou concreto, o que diminui, ou até mesmo elimina, tais limitações.

A arquitetura passa a ser, além de uma vitrine artística, uma forma de representação das capacidades tecnológicas de cada um dos países. Isso, associado ao conhecimento da história e dos estilos do passado, leva muitos arquitetos do período a criar construções cujos estilos se mesclam para configurar espaços totalmente novos. É exemplar, dessa nova fase da arquitetura, a Biblioteca Nacional da França, na Rua Richelieu, em Paris, projetada por Henry Labrouste. Ali, os grandes salões de leitura são encimados por cúpulas sustentadas por finas

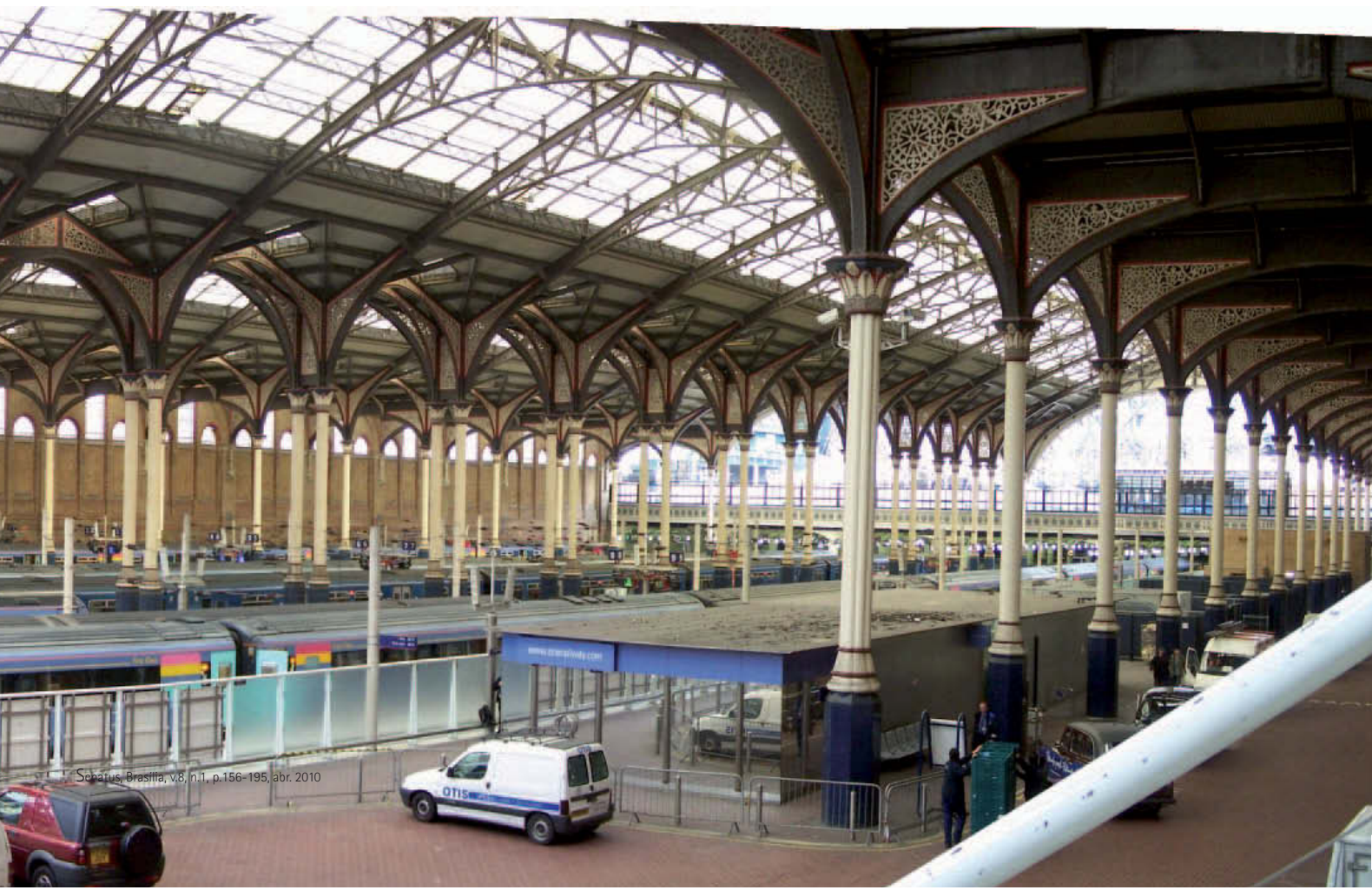
colunas de aço, ornadas com capitéis neo-clássicos e outros motivos. Outro exemplo é a estação de Liverpool Street, em Londres, cuja estrutura de aço também é ornada com motivos clássicos.

É nesse contexto histórico e arquitetônico que se enquadra o Palácio Monroe. Claramente, suas condicionantes nacionais também influenciam no seu projeto e construção, como veremos em seguida. Tais condicionantes não são tão reconhecidos ou celebrados como os posteriores desenvolvimentos da arquitetura moderna brasileira, mas já mostram certa independência formal e conceitual.

2.2.2 Aspectos Principais do Edifício

O Palácio Monroe começa a ser utilizado pelo Senado Federal após uma história de glória arquitetônica internacional. Tendo sido projetado pelo engenheiro militar e coronel do Exército brasileiro, Francisco Marcelino de Souza Aguiar, para ser construído como o Pavilhão Brasileiro na Exposição Universal de Saint Louis de 1904, nos EUA, foi agraciado com a Medalha de Ouro, como o mais belo pavilhão de representação nacional naquela Feira.

A Exposição Universal de Saint Louis foi um evento comemorativo promovido pelo governo dos EUA para celebração do centenário da compra do território da Louisiana, anteriormente pertencente à França. A representação brasileira, ordenada por Rodrigues Alves, Presidente da



República à época, foi presidida pelo Coronel Souza Aguiar, que também foi encarregado de projetar um pavilhão que pudesse ser, posteriormente, desmontado e trazido ao Brasil para sua reconstrução.

Durante todo o século XIX e início do século XX, as exposições universais passaram a ser eventos importantes no mundo ocidental. Em meio à segunda revolução industrial, os países da Europa e, em menor grau, os EUA e demais países da América, utilizavam tais exposições para o intercâmbio comercial, e como uma espécie de vitrine para seus produtos nacionais. Assim, era muito comum que os principais industriais levassem suas máquinas e equipamentos para demonstrações nessas exposições. Por outro lado, os governos nacionais utilizavam essas feiras para mostrar sua proficiência tecnológica e artística, financiando a construção de palácios e outros edifícios efêmeros. Basta lembrar que alguns dos ícones da arquitetura do século XIX foram construídos para exposições universais, como o Palácio de Cristal, em Londres, para uma exposição deste tipo em 1851, ou a Torre Eiffel, construída em Paris para uma exposição em 1889.

Era comum, portanto, que o Palácio que representaria o Brasil fosse encomendado com a recomendação de seu desmonte ao final da exposição. O incomum residiu no pedido feito originalmente pelo Presidente Rodrigues Alves, para que ele pudesse ser reconstruído no Brasil. Tal pedido tinha em vista a série de obras empreendidas na Capital Federal durante o Governo de Rodrigues Alves.

Após seu traslado para o Brasil, em 1906, o palácio é reconstruído às margens da Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco), recém-aberta no centro do Rio de Janeiro, completando um conjunto arquitetônico formado pelo Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes, entre outros, construídos no mesmo período para marcar o início dessa avenida que faz a ligação da Praça Floriano, a sul, à Praça Mauá, a norte da área central da cidade. Colocado junto à Avenida Beira Mar, nas primeiras décadas de sua existência, o Palácio Monroe contou com a proximidade do mar e do Passeio Público para ressaltar sua imponência. Essa proeminência na paisagem perde-se, em parte, com a construção do Aterro do Flamengo, nos anos 1950, que o coloca em meio a um imenso parque.

Construído com estrutura de aço para facilitar a sua desmontagem e transporte, o Palácio Monroe ocupava 1.700m² de projeção no terreno, com mais de 2.000m² de área construída total, dividida em três pavimentos mais um mezanino. As paredes eram em massa de cal e óleo de baleia cozido, armado sobre telas de arame. O piso era em parquet de madeira com desenhos diversos, na parte superior, e de pedra, na parte inferior. Possuía duas varandas laterais (*loggias*), inicialmente abertas. A circu-

lação vertical se dava através de uma escada helicoidal, produzida em ferro fundido.

Como necessidade do ecletismo reinante no período de seu projeto e construção, o palácio dispunha de diversos adornos que lhe caracterizavam e acentuavam seu aspecto imponente. Um par de leões ladeava a escadaria de acesso, recepcionando os visitantes. Na entrada, seis anjos de bronze, de três metros de altura cada, abençoavam os que ali entravam.

No plenário e nas alas laterais, 18 vitrais assinados pelo pintor Henrique Campos Cavaleiro faziam a decoração, assim como lustres em metal, cristal e opalina, além de portas e lambris em madeira de lei nas diversas salas.

A mudança do Senado para o Palácio Monroe ocorre após uma série de eventos de grande importância tomarem corpo em seus espaços. Ali foi realizada a 3ª Conferência Pan-Americana, onde ficou consolidada a doutrina Monroe, da “América para os americanos”. É após a conferência que o palácio ganha seu nome, na medida em que até então era conhecido como pavilhão de São Luís.

É utilizado como pavilhão de exposições de 1906 a 1914, quando é reformado para abrigar a Câmara dos Deputados. Tal utilização permanece até 1925, quando passa a ser ocupado pelo Senado Federal, situação que se mantém até 1930, quando o movimento chamado de “Revolução de 30” fecha esta Casa Legislativa. O Senado só seria plenamente restaurado após o Estado Novo, utilizando o edifício até 1960, quando a mudança para Brasília se impõe.

Durante seu período de utilização pelo Senado foram feitas diversas alterações na estrutura do edifício, fato que, posteriormente, ajudou a justificar sua demolição. Uma delas foi a ocupação das *loggias* laterais por salas de reunião, com o fechamento dos espaços originalmente abertos.

Após a instalação do Senado no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, o Palácio Monroe passou a ser utilizado, em parte, por funcionários remanescentes no Rio de Janeiro, no que ficou conhecido como Senadinho. O palácio era, então, utilizado pelos senadores quando em visita ao Rio de Janeiro. Outra parte do edifício foi ocupada pela estrutura administrativa do Estado-Maior das Forças Armadas. Do ponto de vista jurídico, o palácio permanece sob responsabilidade do Senado Federal.

No início dos anos 1970, uma polêmica anuvia o destino do Palácio Monroe. Segundo o traçado preliminar da linha de Metrô do Rio de Janeiro, o palácio deveria ser demolido. Começa então uma batalha entre associações e entidades de classe, envolvendo um grande jornal local e diferentes instâncias dos governos estaduais, federais e municipais. O jornal - *O Globo* - defende a demolição do edifício que, segundo eles, não teria qualquer valor arquitetônico, e ainda prejudicava a paisagem do local,

que teria muito mais a ganhar com mais um espaço livre ajardinado. O IPHAN posiciona-se contrariamente à proteção do edifício através do tombamento, não tendo considerado qualquer valor de excepcional qualidade. Interessante notar que Lucio Costa é um dos funcionários do IPHAN que dão parecer contrário ao tombamento.

Por outro lado, o Clube de Engenharia, em parceria com o CREA-RJ (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro), prepara laudo técnico colocando a importância histórica e arquitetônica do palácio, na tentativa de preservar o edifício. Finalmente, o traçado do metrô é alterado para que o edifício seja preservado. É construída uma cortina de proteção em concreto, no subsolo, para impedir que a trepidação da passagem do metrô abalasse as fundações do palácio.

Mas os riscos à preservação do edifício não haviam se esgotado. Em 1975, atendendo a clamores da opinião pública, o Senado decide fechar suas instalações no Rio de Janeiro, na medida em que 16 anos se passaram após a mudança para o Planalto Central. O Palácio Monroe é entregue à Secretaria de Patrimônio da União, órgão ligado, à época, ao Ministério da Fazenda, do Governo Federal. Inicia-se um processo que culminaria com a demolição do palácio e a construção de uma praça em seu lugar. Apesar da solicitação de diversos órgãos federais (Justiça Federal no Rio de Janeiro), estaduais (CREA-RJ) e municipais (Secretaria de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro), para ocupação das dependências, o Presidente da República à época, General Ernesto Geisel, ordena a demolição do edifício, por meio de parecer de Golbery do Couto e Silva, Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

2.3 A demolição do palácio: premissas e significados

A demolição do edifício representa, atualmente, um grande vazio na história da arquitetura brasileira. De grande importância do ponto de vista simbólico, o Palácio Monroe representou, à época de sua construção, um dos primeiros exemplos de arquitetura brasileira com destaque internacional. Além disso, até pela sua construção, desmontagem e reconstrução, com milhares de quilômetros de distância, mostrou-se um prodígio tecnológico. Sua demolição tem diversas explicações possíveis, todas elas presentes em jornais da época. Como já citado, a descaracterização do projeto original, com as sucessivas adequações dos espaços para as atividades parlamentares, foi uma delas. Outra explicação seria a possibilidade de ganho de espaço viário para desafogo do trânsito na região da Avenida Rio Branco e na Avenida Beira Mar. E, ainda, uma melhoria da paisagem da região, com o ganho de um espaço livre junto ao Passeio Público. Finalmente, alguns aventaram a hipótese de o terreno ser alvo de estratégias de especulação imobiliária, onde se poderiam

construir edifícios em altura para o abrigo de atividades comerciais e de serviços.

No campo da arquitetura, podemos aventar algumas possibilidades que justificariam a demolição. Ou, ao menos, a decisão de não-tombamento tomada pelo IPHAN nos anos 1970.

A arquitetura moderna brasileira foi estruturada, ainda em meados dos anos 1930, sobre um discurso que resgatava um passado distante, da arquitetura colonial, enquanto descartava o passado recente, da arquitetura eclética, do qual o Palácio Monroe é um dos representantes. Tal discurso pregava que a arquitetura colonial seria a “verdadeira” arquitetura brasileira, por ter sido feita conforme as necessidades do povo brasileiro, numa condição de semi-isolamento, com os meios e as técnicas possíveis e com os recursos artísticos desenvolvidos por arquitetos, mestres de obras, escultores e pintores presentes em território nacional.

Em oposição, a arquitetura eclética derivou-se principalmente de artistas e até mesmo operários estrangeiros no Brasil, inicialmente com a Missão Francesa, ainda durante a estada da Coroa Portuguesa no Brasil. Posteriormente, com o aumento da imigração europeia, temos a difusão do ecletismo, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul. Muitos profissionais brasileiros de formação europeia, como o arquiteto Ramos de Azevedo, utilizaram os preceitos desta corrente para projetar suas obras.

Como a arquitetura moderna buscava o estabelecimento de uma matriz artística nacional, o discurso construído pelos pioneiros modernos, com destaque para Lucio Costa, mas seguido por expoentes como Oscar Niemeyer, Afonso Eduardo Reidy, João Batista Vilanova Artigas, criou uma história da arquitetura brasileira que começa no período colonial, tem uma interrupção com o ecletismo e é retomada pelo Movimento Moderno. Assim, são eleitas algumas obras e cidades paradigmáticas construídas na América portuguesa, que são alçadas à condição de “passado arquitetônico e urbanístico glorioso”.

Por outro lado, o ecletismo é visto como mal a ser combatido. Isso porque, naquele momento, representa uma arquitetura que é tida como estrangeira, que não parte das necessidades brasileiras e, por isso, é “falsa”. Nessa perspectiva, não tem qualquer valor para nossa cultura arquitetônica, artística ou histórica. E, portanto, deveria ser substituída por edifícios modernos que refletissem as condições nacionais.

Esse contexto cultural está por trás da demolição do Palácio Monroe. Ali, o valor da arquitetura eclética, como primeira forma de agenciamento de espaços e ornamentos sem “obrigatoriedades” ligadas às ordens arquitetônicas clássicas, assim como por ser um representante de um período histórico em que os problemas sociais eram pen-

sados através de um prisma estrangeiro, não foi levado em consideração. Por outro lado, o valor material, como documento histórico, perdeu-se, na medida em que os objetos de decoração do palácio foram vendidos para diferentes proprietários, sem que tenham permanecido sob a guarda do Estado, como documentação de um período da história nacional.

3 A nova capital – a concepção do edifício

3.1. O Movimento Moderno na arquitetura do século XX

O século XX testemunhou um momento histórico ímpar na história da arquitetura, com as transformações sociais que deram base a uma mudança urbana sem precedentes na história da humanidade. Face a isso, uma série de arquitetos de diversos pontos do mundo uniram-se para debater e propor mudanças na forma como se fazia arquitetura e se pensava a cidade. Acreditavam, entre outras coisas, num dos muitos lemas divulgados por Le Corbusier³ à época: “Arquitetura ou revolução”.

Explica-se: além da turbulência da Revolução Industrial do século anterior, que transformou a face da Europa e de parte da América, vivia-se sob a crença da evolução tecnológica e do progresso constante, que levariam a humanidade à supressão da idéia de necessidade (HARVEY, 2008). Os pensadores, sobretudo na Europa Central, começaram a aventar a possibilidade de transformações muito profundas não apenas no modo como se faziam as coisas (evolução técnico-industrial), mas também no modo de vida material das populações.

No entanto, essas turbulências não eram unicamente sentidas nas elites intelectuais, e nem apenas provocadas pelas mudanças advindas da implantação da máquina como meio preferencial de transformação da natureza. As classes operárias começam a reivindicar melhores condições de vida e, em face de propostas mais ou menos estruturadas de transformação da sociedade⁴, procuram alterações, tanto nas formas de organização do mundo material, quanto do mundo social. No início do século XX, o mundo ocidental é sacudido pela Grande Guerra (I Guerra Mundial), que envolve os países europeus e outros países ao redor do mundo numa luta fratricida que acabaria com o Imperialismo e redesenharia o mapa do mundo de forma bastante abrangente. Durante a Guerra surge a sombra que irá pairar sobre o mundo ocidental durante todo o século XX: A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Assim, a partir de 1917, temos as pressões de um regime comunista, pregando a igualdade total entre as pessoas, e não apenas a igualdade formal, como aconteceu com as democracias burguesas após a Revolução Francesa. Ainda que a URSS não tivesse se tornado uma potência militar e econômica, a simples idéia de que “poderíamos fazer as coisas de um jeito diferente”, instalada e operante

em um país, traria, no mínimo, desconforto para o mundo ocidental. A idéia que está por trás disso é a de que o proletariado, ou seja, a classe operária de maneira organizada, poderia, por meio de planejamento e controle das ações da sociedade, desenhar sua própria história. Não haveria, em tese, mais fome, falta de escolas, hospitais, etc., pois essas necessidades básicas não seriam deixadas ao sabor do mercado e dos capitalistas, que, como nos mostra a análise marxista, procuram extrair proveitos pessoais dessas carências básicas dos seres humanos.

E essa pressão foi amplificada após a I Guerra Mundial e, de forma mais forte, após a II Guerra Mundial, com a proliferação e o crescimento dos partidos comunistas no mundo, e até com o surgimento de alguns regimes comunistas. Lembremos que a China se torna comunista em 1949, e Cuba em 1959. Assim, os próprios capitalistas, bem como os governos ocidentais, vêem-se obrigados a adotar medidas de melhoria da situação populacional em geral. Até porque, um dos argumentos dos opositoristas aos governos conservadores no pós-II Guerra era de que, durante a guerra, não havia fome, desemprego, falta de hospitais ou de escolas. A não ser nas cidades atacadas, diziam eles, a situação de pleno emprego e de fartura de serviços era garantida pelo esforço de guerra que, até pela situação excepcional, tinha de planejar a economia para que todos trabalhassem no máximo de sua capacidade e no topo de sua eficiência.

Surge, então, o que o historiador Eric Hobsbawn (2008) chamou de “A Era de Ouro” da economia ocidental. O crescimento econômico nesse período, assim como o desenvolvimento social, não tem paralelos na história do Ocidente, o que levou a arquitetura, que já organizava seu Movimento Moderno desde o início do século, a uma explosão de realizações.

O Movimento Moderno na arquitetura teve como grandes expoentes arquitetos como Mies Van der Rohe⁵, Walter Gropius⁶, Frank Lloyd Wright⁷ e o já citado Le Corbusier. Sua base teórica pode ser encontrada em dois textos seminais de Le Corbusier, o livro *Por uma arquitetura* (1928), e o resultado do 4º Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM) de 1933, a Carta de Atenas.

Por uma arquitetura (LE CORBUSIER, 1973) colocou o foco da arquitetura moderna (e do seu movimento), na tecnologia e nas possibilidades que ela trazia em relação à arquitetura e à transformação social. Assim, falava na casa como “máquina de morar” que deveria ser produzida em série e em grandes quantidades, como os carros e outros bens da sociedade industrial florescente. Nesse ponto, Le Corbusier coloca sua visão sobre como deveria ser o atendimento das necessidades do operariado em rápida urbanização e como deveria ser resolvido o problema das grandes áreas de habitação precária que se proliferavam pela Europa naquele

momento. Inicia, com seus escritos, uma discussão que seria aprofundada nos anos posteriores em relação ao que deveria ser a habitação ideal, as dimensões necessárias e suficientes para que as atividades domésticas pudessem ser desempenhadas. Entrava em contato, naquele momento, com o que seria desenvolvido na BauHaus posteriormente, com o desenho de equipamentos de cozinha adequados para a habitação moderna, por exemplo.

O livro traz também os “Cinco pontos da arquitetura moderna”, considerados por Le Corbusier, na época, como fundamentais para marcar os edifícios do novo momento da história mundial. Tais pontos foram fundamentais para o desenho dos edifícios construídos em Brasília nos anos 1950 e 1960, e mesmo para embasar as propostas de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, como veremos a seguir:

1) Pilotis – a elevação do edifício sobre pilotis pretendia deixar o térreo livre para usufruto público. Assim, na cidade do século XX, o chão seria público, todo ele, e as pessoas morariam no alto;

2) Terraço-jardim – como forma de compensar a perda de área plantada no piso, os terraços dos edifícios deveriam ser ajardinados, de modo que todas as superfícies com iluminação solar direta fossem plantadas, tanto quanto fosse possível;

3) Planta livre – com os avanços tecnológicos, a divisão dos espaços não precisaria coincidir com as disposições estruturais dos edifícios. Isso porque, anteriormente, as paredes de um edifício qualquer tinham função estrutural. Com o advento das estruturas de concreto e de aço, isso não seria mais necessário, deixando o arquiteto livre para dispor dos espaços da forma mais conveniente para os usuários;

4) Fachada Livre – também por obrigatoriedades estruturais, as fachadas refletiam as capacidades do material de que eram feitas, de suportar carga. O tamanho dos vãos das janelas, por exemplo, dependia da rigidez do material de que o edifício era feito. Numa construção em pedra, por exemplo, os vãos eram limitados. Com os novos materiais e o desenvolvimento de panos de vidro maiores, essa limitação torna-se insignificante, liberando para que a fachada responda às necessidades estéticas do arquiteto e da sociedade;

5) Janela em fita – em consequência da liberdade de desenho das fachadas, poder-se-ia construir janelas horizontais, alongadas, envolvendo todo o edifício e aumentando a iluminação nas seus espaços interiores.

Já na “Carta de Atenas” (LE CORBUSIER, 1993), o foco repousa na situação das cidades. Ali, Le Corbusier coloca as bases para o que depois seria chamado de Urbanismo Funcionalista, ou seja, o desenho da cidade segundo as atividades praticadas pelos cidadãos. Essa idéia prospera entre os arquitetos e urbanistas de todo o

mundo, já que servia para organizar os espaços da cidade segundo as necessidades do capital e dos capitalistas. Nesse sentido, na produção das cidades, as indústrias ficariam apartadas do comércio, e ambos apartados das residências. A idéia era de que a cidade teria algumas funções básicas (habitar, trabalhar, circular e recrear) e que, para uma melhor organização das atividades, estas deveriam estar separadas entre si.

Apesar de sua pertinência histórica no esforço da reconstrução da Europa, durante o pós-II Guerra, assim como no desenvolvimento econômico dos EUA, na “Era de Ouro”, o Movimento Moderno sofreu diversos reveses teóricos que se iniciaram já nos anos 1950. Ao longo dos anos, foi sendo tomado como homogêneo, tanto em suas proposições, como na posição de seus principais autores. Teses como a da ausência de ornamentos, defendida por Adolf Loos (1972), ainda no final do século XIX na Áustria, da simplificação dos usos em planta, diante da doutrina do “menos é mais” de Mies van der Rohe, do fim da rua-corredor, idéia de separar as circulações de pedestre e de automóveis, e mesmo da tentativa de refundar alguns aspectos da história da arquitetura e do urbanismo, tal como preconizados por Le Corbusier, passaram a ser compreendidas como se fizessem parte de um só arcabouço teórico e metodológico.

Por outro lado, até por ter surgido nos países da Europa Central, notadamente mais desenvolvida que o restante da Europa, e nos EUA, absolutamente diferente do restante da América, o Movimento Moderno não respondia a questões fundamentais para países como o Brasil. Por isso, a modernidade na arquitetura brasileira já parte de uma crítica e de uma revisão das teses propostas pelo Movimento Moderno europeu e estadunidense. E essa crítica alcançará o seu apogeu artístico e cultural nos anos 1950, de uma maneira geral, e na proposição e construção de Brasília, em particular.

3.2 O Movimento Moderno e o Brasil – rupturas e continuidades

O Movimento Moderno na arquitetura brasileira, até os anos 1960, foi caracterizado por dois elementos principais. O primeiro, diz respeito à busca de fundamentos nas raízes culturais desenvolvidas na América Portuguesa, sobretudo a arquitetura do período colonial encontrada em Minas Gerais. O segundo, refere-se à premissa de que a arquitetura ajudaria a projetar um futuro de desenvolvimento tecnológico e social para o Brasil e os brasileiros. Assim, a arquitetura seria tanto uma forma de alcançar uma identidade nacional singular, quanto uma maneira de desenvolver tecnológica e economicamente o País.

Dois personagens, presentes na história de Brasília, encarnam ambas as faces. Lucio Costa, urbanista que

desenha a cidade com um pé no passado e um olhar para o futuro, e Oscar Niemeyer, arquiteto que desenha seus edifícios, com as mesmas preocupações. Mas cabe ampliar o panorama para compreender como esses personagens e suas obras se enquadram, nos anos 1950 e 1960, num quadro maior de transição da arquitetura mundial.

Naquele momento, começam a surgir movimentos na arquitetura que questionam as “verdades” preconizadas pelos pioneiros modernos e que passaram a servir de manual para diferentes arquitetos. Movimentos como do Team X, reunindo arquitetos de diversas localidades, questionam o aspecto universalizante das idéias em voga. Começa-se um debate sobre a melhor maneira de lidar com as realidades locais, com as peculiaridades históricas e culturais de cada população. A idéia é lidar com a heterogeneidade do gênero humano, superando as homogeneizações simplificadoras e respondendo às necessidades locais.

Assim, Brasília é, a um só tempo, o apogeu do movimento moderno da arquitetura e o início de sua revisão. Apesar de propor uma cidade em consonância com os preceitos do IV CIAM e da Carta de Atenas, Lucio Costa coloca a dimensão histórica no próprio traçado da cidade. A idéia de eixos que se cruzam, como deixa claro o urbanista, tem raízes tão profundas e distantes quanto a Antiguidade Clássica e as cidades novas romanas.

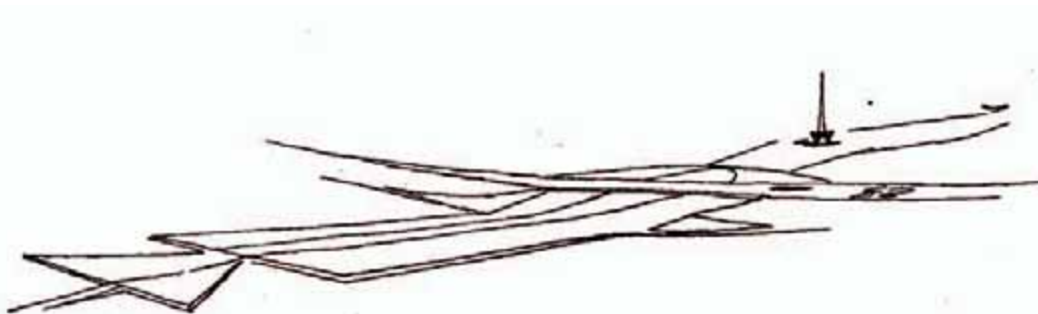
Por outro lado, um “Eixo Monumental”, onde os edifícios que ladeiam formam uma galeria com o apogeu no centro da perspectiva, remonta às propostas do Papa Sisto V para Roma, no final do século XVI, no período da Contra-Reforma. Não podemos esquecer a relação conceitual das super-quadras com as “cidades jardim” propostas

por Ebenezer Howard ainda no século XIX e construídas por Raymond Unwin por todo o mundo e posteriormente popularizadas pelas propostas de subúrbios estadunidenses.

Em Brasília, tem presença a idéia de cidade linear, compreendida como característica das cidades da América Portuguesa, depois continuada durante o Império. Segundo essa idéia (MARX, 1980), as cidades brasileiras seriam formadas no entorno imediato de uma via principal, que se prolongaria em momentos de expansão urbana, e concentraria os principais serviços, o comércio e infra-estruturas. Perpendicularmente a essa via, haveriam as vias habitacionais, completando o conjunto urbano. E no projeto de Lucio Costa isso se evidencia pelas vias que estruturam a vida da cidade, o Eixo Habitacional e a Avenida W3.

É como se os preceitos da antropofagia, surgidos na Semana de Arte Moderna de 1922, fossem todos incorporados pelo urbanista, de maneira que tradição e progresso estivessem presentes na proposta. Esse conceito ganha especificidades a serem lembradas na Praça dos Três Poderes. Ali, a idéia de uma praça sobre-elevada, que reunisse os principais poderes de uma República (Executivo, Legislativo e Judiciário), em direção ao sol nascente, tem suas referências tanto na Antiguidade Egípcia, quanto nos preceitos republicanos de igualdade entre os poderes. A praça se torna um local público onde as principais instituições da República estão presentes e, mais que isso, acessíveis a toda a população.

Por outro lado, o formato da Praça dos Três Poderes remete à organização de praças referenciais no mundo lusófono, como o Pátio da Universidade de Coimbra, a Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, a Praça Tomé



Proposta de Lucio Costa para Brasília



Piazza del Popolo, Roma (Itália)

de Souza, em Salvador, a Praça do Comércio, em Lisboa. Nessas praças, e em muitas outras encontradas pelo Brasil e em Portugal, temos um sítio em acrópole onde espaço público está numa plataforma que se eleva sobre a paisagem; de três lados ela é “fechada”, ou seja, temos edifícios que lhe dão escala e significado e de um dos lados se abre para a paisagem natural. No Rio de Janeiro e em Salvador, essa paisagem é o oceano Atlântico; em Coimbra, é o vale do rio Mondego; em Lisboa é o rio Tejo; e, em Brasília, o cerrado é o grande mote.

O fato do edifício do Congresso Nacional elevar-se, em altura e imponência, tanto sobre a Esplanada dos Ministérios, quanto sobre a própria Praça, tem um grande caráter simbólico. Seu destaque liga-se ao fato de que o poder da República de maior importância é aquele que representa os cidadãos, e que este deve prevalecer sobre os demais em eventuais disputas.

Como se vê, Brasília, em seu projeto urbano, responde aos questionamentos que estavam sendo formulados no período de sua concepção e se intensificariam nos anos posteriores. É respeitosa e reverente a valores do passado, apresentando soluções originais que resolvem problemas como o de mobilidade urbana por automóveis, densidade urbana em áreas habitacionais, espaços livres de uso público e democrático, entre outros. Sua construção é um marco, ainda pouco apontado pela historiografia da arquitetura contemporânea, do início de movimentos como do Pós-modernismo, capitaneado por autores como Aldo Rossi e Robert Venturi, e do Regionalismo Crítico, explicitado por Kenneth Frampton (2003).



André Castro

Casa de Bailes da Pampulha, Belo Horizonte (MG)



Sidney Carvalho

Praça do Comércio, Lisboa (Portugal)

Pátio da Universidade, Coimbra (Portugal)



3.3. A concepção do edifício do Palácio do Congresso Nacional

O Palácio do Congresso Nacional foi projetado em meio à torrente de projetos que estiveram sob o comando de Oscar Niemeyer durante a construção de Brasília. O projeto do Palácio foi realizado em aproximadamente um ano e meio, entre 1957 e 1958, com parte da construção do edifício tendo sido iniciada em 1957, ou seja, o arquiteto e sua equipe tiveram um tempo muito curto para elaborar o projeto, sendo finalizado quase que concomitantemente à execução da obra. Independentemente da qualidade final do edifício, deve-se notar o prodigioso trabalho de todos os que dele tomaram parte, na medida em que projetos de tamanha envergadura costumam levar de um a dois anos para serem gestados, antes do início da obra.

Os anos 1950, como dissemos, foram bastante agitados na crítica arquitetônica mundial. Prenúncio de mudanças mais significativas, naqueles anos começaram as críticas a uma primeira leva de revisão dos resultados alcançados pelas reconstruções do pós-II Guerra na Europa. Finalmente, a arquitetura do Movimento Moderno teve chance de tornar-se hegemônica e pôr em prática o arcabouço teórico desenvolvido nos anos anteriores à guerra. E isso causou reações bastante diversas, tanto pelos seus resultados adversos, quanto pela exaustão de um repertório que se repetia.

A repetição formal teve duplo resultado. Por um lado, deixava o arquiteto mediano em uma posição confortável ao propor soluções largamente aceitas pelo público e pela crítica especializada, como *brises*, colunas em “V”, pilotis e longos planos de vidro. Por outro, tornava pouco

criterosa a escolha formal, impedindo o aprofundamento das pesquisas sobre o objeto arquitetônico, e as soluções programáticas e espaciais possíveis para os inúmeros problemas colocados pela sociedade moderna.

É nesse momento que o artista plástico e crítico suíço Max Bill vem ao Brasil e conhece a obra de Oscar Niemeyer. Suas considerações sobre o jovem prodígio brasileiro foram devastadoras. A crítica de Bill atacava a arquitetura de formas livres, presente em obras como a Casa de Bailes do Conjunto Arquitetônico da Pampulha, ou a Casa das Canoas⁸. Defendia uma noção de arquitetura moderna que deveria responder aos anseios da sociedade por concisão e replicabilidade, numa busca por espaços que respondessem funcionalmente às necessidades da população a que se destinavam.

“[...] em Le Corbusier a liberdade conquistada no projeto se apóia em uma lei que lhe é prévia – a produção industrial de seu tempo, ao passo que, na Pampulha, o projeto inaugura uma ordem industrial possível, mas subordinada ao objetivo maior de conformação do espaço habitável (humano)” (KATINSKY, 1991, p. 11).

Ou seja, a forma estrutural rígida, para Niemeyer antes de Brasília, deixava de ser imperativa, e devia se curvar às necessidades do desenho do espaço interior e exterior. Ali o arquiteto, sabendo-se em uma ordem industrial nascente e prenhe de possibilidades como a brasileira, decide utilizar a arquitetura como forma de proposição de caminhos alternativos aos desenvolvidos na Europa. A ideia que está por trás disso é de que a arquitetura poderia ser motor do progresso industrial. Essa é uma das premissas do Movimento Moderno brasileiro, como colocado anteriormente.

Nesse sentido, Niemeyer deixa clara sua contrariedade às críticas que clamam por uma simplicidade formal e funcional no desenho dos elementos constitutivos da forma edificada e na distribuição das atividades nos edifícios. Alega que tais profissionais não se aproveitam das técnicas modernas para resolver de forma original os programas que lhe são colocados. “Nesse sistema, edifícios públicos, escolas, teatros, museus, residências, etc., passam a ter aspectos idênticos [...], apesar de seus programas tão diversos [...]” (NIEMEYER, 1961, p. 49).

Apesar de não renegar seu repertório anterior a Brasília, naquele momento Niemeyer começa a revisar suas técnicas de projeto, muito em função das críticas recebidas. Passa então a orientar seus projetos “[...] caracterizando-os sempre que possível pela própria estrutura. Arquitetura nunca baseada nas imposições radicais do funcionalismo,



mas, sim, na procura de soluções novas e variadas, quando possível lógicas dentro do sistema construtivo.” (NIE-MEYER, 1961, p. 49).

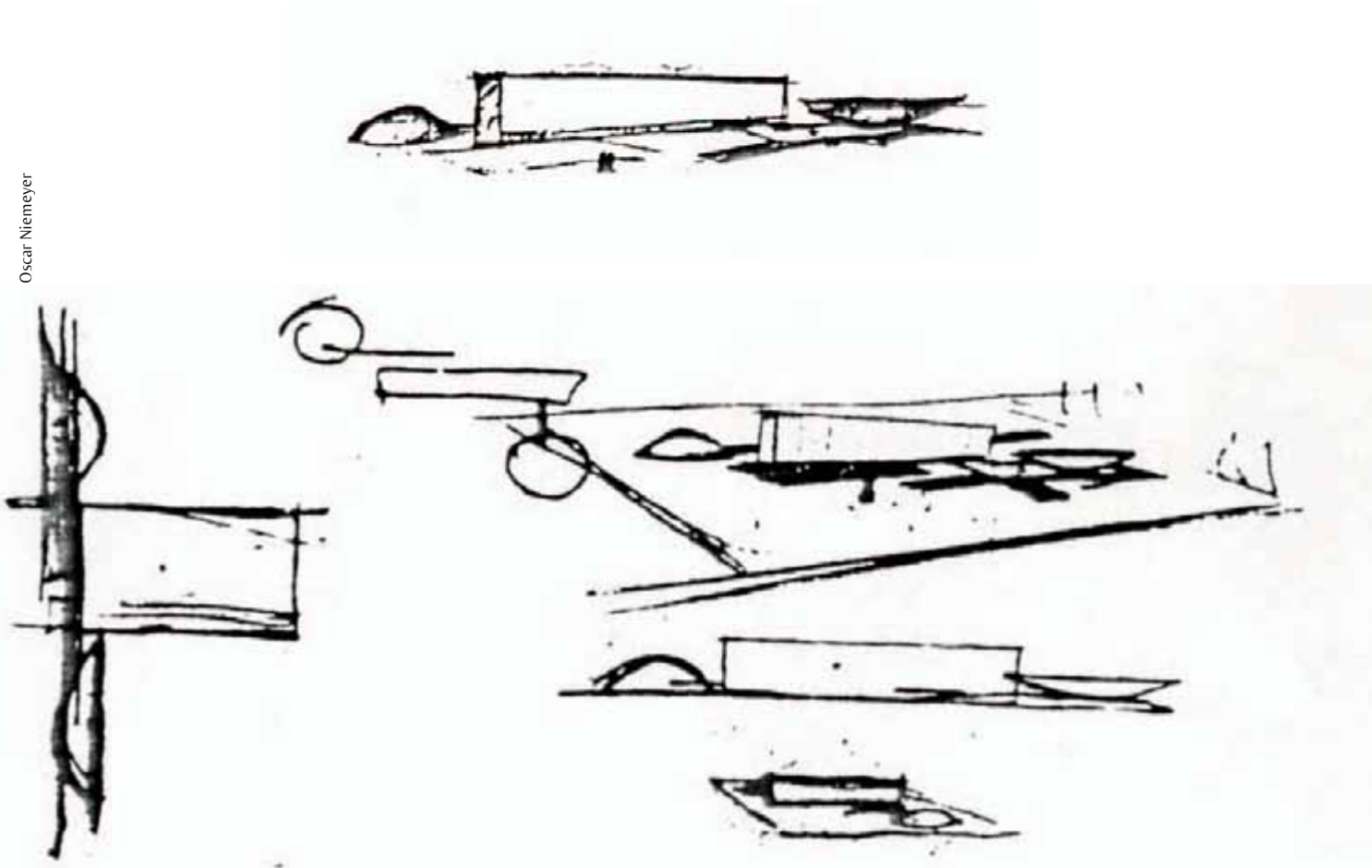
Após as críticas de Bill e de outros, Niemeyer, em um processo que culmina nos edifícios de Brasília, decide despir sua arquitetura de aspectos formais que não tivessem justificação em questões funcionais, estruturais ou simbólicas claramente identificáveis. O que o leva a dizer que no “Palácio do Congresso [...] concluída sua estrutura, sua arquitetura estava também definida. Os detalhes é que vinham depois, como elementos construtivos de vedação, síntese criadora e característica da arquitetura da nova capital.” (NIE-MEYER *apud* KATINSKY, 1991, p. 8).

Essa síntese não foi imediata, nem sem contradições internas ao processo. Graças à publicação, pelo Professor Júlio Roberto Katinsky (1989), dos croquis de concepção do arquiteto, tem-se um vislumbre das suas conjecturas formais e funcionais. Em busca de uma solução final que contemplasse tanto os aspectos simbólicos, como aqueles ligados às necessidades técnicas e artísticas, foram empreendidas diversas pesquisas formais durante o processo de concepção do projeto

do Palácio do Congresso, em que muitas alternativas foram especuladas.

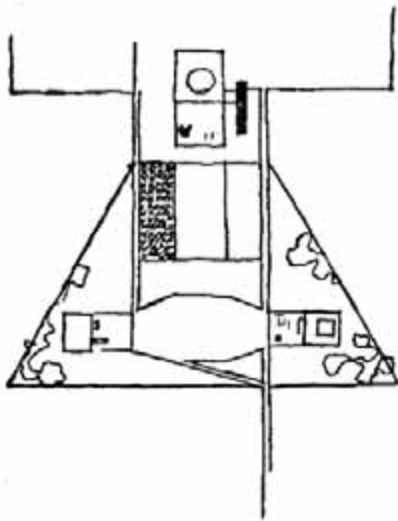
Não temos, infelizmente, uma ordem nos croquis, pois eles não foram numerados. Isso impede uma avaliação que mostre uma espécie de “evolução” das soluções, apresentando um começo, um meio e um fim. Mesmo que esta avaliação fosse possível, o que provavelmente se veria é uma sucessão de soluções com algum nexo interno, mas sem ter, necessariamente, uma ordem. O método de trabalho em arquitetura, por seu caráter experimental, é povoado de tentativas e especulações, mais ou menos profícuas e mais ou menos aproveitáveis em um projeto final.

Nesse sentido, agruparemos os croquis, para fim dessa análise, em três momentos específicos. O primeiro diz respeito às propostas que especulam com a possibilidade de um edifício horizontal para o Palácio, à semelhança dos palácios do Planalto e do STF. O segundo momento refere-se à possibilidade de relação entre um edifício horizontal e outro vertical, mas com os plenários em formatos diversos dos finalmente construídos. O terceiro momento é aquele dos croquis em que já se especula ao redor da solução que será a final.



Oscar Niemeyer

Croquis preliminares do Palácio do Congresso, Brasília



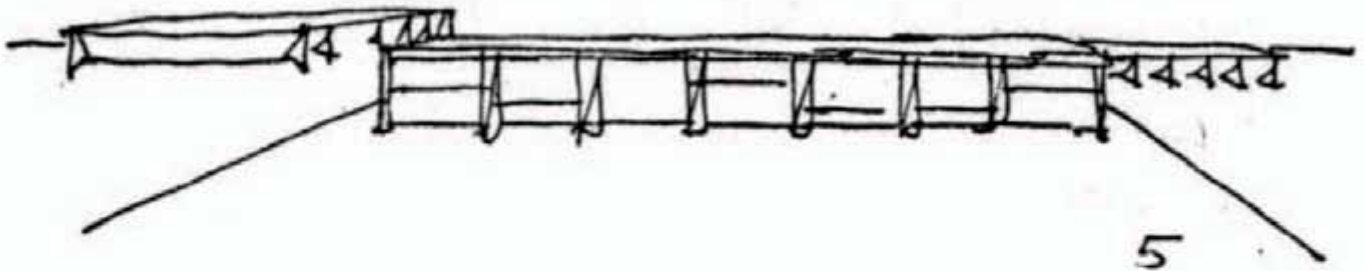
9

Proposta de Lucio Costa para a Praça dos Três Poderes

Lucio Costa

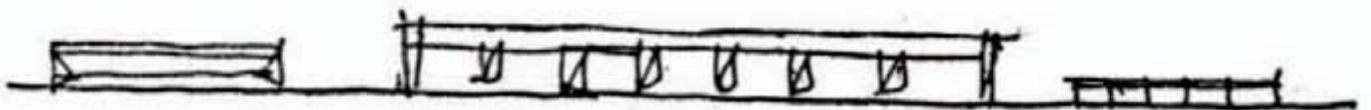


PRÉ-PROJETO DE PALACIO DO CONGRESSO
PROPOSTA EM 1956 POR LE CORBUSIER



5

Oscar Niemeyer



Croquis preliminares do Palácio do Congresso, Brasília

Momento 1 – O palácio horizontal

Alguns croquis do arquiteto especulam com a idéia de um edifício horizontal que liga duas cúpulas opostas, uma para a Câmara dos Deputados e outra para o Senado Federal. O edifício ficaria no mesmo sentido das vias que compõem o Eixo Monumental e as cúpulas ficariam nas suas laterais em extremos opostos. Tal proposta tinha diversos inconvenientes. O principal deles era a fuga total do plano urbanístico, que previa um edifício vertical que se eleva sobre a Esplanada dos Ministérios e sobre a Praça dos Três Poderes. E, a ter continuidade propostas desse tipo, teríamos uma separação entre as casas legislativas, prejudicial tanto do ponto de vista do trabalho dos legisladores como do ponto de vista simbólico.

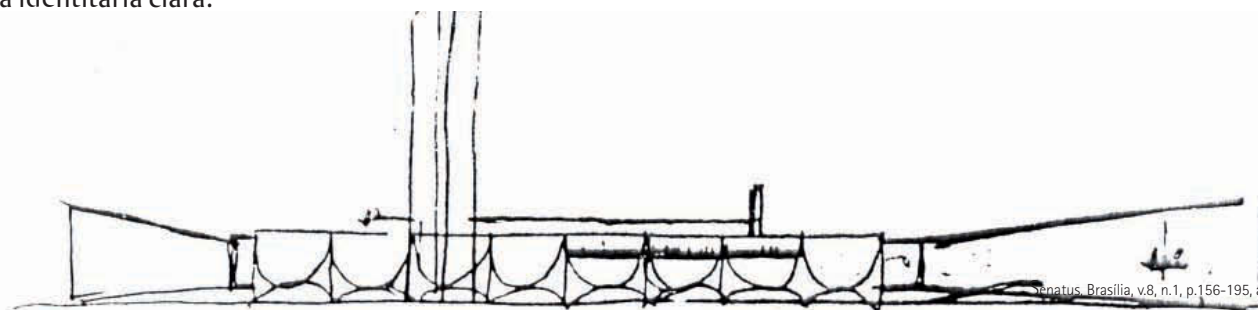
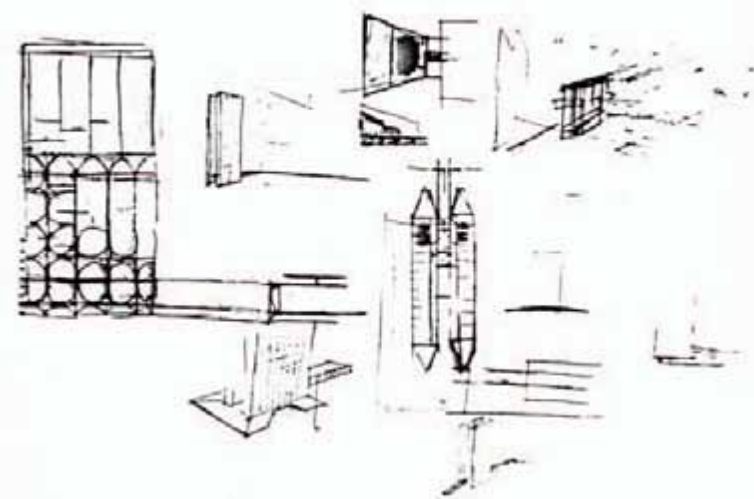
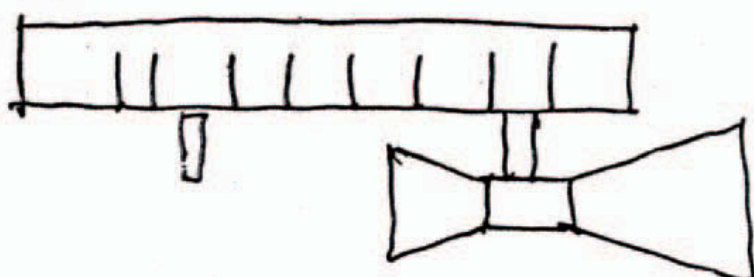
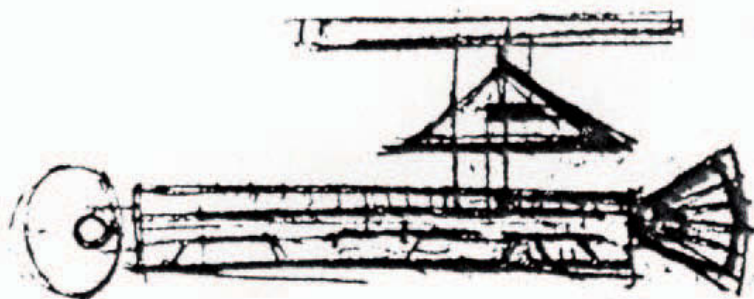
Por outro lado, a idéia de cúpulas com modenatura baixa, que se elevam suavemente do solo, já está consolidada nesse momento.

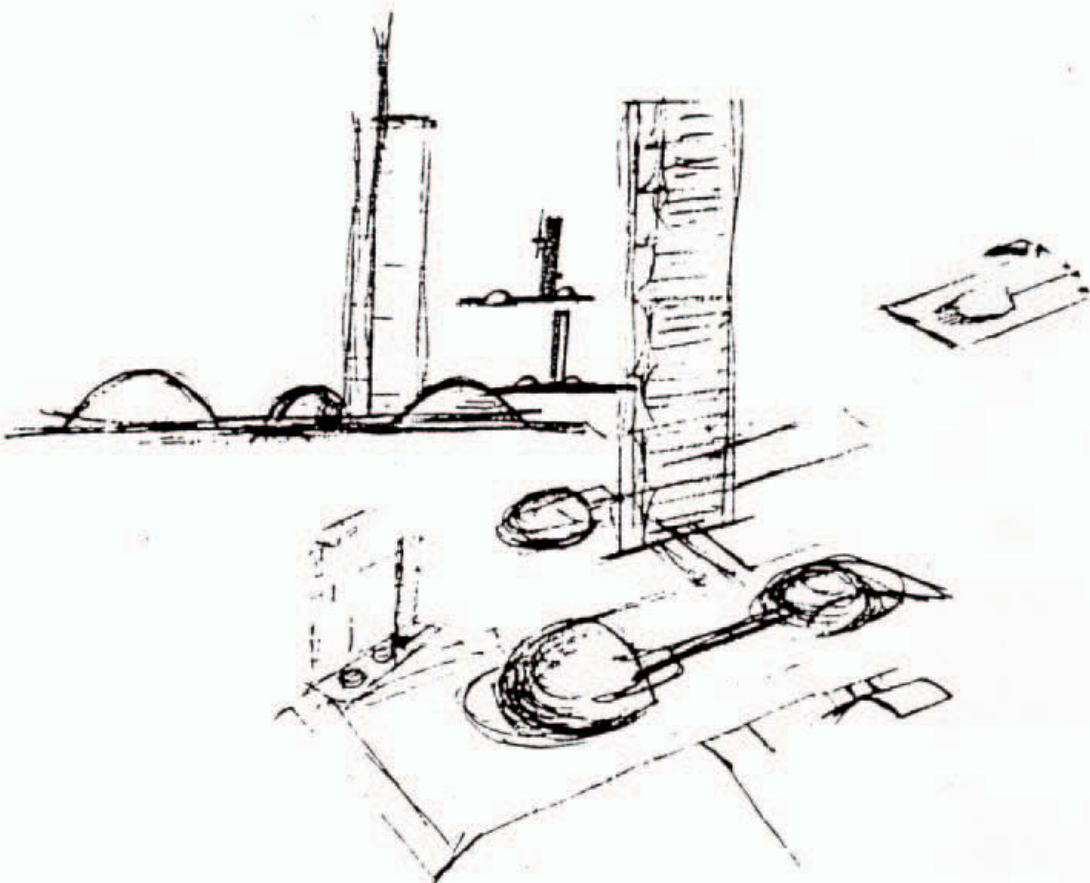
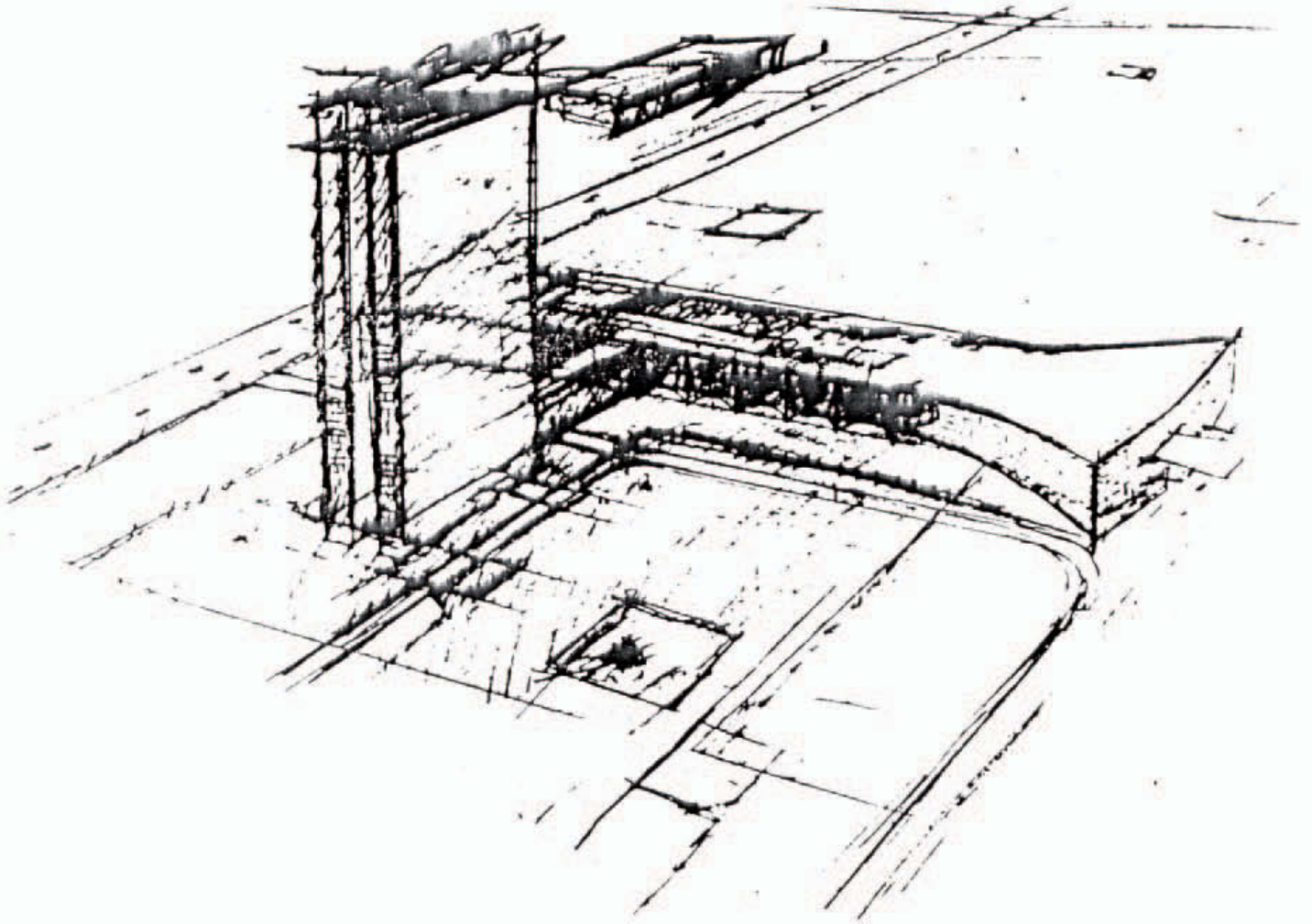
Momento 2 – A especulação sobre os plenários

Nesse segundo momento, Niemeyer se fixa na idéia de oposição entre um edifício horizontal e outro vertical. Mas especula sobre a forma e a posição dos plenários. Muitas são as possibilidades aventadas. Entre elas, algumas que estariam presentes em obras posteriores, como as dos plenários com laje nervurada invertida. Em outra proposta, temos os plenários em formato trapezoidal, no prolongamento do edifício horizontal de apoio. Conjectura também sobre plenários soltos.

A concisão é buscada em todo momento. Por vezes, o arquiteto propõe a mesma solução de arcadas presente no anteprojeto para o Palácio da Alvorada. Em outras, usa essas arcadas apenas como efeito de superfície. Em outras, ainda, as propõe fora de contexto, na vertical. É uma busca incessante para, por um lado, dar um caráter monumental ao edifício e, por outro, promover a unidade arquitetural com os demais edifícios da praça, em que os três compoariam um conjunto único, sóbrio e monumental. As inconveniências por vezes são claras, por outras só se evidenciam por conhecermos a solução finalmente construída. Uma delas é relativa ao afastamento dos plenários em relação ao edifício principal, presente em alguns croquis. Outra se relaciona ao efeito mimético com o Palácio da Alvorada, promovido pela repetição de sua arcada. Finalmente, no caso da adoção da solução de plenários trapezoidais, o edifício principal se tornaria demasiado longo e teria que se valer de arcadas marcantes para conseguir uma característica identitária clara.

Croquis preliminares do Palácio do Congresso, Brasília, Oscar Niemeyer.





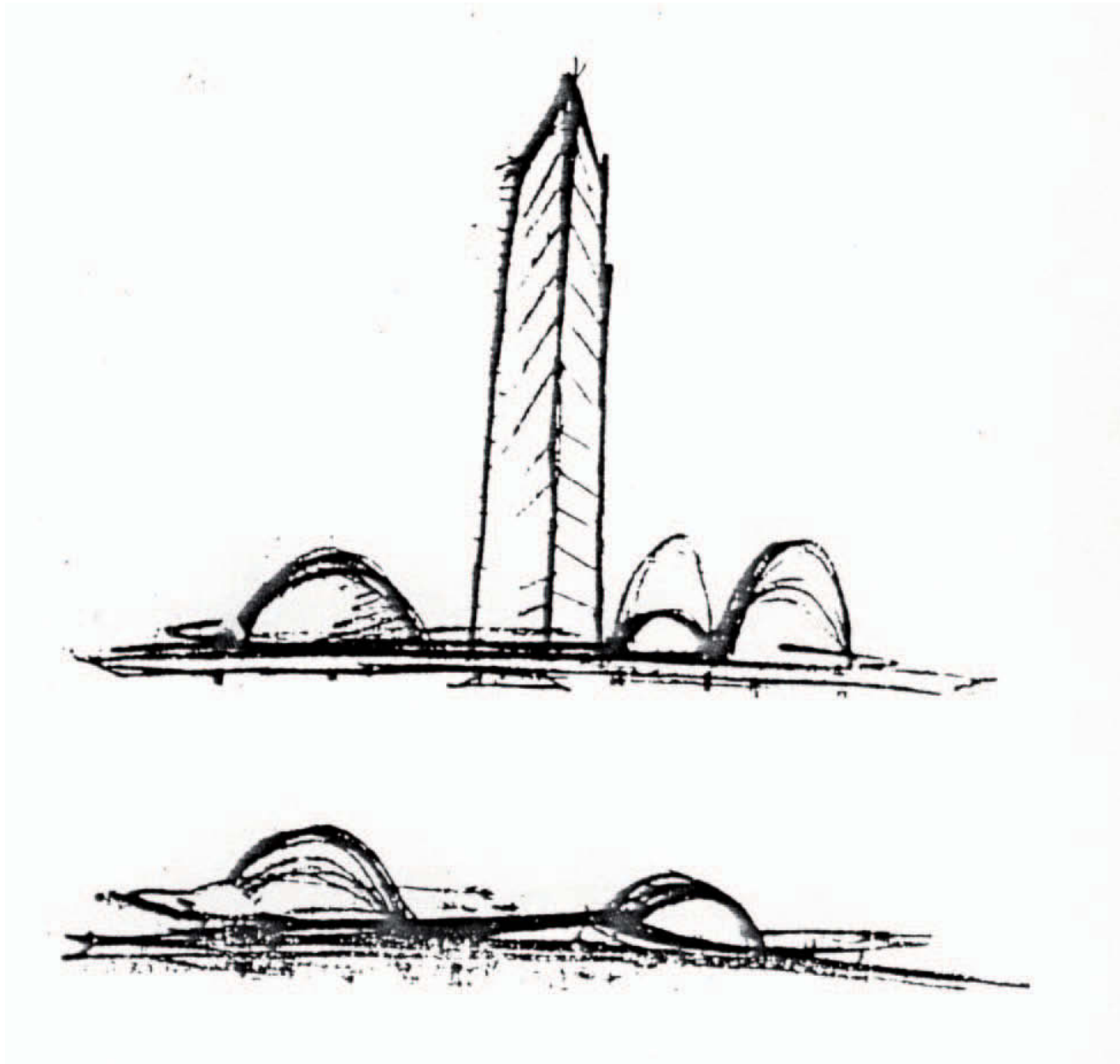
Momento 3 – Voltas ao redor da solução definitiva

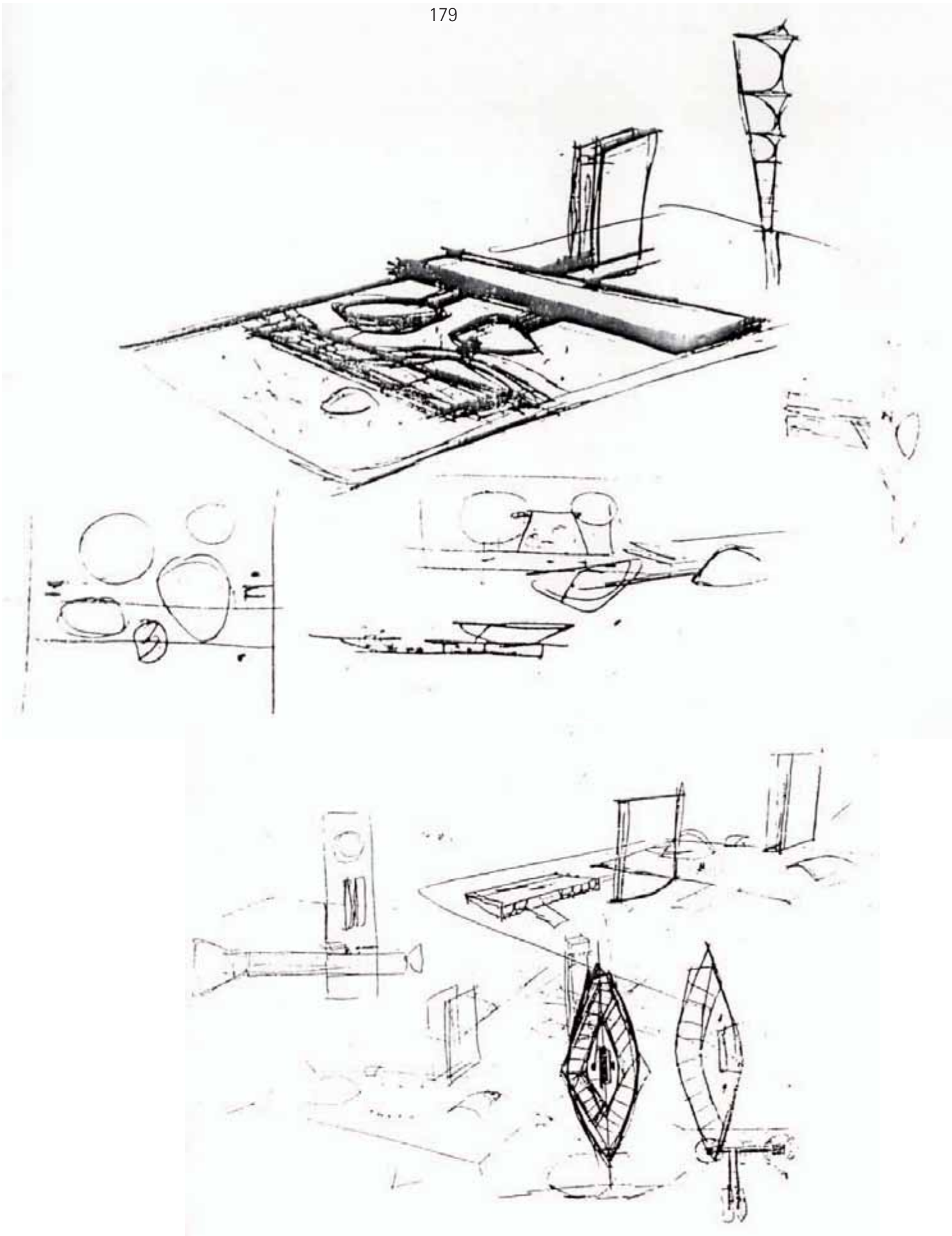
Os croquis em torno da solução definitiva acabam por especular principalmente sobre a posição do edifício anexo em relação à Praça dos Três Poderes, a modenatura e a posição das cúpulas e a solução de calota e cúpula.

A modenatura das cúpulas é revista em diferentes desenhos, assim como sua posição. Mesmo quando a solução da variação cúpula/calota já está presente, o arquiteto especula sobre a possibilidade de colocá-las em contato direto com a Praça e os outros edifícios.

Talvez a decisão mais difícil tenha sido a posição do edifício principal em relação à praça e à esplanada. Isso fica claro pois, em diversos croquis, vemos variações que ora colocam o edifício ligado a um ora a outro espaço livre. Como consideramos que esse conjunto de desenhos foram, de fato, realizados na solução definitiva, comentaremos a seguir suas particularidades.

Croquis preliminares do Palácio do Congresso, Brasília, Oscar Niemeyer.





3.4. A solução definitiva

Na solução definitiva, temos a marca de genialidade que, ao contrário do que é difundido na atualidade, resulta de um trabalho árduo em busca de soluções para problemas que envolvem a arquitetura, o urbanismo, os aspectos simbólicos e culturais de um edifício que nasce com a missão de ser representativo de uma nação em florescimento.

“Nas obras de Brasília, o Palácio do Congresso expõe com meridiana clareza essa atitude de projeto. Ao exprimir diretamente o uso dos espaços, onde sobressaem as duas galerias populares sobre a plataforma que une os dois Plenários – Câmara de Deputados e Senado – novamente o arquiteto coloca a tecnologia moderna a serviço dos espaços adequados.”

“É de se notar que justamente essa aderência às especificidades do programa arquitetural é que conduz à invenção das estruturas” (KATINSKY, 1991, p. 11).

Ali, “[...] a composição se formulou em função [...] das conveniências da arquitetura e do urbanismo, dos volumes, dos espaços livres, da profundidade visual e das perspectivas e, especialmente, da intenção de se lhe dar um caráter de alta monumentalidade, com a simplificação dos elementos e a noção de formas puras e geométricas” (NIEMEYER, 1961, p. 50). Portanto, a idéia era colocar ao nível da Esplanada dos Ministérios apenas as cúpulas, que hierarquizam a paisagem e caracterizam o edifício, deixando, para quem olha do alto, a visão da plataforma sob as cúpulas e, ao fundo, a Praça dos Três Poderes e o cerrado, mais além.

Acreditamos que a monumentalidade do Palácio do Congresso deriva justamente da sua unicidade na paisagem. Não utiliza os mesmos procedimentos projetuais que o arquiteto havia fixado para o Palácio do Planalto ou para o Palácio do Supremo Tribunal Federal (STF), onde a estrutura externa formava um peristilo classicizante e, de forma paradoxal, abstratamente moderno. Nem os arcos presentes no Palácio do Itamaraty e no Palácio da Justiça, em que as diretrizes classicistas tornam-se ainda mais claras. O Palácio do Congresso ergue-se sem igual, tanto na Esplanada quanto na Praça dos Três Poderes, marcado por diferentes aspectos: (1) seus acabamentos externos mais visíveis são o reboco aparente pintado de branco; (2) as formas são únicas e não seguem o perfil de “caixas” que, ainda que com particularidades no desenho dos elementos de apoio, não perdem o caráter de prismas regulares; (3) o formato, a altura e a proporção do edifício dos anexos é sem paralelo em toda a cidade, e, finalmente (4) a centralização da perspectiva, sobretudo no percurso pela Esplanada dos Ministérios, dá protagonismo ao edifício.

Virgínia Castro



Palácio do Itamaraty e Congresso Nacional, Brasília



Sidney Carvalho



Templo de Diana, Évora (Portugal)



Sidney Carvalho

Foro Romano, Pompéia (Itália)

O conjunto construído, dos quatro palácios laterais ao Eixo Monumental e do Palácio do Congresso, mostra os dois elementos recorrentes na arquitetura de Oscar Niemeyer. O primeiro, evidenciado no Palácio do Congresso, refere-se à forma como a arquitetura parece levantar-se suavemente do solo, dando-lhe continuidade e mantendo uma paisagem horizontal. O segundo, diz respeito ao esforço em fazer parecer que os edifícios apenas toquem suavemente o solo, ou sobre ele flutuam, como fica claro nos edifícios do Palácio do Planalto, no Palácio da Justiça e no Palácio da Alvorada⁹. “Formas que não pesassem no chão [...]” (NIEMEYER, 1961, p. 53).

“Nos palácios de Brasília, as ‘verdades construtivas’ expressas pelas tensões nas possibilidades construtivas do concreto armado deram lugar à expressão simbólica e à representação arquitetônica, valores de harmonia e leveza foram construídos por artifícios construtivos na estrutura do edifício, caracterizando maior complexidade e contradição em sua arquitetura [...]. Portanto, são os calores de representação arquitetônica em Niemeyer que substituem a ‘verdade’ ou racionalidade do tectônico sobre a expressão [...]” (VALLE, 2000, p. 46).

Em Brasília, Niemeyer aproxima-se da “lógica dos estilos” (VALLE, 2000), na medida em que não procura uma supremacia do moderno, já alcançada nos edifícios da Pampulha, por exemplo. Falar sobre a lógica dos estilos nos remete a procedimentos artísticos que já estavam na base das propostas que permitiram a construção do Palácio Monroe no estilo eclético. Tal “lógica” deriva da utilização de padrões arquitetônicos do passado, transformando-os para as necessidades atuais. Assim, o peristilo – sucessão de colunas que cercam o cerne de um edifício –, que marca o templo grego ou o foro romano, também se apresenta, absolutamente modificado, no Palácio do Planalto e no Palácio do STF. Depois dessa explicação, fica mais claro que o arquiteto usa um repertório formal, desenvolvido anteriormente, e o aplica com referências à cultura clássica nos diferentes palácios e edifícios projetados. Passeia por seu próprio repertório anterior, redesenhando continuamente, propondo a inovação a partir de uma larga base de experimentação dos anos precedentes.

O processo de trabalho do arquiteto vem a corroborar sua intenção de inovação. No entanto, essa inovação, como salienta Katinsky (1991, p. 15), “só pode ser reconhecida em comparação com a rotina estabelecida. Assim, cabe ao arquiteto, em cada caso, valer-se do acervo das soluções recebidas e introduzir as inovações necessárias para que a obra atinja sua finalidade última,

ou seja, tornar-se aquilo que deve ser: obra de arte.” Ou seja, segundo tal perspectiva, não há inovação que nasça da pura imaginação. Ela advém de um redesenho constante de um repertório desenvolvido ao longo dos séculos por várias gerações de arquitetos e construtores que procuram, de maneira singular ou não, relacionar-se “com um conjunto de necessidades a atender”, além de criar e comunicar uma “ordem superior inteligível e significados que vão além do atendimento das necessidades” (GUEDES SOBRINHO, 1990, p. 49).

E o processo de concepção do Palácio do Congresso enfatiza uma busca dentro de um repertório formal próprio, desenvolvido pelo arquiteto em seus projetos anteriores. por meio dos desenhos de pesquisa, ele passeia pelas experiências projetuais que teve anteriormente no desenvolvimento do edifício do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro e seu auditório trapezoidal, da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, das cúpulas experimentadas no Parque Ibirapuera (Oca) e no projeto para o Estádio Nacional, e no desenvolvimento do projeto para o conjunto da Pampulha. Os projetos que precederam Brasília ajudaram Niemeyer a organizar um repertório formal e espacial que ele utilizaria ao longo de toda sua carreira posterior, tendo na nova Capital seu maior canteiro de experimentação de formas (QUEIROZ, 2007).

No Palácio do Congresso e nos outros edifícios do primeiro momento de construção de Brasília, o arquiteto estabelece “para os novos projetos uma série de normas que buscam a simplificação da forma plástica e o seu equilíbrio com os problemas funcionais. Nesse sentido, passaram a [...] interessar as soluções compactas, simples e geométricas; os problemas de hierarquia e de caráter arquitetônico; as conveniências de unidade e harmonia entre os edifícios, ainda que estes não mais se expressem por elementos secundários, mas pela própria estrutura, devidamente integrada na concepção plástica original” (NIEMEYER *apud* QUEIROZ, 2007, p. 137).

No entanto, Valle (2000) salienta que o desenho dos palácios na Praça dos Três Poderes participou da decisão de concisão tomada pelo arquiteto. Este projeto foi, por sua vez, parte da guinada de paradigmas operada por Niemeyer que, após Brasília, depõe e defende tal mudança. Tal guinada, no entanto, não representa ruptura, senão evolução de um procedimento de linguagem e de um repertório conhecido.

“Não existe o arbitrário artístico em Oscar Niemeyer, pois a linguagem é estabelecida sobre o repertório, que adquire características próprias, assinadas pelo perfil ou modenatura das curvas, ou, ainda, porque são as novas formas elaborações de sua linguagem” (VALLE, 2000, p. 454).

4 Palácio do Congresso: entre projetos e obras

“Arquitetura sem compromisso com qualquer escola que a reduza a uma simples repetição. Arquitetura que desejamos funcional, mas, antes de tudo, bela e criadora.”

Oscar Niemeyer

A 21 de abril de 1960, de acordo com a Lei nº 3.273, de 1º de outubro de 1957, o Congresso Nacional participou da solene instalação dos poderes da República na nova Capital, com a presença dos chefes do Executivo, Legislativo e Judiciário, e de numerosas delegações especiais de governos estrangeiros, entre outras autoridades (BRASIL..., 1960).

Desde a criação do Poder Legislativo no Brasil, seria a primeira vez que as duas casas do Congresso se localizariam em um mesmo edifício, passando a ter uma vida cotidiana em comum, mantendo, no entanto, a autonomia de cada um dos ramos.

A construção do edifício, face ao cronograma bastante apertado, não deixou de ter suas controvérsias, principalmente com relação a alterações no programa de atividades previsto durante as obras e, também, às condições reais de utilização do prédio no momento de sua inauguração.

Com respeito ao primeiro aspecto, segundo o relato da Presidência do Senado (BRASIL..., 1960), houve um distanciamento inicial do arquiteto com a direção do Senado Federal, dificultando, assim, a solução de todas as necessidades relativas ao uso do edifício, aos espaços projetados:

Pena é que o edifício tão belo e majestoso, principalmente do ponto de vista da arquitetura escultural, não tenha sido planejado com a prévia audiência dos órgãos a que era destinado, a fim de que pudessem dizer quais as suas necessidades, antes de se entrar na fase da execução, e, portanto, a tempo de serem atendidas. Ter-se-iam, assim, evitado motivos para alterações que, em obra de tão apurada arte, dificilmente escapam ao perigo de deformar o que brotou harmoniosamente do pensamento criador do artista. (BRASIL..., 1960)

Com relação ao distanciamento inicial do arquiteto para com a direção do Senado Federal, é preciso ponderar dois aspectos: a) a relação arquiteto/solicitante ou contratante/usuário; e b) o ritmo intenso de trabalho para a construção de Brasília.

No primeiro caso, há que se considerar o marco político e institucional que relacionava a Novacap¹⁰, da qual Niemeyer foi chefe do Departamento de Arquitetura,

diretamente ao Presidente Juscelino Kubitschek. Insere-se aqui a dualidade entre “solicitante” – ou seja, o mantenedor – e o “usuário” – aquele que faz uso dos serviços do arquiteto – que nem sempre é harmônica, podendo ser, ao contrário, conflituosa (VARGAS, 2003). Neste caso, a Novacap – em última instância Niemeyer – teve o papel de equilibrar estas duas forças, buscando um resultado final que satisfizesse a ambos¹¹, Senado e Governo Federal, em tempo coerente com as metas definidas por este último, o que nos leva ao segundo ponto.

Sabemos que o ritmo de trabalho para a construção de Brasília foi extremamente intenso. Imagine-se que, num prazo de quatro anos, houve a necessidade de se reunir as condições políticas, financeiras e legais para o início do empreendimento, definir-se um projeto urbanístico por meio de um concurso nacional, ajustá-lo, detalhá-lo, executá-lo e ainda, paralelamente, realizar toda a arquitetura presente na cidade.

Desta forma, havia a necessidade de rápida definição dos projetos, o que, nas palavras do próprio arquiteto, poderia até mesmo ser visto sob um ângulo favorável, uma vez que a premência do tempo preservaria a pureza e a espontaneidade da arquitetura. O anteprojeto – que determina em caráter preliminar as características internas e externas do edifício – foi, portanto, realizado em alguns poucos meses até junho de 1957, detalhado a partir de setembro do mesmo ano, apenas dois meses antes do início da obra, e com ela conviveu até, praticamente, a conclusão do edifício (SILVA & SANCHEZ, 2009?). Desenho e obra correram juntos, pela urgência, fazendo com que muitas das decisões tivessem que ser tomadas já na etapa de execução.

O amadurecimento do projeto – em resposta às diversas demandas de ordem programática, estética ou construtiva – pode ser comprovado pelo exame dos diversos desenhos técnicos produzidos a partir de 1957, e demonstra toda a complexidade que envolve um empreendimento de tal natureza e magnitude. Na fase de anteprojeto foram realizadas alterações significativas com relação à proposta inicial, ainda que o partido arquitetônico tenha se mantido o mesmo. É possível, pela documentação técnica, distinguir dois momentos nesta etapa de consolidação da concepção arquitetônica (SILVA & SANCHEZ, 2009?), que poderíamos chamar de anteprojeto inicial e anteprojeto final.¹²

Dois outros profissionais merecem destaque no processo de projeto e obra do Palácio do Congresso: Nauro Esteves e Joaquim Cardozo. O primeiro, arquiteto, foi o responsável pela coordenação de projetos de arquitetura e a compatibilização entre as diversas especialidades envolvidas (fundações, estruturas, hidráulica, elétrica, equipamentos e acabamentos). A cargo de Joaquim Cardozo ficou todo projeto estrutural, tendo uma participação fundamental para a concretização da arquitetura.

[...] em Brasília nós tínhamos 15 pranchetas; arquitetos e desenhistas eram 15, mais o pessoal da instalação elétrica, hidráulica, etc., que era aqui. Concreto, só concreto que ficou no Rio, porque o Joaquim Cardozo tinha muita idade, não pôde vir pra Brasília. Então o escritório de concreto nosso ficou no Rio. (ESTEVES, *apud* SILVA & SANCHEZ, 2009?)

Desta maneira, no anteprojeto inicial, podem ser notadas duas diferenças significativas com relação ao edifício construído: a) a presença de um grande auditório, chamado de “salão de televisão”; e b) a configuração espacial do *hall de público*, a entrada principal do edifício.

O “salão de televisão”, que se localizaria no grande gramado em frente ao Palácio do Congresso, com capacidade para 5.000 pessoas, tinha a finalidade de permitir que a população em geral pudesse assistir às sessões sem maiores formalidades (NIEMEYER, 1957, p. 9). Apesar de ser um grande elemento no programa de atividades do edifício, o mesmo não comparecia volumetricamente em seu exterior, não descaracterizando os estudos preliminares ou croquis iniciais. Assim o descreve Nauro Esteves, um importante colaborador de Niemeyer em Brasília:

O Congresso tinha um grande auditório pra público, [...], pra assembleias populares, assim, que o povo fosse lá em vez de ficar nas galerias, [...]. Porque você repara que o terreno é mais baixo no meio, entre as duas pistas, então ali seria um grande auditório, o jardim passava no nível das pistas e embaixo seria um grande auditório pra assembleia do povo. Isso foi abandonado depois, evolução natural do projeto (ESTEVES *apud* SILVA & SANCHEZ, 2009?).

Quanto ao *hall de público* – atualmente o Salão Negro –, ele seria formado por um ambiente em pé-direito duplo, com mezaninos ao longo das fachadas leste (Praça dos Três Poderes) e oeste (fachada oposta), que seriam acessados por uma grande rampa em curva, elemento plástico marcante no espaço, tal qual ocorre no Palácio do Planalto (SILVA & SANCHEZ, 2009?).

Estes dois aspectos do anteprojeto inicial já não fariam parte de sua versão final, realizada em julho de 1957, sendo esta bastante semelhante ao que foi executado:

A proposta mostra-se mais próxima do plano final adotado, em termos de distribuição do programa. As exigências programáticas repercutiram no adensamento da ocupação, o que provavelmente levou à eliminação dos mezaninos inicialmente previstos, optando-se pela elaboração de planos em seminíveis para ainda caracterizar um espaço nobre de recepção, denominado *Hall Geral para público*, atual Salão Negro (SILVA & SANCHEZ, 2009?).

Estas alterações na configuração interna possibilitaram o estabelecimento de uma conexão visual do Salão de Estar¹³ com a Praça dos Três Poderes, por meio de uma grande esquadria na fachada leste do Edifício Principal. Esta conexão seria, entretanto, perdida com uma posterior ampliação do edifício da qual trataremos mais tarde.

Com o anteprojeto desenvolvido e definido, e os projetos de arquitetura e complementares¹⁴ em desenvolvimento, inicia-se a obra no final de 1957, sendo que diversas decisões de projetos seriam tomadas durante a execução, como já foi dito. Com relação ao anteprojeto final, há uma importante alteração que diz respeito à eliminação de uma passarela de ligação entre os plenários do Senado e da Câmara, que formaria um volume sobre a grande plataforma. Tal eliminação foi importante para que a plataforma mantivesse a pureza espacial presente nos croquis iniciais, aspecto fundamental para o partido arquitetônico onde as cúpulas repousavam suavemente sobre a laje do edifício, exatamente como foi executado.

Em agosto de 1958, com as obras já em andamento, formou-se a Comissão de Estudos do Projeto do Edifício do Senado, com a incumbência de “tomar conhecimento dos planos e projetos do imóvel que está sendo construído em Brasília”, além de “verificar se atendem às necessidades e conveniências do Senado, apresentar sugestões, se for o caso, e acompanhar a construção” (BRASIL... Relatório, 1959). Devido à fase adiantada das obras, a Comissão ressaltou, com certo ressentimento, que, àquela altura, não seria mais possível alterar substancialmente o projeto, restringindo tais modificações às divisões internas.

A despeito dos inconvenientes causados por tal fato, relata a Comissão, buscou-se manter um posicionamento de respeito ao projeto do arquiteto, “procurando soluções que não o deformassem, mas que pudessem atender de maneira mais satisfatória às necessidades do Senado” (BRASIL... Relatório, 1959, p. 5).

O próprio Oscar Niemeyer destaca o caráter conciliatório que se exigiu quando surgiu a necessidade de alteração dos projetos durante a obra, uma vez que era responsável pelo desenvolvimento, em curtíssimo prazo, de inúmeros projetos na capital em construção:

Tivemos, assim, de transigir, elaborando em quinze dias projetos que normalmente exigiriam dois ou três meses de trabalho, simplificando e alterando especificações [...]. Daí aceitarmos soluções conciliatórias, conscientes da realidade nacional que Brasília teria de exprimir e do objetivo principal a atender, que consistia em definir a cidade em termos irreversíveis antes de 21 de abril de 1960 (NIE-MEYER, 1961, p. 42-43).

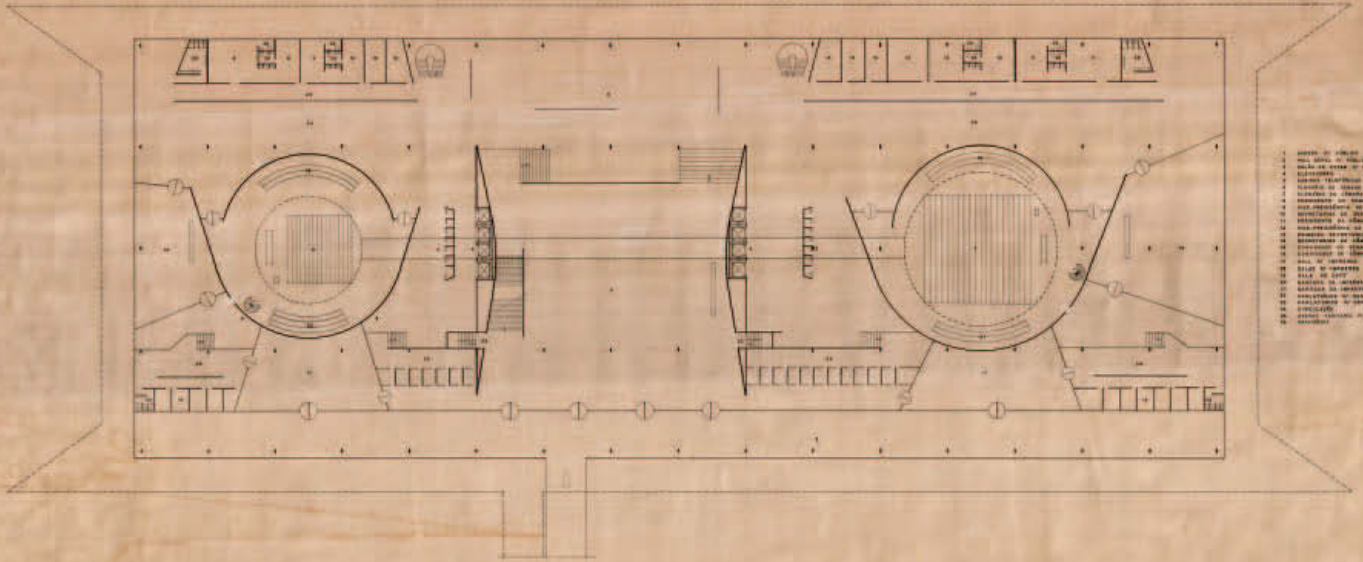
Foram discutidos, então, aspectos programáticos e espaciais do projeto, tendo sido realizadas reuniões com o arquiteto, tanto em Brasília, quanto no Rio de Janeiro, e diligenciados à Novacap alguns oficiais. Relata a Comissão, com relação à primeira dessas reuniões, em setembro de 1958:

Em 13 e 14 de setembro estive em Brasília [...] o Presidente da Comissão [...], entrando em entendimentos com o Arquiteto Oscar Niemeyer, em quem encontrou o mais distinto acolhimento e o melhor espírito de colaboração, no sentido de procurar para as observações formuladas soluções satisfatórias [...] (BRASIL... Relatório, 1959, p. 5).

A respeito deste processo de negociação e alteração do projeto durante as obras, Niemeyer comenta que algumas sugestões, em sua avaliação, não eram pertinentes, mas que, no entanto, sobreveio o caráter conciliatório:

[...] ocorre-me logo que a maioria dos parlamentares foi cordial comigo e que nos entendimentos pessoais nenhum procurou atingir-me de forma indelicada ou descortês e que muitos, ao contrário, afastavam interesses partidários para aceitar soluções que honestamente lhes propunha. E penso, conciliador, que todos os desentendimentos se prenderam a questões de princípio relacionadas com o funcionamento do Congresso, que, acertadas de início, foram depois recusadas pelas novas comissões de sede, originando as modificações que tanto constriam (NIEMEYER, 1961, p. 60-61).

Aervo Câmara dos Deputados

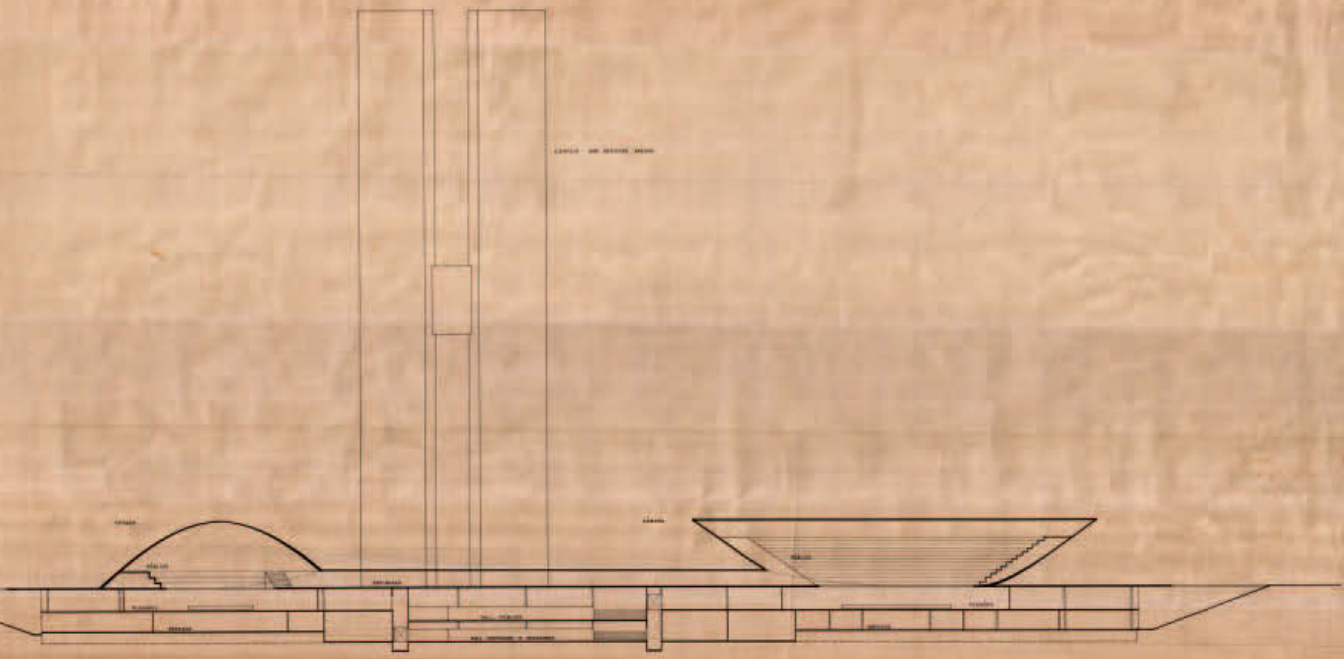


1. Entrada principal
2. Sala de espera
3. Sala de reuniões
4. Sala de trabalho
5. Sala de leitura
6. Sala de exposições
7. Sala de arquivos
8. Sala de documentação
9. Sala de imprensa
10. Sala de recepção
11. Sala de visitas
12. Sala de conferências
13. Sala de reuniões
14. Sala de trabalho
15. Sala de leitura
16. Sala de exposições
17. Sala de arquivos
18. Sala de documentação
19. Sala de imprensa
20. Sala de recepção
21. Sala de visitas
22. Sala de conferências
23. Sala de reuniões
24. Sala de trabalho
25. Sala de leitura
26. Sala de exposições
27. Sala de arquivos
28. Sala de documentação
29. Sala de imprensa
30. Sala de recepção
31. Sala de visitas
32. Sala de conferências
33. Sala de reuniões
34. Sala de trabalho
35. Sala de leitura
36. Sala de exposições
37. Sala de arquivos
38. Sala de documentação
39. Sala de imprensa
40. Sala de recepção
41. Sala de visitas
42. Sala de conferências
43. Sala de reuniões
44. Sala de trabalho
45. Sala de leitura
46. Sala de exposições
47. Sala de arquivos
48. Sala de documentação
49. Sala de imprensa
50. Sala de recepção
51. Sala de visitas
52. Sala de conferências
53. Sala de reuniões
54. Sala de trabalho
55. Sala de leitura
56. Sala de exposições
57. Sala de arquivos
58. Sala de documentação
59. Sala de imprensa
60. Sala de recepção
61. Sala de visitas
62. Sala de conferências
63. Sala de reuniões
64. Sala de trabalho
65. Sala de leitura
66. Sala de exposições
67. Sala de arquivos
68. Sala de documentação
69. Sala de imprensa
70. Sala de recepção
71. Sala de visitas
72. Sala de conferências
73. Sala de reuniões
74. Sala de trabalho
75. Sala de leitura
76. Sala de exposições
77. Sala de arquivos
78. Sala de documentação
79. Sala de imprensa
80. Sala de recepção
81. Sala de visitas
82. Sala de conferências
83. Sala de reuniões
84. Sala de trabalho
85. Sala de leitura
86. Sala de exposições
87. Sala de arquivos
88. Sala de documentação
89. Sala de imprensa
90. Sala de recepção
91. Sala de visitas
92. Sala de conferências
93. Sala de reuniões
94. Sala de trabalho
95. Sala de leitura
96. Sala de exposições
97. Sala de arquivos
98. Sala de documentação
99. Sala de imprensa
100. Sala de recepção

CN 2-1
CONGRESSO NACIONAL

Planta baixa do Congresso Nacional (anteprojeto)

Aervo Câmara dos Deputados



CN 5-2
CONGRESSO NACIONAL

Corte longitudinal do Palácio do Congresso (anteprojeto)

Desta maneira as obras prosseguiram e, em 21 de abril de 1960, foi realizada a sessão inaugural. Detalhes a finalizar no edifício, dificuldades na logística de transferência tanto de equipamentos, quanto de senadores e funcionários fizeram com que, no dia seguinte, as atividades fossem interrompidas, recomeçando apenas no dia 10 de maio.

As obras das torres anexas só seriam totalmente concluídas em outubro do mesmo ano. Nestes edifícios estavam localizados os gabinetes dos parlamentares, comissões, áreas administrativas e serviços de apoio. Com a finalização da obra, o edifício começa, de fato, a estar apto a abrigar as atividades do Congresso Nacional, atravessando praticamente toda a década seguinte sem maiores ampliações ou construções de novos anexos.

5 Palácio do Congresso: 1960-2010

A história do Palácio do Congresso, em seus cinquenta anos, pode ser contada por duas óticas distintas. De um lado, a de sua função precípua de abrigar as casas legislativas brasileiras e sua história nesta condição – ou seja, como edifício em si – que encerra tanto as demandas diversas advindas do uso, da ocupação, quanto sua conservação e preservação. De outro, a do fato de tratar-se de uma obra que, por suas qualidades e singularidades, tornou-se um marco na história da arquitetura, passando a ser importante referência para obras posteriores.

Como se trata do poder onde a população se faz representar e, portanto, onde a democracia se convalida, a simbologia de “casa do povo”, utilizada por Niemeyer em Brasília torna-se uma diretriz de projeto que teve desdobramentos na história recente da arquitetura. A idéia fixada por Niemeyer no Palácio do Congresso mostra sua validade pelas diversas referências a ela encontradas em obras posteriores. A existência de uma plataforma superior acessível, da qual é possível alcançar as áreas públicas para que se assista à atividade legislativa pode ser encontrada, de maneira mais ou menos radicalizada em diferentes propostas que a sucederam.

Assim, tal referência é encontrada no Centro Administrativo de Santo André, do arquiteto Rino Levi, que apresenta uma plataforma suspensa dando acesso, num nível superior, aos edifícios públicos – Paço Municipal, Assembleia, Fórum.

O mesmo ainda pode ser visto na recuperação do Reichstag, em Berlim, do arquiteto Norman Foster, que, de certa forma radicaliza a proposta de Niemeyer. A intervenção de 1992 em um edifício do século anterior incorporou uma grande cúpula envidraçada no local de outra, em bronze, destruída durante a II Guerra Mundial. Por esta cúpula, é possível visualizar o plenário, uma forma que simboliza a transparência e a acessibilidade, necessárias à atividade parlamentar.

Congresso Nacional em construção, 1959



André Castro



Congresso Nacional



André Castro



Sidney Carvalho

Partido Comunista Francês, Vista Externa, Paris (França)



Sidney Carvalho

Partido Comunista Francês, Auditório - Vista Externa, Paris (França)



Máριο Viggiano

Reichstag, Berlim (Alemanha)



Máριο Viggiano



Sidney Carvalho

Partido Comunista Francês, Auditório, Paris (França)



André Castro



Museu da República



Reichstag, Berlim (Alemanha)



Congresso Nacional

Por sua vez, a Assembleia Legislativa do Distrito Federal, do escritório Projeto Paulista de Arquitetura, de forma mais integrada ao cotidiano da cidade, coloca o volume do plenário ligado à praça de acesso ao edifício como um todo, permitindo que qualquer passante, possa ver a atividade legislativa em andamento, a qualquer hora.

Por outro lado, é uma característica importante da obra de Niemeyer seu constante auto-referenciamento, ou seja, a releitura de soluções arquitetônicas por ele já utilizadas em projetos posteriores. Estas soluções, sejam elas referentes à composição volumétrica, à espacialidade ou a aspectos técnicos, tendem a ser repetir, em diversos aspectos revistos e redesenhados.

São frequentes em suas realizações posteriores, por exemplo, a utilização de cúpulas – ou outras formas plasticamente marcantes – em contraposição a lâminas verticais ou horizontais prismáticas. Colocando nestes prismas as atividades administrativas, cotidianas, o arquiteto, nas cúpulas, lançava mão de uma liberdade projetual maior para volumes com maior carga simbólica, normalmente abrigo atividades mais nobres e menos corriqueiras. Entre os exemplos, podemos citar a Sede do Partido Comunista Francês (projetada em 1967 e concluída em 1980), a Bolsa do Trabalho de Paris (1972-1978) e até mesmo o Centro Cultural da República, em Brasília. Quanto ao primeiro exemplo, interessa notar a semelhança de seu auditório – também em cúpula – com o plenário do Senado.

Quanto à sua história intrínseca, ou seja, na condição de sede do Senado Federal, é importante salientar que o Palácio do Congresso tem a necessidade constante de: (1) ser conservado como patrimônio artístico, uma vez que, por suas qualidades, é um caso ímpar na história da arquitetura brasileira e mundial, como já dissemos; (2) ser adaptado à dinâmica da instituição, seus usos, suas diferentes atribuições; (3) incorporar novas tecnologias, atualizar suas instalações, seus equipamentos; e (4) prezar pela qualidade espacial de seus ambientes e espaços representativos da instituição.

Em sua primeira década de existência, o edifício não sofreu intervenções significativas em sua estrutura, mantendo-se basicamente como se apresentava quando totalmente concluídas as obras em outubro de 1960. A primeira alteração realizada no edifício ocorreu em 1970, com a ampliação do edifício principal e, por consequência, da plataforma superior, para a criação de um renque de gabinetes e, na parte do Senado, de salas destinadas à presidência da Casa.

A principal consequência desta alteração foi a perda da integração visual entre o interior do Congresso Nacional – mais especificamente dos Salões Azul e Verde – com a Praça dos Três Poderes, uma vez que a expansão se deu na fachada leste do edifício, em direção às torres anexas.

Desta forma, a grande esquadria que permitia a visualização em direção à Praça foi retirada, criando-se um jardim com iluminação e ventilação zenitais, e incorporando-se, ao fundo, um painel do artista Athos Bulcão. Os gabinetes foram implantados a partir da parede de suporte deste painel.

Em que pese a grande qualidade artística do painel e a interessante solução em jardins escalonados, a perda da vista para a praça teve uma conseqüência simbólica importante para o edifício pois, pela configuração urbana da área, a leitura do Congresso Nacional como parte integrante da Praça dos Três Poderes não é óbvia, restava-lhe a integração em sentido inverso, ou seja, a partir do interior do edifício e não do espaço urbano.

Com relação à intervenção, o próprio arquiteto Oscar Niemeyer comenta:

O prédio do Congresso Nacional não foi, como os outros palácios, localizado junto à Praça dos Três Poderes, mas dos seus salões via-se a Praça, o que dava a idéia de nela estar integrado.

Durante o período do parlamentarismo o grande salão foi ocupado por inúmeras salas o que lhe tirava a importância desejada e a vista magnífica. Para corrigir o que ocorria aumentamos em 15 metros a profundidade do bloco.

As salas foram situadas nesse acréscimo, o salão voltou à escala anterior, mas a vista foi substituída por um extenso painel de azulejos.

Durante muito tempo incomodou-nos o que aconteceu. Sem a ligação visual com a Praça, o Congresso Nacional dela não parecia mais pertencer.¹⁵

O próprio arquiteto, ao lamentar esta conseqüência na integração com a Praça, salienta por outro lado que a arquitetura externa do Palácio havia sido preservada (NIEMEYER *apud* SILVA & SANCHES, 2009?). De fato, a interferência na volumetria e na composição externa do edifício foi bem menor do que internamente. Pode-se dizer que esta foi a alteração mais importante no conjunto formado pelo edifício principal – incluindo os plenários – e pelas torres dos anexos ocorrida na história do Palácio do Congresso.

Houve, no entanto, diversas alterações na estruturação espacial interna do edifício. Destacam-se: 1) a construção da Agência Senado, círculo em vidro e metal ao lado do Plenário, no acesso para o Anexo II; 2) a ocupação do Salão Azul pela Presidência da Casa e pela Secretaria Geral da Mesa. Anteriores ao tombamento, e projetadas por Niemeyer, as intervenções fizeram face às transformações ocorridas ao longo do tempo nas atividades legislativas. As principais conseqüências foram a perda da integração espacial entre os plenários da Câmara e do Senado, a alteração da escala do salão, que perdeu alguns metros em sua largura.

O tombamento do Palácio do Congresso pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 2008, faz parte da proteção ao conjunto de obras do arquiteto Oscar Niemeyer. Inclui, além do edifício principal, o Anexo I, os espelhos d'água, os gramados frontais e laterais, as palmeiras imperiais, os painéis de Athos Bulcão, os jardins de Burle Marx e demais bens integrados. Segundo o IPHAN, “o tombamento do conjunto da obra do arquiteto Oscar Niemeyer em Brasília é conseqüência da importância desses edifícios na configuração da área urbana projetada por Lucio Costa, a qual também é tombada pelo IPHAN. Por tais razões, esse patrimônio nacional mundialmente conhecido e reconhecido por seu valor, exige um cuidado de conservação especial.” Cabe ressaltar que, apesar de o conjunto urbano de Brasília ser reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, seus edifícios, isoladamente, não são considerados como tal por este órgão.

O tombamento coloca alguns desafios à gestão do edifício, como veremos: 1) recuperação da história do edifício, tanto do ponto de vista material, como imaterial; 2) gestão conjunta entre Câmara e Senado, de maneira que se preserve, interna ou externamente, suas características principais; 3) gestão do edifício frente à dinâmica da instituição e suas necessidades de transformação constantes; 4) monitoramento das condições físicas do edifício, sua estrutura e materiais, de maneira a prevenir a deterioração de suas instalações e preservar seus materiais como documentação de uma fase da história de nossa construção civil.

Houve, também, o crescimento no complexo de edifícios administrativos que formam a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Com a construção de novos anexos e edifícios de apoio, no Senado, a superfície construída cresceu mais de cinco vezes de 1960 até hoje, possuindo, ao todo, 24 edifícios, entre eles o complexo da gráfica, do serviço de processamento de dados e outros.

Destaca-se, entre estes edifícios, o Anexo II, também de autoria de Oscar Niemeyer, construído entre 1970 e 1980, conectado ao Palácio do Congresso por uma passagem subterrânea, conhecida popularmente como o “Túnel do Tempo”. Interessante usar esta analogia de túnel do tempo para relacionar as duas arquiteturas, do Palácio e do Anexo II, uma vez que a ruptura representada pelo Palácio do Congresso aponta para esta nova estética.

Como já dissemos, o Palácio do Congresso marca um momento de releitura e ruptura na arquitetura moderna brasileira, onde Niemeyer buscava a concisão das formas construídas, sendo que estas refletiam a estrutura em concreto armado que as sustentava. O Anexo II demonstra uma consolidação dessa ruptura, já que se insere no que podemos chamar de arquitetura brutalista caracterizada,

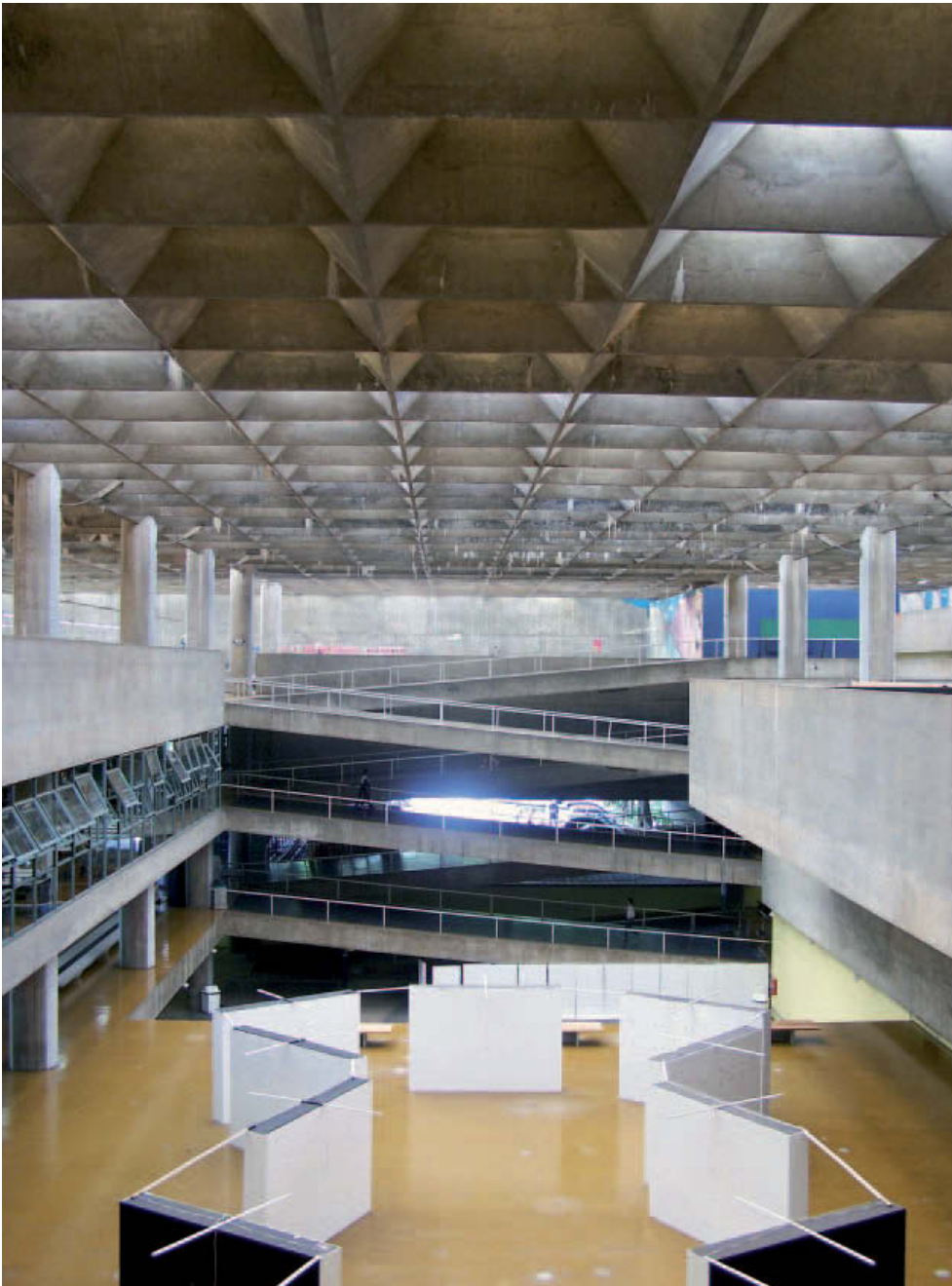
sobretudo, pela correspondência entre estrutura e arquitetura, e exacerbada pelo concreto armado aparente, comumente utilizado.

Essa arquitetura, no Brasil, surgiu já no final da década de 1950 e veio a se fortalecer nas décadas seguintes. Assim, podemos relacionar o Anexo II, arquitetonicamente, a obras como a Faculdade de Arquitetura da USP, de João Vilanova Artigas (1961), o Museu de Arte de São Paulo (1961), de Lina Bo Bardi, e a Escola Estadual Suely A. Melo, de Paulo Mendes da Rocha (1962), estando estes arquitetos entre os maiores expoentes dessa arquitetura no Brasil.

No caso de Vilanova Artigas e de Paulo Mendes da Rocha, essa arquitetura pode ser considerada uma derivação da própria arquitetura de Niemeyer, na medida em que, a partir da autocrítica que executa, já no projeto do Museu de Caracas, Niemeyer aponta os caminhos para a arquitetura paulista. Artigas salienta que, em 1958

“Niemeyer nos comunica confiança no destino da nossa arquitetura e da cultura nacional. Numa demonstração de grande sensibilidade, define com segurança o significado de certos aspectos decorativos que imaginamos que, de certa forma, envolviam nossas expressões arquitetônicas, tra-

Sidney Carvalho



Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (USP)

André Castro



Anexo II do Senado Federal

quando o rumo certo para evitá-los. O depoimento de Niemeyer é uma síntese feliz do que se tinha no espírito de todos os arquitetos sérios do Brasil e marca também o ponto de partida para uma nova fase do desenvolvimento da arquitetura brasileira [...].” (ARTIGAS, 1958 *apud* VALLE, 2000, p. 450).¹⁶

Esses elementos mostram como a figura e a obra de Niemeyer foram e continuam sendo de vital importância e centralidade para o debate da arquitetura brasileira. Arquiteto brasileiro mais conhecido no País e no exterior, ele tornou-se referência e quase unanimidade para obras públicas.

“Se Juscelino foi chamado de ‘rei sol’ pela crítica internacional de arquitetura, Niemeyer reinou de forma absoluta em todos os seus governos. E não só: foi também, inquestionavelmente, o arquiteto oficial de Jânio Quadros, de todos os governos militares e da Nova República.” (GUEDES SOBRINHO, 1990, p. 47).

6. Conclusão

O palácio do Congresso Nacional em Brasília faz parte, atualmente, da história da arquitetura mundial. No entanto, procuramos salientar alguns aspectos pouco abordados nas análises sobre o edifício e sobre o método do arquiteto.

Assim, ao mesmo tempo em que o edifício faz parte de um contexto, sintetizando as preocupações arquitetônicas da década de 1950, ele antecipa uma série de indagações que seriam a tônica do debate nos 30 anos seguintes. Nele, são sintetizadas as preocupações históricas de uma época, mas também são colocadas algumas hipóteses que foram capazes de guiar a arquitetura brasileira, como: 1) a necessidade de concisão formal; 2) a vontade de inovação constante; e 3) a busca por inventividade das soluções espaciais e urbanísticas. Na condição de produto do contexto histórico e referência catalisadora das mudanças de posturas posteriores, o Palácio do Congresso, portanto, se

destaca como uma obra fundamental na história da arquitetura brasileira, representando, em sua forma, este ponto de inflexão que foi a construção de Brasília.

Ao se estudar as sedes anteriores do Senado, pudemos notar que os movimentos estéticos tiveram, e ainda têm, raízes num conjunto de valores da sociedade, e simbolizam suas necessidades, aspirações, além de representarem a forma como o mundo é visto em cada época. Isso ajuda a compreender o Palácio do Congresso Nacional de Brasília como a expressão do marco social, econômico e político dentro do qual foi construído e, além disso, como a representação da instituição a qual pertence. Sendo o primeiro edifício construído para o fim específico de abrigar as duas casas legislativas do Brasil, ele veio a responder ao anseio secular, tanto do Senado, quanto da Câmara, de ter sua expressão concretizada na cidade na forma de uma arquitetura simbólica e atual.

Com relação à criação do edifício, quisemos ressaltar o laborioso processo de elaboração do projeto, com a construção das soluções formais através de tentativas sucessivas e complementares. Tal processo, a nosso ver, ajuda a desmistificar a obra de Oscar Niemeyer, mostrando que suas obras derivam muito mais do que de um traço surgido de uma inspiração instantânea. São, ao contrário, produto de uma evolução do desenho, onde diversos caminhos são descartados, retomados ou desenvolvidos, chegando-se, por fim, à definição do projeto.

Na atualidade, nos compete preservar o edifício enquanto patrimônio cultural de todos os brasileiros. E esse é o desafio que se coloca para essa casa legislativa após o tombamento do edifício pelo IPHAN em 2008. É o legado que se deve conservar para que, por muitos anos à frente, se possa ter a experiência dos espaços criados numa época de realizações seminais para a cultura e para a formação da identidade nacional. Além disso, a existência do edifício, com suas características originais é, e será, fundamental para a compreensão, não só da história da arquitetura, mas para a história do Senado Federal e do Brasil.

6 Referências bibliográficas

AGUIAR, Louis de Souza. *Palácio Monroe : da glória ao opróbrio*. Rio de Janeiro: Arte Moderna, 1976.

BARBOSA, Antônio José. *História do Senado do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2008.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRASIL. Congresso. Senado. *Relatório da Presidência: 2ª Sessão Legislativa ordinária da 4ª legislatura, de 15/03/1960 a 15/12/1960*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1960.

BRASIL. Congresso. Senado. *Relatório da Comissão de Estudos do Projeto do Edifício do Senado*. Rio de Janeiro, 1959.

BRASÍLIA, Relatório do Plano Piloto de Brasília/Elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA. – Brasília: GDF, 1991.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GLAZIOU: o paisagista do Império : Campo de Santana. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/projetos3.htm>>.

GUEDES SOBRINHO, Joaquim Manoel. 1989, Oscar Niemeyer na Barra Funda, em São Paulo. *Revista USP*, São Paulo, n. 47, mar./maio. p. 47-54, 1990.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17.ed. São Paulo : Loyola, 2008.

HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA. Disponível em: <http://www.novacap.df.gov.br/>.

HOBSBAWN, Eric J. *Era dos extremos : o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo : Companhia das Letras, 2008.

KATINSKY, Júlio Roberto. *Brasília em três tempos*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

KATINSKY, Júlio Roberto. *Leituras de arquitetura, viagens, projetos*. São Paulo: FAUUSP, 1989. (Tese de livre-docência).

LE CORBUSIER (JEANNERET-GRIS, Charles Edouard). *A Carta de Atenas*. São Paulo, EDUSP/Hucitec, 1993. (Edição original: 1943).

LE CORBUSIER (JEANNERET-GRIS, Charles Edouard). *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1973. (Edição original: *Vers une architecture*. Paris: G. Crès et cie, 1928).

LOOS, Adolf. *Ornamento y delito y otros escritos*. Barcelona : Gustavo Gili, 1972.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*.

São Paulo : FAUUSP; Banco Itaú, 1999.

MARX, Murilo. *A cidade brasileira*. São Paulo : Melhoramentos; EDUSP, 1980.

NIEMEYER, Oscar. Edifício do Congresso Nacional em Brasília. *Brasília*, v.1, n. 7, p. 8-11, 1957.

NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

PINTO, Odorico Pires. *O solar do Conde dos Arcos*. Rio de Janeiro: São José, 1972.

QUEIROZ, Rodrigo (org.). *Coleção Niemeyer: desenhos originais de Oscar Niemeyer*. São Paulo: FAUUSP – MAC-USP, 2007.

SILVA, Elcio G. ; SANCHEZ, José M. M. *Congresso Nacional: da documentação técnica à obra construída*. *MDC, Revista de Arquitetura e Urbanismo*, 2009?. Disponível em <http://mdc.arq.br/2009/03/09/congresso-nacional-da-documentacao-tecnica-a-obra-construida/>

VALLE, Marco Antônio Alves do. *Desenvolvimento da forma e procedimentos de projeto na arquitetura de Oscar Niemeyer (1935-1998)*. São Paulo : FAUUSP, 2000. (Tese de doutoramento).

VARGAS, Heliana C. Da arquitetura corporativa à cidade corporativa. *Arquitextos*, n. 40, set. 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp198.asp>.

Glossário:

BauHaus: Criada em 1919 na Alemanha, a BauHaus foi uma escola de design, artes plásticas e arquitetura que funcionou até 1933, sendo uma das maiores influências ao modernismo. A escola propunha a integração entre as artes e a valorização da produção industrial e no desenvolvimento de tecnologias. Grandes nomes da arquitetura mundial fizeram parte da Bauhaus, como Walter Gropius e Mies Van der Rohe.

Brise: Também conhecido como *brise-soleil*, poderia ser traduzido como quebra-sol. Ou seja, é um elemento externo ao edifício com o objetivo de sombrear a fachada, melhorando, assim, o conforto térmico do edifício. É um dos elementos compositivos principais da arquitetura moderna, tendo sido largamente utilizado no Brasil, uma vez que o clima tropical exige cuidados maiores com a insolação dos edifícios. Atualmente existe na fachada do Anexo I do Senado.

Capitel: É a parte superior da coluna, pilar ou pilastra, que faz a ligação entre o entablamento superior e o fuste, ou corpo do conjunto. Na tradição clássica, os capitéis são

ornamentados de acordo com as ordens a que pertence, sendo as mais conhecidas a dórica (mais sóbria), jônica e a coríntia (com mais detalhes decorativos).

Entablamento: parte superior dos templos greco-romanos apoiado pelas colunas. Por extensão, podemos entender como entablamento o conjunto de elementos que funcionam como arremate superior de uma fachada.

Frontispício: É o elemento que marca a entrada principal do edifício, enquadrando e decorando a porta central. Na arquitetura de linguagem clássica, o frontispício comumente tinha como acabamento superior o frontão.

Frontão: Conjunto arquitetônico de forma triangular que dá o acabamento superior a um edifício. É um elemento fundamental na linguagem clássica da arquitetura.

Laje nervurada: Laje formada por sucessivas vigas, criando um aspecto de malha, permitindo maiores vãos sem apoios.

Modenatura: Inclinação da curvatura de uma cúpula.

Panos de vidro: Planos, normalmente fachadas, formados inteiramente por esquadrias metálicas com fechamento em vidro, objetivando transparência à face de um edifício.

Peristilo: sucessão de colunas que cercam o corpo principal de um edifício. É uma solução bastante presente na arquitetura de linguagem clássica.

Pilotis: conjunto de pilares que sustentam um edifício, deixando o pavimento térreo praticamente livre, sem fechamentos.

Volutas: detalhe em espiral para o arremate de elementos da arquitetura clássica, como capitéis.

1 Pedro Alexandre Cravoé era, além de arquiteto oficial do império, professor da Academia Imperial de Belas Artes.

2 Em referência à École des beaux-arts de Paris, que tinha uma influência vital na arquitetura que se desenvolvia em âmbito mundial desde a segunda metade do século XVIII até as primeiras décadas do século XX.

3 Charles-Edouard Jeanneret-Gris, conhecido por Le Corbusier (O Corvo), arquiteto e artista plástico franco-suíço nascido no final do século XIX, torna-se um dos principais líderes do que se convencionou chamar de Movimento Moderno. Sua influência atingiu diversas gerações de arquitetos em diferentes países, tendo sido, no Brasil, a principal referência para Oscar Niemeyer.

4 E aqui nos referimos, sobretudo, ao socialismo científico e ao marxismo.

5 Mies Van der Rohe, arquiteto alemão, partiu de movimentos artísticos como o De Stijl (O Estilo) para desenvolver uma linguagem de concisão e precisão construtiva e técnica que, apenas com retas e planos, desenvolvia a arquitetura com espaços inusitados e nunca antes vistos. A ele são atribuídas frases que se tornaram conhecidas e repetidas como “Menos é mais” e “Deus está nos detalhes”. Apesar de sua vasta produção, sua obra mais conhecida no meio

técnico é o Pavilhão Alemão para a Exposição Universal de 1929, em Barcelona.

6 Walter Gropius, arquiteto alemão, ajudou a organizar, junto com artistas plásticos como Wassily Kandisky e Paul Klee, e outros arquitetos como Hannes Meyer e Marcel Breuer, o curso da prestigiosa BauHaus, escola de artes e ofícios montada durante a República de Weimar, na Alemanha, para uma formação completa de arquitetos e desenhistas industriais. Após a BauHaus, lecionou arquitetura na Harvard Graduate School of Design. Sua obra mais famosa é o próprio edifício da BauHaus.

7 Frank Lloyd Wright, arquiteto estadunidense, foi responsável por levar a linguagem da arquitetura moderna aos EUA ainda nos anos 1920. Um tanto isolado das correntes culturais européias, desenvolve uma arquitetura moderna muito particular, a partir de elementos da arquitetura vernacular japonesa e de arquiteturas vernaculares da América Central e do Norte. Bastante profícuo, projetou o Museu Guggenheim de Nova York, talvez sua obra mais conhecida.

8 A arquitetura de formas livres era defendida por Niemeyer como um modo de explorar as possibilidades formais trazidas pela tecnologia do concreto armado.

9 Análise que devemos ao Prof. Dr. Rodrigo Cristiano Queiroz, docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

10 A Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital – foi criada em 1956 e tinha como objetivo planejar e executar serviços de localização, urbanização e construção da futura capital do Brasil. A Companhia teve acesso direto a todos os órgãos do Complexo Administrativo Federal, desfrutando de prestígio presidencial em função da meta prioritária a ser cumprida. A empresa construiu, até 1960, os principais edifícios públicos da cidade: o Congresso Nacional, a Catedral e o Teatro Nacional; palácios, ministérios e a Rodoviária; o Jardim Zoológico, a Torre de TV e as Usinas Hidrelétricas e Termelétricas. Construiu, também, os tribunais, o Aeroporto e o Hotel Brasília Palace, bem como residências, clubes, igrejas, hospitais, escolas e cidades satélites (hoje denominadas Regiões Administrativas), entre outros (HISTÓRIA...)

11 Segundo Dana Cuff (*apud* Vargas, 2003), o surgimento de um edifício origina-se do encontro das demandas de três atores principais: consumidor, solicitante e dos profissionais de arquitetura. Há, necessariamente, um acordo entre eles para que se consiga alcançar uma arquitetura de qualidade que atenda à motivação inicial. Este acordo é conduzido por sete princípios, segundo a autora: Demandas qualificadas, ampla visão, simplicidade dentro das complexidades, fronteiras abertas, flexibilidade com integração, equipe com independência e superação dos limites.

12 SILVA & SANCHEZ denominam Anteprojeto 1 e Anteprojeto 2.

13 O Salão de Estar viria a se tornar o Salão Azul e o Salão Verde.

14 Os projetos complementares compreendem os projetos de: fundações, estruturas, instalações diversas, cobertura e quaisquer outros que se julguem necessários a depender da natureza da obra;

15 NIEMEYER, Oscar. Explicação Necessária. Documento elaborado por ocasião do projeto que previa a construção de um edifício na Praça dos Três Poderes para abrigar as presidências do Senado e da Câmara.

16 ARTIGAS, João B. V. *apud* VALLE, Marco Antônio Alves do. *Desenvolvimento da Forma e Procedimentos de Projeto na Arquitetura de Oscar Niemeyer (1935-1998)*. São Paulo: FAUUSP, 2000. (Tese de doutoramento) p. 450.

Lúcia Bucar

JOAQUIM CARDOZO : A GENIALIDADE NOS BASTIDORES



"Um piano emudece,
as moças farão de dança
Dois namorados se beijam
e se despedem
junto à cerca do jardim
O trem noturno passa

Último trem subindo ao céu
As luzes do casario aos
decoos se apagaram
Somente no atto de um
só tãõ sulha uma lâmpada
E, através da janela,
se vê um homem estudante.

- Cabelos despenteados,
caídos sobre a testa

Está lendo:
estuda um Teorema de
geometria
O trem noturno passa."

Joaquim Cardozo

*Joaquim Cardozo é o capítulo injustiçado
da história da construção de Brasília.
Era dele a função
de assegurar a liberdade de criação
do arquiteto Oscar Niemeyer,
trazendo suas idéias ao concreto,
com cálculos estruturais
que revolucionaram a arquitetura mundial.*

Diferente do cinema, no qual diretores e produtores têm os holofotes voltados para seus nomes - destacando-se, portanto, muito mais do que o roteirista criador do filme ou documentário -, na área da construção civil são os arquitetos que se tornam conhecidos e reverenciados, enquanto os engenheiros, principalmente aqueles que fazem os cálculos das obras, ficam esquecidos por todos. Tanto que, no grande número de textos e publicações sobre a obra de Niemeyer e sobre Brasília, o nome de Joaquim Cardozo tem sido ignorado.

Neste ano de 2010, em que o Senado Federal comemora os seus cinquenta anos *em* Brasília, a Secretaria de Informação e Documentação tem a honra de dedicar este artigo da SENATUS ao poeta-professor-catedrático-engenheiro-calculista Joaquim Moreira Cardozo: o engenheiro que fez os cálculos matemáticos e estruturais que deram corpo e vida aos principais monumentos da nova Capital, entre eles, o **Palácio do Congresso Nacional**.

Nascido no Recife, em 1897, Cardozo foi um verdadeiro gênio – incompreendido por alguns e admirado por muitos outros. Sobre ele, Niemeyer declarou que teve o privilégio de encontrá-lo, conhecê-lo e tê-lo tido como complemento essencial à sua vida profissional; porque, assim como ele próprio, o amigo Cardozo tinha a consciência de que, para transformar a arquitetura em uma obra de arte, ela também precisaria ser bela, preservando sua forma plástica em todos os aspectos. Sensibilidade que o mestre de múltiplos saberes utilizou para calcular edifícios e palácios de Brasília, que marcaram a história da moderna arquitetura brasileira:

Catedral de Brasília; Palácio da Alvorada; Palácio do Planalto; Palácio do Supremo Tribunal Federal; Palácio do Itamaraty; Palácio da Justiça; Ministério do Exército; Tribunal de Contas da União; Cine Brasília; Igreja Nossa Senhora de Fátima; Museu de Brasília; Palácio do Congresso Nacional (o que mais provocou polêmicas, pela complexidade do mistério que o envolveu na concepção estrutural das cúpulas invertidas).

Considerada uma esfinge contemporânea, o **Palácio do Congresso Nacional**, estrategicamente localizado no projeto urbanístico de Lucio Costa, foi criado por Niemeyer

para ser a *marca* de Brasília e obter efeitos visuais surpreendentes, tomando vulto de uma escultura monumental. Sua construção foi possível graças às soluções inusitadas que o pernambucano Joaquim Cardozo encontrou para viabilizá-la, tornando-a a obra mais instigante da história da construção de Brasília.

Com uma estética baseada em um equilíbrio perfeito na distribuição de massas e provocando a sensação de movimento e de estática, apresenta-se como um jogo em que se compensam os opostos, inesperadamente: duas cúpulas inusitadas sobrepostas sobre linhas horizontais, opondo-se às duas torres, indo ao encontro à harmonia esperada. Para realizar tal obra, Oscar Niemeyer sabia que somente Joaquim Cardozo, o engenheiro-poeta que entendia de metáforas, poderia captar a sua mensagem e dar corpo às formas mais inovadoras da arquitetura contemporânea.

O arquiteto sabia disto. Pois, além de dizer que Cardozo era o homem mais inteligente que conhecia, comentava seu otimismo em todos os trabalhos que realizaram juntos, ele nunca tendo se oposto às sugestões de seus projetos, nem manifestado reserva ou proposto alterações de caráter econômico ou de receio em relação à estrutura. Trabalhando com o arquiteto, Cardozo sempre conseguia manter seu elevado nível de compreensão. Quando aparecia uma dificuldade a resolver, ele a estudava com cuidado especial, pois não queria fazer a mínima modificação às particularidades novas ou ousadas que o projeto pudesse conter e, sim, acrescentar novos detalhes às características, para destacá-las e enriquecê-las.

Sua primeira associação com Oscar Niemeyer aconteceu em 1940, no Rio de Janeiro, onde fez os projetos estruturais do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, a casa de Niemeyer, na Estrada das Canoas, em São Conrado, o Estádio Gilberto Cardozo (Maracanãzinho). Ambos desenvolveram as obras do conjunto cultural de Pampulha, em Belo Horizonte. Eram companheiros e amigos. E tinham o mesmo ideal político.

Brasília assegurava um novo tempo na história do País, com novas possibilidades políticas e sociais. O Brasil, na década de 1950, encontrava-se frente a uma tomada de

posição diante da escolha entre o mundo rural e a atividade industrial. Para vencer o atraso, era preciso entrar numa era tecnológica. A sociedade brasileira aspirava por mudança e os movimentos culturais da década demonstravam isso. Surgia a bossa nova, o cinema novo e a arquitetura moderna.

Em 1956, foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP; o engenheiro Israel Pinheiro, amigo do Presidente JK, foi nomeado o seu presidente. Logo depois, Cardozo passa a ser funcionário, chefiando a equipe dos engenheiros calculistas das obras da construção, e o responsável pelos projetos estruturais de todos os edifícios monumentais.

Os engenheiros que atuavam com ele diziam trabalhar com segurança, pois sabiam que Cardozo analisava as soluções dadas dos problemas e, qualquer erro ele detectava imediatamente pedindo que se refizessem os cálculos. No período de 1956 a 1964, participando da equipe de Oscar Niemeyer, firma-se como o pilar da *nova arquitetura* que pretendia redirecionar a maneira de conceber e desenvolver projetos.

Mas Joaquim Cardozo, desde muito antes, já vinha sendo considerado pioneiro do movimento moderno, porque, no período de 1934 a 1937, atuou na equipe da DAU - Diretoria de Arquitetura e Urbanismo, da Secretaria de Obra e Transporte Público de Pernambuco, a primeira instituição governamental criada no Brasil com a finalidade de racionalizar projetos e construções técnicas. A DAU era coordenada pelo arquiteto e urbanista Luiz Nunes, introdutor dos princípios da arquitetura moderna em Pernambuco; no ano seguinte de sua fundação, participou da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha, em Porto Alegre, onde, no Pavilhão Luiz Nunes, exibiu-se grande número de projetos e maquetes. Joaquim Cardozo, participando de todas as etapas da exposição, declarou que a mostra já era representativa da **arquitetura moderna brasileira**. Em seu curto período de existência, a DAU realizou, em Recife, um conjunto de obras variadas que surpreenderam pela coerência, qualidade e significação social. Joaquim Cardozo fez, no período, os cálculos para a Escola para Anormais (Tamarineira), o Hospital da Brigada Militar, a Caixa d'Água de Olinda, a Escola Rural Alberto Torres, o Leprosário da Miroeira e o Pavilhão de Verificação de Óbitos e Anatomia Patológica.

Depois do período na DAU, passa a ministrar, como professor catedrático da Universidade Federal de Pernambuco, os cursos de Engenharia e Arquitetura, as disciplinas de Cálculo Infinitesimal, Geometria Analítica, Materiais de Construção, Economia e Finanças, e Teoria e Filosofia da Arquitetura.

O trabalho na construção da nova Capital seria o de resolver os intrincados *problemas estruturais*, permitindo a consolidação de uma cultura arquitetônica brasileira de

repercussão internacional. A cidade como um avião no céu, ou como o corpo do pássaro concebido por Lucio Costa, nascia para tornar-se o símbolo da arquitetura moderna. Caberia a Niemeyer criar, e a Cardozo, materializar.

Foi na obra do Palácio do Congresso Nacional que Cardozo precisou demonstrar toda sua coragem para enfrentar os paradigmas estruturais vigentes, numa atitude que lhe rendeu tanto elogios, quanto severas críticas. Porque, para seguir à risca o desenho do arquiteto Oscar Niemeyer, não poderia temer as críticas nem os pareceres técnicos de outros profissionais que questionavam o excesso de material que ele destinava às seções resistentes das obras. Eis o motivo da polêmica que envolveu a construção desse palácio:

A cúpula que tem o centro de curvatura voltado para baixo estabiliza-se com facilidade, enquanto a outra tende a se abrir para cima, revelando estar submetida a esforços de tração; bastaria assim, uma amarração, unindo os gomos com um pedaço de fita adesiva. A fita então simularia o papel da intensa armação de aço, destinada a manter estável a forma da cúpula invertida. A malha de cabos de aços como resolução estrutural traria a leveza desejada, porém, formalmente, os cabos são elementos estruturais pouco estáveis; por isso os cabos e as malhas de cabos devem ser enrijecidos e o uso de uma camada de concreto sobre a malha de cabos é uma maneira fácil de enrijecimento, agindo como um gesso envolvente e fazendo com que a camada sirva como elemento de vedação da cobertura (REBELLO & LEITE, 2007, *passim*).

Engenheiros e arquitetos que estudaram a construção de Brasília e o trabalho de Cardozo, como o professor Yopanan Rebello, a professora Maria Amélia Leite e a escritora Lívia Álvares, entre outros, deixam transparecer em suas pesquisas, que, se a cúpula invertida do Congresso tivesse sido concebida em aço, o cálculo estrutural seria simples. Difícil é imaginar o modelo estrutural em concreto.

Foi nesse ponto que entrou a genialidade de Cardozo; ele previu uma densidade de armação muito acima do convencional, para o que se poderia considerar concreto armado. A concepção inovadora e o dimensionamento das suas estruturas de concreto geraram muita inquietação no meio técnico de engenharia.

Segundo José Carlos Sussekind, atual engenheiro calculista de Oscar Niemeyer, Joaquim Cardozo foi ousadíssimo na execução das obras de Brasília; pois, outro engenheiro em seu lugar, com menos competência e embasamento físico e matemático, não se atreveria a desrespeitar as normas técnicas da época em que não havia a facilidade dos programas de computador.

Mas o seu domínio da ciência estava acima da normalidade. Ele conseguiu demonstrar que tinha o poder



de *sentir* o comportamento da estrutura, para projetá-la, elegante e corretamente, contrariando as normas técnicas de então. Com a sensibilidade à flor da pele, ele intuía.

Rebelde e contra à submissão dos brasileiros frente às regras estrangeiras, Cardozo tinha como objetivo demonstrar a nossa capacidade em obter soberania nacional no que se referia aos nossos próprios problemas sociais e à nossa intelectualidade; buscava, também, consolidar a cultura arquitetônica brasileira no cenário internacional.

A formulação geométrica, enfim, satisfaz a curiosidade de compreensão sobre a solução encontrada por Cardozo para a questão das cúpulas invertidas; porém, os cálculos matemáticos, para definição da seção resistente da casca da cúpula, permanecem um mistério, pois não há arquivos onde se possa procurar os dados, para entendimento. Enigma.

Talvez Joaquim Cardozo tenha levado consigo a resposta do enigma do Palácio do Congresso para a eternidade. Ou, quiçá, deixou-a nas entrelinhas do seu poema símbolo das vozes da humanidade, *Congresso dos Ventos*, onde mostra que o intercâmbio cultural entre os homens pode ser simbolizado pelo próprio ar, o ar em movimento que é sempre o mesmo em toda parte; ou, em alguma outra poesia, como *Trivium*, que significa o ponto de interseção de três caminhos, ponto onde as coisas ou os seres falam a mesma linguagem; significa também as três artes liberais constituintes da primeira parte do ensino universitário na idade Média: gramática, lógica, retórica. *Trivium* é considerada, pelos literatos, uma das principais poesias modernistas brasileiras do século XX.

Para falar da poesia e dos livros de Joaquim Cardozo, seria necessário um artigo especial, pois, desde a Semana de Arte Moderna de 1922, o poeta recifense

começa a se destacar no meio literário. Mas, apenas como ilustração, é bom lembrar, aqui, o título que lhe deu Jorge Amado - “homem de cristal e de aço” -, talvez porque o escritor, sendo seu amigo, conhecia a sua sensibilidade, própria dos artistas, e a sua precisão técnica, própria das ciências exatas. É bom, também, lembrar a homenagem que lhe fez João Cabral de Mello Neto, escrevendo-lhe a poesia *O Engenheiro*, ou o que disse Alceu Amoroso Lima sobre ele – “a matemática pura e, ao mesmo tempo, a qualidade poética”.

Homem discreto, de todas as dimensões, escritor, poeta, sábio, estudioso das ciências, da matemática e dotado de uma visão realista do mundo, Cardozo era altamente intuitivo e tinha a capacidade de observação analítica de poucos pensadores do século XX, o que lhe dava subsídios, no confronto de informações, para realizar os projetos.

Dentre suas principais obras de arquitetura com projetos estruturais, podemos citar, ainda: em São Paulo, o Túnel aerodinâmico do Centro Técnico da Aeronáutica (ITA), a chácara Flora do Instituto dos Bancários, o Laboratório de Motores e a Fábrica de biscoitos Duchen - que obteve o prêmio da Bienal de São Paulo; no Recife, os edifícios Bandepe, Bancipe, Miguelangelo, Portinari e Velasquez. No caso de Brasília, para ele, mais do que o desejo de realizar obras, havia o idealismo de demonstrar que a construção da cidade inseria o Brasil no contexto da engenharia técnica construtiva mundial, num momento em que, no mundo, havia uma efervescência de desenvolvimento tecnológico, dominado por umas poucas potências.

Imagens fotográficas da época das construções para a inauguração de Brasília revelam uma densidade de armação inusitada, denunciando a pouca atuação estrutural do concreto. Pode-se dizer que este tenha sido um aspecto frequente nas formulações estruturais de Cardozo para os projetos de Oscar Niemeyer na futura capital, em especial nas colunas dos palácios que, segundo o arquiteto, deveriam tocar leve e suavemente os pontos de apoio e as coberturas. O percentual de armadura nas seções extremas atingia valores muito maiores do que o permitido pelas normas técnicas atuais.

Os resultados advindos com as construções que estavam sendo feitas revelariam que os avanços da arquitetura e da engenharia no Brasil não estavam paralisados e, sim, cheios de tendências e soluções ajustadas à contemporaneidade.

O que ficou provado é que somente com a superabundância de material construtivo poder-se-ia realizar a riqueza arquitetônica dos elementos externos de sustentação dos Palácios da Alvorada, do Planalto e do Supremo Tribunal Federal.

Nos anos 1950, as normas internacionais regiam o patamar de 6% de ferro nas estruturas de concreto; Cardozo usou 20% nas tramas do Palácio da Alvorada. Foi esse recur-



so que permitiu com que aquelas colunas fortes e esbeltas sustentassem a laje do palácio.

O professor engenheiro Joaquim Cardozo usou somente o seu domínio da matemática avançada para dar conta das formas inusitadas que Niemeyer criava. Ele estava criando, à época, um novo tipo de concreto armado, deixando de lado as limitações impostas pelas normas estruturais e propriedades dos materiais empregados; a partir de então, pelo mundo afora, as obras arquitetônicas brasileiras passaram a influenciar a prospecção científica e técnica da engenharia estrutural.

No período da construção de Brasília, o País vivia momentos de esperança e aspirações ao desenvolvimento e ao progresso; num discurso à turma de formandos da Escola de Engenharia da Universidade do Recife, Cardozo afirma que a nação já está se preparando para um porvir, mas que a todos era dado o estímulo a lutar por um país melhor e não abaixar a cabeça à prepotência estrangeira.

Naquele discurso em Recife ele fez comentários sobre o desafio às verdades técnicas estabelecidas para construir a cúpula invertida do Palácio do Congresso Nacional; ali, ele explicou, aos engenheiros formandos, a sequência magna que permite sustentar uma criação arquitetônica:

- profundo conhecimento matemático;
- exercício empírico com modelos de materiais;
- verificação dos resultados obtidos em protótipos em escala real ou próxima;
- exame estatístico dos resultados das medidas calculadas e as tomadas sobre modelos e protótipos.

Entretanto, Joaquim Cardozo lamentou que, devido à falta de tempo estipulado no cronograma político de execução das obras, a estrutura da cúpula invertida não veio a ser analisada com tal rigor, apesar dos pesquisadores do Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa terem se colocado à disposição para realizar os ensaios com modelos e protótipos. E, assim, a estrutura acabou sendo feita tendo como subsídio único a concepção e os cálculos realizados por ele. Ainda no discurso, Cardozo falou sobre seus estudos e pesquisas em várias línguas, na busca de teorias e conceitos que facilitassem a obtenção de soluções aos desafios de concepção, dimensionamento e execução de formas tão puras, mas de alta complexidade. E, por fim, concluiu, a respeito da cúpula invertida, que foi preciso “adaptar ao desenho fornecido pelo arquiteto, um parabolóide de revolução cuja geratriz fosse curva parabólica de quinto grau, com contato de segunda ordem ao longo de uma linha paralela à linha de contorno da esplanada. A equação obtida trouxe, porém, dificuldades ao próprio

uso das equações da casca em regime de membrana. A forma final adotada para a superfície média foi a de uma zona de elipsóide de revolução possuindo um tronco de cone tangente, segundo uma circunferência de determinada cota”.

“Ao partir, depois de ter vivido a vida como bem poucos,
Joaquim Cardozo
deixa-nos a imensa e preciosa herança.
De agora em diante, sua obra,
a do poeta, a do engenheiro e do calculista de materiais
vai crescer a cada instante,
liberta de qualquer contingência;
o perfil do criador sem medo e
sem limites se desvendará por inteiro”.
(Jorge Amado)

As criações dos novos tipos construtivos do engenheiro poeta Joaquim Cardozo asseguraram a capacidade criadora de Niemeyer. Foi ele quem viabilizou Brasília, tornando-a baluarte da engenharia e da técnica construtivos. Os seus cálculos matemáticos transformaram o sonho em realidade.

Referências bibliográficas

- CARDOZO, Joaquim M.M. Forma estática- forma estética. *Revista Módulo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, p. 3-6, ago.1958.
- CONDURU, Roberto. Tectônica tropical. In: ANDREOLI, Elisabetta; FORTY, Adrian. *Arquitetura moderna brasileira*. Londres: Phaidon, 2004. p.57-105.
- DANTAS, Maria da Paz Ribeiro. *Apresentando Joaquim Maria Moreira Cardozo*. Disponível em: <<http://www.joaquimcardozo.com/paginas/joaquim/biografia8.htm>> .
- FREITAS, Conceição. Joaquim Cardozo: o engenheiro e o poeta. *Correio Braziliense*, 31 out. 2002.
- GORELIK, Adrián. Nostalgia e plano. O Estado como vanguarda. In: _____. *Das vanguardas a Brasília : cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- LEAL, César. *O universo poético de Joaquim Cardozo*. Disponível em: <<http://www.joaquimcardozo.com/paginas/joaquim/depoimentos/universo2.htm>> .
- REBELLO, YOPANAN; LEITE, Maria Amélia D’Azevedo. O engenheiro das curvas de Brasília. *Arquitetura e Urbanismo*, n, 165, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/165/artigo67588-4.asp>> .
- SANTANA, Geraldo. *O engenheiro da poesia*. Ago. 1998. Disponível em: <<http://www.piniweb.com.br/construcao/noticias/o-engenheiro-da-poesia-84576-1.asp>> .
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil : 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1999. 224p.

Construindo Brasília



“Já o pioneiro é influenciado pela atração da terra. Descobre e fica. É um símbolo que se projeta através de um ânimo de permanência. A jornada pode ser longa, mas a parada – quando ocorre – é quase sempre mais longa ainda. Planta e espera pela colheita. Não deixa sinal de sua passagem, porque ele próprio se detém. E do seu rastro, que por algum tempo foi efêmero, brotam valores duradouros: povoados que se transformam em vilas; vilas que se convertem em cidades; e cidades, que armam a estrutura de uma civilização”.

Juscelino Kubitschek

A história de Brasília é comumente narrada em torno de alguns personagens de inquestionável mérito e prestígio, personagens esses que tiveram influência definitiva nos fatos que geraram e tornaram realidade o “sonho da capital”: Juscelino Kubitschek, o estadista cuja decisão desencadeou a saga da construção; Israel Pinheiro, o construtor cuja energia e dinamismo foi capaz de levar a cabo a obra de uma cidade; Lucio Costa, o “inventor” do traçado urbano inovador; Oscar Niemeyer, o criador das principais formas arquitetônicas; e mais alguns poucos, como os pioneiros Ernesto Silva e Bernardo Sayão, que, por sua atuação, também aparecem com relevo na história da construção da Capital do País. Continuam reverenciados pelo vigor de seu talento e pela importância de sua realização, não só em termos nacionais, mas também pelo notável feito no urbanismo e na arquitetura moderna brasileira. Ademais, costuma despertar especial interesse o período situado entre os anos de 1956 a 1960, que corresponde propriamente à ação considerada épica na história do País do século XX. Entretanto, a história da construção de Brasília não se encerra na data de sua inauguração, 21 de abril de 1960; pelo contrário, transferida a Capital, muito havia ainda por construir, prolongando-se o enredo nos anos que seguiram.



Destaca-se, nesse contexto, o arquiteto Nauro Esteves que, ao lado de Oscar Niemeyer, participou efetiva e intensamente do processo de construção da cidade desde o ano de 1956. E cuja atuação se alongou após 1960, dando continuidade ao trabalho e à história de Brasília.

Considerando a história da cidade, Esteves tomou parte na ação que se desenvolveu em torno de Oscar Niemeyer, com quem já trabalhava desde 1950. Quando criada a NOVACAP, em 1956, com vistas à construção da Capital, ocupou, desde logo, um posto imediato a Niemeyer, em função técnica. Desenvolveu os projetos de arquitetura para a capital e precisou envolver-se também nos projetos de urbanismo. A partir de 1961, manteve-se na liderança, ocupando altos cargos na área de Arquitetura e Urbanismo em Brasília. Conheceu minuciosamente os fatos da construção da Capital, porque os presenciou ou deles fez parte. Projetou, construiu, coordenou, decidiu. Os inúmeros projetos de sua autoria registrados no CREA-DF desde 1962 até 1994 comprovam, apenas em parte, a imensa atividade do arquiteto.

Ele foi um pioneiro. Seu nome completo: Nauro Jorge Esteves. Filho de João de Castro Fernandes Esteves e Helena de Araújo Esteves, nasceu no dia 26 de agosto de 1923, na cidade do Rio de Janeiro, onde viveu a infância e a adolescência.

Fez o curso primário e o ginásial, este no Colégio Pedro II, escola federal altamente conceituada pela qualidade do ensino. Posteriormente, mudou-se para São Paulo, onde estudou no Colégio de São Bento. Voltou para o Rio de Janeiro com a intenção de cursar arquitetura e diplomou-se em 1949, pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil.

É de se considerar que durante os anos que Nauro passou na faculdade (1945-1949), o modernismo fervilhava notadamente na área de arquitetura, coincidindo, portanto, com o período decisivo para a definição do estilo modernista na arquitetura brasileira. Pode-se inferir que tal conjuntura o tenha influenciado significativamente e, ainda estudante, posicionou-se dentro da avalanche modernista que acontecia no Brasil.

Ainda em 1949 – cursava o último ano da Faculdade – o Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB, em conjunto com o Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura, promoveu um concurso entre os estudantes, cujo tema foi um projeto para um Centro Recreativo Cultural. O objetivo era “estimular as aptidões vocacionais e ao mesmo tempo oferecer aos estudantes os conhecimentos profissionais indispensáveis ao melhor êxito no exercício da profissão” (BOM TRABALHO..., 1949). O projeto vencedor foi o de Nauro Esteves em co-autoria com Hilda de Araujo Maia. A



comissão julgadora foi constituída pelos arquitetos Affonso Eduardo Reidy, Alcides da Rocha Miranda, Jorge Machado Moreira, Marcelo Roberto e Oscar Niemeyer, então expoentes do modernismo carioca na arquitetura. Foi assim que Nauro Esteves situou-se na trilha da arquitetura moderna e teve seu primeiro contato com Oscar Niemeyer.

Recém-formado, Nauro Esteves procurou contato no escritório de Niemeyer, que se localizava na Avenida Rio Branco, esquina com Avenida Beira Mar. Ele lembra: “Na vida tem coincidências, tem coisas fantásticas. Sabe como se chamava o edifício? Brasília”. (ESTEVES, 2004a; ESTEVES, 2004b).

Esteves passou logo a chefe do escritório e, como tal, participou dos grandes projetos de Oscar Niemeyer. Absorveu-se no trabalho, sem hora, o tempo todo, às vezes a noite toda. Dedicou-se por inteiro aos projetos, que não eram poucos. Nesse interim, o escritório de Oscar Niemeyer mudou-se para a Avenida Atlântica, em Copacabana (ESTEVEES, 2004a; ESTEVES, 2004b). Em depoimento, Esteves revela: “Foram dez anos, de 50 a 60, dez anos colado. Então, nessa obra de dez anos, eu participei na hora que ele rabisava, que era comigo” (ESTEVEES, N.,1989, p. 16-17).

Nauro Esteves, portanto, começou onde poucos chegaram. Bem jovem, ainda iniciando a vida profissional, já mergulhou em trabalho de grande porte, investido na responsabilidade criativa e técnica da obra que assumiu e dividiu – de fato – com um dos maiores expoentes da arquitetura brasileira da época. Este lhe reconheceu de imediato a capacidade, e confiou nele. Tanto que o manteve ao seu lado na etapa seguinte, a mais importante: o projeto e a construção de Brasília.

Ele conta que foi o primeiro a quem Oscar Niemeyer revelou o convite do Presidente Juscelino Kubitschek para que projetasse a Capital – era ainda o início do governo JK, em 1956. “Eu era o chefe do escritório dele, e era o primeiro a chegar, chegava cedo lá. Ele chegou e disse: ‘ó Nauro, nós vamos fazer Brasília’. Quase que eu caí morto. E aí, no dia seguinte, nós já começamos a falar de Brasília” (ESTEVEES, N.,1989).

Junto com toda a equipe de arquitetura, Nauro Esteves transferiu-se para Brasília em 18 de agosto de 1958. Muitos anos depois, com a tarefa praticamente cumprida, relata: “Olha, de 1956 a 1968-69, doze anos por aí, quando eu deixei a NOVACAP¹, nada nessa cidade deixou de passar pela minha mão, que se referisse a urbanismo ou arquitetura. Tudo, tudo. Porque eu sempre fui o coordenador de arquitetura e urbanismo, com diversos nomes, sempre fui eu. Sempre, desde o primeiro dia até eu sair. Então os projetos sempre eram aprovados por mim. Os da iniciativa privada e os do governo eram todos visados por mim, porque eu era o coordenador. Então, todos passaram na minha mão” (ESTEVEES, N.,1989, p. 32).

Foram 12 anos sem interrupção. Integrou o primeiro grupo de arquitetos que pensou no projeto de Brasília, a partir da decisão de Juscelino Kubitschek. No começo, desenvolveu as “fantasias” – como referia-se Yves Bruand (1981, p.170) – de Oscar Niemeyer para a Capital do Brasil, nos projetos e na sua execução. Defendeu o projeto da cidade, não só na área de arquitetura, como também na área de urbanismo, em posição exigente, para que Brasília fosse feita do jeito que fora idealizada. Projetou também, sem se afastar do plano original, conservando sempre o estilo da cidade.

Nauro teve participação em praticamente em todos os trabalhos de Niemeyer para a Capital. Dessa forma, participou do desenvolvimento dos projetos de palácios, de monumentos, de prédios públicos, de igrejas, teatro, clube, cinema etc. Conheceu esses projetos desde a idéia inicial (o Palácio da Alvorada, o Brasília Palace Hotel, o Palácio do Planalto, a Catedral, o Congresso Nacional, os Ministérios, entre tantos outros), passando pelas modificações que cada um sofreu, até a forma com que foram edificadas. Daí pode-se afirmar que a arquitetura de Brasília, que carrega a autoria de Oscar Niemeyer, tem o “dedo”, ou o “lápiz”, de Nauro Esteves. De modo que, pode-se dizer, sua atuação abarcou a dimensão de uma cidade.

Pode-se constatar essa relação até mesmo pelo conhecimento minucioso com que fala daquele período da construção da cidade, à qual atribui devido valor: “Brasília é uma coisa importante demais para o Brasil, para a história do Brasil” (ESTEVEES, 1996). Dentre muitos fatos peculiares, ele mesmo relata:

- Brasília foi construída sob forte oposição e desconfiança dos meios políticos e de diversos setores da sociedade, especialmente do Rio de Janeiro, então Capital do País. Assim, também o Congresso Nacional: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal foram “feitos totalmente por nós e acabou – eles não acreditavam absolutamente naquilo” (ESTEVEES, 1989, p.18), pelo que não houve da parte dos parlamentares nenhuma interferência no projeto ou na construção dos prédios.
- Os anexos do Congresso Nacional receberam uma passarela que não existia no projeto original. É a passarela que une os dois prédios verticais paralelos. Foi necessário fazê-la para o travamento da estrutura metálica, devido à altura dos prédios. “Eu estava lá na hora. Quando estava fazendo, eu estava lá com ele (Niemeyer)” (ESTEVEES, 1989, p.18).
- No projeto inicial, o gramado na frente do Congresso seria no mesmo nível das pistas e da laje de cobertura dos blocos dos plenários da Câmara

e do Senado. Esteves conta que Niemeyer modificou o projeto, pretendendo no local construir um espaço que abrigasse as manifestações do povo. Foi feito, então, um rebaixo entre os dois eixos². Esse espaço receberia uma cobertura, a qual não chegou a ser construída. No rebaixo existe, hoje, um extenso gramado inclinado (ESTEVES, 1996).

Das casas da Quadra 23, o D.U.A. (Departamento de Urbanismo e Arquitetura) foi transferido para o barracão na Esplanada dos Ministérios, “porque as obras mais pesadas para nós eram o Congresso e os Ministérios, o Planalto ali do lado” (ESTEVES, 1989, p.22). No barracão ficava a área de arquitetura e instalações. Ficava também, da D.U. (Divisão de Urbanismo), a sala do arquiteto Adeildo Viegas, “que era fixo” (ESTEVES, 1989, p.22), isto é, que permanecia em Brasília. A área de cálculo estrutural ficou sob a responsabilidade de Joaquim Cardozo, que era o engenheiro calculista de Niemeyer, e que permaneceu no Rio de Janeiro porque “tinha muita idade, não pôde vir para Brasília”. Com Cardozo também trabalhavam os engenheiros Samuel Rawet e Victor Fadul (ESTEVES, 1989, p.9).

No período da construção, era o primeiro arquiteto depois de Oscar Niemeyer, era ele que chefiava e coordenava a equipe que elaborava os projetos de Niemeyer. Com a transferência da Capital, passou a ocupar o cargo principal, “com diversos nomes”, conforme as mudanças da administração, mas sempre com as mesmas atribuições e as mesmas responsabilidades. Desse modo, continuou decidindo, coordenando, orientando, sempre empenhado no cumprimento fiel do plano urbanístico e arquitetônico da cidade.

Verifique-se, também, o relevo do cargo e da responsabilidade de Nauro Esteves na hierarquia da NOVACAP – portanto, no processo da construção de Brasília – ligado que era a Oscar Niemeyer, cuja confiança já se lhe provava e de quem, desde o início, fora o “braço direito”. Ele tinha a confiança e o apoio do Diretor, não só pela conhecida capacidade de desenvolvimento e execução dos projetos, inclusive coordenando toda a equipe de arquitetos e desenhistas da Divisão de Arquitetura, como também porque rigorosamente respeitava a concepção dos trabalhos de Niemeyer. “Nauro Esteves era o coordenador dos arquitetos. Era a pessoa que respondia pelo escritório na ausência do Oscar, também estava muito ligado a ele durante muito tempo” – testemunha Glauco Campello (1989, p. 5). Tanto que Niemeyer sempre o manteve à frente da área de arquitetura, mesmo após a inauguração da cidade.

Os pioneiros descrevem o “clima” daquele período histórico da construção da Capital: entusiasmo contagiante, garra e fé; convicção da grandeza da obra que tinham a

realizar; certeza, determinação. Em contrapartida, o sacrifício, o desconforto, a solidão: “muitos desistiram, muitos voltaram, a gente ficava numa fossa danada, a gente ficava sozinho aqui” (ESTEVES, 1989, p. 21)

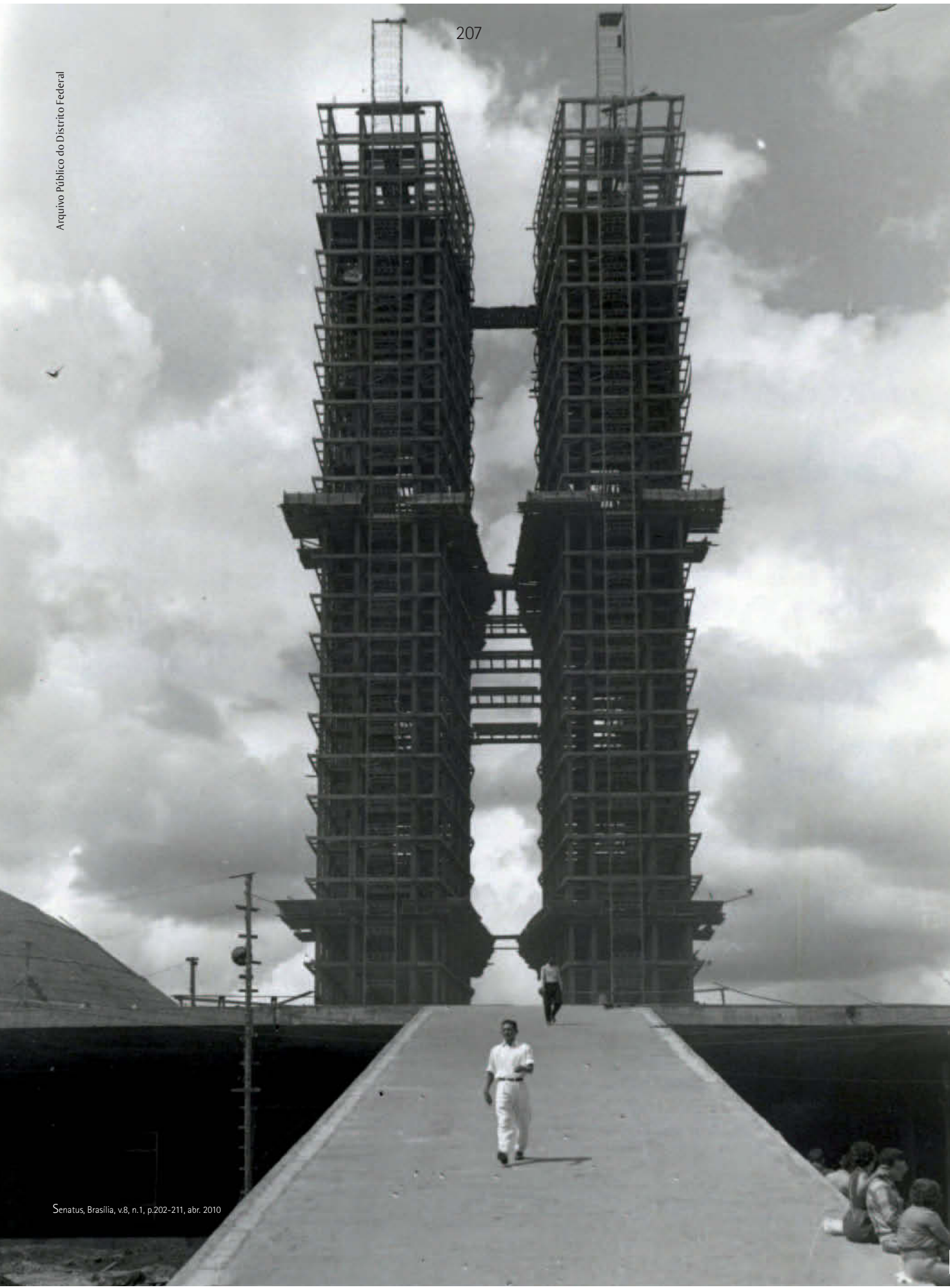
Além disso, falam no barro da região do cerrado e nas estações bem definidas, de chuva e de seca. Com a chuva, o barro formava lama, “atolava tudo”. Na seca, “era uma poeira danada” (ESTEVES, 1996). Sabino Barroso, também arquiteto do escritório de Niemeyer e pioneiro em Brasília, relata: “Começou a obra de urbanização, as máquinas e os caminhões, o diabo a quatro fazendo aquele movimento fantástico de implantação das vias, das ruas, era uma poeira infernal. O nosso escritório não tinha ar condicionado, não tinha nada, era uma loucura, e nós não tínhamos como deixar de ser rápidos, porque a gente punha um papel na prancheta de manhã e de tarde, se não tivesse pronto, ele era perdido praticamente no dia seguinte, tal a poeira que impregnava no papel. Então, nós tínhamos uma espécie de produção da poeira, ‘Olha, não deixa ali que vai perder’. Tinham uma copiadora grande do próprio escritório da NOVACAP. Os projetos saíam da prancheta para a copiadora, e da copiadora ‘para a obra no ato!’ E as firmas, as empreiteiras solicitando planta, queriam uma produção em massa de todos os projetos, na parte de detalhamento, empreiteiras de esquadrias, de acabamentos, enfim, todas elas, as grandes firmas brasileiras, acorreram para Brasília, não só pelo interesse em termos financeiros, mas pelo interesse da própria obra, que era gigantesca” (BARROSO, 1989, p. 6).

No ritmo alucinante de construção que marcou a época dos pioneiros da nova Capital, Brasília foi inaugurada na data prevista: 21 de abril de 1960. Nauro Esteves, mesmo após a inauguração, permaneceu no cargo da NOVACAP, porque muito havia ainda que se construir.

Em 06 de setembro de 1961, Esteves foi designado membro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, órgão superior no qual eram tomadas as decisões relativas às questões de arquitetura e urbanismo de Brasília. Na mesma data foram também designados Lucio Costa, Oscar Niemeyer e Flávio D’Aquino, como conselheiros, e Onofre Gontijo Mendes, como consultor jurídico.

Em fevereiro de 1962, foi designado para o cargo de Diretor de Divisão de Arquitetura da Assessoria de Planejamento da Prefeitura do Distrito Federal, no qual permaneceu até 30 de novembro de 1965. Nessa função, continuou praticamente com as mesmas atribuições e responsabilidades que abarcava quando na chefia da Divisão de Arquitetura da NOVACAP.

A partir de novembro de 1965, foi o Coordenador de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal.



Também coordenou os Grupos de Trabalho que definiram o plano de numeração definitiva da cidade de Brasília e o Código de Obras e Posturas do Distrito Federal – CODF.

Durante todo esse tempo, Nauro foi responsável pela parte técnica de elaboração dos projetos e pela parte burocrática: “Nessa época já tinha processo, no tempo antigo não tinha” (BARROSO, 1989).

O trabalho no desenvolvimento dos projetos de Oscar Niemeyer continuava. Como exemplos, o Itamaraty, o Ministério da Justiça e outros ministérios, que ainda estavam em construção. Havia também grande parte das escolas-classe, as escolas-parque, os blocos de apartamentos, o arruamento das superquadras etc. Todos esses projetos eram coordenados por Nauro Esteves.

A esse tempo Nauro, assim como outros arquitetos da equipe, já elaborava também para a NOVACAP projetos de sua autoria. Mirtes Republicano³, em depoimento, relembra: “inicialmente o desenvolvimento era só dos projetos de Oscar Niemeyer. Posteriormente (1961/62), ele deu essa oportunidade, para que nós fizéssemos os nossos projetos, cada um desenvolvia o seu” (REPUBLICANO, 2004). Ficou a critério do próprio Nauro executar e ver quem executava esses projetos, uma vez que Niemeyer não estava mais em Brasília.

Segundo informações de Luiz Henrique Duarte (2004), a Escola-Parque da SQS 308 e o Colégio Elefante Branco foram projetos de José de Souza Reis; a Escola-Classe da SQS 114, de Wilson Reis Neto; o Tribunal Federal de Recursos e o Tribunal de Justiça, em frente ao Palácio do Buriti, de Hermano Montenegro; o Posto de Saúde da Av. W3 Sul, de Flávio de Aquino; o Hospital das Forças Armadas, do Lúcio Estelita; o Superior Tribunal Militar, o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal Federal de Recursos, do próprio Nauro Esteves.

Mas, acima de todos, estava ele. “A gente diz assim: foi feito por fulano, foi feito por sicrano, mas atrás deles tinha quem? O Nauro. Havia a equipe dele, mas ele era a cabeça” – completa Mirtes Republicano. Era cabeça não só pela autoridade do cargo que ocupava, mas pela capacidade profissional e pelo nível de exigência no seu próprio trabalho e no trabalho da equipe que tinha sob sua orientação.

Com muita determinação, Esteves trabalhou nos projetos e na urbanização das superquadras: locação e projetos arquitetônicos dos blocos residenciais, arruamento, calçamento e ajardinamento. Nauro Esteves conhecia bem o esquema das superquadras, e preocupou-se em cumprir, com o possível rigor, o plano de Lucio Costa (ESTEVES, 2004c, p. 11), em tudo o que se referia a urbanismo.

Quanto à urbanização das superquadras, Nauro relata: “Eu comecei um pouco apavorado, afobado, na urba-

nização das superquadras, porque tinha que fazer, porque não tinha projeto, nada disso. Mas eu tinha que tocar, já estava contratando empreiteiras para fazer meio-fio, asfalto. Então eu tinha que fazer rapidinho” (ESTEVES, 1996). Era Nauro quem definia tudo, às vezes ia ao Rio de Janeiro, por conta própria, conversar com Lucio Costa para obter orientação sobre como fazer. Nauro definiu os arruamentos das superquadras, as áreas arborizadas, os taludes gramados das “tesourinhas”. Ele sentava no chão e desenhava o arruamento das superquadras e os estacionamentos.

Geraldo Orlandi testemunha: “o Nauro trabalhou no arruamento, ele fez à mão, por incrível que pareça, no lugar, traçando no chão: ‘a rua vem aqui’. Você ia procurar o Nauro, você ia numa superquadra e ele estava riscando no chão. O asfalto onde era; o estacionamento, ele riscava no chão. Era engraçadíssimo: ia lá e fazia no lugar” (ORLANDI, 2004). Nauro Esteves avalia: “Para fazer tecnicamente, com projeto, com plantas, ia levar muito tempo”. E ainda: “Então quem marcava no chão a calçada, era eu. Não havia tempo de ficar projetando calçada, indo lá; não, eu ia lá e levava um esquema básico” (ESTEVES, 2004c, p. 2). E Duarte complementa: “O Nauro como profissional e entusiasta de Brasília, ele trabalhava na prancheta e trabalhava no campo, de joelhos, de cócoras, junto com o operário”. Muitas vezes o presidente da NOVACAP



Conjunto Nacional, Brasília

precisava falar com Nauro Esteves e “a gente tinha que dizer que ele estava na superquadra”. Lá estava ele “agachado junto com os peões. Fazendo o quê? Marcando metro a metro com a linha as curvas dentro das próprias superquadras, marcando as calçadas, marcando os estacionamentos, para ficarem de acordo com o que ele queria na planta” (DUARTE, 2004).

Marcava as curvas das ruas com cordas; vinha atrás o operário pintando no chão, com tinta ou cal, marcando o lugar onde era colocado, em seguida, o meio-fio. Deixava as calçadas já definidas com as ripas de madeira. Para fazer as calçadas, determinou: “um metro e cinquenta (largura) acompanhando o meio-fio” (ESTEVES, 1996).

Mirtes Republicano acrescenta que “depois ele subia ao último andar do prédio para verificar lá de cima se coincidia com o que ele estava querendo que se fizesse” (REPUBLICANO, 2004). “As superquadras que têm ruas curvas fui eu que fiz” – afirma Esteves (1996).

E mais, o Engenheiro Cláudio Starling⁴ (*apud* Orlandi, 2004) “trabalhava comigo nessas loucuras o tempo todo” – diz Esteves. “Era muito bom nisso, ele modelava o chão com as máquinas (ESTEVES, 1996). E Orlandi confirma: Starling “ia com o trator atrás do Nauro, exatamente, não tem exagero nenhum nisso. Ficava esperando o Nauro acabar de riscar pra ir lá passar o trator” (ORLANDI, 2004).

Outras contribuições de Nauro Esteves para as superquadras foram a criação dos blocos quadrados das SQS 403, 405 e 406, cujos projetos elaborou e desenvolveu por completo, desde a própria locação dos blocos; e os projetos dos prédios das Administrações de Quadra – ADQs, com a finalidade de abrigar as prefeituras de cada superquadra (REPUBLICANO, 2004).

Mas seu trabalho na urbanização da cidade não se limitou às superquadras. Como exemplo, os projetos de sistema viário: o “balão do aeroporto fui eu que fiz, lá tem uma amendoeira plantada que eu que plantei” (ESTEVES, 1996, p. 3); além do trevo no final da Via L2 Sul, ligações viárias entre as Vias W4 e W5 Sul, os taludes gramados das chamadas “tesourinhas” (DUARTE, 2004).

Enumeram-se ainda, entre outros, alguns projetos de sua autoria que viriam a ter forte presença na paisagem urbana de Brasília: o Palácio do Buriti e Anexo, o Hotel Nacional, o Conjunto Nacional, o Edifício Casa de São Paulo, o Jardim de Infância 21 de Abril, os Edifícios Ceará, Sônia e Presidente no Setor Comercial Sul, o Cine Karim da EQS 110/111, o Hospital Santa Lúcia (projeto inicial), o Edifício Central Brasília no Setor Bancário Norte, o Edifício Venâncio VI, o Carlton Hotel, a Fundação Ballet do Brasil, inúmeros blocos de apartamentos nas superquadras etc.



Hotel Nacional, Brasília



Palácio do Buriti, Brasília

Entretanto, considerando todo o trabalho que desenvolveu na cidade, talvez o mais importante tenha sido o empenho com que defendeu a idéia central segundo a qual Brasília foi “inventada”.⁵ Na condição de arquiteto, sempre respeitou o plano urbanístico de Lucio Costa, e quis preservá-lo conforme as diretrizes traçadas no Relatório do Plano Piloto de Brasília: “O relatório dele é uma peça fantástica. Tem muita gente que fala de Brasília, tem muita gente que nunca leu aquilo. Mas é fundamental, para entender Brasília é fundamental” (ESTEVES, 1996). Para tanto, Nauro Esteves teve que ser rígido e enfrentou pressões por parte de empresas construtoras, de empreendedores imobiliários, de autoridades, com a consciência profissional que foi sua marca.

De fato, Nauro Esteves fez tudo isso. Só não se fez estrela. Não se colocou debaixo das luzes, não se postou diante das câmeras. Mas permaneceu integrado à história de Brasília: mergulhado nos contextos da construção e da implantação da Capital; participando efetivamente dos fatos, desde as primeiras ações até a cidade já desenvolvida; conhecendo, projetando, coordenando, orientando, realizando, defendendo; influenciando; modelando a “cara” da cidade; contracenando lado a lado com atores notáveis, sem se preocupar com os holofotes. Perguntado que lhe foi se tinha fotografia sua no período da construção, respondeu: “não tenho praticamente nada de fotografia de Brasília, porque eu não me ligava muito nisso, porque o negócio de correr aqui era 24 horas por dia. O tempo da gente era atender, era resolver aquilo”: era construir Brasília! (ESTEVES, 1989, p. 10).

No dia 23 de fevereiro de 2007, perto de completar oitenta e quatro anos de idade, Nauro Esteves faleceu, ainda em Brasília, cidade que também fez nascer.

Referências Bibliográficas

- ARQUITETURA E ROMANCE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1949, 3ª seção.
- BARROSO, Sabino Machado. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 23p.
- BOM TRABALHO REALIZADO PELOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA. *O Globo*, Rio de Janeiro, dez. 1949.
- BRASIL. Decreto nº 38.281, de 9 de dezembro de 1955. Muda a designação da Comissão de Localização da Nova Capital para Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal. *Diário Oficial da União*, 13 dez. 1955
- BRASIL. Decreto nº 40.016, de 24 de setembro de 1956. Extingue a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, cujos bens, serviços, direitos e obrigações são pelo mesmo ato transferidos à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil”. *Diário Oficial da União*, 24 set. 1956.
- BRASIL. Decreto nº 40.017, de 24 de setembro de 1956. Aprova a constituição da sociedade por ações da Companhia Urbanizadora da nova Capital do Brasil”. *Diário Oficial da União*, 24 set. 1956.
- BRASIL. Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 20 set. 1956.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea Brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CAMPELLO, Glauco de Oliveira. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 20p.
- COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. ArPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília: GDF, 1991.
- COSTA, Maria Elisa; LIMA, Adeildo Viegas. *Brasília*

- 57-85: *do plano piloto ao Plano Piloto*. Brasília: TERRACAP, 1985.
- DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 7, de 13 de junho de 1960. Aprova a Consolidação das Normas em vigor para as construções em Brasília.
- DISTRITO FEDERAL. (Brasil). Decreto nº 596, de 8 de março de 1967. Código de Edificações de Brasília e seus regulamentos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 mar. 1967, p. 3699 col. 1.
- DISTRITO FEDERAL. (Brasil). Portaria nº 210, de 6 de setembro de 1961. Designa membros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
- DUARTE, Luiz Henrique Freire. *Entrevista*. Por Cristiana Mendes Garcia. Brasília, 9. jul. 2004.
- ESTEVES, Maria de Lourdes Junqueira Edreira. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 12p.
- ESTEVES, Nauro. *Curriculum Vitae do Profissional*. s/ data.
- . *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília : Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 40p.
- . *Entrevistas*. Por Cristiana Mendes Garcia. Brasília, 7 jun. 2004a.
- . *Entrevistas*. Por Cristiana Mendes Garcia. Brasília, 2 jul. 2004b.
- . *Entrevista*. Por Matheus Gorovitz. Brasília, 1º semestre de 2004c.
- . *Memória do Arquiteto de Brasília*. Palestra proferida em 26/07/1996. Brasília : Instituto dos Arquitetos do Brasil – DF, 1996.
- FICHER, Sylvia e Acayaba, Marlene Milan. *Arquitetura Moderna Brasileira*. São Paulo, Projeto, 1982.
- Ficha Técnica do Profissional*. Brasília : CREA-DF, 2004.
- FICHER, Sylvia e Batista, Geraldo Sá Nogueira. *GuiArquitetura Brasília*. São Paulo, Empresa das Artes e Editora Abril, 2000.
- FONSECA, Fernando Oliveira (org). *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília, SEMARH, 2001.
- KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. 2. ed. Brasília : Senado Federal, 2002.
- NIEMEYER, Oscar. *As Curvas do Tempo*. 5. ed. Rio de Janeiro : Renavam, 1999.
- . *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 27p.
- . *Minha Experiência em Brasília*. Rio de Janeiro : Vitória, 1961.
- ORLANDI, Geraldo Roberto. *Entrevista*. Por Cristiana Mendes Garcia. Brasília, 6 ago. 2004.
- REPUBLICANO, Mirtes Amora de Assis. *Entrevista*. Por Cristiana Mendes Garcia. Brasília, 30 jul. 2004.
- SILVA, Ernesto. *Entrevista*. Por Cristiana Mendes Garcia. Brasília, 18 ago. 2004.
- . *História de Brasília*. Brasília : Linha Gráfica, 1999.

1 Aqui Nauro Esteves se refere à NOVACAP como todo o tempo em que trabalhou no serviço público em Brasília. Este tempo corresponde à época em que fazia parte do quadro de funcionários da NOVACAP, depois da Prefeitura do Distrito Federal – PDF e, posteriormente do Governo do Distrito Federal.

2 Vias S1 e N1 correspondentes ao Eixo Monumental.

3 Mirtes Amora de Assis Republicano, arquiteta da D.A. (Divisão de Arquitetura) - NOVACAP. Permaneceu como arquiteta na Prefeitura do Distrito Federal – PDF e posteriormente no Governo do Distrito Federal.

4 Cláudio Starling, engenheiro chefe do Departamento de Estradas e Rodagem.

5 Referência ao termo usado por Lucio Costa: “Brasília, a cidade que inventei”. In: COSTA, 1991, capa.

Lúcia Bucar

HOMENAGEM AOS SERVIDORES DO SENADO FEDERAL

*“São dignas de admiração e até inveja,
afirmou Oswald Spengler,
as gerações que hajam tido a felicidade
de testemunhar e de viver
os grandes eventos
que marcam as mudanças
de ciclo da História”.*

(Citação do Senador Filinto Müller,
manifestando, em discurso pronunciado
na Alta Tribuna do Plenário,
o júbilo do Senado ao se instalar em Brasília,
em 21 de abril de 1960)

Servidores do Senado Federal em frente ao Palácio Monroe,
Rio de Janeiro

Cedida por Nerione Nunes Cardoso



Durante a histórica arrancada para construir uma cidade no Planalto Central, uniam-se, em torno do Presidente JK, grupos diversos de artistas, técnicos, administradores, construtores e trabalhadores anônimos, todos imbuídos de um espírito de vanguarda contagiado pela emoção do nascimento da *Capital da Esperança*.

Em 1959, no Palácio Monroe, a segunda sede do Senado no Rio de Janeiro, senadores e servidores se preparavam para vitalizar a nova Capital que surgia. O desejo de todos era que, mesmo durante a mudança, o Senado continuasse participando com vigor, no cenário nacional, exercendo a função de sempre do Poder Legislativo, que é o de representar os estados brasileiros, traçando as diretrizes da vida do País, a ser refletida sob todos os aspectos. Naquele ano, o Senado enviou, à futura Capital Federal, o servidor engenheiro Cleone Velasco, com mais cinco servidores, para acompanhar as obras do Palácio do Congresso e dos apartamentos. Desta equipe, participou o Dr. Nerione Nunes Cardoso, que trabalhou durante cinquenta anos no Senado Federal, e a quem a SENATUS teve o prazer de entrevistar, em fevereiro de 2010.

Para a mudança, do Rio para Brasília, a Mesa Diretora do Senado elegeu o primeiro-secretário senador Cunha Mello como seu representante, para executar e resolver os problemas da transferência. O senador tinha consciência de que seria necessário todo desvelo, para facilitar a mudança dos senadores e de cerca de trezentos funcionários com suas famílias, na cidade em construção, onde tudo era confuso, com as dificuldades próprias dos problemas de instalação. Um trabalho que exigia método e tranquilidade, para processar-se sem muitos sacrifícios e perturbações na vida dos envolvidos.

O ânimo dos servidores com a mudança estava dividido, conforme nos conta o Dr. Nerione:

Acredito que o principal problema era que muitos servidores já tinham suas vidas estabelecidas no Rio, com família, filhos e netos vivendo ali, ou mesmo o cônjuge trabalhando no Rio. Temiam a grande empreitada de mudar tudo em suas vidas. Alguns, que já tinham tempo de serviço, preferiram se aposentar. Já para os mais novos, a expectativa era a da grande oportunidade que mudar para a nova capital traria. Eu tinha, na época, trinta anos de idade e dez anos de Senado; pensava que, não só para o Senado, como para mim, a mudança para Brasília seria uma oxigenação total. O Congresso Nacional no Rio fazia poucas sessões, as quais não eram na sede do Senado; tínhamos que ir a pé do Palácio Monroe até o Palácio da Câmara dos Deputados, na Avenida Tiradentes, onde havia sessões do Congresso e, depois da sessão, voltar novamente. Em Brasília, tudo seria diferente, acreditava. Câmara e Senado próximos, no mesmo palácio, poderiam ser mais dinâmicos e, quanto aos servidores, estes teriam vantagens com a mudança, pois receberiam a “dobradinha”, além de terem os dois

primeiros anos, após a mudança, contando para aposentadoria. Os mais novos como eu, entusiasmaram-se e colocaram-se logo à disposição. O problema maior entre os servidores foi o fato de que alguns não concebiam viver fora do Rio de Janeiro.

Constituiu-se, então, uma comissão de servidores para fazer os trabalhos básicos e realizar o planejamento da mudança. Presidida por Glória Fernandina Quintela, a equipe responsabilizar-se-ia também pelo levantamento de dados sobre os servidores que se encontravam aptos a ir para Brasília. Fazia parte do grupo os servidores Áurea de Barros Rêgo, Miécio dos Santos Andrade e Luiz Carlos Vieira da Fonseca, como relator; o trabalho apresentou todos os esclarecimentos e análises relacionados ao número de dependentes, necessidades e impedimentos referentes à moradia, escolas, etc.

O Senado achou por bem enviar alguns servidores a Brasília para acompanhar *in loco* o desenvolvimento da obra do Palácio do Congresso e das moradias para senadores e servidores. Esse pequeno grupo era liderado pelo secretário-geral da Presidência, Isaac Brown, e composto por quatro servidores, conforme o relato do Dr. Nerione:

Quando chegou a maquete do Palácio do Congresso no Palácio Monroe, para que os parlamentares vissem como seriam os gabinetes, darem os seus palpites sobre as salas etc., nós começamos a nos animar. Os senadores constataram, então, que seria preciso enviar uma comissão pioneira para acompanhar as obras. O primeiro que veio para Brasília foi o assessor legislativo e engenheiro Dr. Cleone Velasco, em 1956; ele estabeleceu-se em uma casa de madeira na Avenida W3. A vida aqui era difícil, não havia opções. Depois, quando se criou o grupo de trabalho pioneiro, vieram Isaac Brown, Luís do Nascimento Monteiro, Odenegues Gonçalves de Leite, Wilson Pedrosa, Waldemar Pedrosa, que receberam uma casa em Brasília. Confesso que eu fiquei bravo; eu queria vir logo, pois eu era goiano e queria vir para mais perto da minha cidade. Eu era secretário do Líder da Maioria, desempenhava um trabalho com o senador Moura Andrade e, até então, não havia sido designado. Aí, eu falei com o primeiro-secretário, Cunha Mello, colocando a minha disponibilidade para ir. Ele me disse: - Você vai, mas fica responsável pelas casas do pessoal do Senado.

Segundo os relatórios da época, que hoje se encontram na Secretaria de Arquivo do Senado Federal, para a organização do trabalho de mudança da sede do Senado, do Palácio Monroe para o Palácio do Congresso em Brasília, as tarefas foram divididas em quatro setores: **equipamentos, bagagem, transporte e habitações**.

O setor de equipamentos ficou sob a responsabilidade do oficial legislativo Ari Kerner Veiga de Castro; teve a seu cargo o tombamento, embalagem e acondicionamento



Cedida por Sarah Abrahão

Servidores da Secretaria Geral da Mesa no Palácio Monroe, Rio de Janeiro

do mobiliário do Senado, etiquetado pelas determinadas seções de serviço ou Diretorias.

O setor de bagagem cuidou da relação dos móveis pessoais dos senadores e dos funcionários e acondicionamentos.

Ao setor de transportes coube as tarefas de extração das passagens aéreas e terrestres, conforme as escolhas dos interessados, assim como a responsabilidade na transferência dos volumes. Graças à eficiência deste

setor, os volumes dos arquivos do Senado foram preparados para, ao chegar a Brasília, conterem a designação especificada do andar e os números das salas para onde iam. Isso provocou elogios do primeiro periódico da cidade, o *Diário Carioca de Brasília*, que já circulava desde 12 de setembro de 1959. O jornal informou, em 09 de abril de 1960, às vésperas da inauguração de Brasília, sobre “a boa ordem e eficiência na arrumação dos documentos do Senado, que, logo que descarregados dos caminhões



O depoimento do Dr. Nerione mostra claramente as dificuldades enfrentadas por aqueles pioneiros que vieram a Brasília:

Eu fui morar na casa da W3, onde já estava o Cleone Velasco. Cheguei na época do carnaval; e fui para a casa da W3. Na parte de cima tinha três quartos; a gente se dividiu por ali: Isaac Brown, Luís do Nascimento Monteiro, Odenegues, Wilson Pedrosa e Waldemar Pedrosa. O Dr. Brown coordenando e tomando conta de tudo; e Odenegues e eu tomando conta das obras, numa Kombi, para cima e para baixo, fiscalizando tudo, com o apoio do GTB, cujo trabalho era excelente. Não havia comércio na cidade. Tudo que se necessitava tinha que ser comprado na Cidade Livre, hoje chamado Núcleo Bandeirante. Havia um pequeno cinema, o Cine Cultura, na W3, perto da sede da Novacap. E só.

Brasília despertava uma natural curiosidade em seus futuros moradores, e os senadores não estavam imunes, por isso pequenos grupos de parlamentares fizeram várias viagens à nova Capital para conhecer o palácio que se construía e que a imprensa tanto divulgava. Uma das atribuições do grupo pioneiro de servidores do Senado era recepcionar os parlamentares.

Normalmente, os senadores vinham nos finais de semana. Uns gostavam do que viam, outros não. O aeroporto era de madeira e tinha uma pista. E a gente ia recebê-los de Kombi. Os senadores não permaneciam aqui, pois não havia acomodações apropriadas. Era só para inspeção. Brasília era um canteiro de obras gigantesco. A situação era tão precária que até para fazer um interurbano para o Rio, tínhamos que solicitar à telefonista chefe, explicando a urgência. Os senadores, às vezes, visitavam as obras e voltavam no mesmo dia, pois não havia acomodação apropriada. Nós, da equipe pioneira, corríamos contra o tempo, pois o dia 21 de abril estava chegando e o trabalho era imenso, para acomodar senadores, servidores, familiares e visitantes.

No Palácio Monroe, às vésperas da mudança, havia uma verdadeira luta contra o tempo, pois a transferência tinha que ser realizada em dez dias, para dar cumprimento à deliberação de efetivar a instalação do Congresso em Brasília, na data fixada pela lei. E os problemas eram tantos que os servidores tinham que se desdobrar e *virar noites*, sem vantagens especiais, para cumprir o prazo.

Como falar dos cinquenta anos do Senado Federal em Brasília e não fazer uma justa homenagem àqueles que promoveram, nos bastidores, a mudança do Rio de Janeiro para a nova Capital? É o que estamos fazendo. O *script* do Senado sempre contou com atores que dariam a vida pela Instituição; e isto é inerente à sua história, desde o Império; podemos dizer que aqueles que promoveram a mudança fazem parte desse elenco.

ou carretas eram levados aos devidos lugares, para evitar acúmulo e confusões”.

O setor de habitação tinha a responsabilidade de contatar o Grupo de Trabalho de Brasília (GTB), para definição dos números das unidades residenciais e das condições compatíveis com as necessidades dos senadores e servidores da Casa; esta era uma tarefa complicada, pois tudo era muito precário, principalmente porque a demanda era maior que o número de residências já construídas.

SERVIDORES QUE AUXILIARAM NA MUDANÇA DO SENADO FEDERAL

Abdenego de Souza Lino	Geraldo Teodoro Fernandes	Lúcio Machado Tosta
Abel Ferraz de Macedo	Gilda Leal Costa	Luiz Carlos Vieira da Fonseca
Afonso Silva Soares	Givan Siqueira Madruga	Luiz do Nascimento Monteiro
Alberto Moreira de Vasconcelos	Glória Fernandina Quintela	Luiz Monteiro
Alcebíades Ferreira	Gonçalo Farias de Oliveira	Luiz Valdevino de Lima
Alírio Jacinto dos Santos	Hélio Carvalho da Silva	Manoel Elias Sobrinho
Aníbal Lourdes Oliveira	Iraçu Francisco Luiz da Rocha	Manoel Isidoro Pereira
Antonieta Furtado de Rezende	Isaac Brown	Manoel Viríssimo Ramos
Antonio Galdino da Silva	Ivan Ponte e Souza Palmeira	Marciano José da Silva
Antônio Júlio Pires	Jacob Setta	Marília Távora
Antonio Menezes do Nascimento	Jayme Corrêa de Sá	Mário Marques da Costa
Apolônio Jorge de Faria Salles Filho	João Arlindo dos Santos	Mário Martins Neto
Ari Kerner Veiga de Castro	João Batista da Costa	Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro
Arlete Bretas do Nascimento	João Francisco da Silva	Miécio dos Santos Andrade
Arlete de Medeiros Alvim	João Pires de Oliveira Filho	Milton Faria de Souza
Arnaldo Gouvêa Castelo Branco	Joaquim dos Santos	Nair Cardoso
Ary Feliciano de Araújo	Joaquim Luiz da Rocha	Nerione Nunes Cardoso
Áurea de Barros Rêgo	Jorge Pinto de Alvarenga	Neusa Rita Perácio Monteiro
Aurélio Barbosa da Silva	José Campos Erício	Odenegus Gonçalves Leite
Carlos Braga	José Celestino Pessoa	Olívio Jacinto dos Santos
Ciro Vieira Xavier	José Corrêa Fuso	Orlando de Sá Cavalcanti
Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves	José Coutinho de Araújo	Orlando Olivera
Cláudio Ideburque Carneiro Leal Neto	José Ferreira	Oscar Luiz de Azevedo
Deusdedite de Araújo Silva	José Geraldo da Cunha	Paulo Costa de Oliveira
Djalma Magano	José Lopes do Amorim	Pedro Cavalcanti d'Albuquerque Neto
Djalma Pereira Madruga	José Luiz dos Santos	Pedro Félix da Costa Lacerda
Elbe Cordeiro	José Pessoa	Renato Medeiros
Elga Jägerfeld de Barros	José Sales de Oliveira	Roldão Pimentel Simas
Etelmino Pedrosa	José Soares da Costa	Romeu Baltrami
Eurico da Costa Macedo	José Soares de Oliveira Filho	Rubem da Cunha Gomes
Evandro Mendes Vianna	Juvenal Freitas Pimentel	Stela Mendonça da Cunha
Felipe Gomes	Lauro Portella	Ubaldo Gonçalves
Fernando Alfredo Carneiro Pereira	Léa José da Silva	Waldemar Gomes Tinoco
Fernando Jorge da Rocha	Leda Fialho Diniz Martins	Wilson Peçanha
Georgino Avelino da Costa	Leopoldina Ferreira Neves	Wilson Pedrosa
Geraldo Gomes	Luciano Mesquita	Waldemar Pedrosa

Fonte: MELLO, 1961, p. 481-482 e BRASIL. Senado. Relatório..., 1960, p. 93-96



Cedida por Saarah Abrahão

O presidente do Senado, Petrônio Portella, com diretores da Casa

Em Brasília, a maioria dos apartamentos, tanto para os senadores quanto para os funcionários, ainda não estava totalmente pronta. Após muitos esforços do primeiro-secretário da Mesa Diretora, senador Cunha Mello, obteve-se 250 unidades para os servidores e 63 para os senadores, mas ainda eram necessárias mais 50 unidades para servidores. O testemunho de Dr. Nerione mostra claramente a situação das moradias:

Só depois da inauguração algumas casas da W3 e alguns apartamentos estavam completamente prontos. Havia apartamento em que estava pronto um quarto e dois não; noutros não havia móveis. No apartamento do senador Moura Andrade, por exemplo, só dois quartos estavam prontos. Era embaraçoso, mas a gente pedia a compreensão de todos. Na semana da inauguração, quando as famílias estavam chegando, foi uma loucura, pois uns comunicaram que viriam com determinado número de visitantes e, na última hora, vinham com mais; tivemos que correr à Cidade Livre, para comprar cama de campanha "Dragoflex". Aconteciam coisas inusitadas. Havia uma capacidade de improviso que dinamizava o nosso grupo. A sensação do pioneirismo, em meio ao vento cortante e a poeira dourada, tinha entrado em nosso sangue e procurávamos dar solução a todo impasse.

Na semana da instalação do Congresso em Brasília, havia uma expectativa no ar, com a cidade toda agitada com as comemorações da inauguração. Com os corações cheios de esperança, os servidores e senadores, juntamente com suas famílias, começavam a chegar, prontos para iniciar um novo tempo.

A recepção para entrega das chaves das residências foi feita numa casa na Avenida W3 Sul, especialmente destinada a tal finalidade. Ali, os que recebiam as chaves eram conduzidos por viaturas do Senado aos apartamentos, pela equipe dos servidores que estavam acompanhando as obras. Mais uma vez, com o apoio das memórias de Dr. Nerione, é possível ter uma imagem da situação:

Às vésperas da inauguração, faltou luz no Palácio do Congresso. Tivemos que ir à Cidade Livre comprar "Petromax", pois estava chegando a hora da inauguração e os últimos acabamentos não podiam parar durante a madrugada. No dia 21 também, não paramos um segundo, recebendo o pessoal no aeroporto, levando para as residências, dando as informações necessárias relacionadas às festas de inauguração, etc. Na hora da queima dos fogos de artifício, eu estava embaixo da Rodoviária, levando gente para todo canto, pois as pessoas que chegavam não sabiam como se locomover, era tudo muito diferente do que se conhecia em qualquer cidade e difícil entender as ruas e vias. Mas, no final, tudo deu certo! Logo depois o Senado entrou em recesso e os trabalhos foram se normalizando. Havia um coleguismo muito grande entre os servidores do Senado. Lembro-me de que, quando a minha mudança chegou, veio junto um belo quadro de uma marina; passado um tempo veio um colega e me disse que o quadro era dele – a gente ria destas confusões; coisas assim aconteciam, pois era natural que houvesse alguma pequena margem de erro, pois chegavam caminhões de mudanças quase todos os dias, até o mês de junho. De vez em quando, alguém reclamava, mas, a maioria era muito compreensiva.

SERVIDORES QUE SE MUDARAM

Abel Ferraz de Macedo	Claudio dos Santos	Geraldo Gomes
Aderbal Távora de Albuquerque	Cláudio Ideburque Carneiro Leal Neto	Geraldo Teodoro Fernandes
Afonso da Silva Soares	Claudionor de Araújo Barros	Gilda Leal Costa
Alberto Moreira de Vasconcelos	Cléa Marina da Cunha Menezes	Givan Siqueira Machado
Alcides de Oliveira	Cleone de Paula Vellasco	Guilherme Salgueiro de Oliveira
Almerinda Viana Baker	Dalva Ribeiro Viana	Heliantho de Siqueira Lima
Aloísio Menezes Evaristo	Décio Braga de Carvalho	Hélio Carvalho da Silva
Altamiro Cruz	Deolinda Maria Peixoto Braga	Herculano Ruy Vaz Carneiro
Aníbal Lourdes de Oliva	Dilermando Louzada	Hermes Peçanha Gomes
Anselmo Nogueira Macieira	Dionísio Mota da Costa	Ily Rodrigues Alves
Antonieta Furtado Rezende	Diva Gallotti	Irene Stela Homem da Costa
Antonio de Araújo Costa	Durval Sampaio Filho	Isnard Sarres de Albuquerque Melo
Antônio Galdino da Silva	Edila Macedo Ribeiro	Ivan Ponte e Souza Palmeira
Antônio José Viana	Edith Balassine	Jaime Corrêa de Sá
Antônio Menezes do Nascimento	Edson Ferreira Afonso	João Arlindo dos Santos
Antonio Pinto Fanaia	Efraim Rego Barros	João Batista da Costa
Antonio Roque dos Santos	Elpídio Viana	João Francisco da Silva
Aristóteles Pereira Madruga	Elsita Lorlai Campos da Paz	João Pires de Oliveira Filho
Arlindo Gomes da Silva	Elza Flores da Silva	João Soares da Costa
Armindo Henriques	Elza Loureiro Gallotti	Joaquim Bastos
Artur Botelho Casado Lima	Ernande Alcântara de Oliveira	Joaquim da Costa
Ary Leonardo Viana	Etelmiro Pedroso	Joaquim dos Santos
Aurélio Barbosa da Silva	Eth Vieira Kritz	Joaquim Luiz da Rocha
Avelar Fonseca de Souza	Evilásio Sérvulo Martins Veloso	Jorge de Oliveira Nunes
Beatriz Brandão Brígido	Felipe Baroud	Jorge Manoel Azevedo
Beatriz Corrêa de Melo	Felipe Gomes	Jorge Pinto de Alvarenga
Benvinda Maria Soares	Fernando Coelho	José Argemiro Batista
Bertino Lascosck da Silva	Fernando Jorge da Rocha	José Bueno Carneiro de Novaes
Carlos Braga	Floriano de Lacerda	José Correia Fuso
Carlos Torres Pereira	Francisco de Assis Ribeiro	José Coutinho de Araújo
Carmelita de Sousa	Francisco Lopes Arêas	José de Campos Brício
Cecília Braconi e Castro	Francisco Rodrigues Soares Pereira	José Euvaldo Peixoto
Célia Tereza Assumpção	Francisco Soares de Arruda	José Ferreira
Celina Ferreira Franco	Gelda Lira do Nascimento	José Geraldo da Cunha
Ciro Vieira Xavier	Georgeta Kuntz	José Gouvêa
Claudia Assa Passerini	Georgino Avelino da Costa	José Miguel da Silva

Fonte: BRASIL. Senado. Relatório..., 1960, p. 96-97G

PARA BRASÍLIA EM 1960

José Sales de Oliveira
 José Soares de Oliveira Filho
 Juvenal Freitas Pimentel
 Lázaro de Freitas
 Léa José da Silva
 Leopoldina Ferreira Neves
 Leyla Araújo Castello Branco
 Lígia Morais Abreu
 Luciano Mesquita
 Lúcio Machado Terta
 Luiz do Nascimento Monteiro
 Luiz Valdevino de Lima
 Luzia Jeanne Marie Robichez
 Manoel Batista da Silva
 Manoel de Almeida
 Manoel Elias Sobrinho
 Maria Aparecida Jordão
 Maria Cherubina da Costa
 Maria de Lourdes Botelho Alves
 Maria do Carmo Reis Brandão
 Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva
 Maria dos Reis Josetti
 Maria José Miranda de Siqueira Lima
 Maria Tavares Sobral
 Maria Tereza Fernandes de Andrade
 Mário Granado da Silva
 Mário Marques da Costa
 Mario Mendes da Silva
 Marta dos Santos Crespo de Castro
 Mauro Cunha Campos de Moraes Castro
 Mercílio de Souza
 Miécio dos Santos Andrade
 Milton Faria de Souza
 Nair Cardoso
 Nerione Nunes Cardoso
 Neuza Rita Perácio Monteiro

Newton Cleanto de Campos
 Nilo Gonçalves Martins
 Odenegus Gonçalves Leite
 Odisséia Nery de Medeiros
 Orlando Aires
 Orlando Olivera
 Oscar Luiz de Azevedo
 Otavio José de Anchieta
 Paulo Gomes Braga
 Paulo Nunes Augusto de Figueiredo
 Paulo Weguelin Delpech
 Pedro Cidral Mansur
 Pedro Felix da Costa Lacerda
 Philadelpho Seal
 Propércio Xavier da Silva
 Ranulfo Chaves Filho
 Reginaldo de Azevedo Gomes
 Renato de Almeida Chermont
 Renato Medeiros
 Roldão Pimentel Simas
 Romilda Duarte
 Ruben da Cunha Gomes
 Ruth de Souza Castro
 Ruy Ribeiro Cardoso
 Sebastião Miguel da Silva
 Sebastião Veiga
 Sílvio Pinto de Carvalho
 Stella Mendonça da Cunha
 Ubaldo Gonçalves
 Vital Martins Ferreira
 Waldemar Gomes Tinoco
 Waldemiro de Souza Rocha
 Walkir de Almeida
 Wilson Peçanha
 Yara de Medeiros

Referências bibliográficas

ANDRADE, Moura. Requerimento n. 316, de 22 de abril de 1960. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, DF, 23 abr. 1960. Seção II, p. 1086.
 ——. Requerimento n. 317, de 22 de abril de 1960. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 22 abr. 1960.
 ——. Requerimento n. 318, de 22 de abril de 1960. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 22 abr. 1960.
 BRASIL. Congresso. Senado. *Relatório da Presidência*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1960.
 MELLO, Cunha. Discurso pronunciado pelo senhor Senador Cunha Mello na sessão de 8 de fevereiro de 1961. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, DF, 10 fev. 1961. p. 234-238.
 ——. [Relatório sobre a mudança do Senado Federal para a nova capital]. *Anais do Senado*, Brasília, DF, v. 1, p. 466-484, 1961.



Nerione Nunes Cardoso foi diretor da Secretaria de Informação e Documentação e Secretário Geral da Mesa Diretora do Senado Federal.



Edilenice Passos

OS CANDANGOS DO 28



Quando ele acorda, o dia ainda está escuro. Hora de começar outro turno. Ou será o mesmo? As longas horas trabalhadas, os turnos intermináveis fazem com ele perca um pouco a noção do tempo.

Há um ano, depois de uma viagem de 15 dias num trem e depois num caminhão pau-de-arara, chegou naquela cidade que era só terra. Tinha largado pai e mãe para vir trabalhar. Havia abandonado uma terra sem água e passou a ser a esperança dos parentes. Esperança de ganhar dinheiro e enviar para sua casa, quem sabe melhorar um pouquinho a vida sofrida daqueles que ficaram.

Queria ser alguém na vida. Disseram que em Brasília estavam puxando dinheiro com rodo. Ouvia as notícias no rádio sobre Goiás. Mas, onde ficava Goiás? Como chegar

até lá? Disseram que encontraria trabalho, esperança e riqueza. Encontrou trabalho, poeira vermelha, lama e carestia. E havia a maldita esperança que o fazia prosseguir.

Ele fazia parte da “torrente humana”, como Juscelino Kubitschek chamou a multidão de trabalhadores que para Brasília vieram.

Conseguir trabalho era fácil, se você tivesse profissão. E ele tinha. Pedreiro. Ganhava CR\$25,00 por hora. Era horista e trabalhava até dez horas por dia, todos os dias da semana. Alguns colegas faziam até 400 horas por mês, mas poucos chegavam a 500.

Se o camarada não tivesse qualificação poderia arrumar emprego também, sempre havia vagas para ser-ventes e auxiliares de cozinha. Mas, se ele soubesse



**"MÔÇO...
EU FIZ ESTA CIDADE!"**

"Quer dizer, eu não fiz ela toda, mas ajudei um bocadinho!" Assim como ele, milhares de outros "candangos"... milhares de novos bandeirantes se orgulham de ter feito Brasília. Cada um deles contribuiu com o seu quinhão de técnica, de talento e de trabalho para tornar realidade esse belo sonho brasileiro.

Hoje Brasília abre as portas para o mundo e canta a sua glória. Mas a glória que fica é a dos "candangos" brasileiros - dos administradores e dos técnicos aos operários. Eles gravaram na epopéia da construção de Brasília a marca do arrôjo brasileiro, o valor de sua inteligência e a fé inabalável no futuro deste País.

A Esso Brasileira de Petróleo esteve ao lado desses homens desde o primeiro instante. E eles nos ajudaram a construir ali o primeiro pólo de serviço de Brasília - pioneiro em terra de pioneiros - o Pólo Esso Tiraolites, inaugurado a 21 de abril de 1959 pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO 

Propaganda da época, elaborada atendendo à solicitação da Comissão das Solenidades de Instalação do Governo da Nova Capital.

[...] começaram a chegar de todos os cantos da imensa pátria os trabalhadores: os homens simples e quietos, com pés de raiz, rostos de couro e mãos de pedra, e que, no calcanho, em carro de boi, em lombo de burro, em paus-de-arara, por todas as formas possíveis e imagináveis, começaram a chegar de todos os lados da imensa pátria (...); foram chegando em sua mudez cheia de esperança, muitas vezes deixando para trás mulheres e filhos a aguardar suas promessas de melhores dias; foram chegando de tantos povoados, tantas cidades cujos nomes pareciam cantar saudades aos seus ouvidos, dentro dos antigos ritmos da imensa pátria... (Brasília, Sinfonia da Alvorada, Vinícius de Moares)





Brasil, capital Brasília, 1961

ler e escrever, era bem melhor, porque poderia trabalhar no escritório e ser mensalista. Ele havia feito o primário na sua cidade natal, sabia escrever o nome e ler com alguma dificuldade.

Arrumar emprego nunca foi problema naquela cidade. Havia mais trabalho do que braços. O INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) fazia uma seleção do pessoal, cuidava dos documentos e encaminhava o pretenente para as companhias. E, além disso, as empresas que recrutavam pessoal, ávidas por trabalhadores, ofereciam salários maiores para tentar conquistar os pedreiros, serventes das outras companhias. As companhias anunciavam nas sessões de cinema na Cidade Livre, divulgavam os salários pagos a diferentes categorias. Usavam também os serviços de alto-falante que indicavam os escritórios que deveriam ser procurados.

Mas não era só chegar e o emprego estava te esperando. Se você dissesse que era carpinteiro ou pedreiro tinha um exame. Se fosse carpinteiro, por exemplo, podiam te dar uma tábua de cedro toda torta e você tinha que deixar prontinha. Para trabalhar no 28 tinha teste também. Na hora da contratação o candidato tinha que andar em cima de uma viga de uns 15 centímetros de largura, a uns dez metros do chão. Também tinha que ter saúde. Não é qualquer um que aguenta dez longas horas de trabalho por dia.

O edifício do Congresso Nacional era chamado pelos candangos de 28. Alguns tinham medo de trabalhar ali, muitos caíram para a morte. Mas ele tinha fé que isso não aconteceria com ele.

Muitos colegas mudavam de emprego a toda hora, à procura de melhores condições, fosse de salário ou de alojamento. Ele, porém, desde o início, trabalhou na obra do 28. Ele foi fichado na Companhia Construtora Nacional. O engenheiro-chefe era Jozsef Kanyo, nome difícil que a peãozada não conseguia falar direito.

A poeira vermelha era constante, o vento levantava camadas finas que pousavam em todos e em todo lugar. Na época da chuva, a poeira se transformava em lama que a tudo sujava. O período chuvoso era o mais complicado, inundava a obra da garagem e o poço dos elevadores. Era um inferno. Não, inferno eram os pequenos incêndios que aconteciam e que levou mais de um amigo para o hospital.

O dia mais triste tinha sido o dia da morte de Bernardo Sayão. Era respeitado pelos trabalhadores. Ele falava com o peão. Não só com o peão, mas com o servente, o mestre de obras, o pedreiro. Ele fazia a obra andar.

Ele dormia no alojamento de solteiros que ficava no acampamento da Companhia Nacional, um grande galpão,

sem divisão, com as camas uma ao lado da outra. O banheiro era comunitário também.

Era duro não ter família por perto. Os trabalhadores, em sua maioria, eram solteiros ou tinham deixado a família na sua terra. Havia poucos alojamentos para os casados. Só os mais graduados tinham moradias individuais que possibilitavam que trouxessem suas famílias. No início, a cidade era para homens adultos que estivessem ligados às obras. Não havia espaço para mulheres e crianças. Se você não conseguisse um alojamento de casado na companhia tinha que pagar aluguel, que levava boa parte do seu salário. O sujeito podia também morar numa invasão, mas para isso precisava ter o material para construir a casa. Nem todos tinham. Era comum ver famílias acampadas no cerrado morando numa “casa” de papelão ou de saco de cimento. Se desse sorte, tinha uma casa de lona.

Ele comia na cantina do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), que atendia milhares de trabalhadores. A fila era grande e, às vezes, quando chegava sua vez, a comida acabava e era preciso esperar que fizessem mais. A comida, que era depois descontada do seu salário, não era boa, mas a fome era grande. Era sempre arroz, feijão, jabá e batata. Às vezes trocavam batata por macarrão. Também tinha direito a um copo de leite e um pedaço de goiabada. A comida dos engenheiros era diferente, sentavam separados dos outros, tinham privilégios.

Ele não fazia idéia do que estava construindo, como seria a obra no final. Foi ficando impressionado à medida que as cúpulas foram surgindo. O povo dizia que era a “Bacia do Pilatos”. Ele achava engraçado e ficou imaginando para que serviriam, quem trabalharia ali.

Seu nome é Zé. Como tantos outros. São tantos rostos e tantos nomes. Difícil conhecer todos. Mas há Manoel, João, Antonio, Luis, Expedito, Chico e Claudionor. Tem também Juan, Sechiro. Porém, contrariando a crença popular, havia poucos Severinos.

A Revista SENATUS quer transformar os anônimos em notórios, os esquecidos em homenageados, marcando em papel sua importância, tal a escultura de Bruno Giorgi, na Praça dos Três Poderes, em frente ao prédio que o Zé ajudou a construir.

*Brasília é sonho de Candango!
Brasília é trabalho de Candango!
Brasília é orgulho de Candango!
Brasília será terra de Candango!*

(Viva Brasília! Viva Candango! Viva o Brasil
Donatilla Dantas)



Arquivo Público do Distrito Federal

“O candango anônimo – herói da grande batalha. A história não lhe guardou o nome modesto, mas foi de suas mãos rudes de candango, de pernambucano, de paraibano, de baiano, de cearense, de goiano, de mineiro, enfim de todos os recantos desse imenso país, que nasceu Brasília.”

Manoel Mendes

“Sessenta mil candangos – as abelhas do Planalto – haviam tornado possível aquele milagre. Engenheiros e arquitetos, sanitaristas e geólogos, urbanistas e pilotos, desenhistas e técnicos em todas as especializações esquecidos do conforto, haviam trabalhado, noite e dia, sob o sol e a chuva, morando em barracas de lona ou em galpões de madeira, para que a inauguração se fizesse na data marcada.”

Juscelino Kubitschek



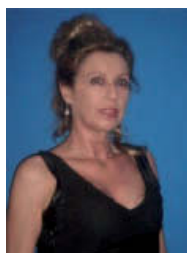
Autores



Senador José Sarney, presidente do Senado Federal



André Castro
Arquiteto e Urbanista, com especialização em Gestão do Patrimônio Cultural Integrado, pela Universidade Federal de Pernambuco, e em Restauração de Edifícios Históricos, desenvolve mestrado na FAU-UnB na área de teoria e história, e trabalha na Secretaria da Engenharia do Senado Federal.
andresc@senado.gov.br



Lúcia Bucar
Jornalista, trabalha na Secretaria de Informação e Documentação do Senado.
luciafb@senado.gov.br



Antonio Barbosa
Professor em História Contemporânea da Universidade de Brasília (UnB) e consultor legislativo do Senado Federal
ajbarbosa@senado.gov.br



Manoel Vilela Magalhães
Jornalista, foi professor da UnB (1969-1995), redator de *O Estado de S.Paulo*, Diretor-Geral do Senado e Diretor-Geral do STJ. É assessor do senador Arthur Virgílio.
vilelam@senado.gov.br



Cristiana Mendes Garcia
Arquiteta e Mestre em Planejamento Urbano pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB)
tananet@terra.com.br



Roberto Homem
Jornalista da Agência Senado
rhomem@senado.gov.br



Edilenice Passos
Mestre em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Brasília (UnB), trabalha na Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal. Criou e mantém a lista de discussões Infolegis: Bibliotecários Reunidos, que reúne bibliotecários jurídicos de todas as regiões brasileiras.
edilenic@senado.gov.br



Sidney Carvalho
Arquiteto e Urbanista, desenvolve mestrado na Universidade de São Paulo (FAU-USP) e trabalha na Secretaria da Engenharia do Senado Federal.
sidney@senado.gov.br

Agradecimentos



A Secretaria de Informação e Documentação agradece às instituições e a todos aqueles que colaboraram na elaboração deste número.

Agência France-Presse

Almir Vieira Passos

Arquivo Nacional

Arquivo Público do Distrito Federal

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Biblioteca Nacional (RJ)

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Carlos Alberto Tavares Souza

Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados

Editora PINI

Edson Zenóbio

Edward Cattete Pinheiro Filho

ExxonMobil Química Ltda

Fundação Israel Pinheiro

Iracema Portella

Jornal de Brasília

Jornal *Estado de Minas*

Jornal Senado

José Lucena Dantas

Maria Amélia D'Azevedo Leite

Maria da Paz Ribeiro Dantas

Memorial JK

Nerione Nunes Cardoso

O Globo

O Povo Online

Paulo Cardozo

Petrônio Portella Nunes Filho

Sarah Abrahão

Secretaria de Arquivo do Senado Federal

Secretaria de Biblioteca do Senado Federal

Secretaria de Engenharia do Senado Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Victor Hugo Vieira Moura

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ

ABCDEF

SIGLAS

- ABIN > Agência Brasileira de Inteligência
 ADQs > Administrações de Quadra
 AI > Ato Institucional
 AIDS > Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
 ANAC > Agência Nacional de Aviação Civil
 ANEEL > Agência Nacional de Energia Elétrica
 ANS > Agência Nacional de Saúde Suplementar
 APCA > Associação Paulista de Críticos de Arte
 Arena > Aliança Renovadora Nacional
 BNH > Banco Nacional de Habitação
 Caesb > Companhia de Água e Esgotos de Brasília
 CAU > Conselho de Arquitetura e Urbanismo
 CCT > Comissão de Ciência e Tecnologia
 CDC > Código de Defesa do Consumidor
 CEUB > Centro Universitário de Brasília
 CIAM > Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
 CN > Congresso Nacional
 CNJ > Conselho Nacional da Juventude
 Codevasf > Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
 CODF > Código de Obras e Posturas do Distrito Federal
 Conanda > Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
 CPMI > Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
 CREA-RJ > Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro
 Dasp > Departamento Administrativo do Serviço Público
 DA > Divisão de Arquitetura
 DAU > Diretoria de Arquitetura e Urbanismo
 DUA > Departamento de Urbanismo e Arquitetura
 DEM > Democratas
 DNOCS > Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
 DF > Distrito Federal
 Embrapa > Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 EUA > Estados Unidos da América
 FAZ > Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
 FCDF > Fundo Constitucional do Distrito Federal
 FGE > Fundo de Garantia à Exportação
 FGTS > Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
 FIFGTS > Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
 FMI > Fundo Monetário Internacional
 FND > Fundo Nacional de Desenvolvimento
 FSB > Fundo Soberano do Brasil
 Fundeb > Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
 Fundef > Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
 FNHIS > Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
 GATT > Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
 GDF > Governo do Distrito Federal
 GEB > Guarda Especial de Brasília
 GTB > Grupo de Trabalho de Brasília
 HIV > Vírus da imunodeficiência humana
 IAB > Instituto de Arquitetos do Brasil
 IBGE > Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 INAN > Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
 INDEP > Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa
 INIC > Instituto Nacional de Imigração e Colonização
 IPASE > Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores dos Estados
 IPHAN > Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 ITR > Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
 JK > Juscelino Kubitschek
 Libras > Língua Brasileira de Sinais

VXYZ

ABCDEFGHIJKLMNQRSTUWXYZ

GHIJKLMNQRSTUWXYZ

A B C

- MCT > Ministério da Ciência e Tecnologia
 MDB > Movimento Democrático Brasileiro
 Modermaq > Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional
 MP > Medida Provisória
 Novacap > Companhia Urbanizadora da Nova Capital
 ONG > Organização Não-governamental
 ONU > Organização das Nações Unidas
 PDC > Partido Democrata Cristão
 PDF > Prefeitura do Distrito Federal
 PDS > Partido Democrático Social
 PDT > Partido Democrático Trabalhista
 PEC > Proposta de Emenda à Constituição
 PFL > Partido da Frente Liberal
 PL > Partido Libertador
 Planin > Plano Nacional de Informática e Automação
 Planvasf > Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco
 PLS > Projeto de lei do Senado
 PMDB > Partido do Movimento Democrático Brasileiro
 PNAA > Programa Nacional de Acesso à Alimentação
 PND > Plano Nacional de Desenvolvimento
 PP > Partido Popular
 PP > Partido Progressista
 PRN > Partido da Reconstrução Nacional
 Prodasen > Centro de Processamento de Dados do Senado Federal
 Prodasen > Secretaria Especial de Informática do Senado
 Projovem > Programa Nacional de Inclusão de Jovens
 Pronaica > Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
 PRONASCI > Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
 PROSECA > Programa Permanente de Combate à Seca
 PROUNI > Universidade para Todos
 PSB > Partido Socialista Brasileiro
 PSD > Partido Social Democrático
 PSDB > Partido da Social Democracia Brasileira
 PT > Partido dos Trabalhadores
 PTB > Partido Trabalhista Brasileiro
 Radiobrás > Empresa Brasileira de Radiodifusão
 Refis > Programa de Recuperação Fiscal
 SAPS > Serviço de Alimentação da Previdência Social
 Senar > Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
 Senat > Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
 Serpro > Serviço Federal de Processamento de Dados
 Sest > Serviço Social do Transporte
 SIAFI > Sistema Integrado de Administração Financeira
 Sidoc > Secretaria de Informação e Documentação
 Sijur > Sistema de Informação Jurídica
 SINAES > Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
 SINARM > Sistema Nacional de Armas
 Sisnad > Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
 Sisnama > Sistema Nacional do Meio Ambiente
 SNHIS > Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
 STF > Supremo Tribunal Federal
 Sudene > Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
 Sumoc > Superintendência da Moeda e do Crédito
 TSE > Tribunal Superior Eleitoral
 UDN > União Democrática Nacional
 UnB > Universidade de Brasília
 UNILEGIS > Universidade do Legislativo
 Univac > Universal Automatic Computer
 URSS > União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

*"Quando alguém vai a Brasília
eu pergunto se viu o Congresso Nacional
e pergunto depois se gostou, se achou que o projeto era bom.
Certo de que ela podia ter gostado ou não,
mas nunca podia dizer
que tinha visto antes coisa parecida."*

Oscar Niemeyer

